

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARLENE SCHÜSSLER D'ARAZ

**CONCEPÇÕES DE CUIDADO FAMILIAR NA VISÃO DE ADOLESCENTES
ABRIGADOS, DAS SUAS FAMÍLIAS E DE EDUCADORES DE UMA ONG**

**CURITIBA
2008**

MARLENE SCHÜSSLER D'AROZ

**CONCEPÇÕES DE CUIDADO FAMILIAR NA VISÃO DE ADOLESCENTES
ABRIGADOS, DAS SUAS FAMÍLIAS E DE EDUCADORES DE UMA ONG**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tânia Stoltz

**CURITIBA
2008**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, especialmente as pessoas especiais, que chamo de “meninos”, e que, de formas diferentes, me tornaram uma pessoa mais tolerante.

MINHA GRATIDÃO

A Deus, pela presença constante na minha vida , por me encorajar a seguir o caminho que escolhi e me acompanhar até o fim.

Aos meus pais, Edgar e Maria , minha gratidão vai além dos meus sentimentos. Obrigada pelo ensinamento das virtudes. Hoje mais do que nunca sinto a vossa falta. Saudades.

A minha amada família, José, Thiago, Priscila e Vinicius, companheiros e confidentes. Minha gratidão pela generosidade e compreensão na superação das dificuldades ao longo deste caminho.

À Professora Doutora Tânia Stoltz, querida amiga e orientadora. Pelo acalento, compromisso com a educação e simplicidade com que demonstra sua sabedoria. Pela sua inesgotável paciência, pelas valiosas horas dedicadas e pela disposição com a qual me orientou. Minha eterna gratidão.

À Prof^a. Dra. Sílvia Koller , pela forma carinhosa com que aceitou participar da minha defesa, mesmo estando tão longe. Da mesma forma, aos demais componentes da banca, a minha gratidão.

Aos Mestres com carinho, pelas lições de saber, por repartir sua existência e auxiliar a trilhar este caminho. Em especial a Profa. Dra. Araci Asinelli da Luz, pelo carinho com o qual me acolheu e incentivou-me a seguir, fossem quais fossem os obstáculos. Uma amizade a ser lembrada.

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Nely, Luciano, Susana, Martha Teixeira e Daniele, meus novos e eternos amigos, pelos momentos que compartilhamos as alegrias, as conquistas, os fracassos e a certeza dos sonhos que ainda ousamos realizar. Ao colega Hamilton, pelas incansáveis discussões que tanto enriqueceram meu trabalho. Ao amigo Rodrigo meu eterno carinho.

Às Secretárias do Departamento de Pós-Graduação pelo compromisso com a educação demonstrado a cada dia nas suas atitudes. Vocês fazem a diferença.

À ONG, espaço que me acolheu e permitiu a realização desta pesquisa.

Aos meus queridos colegas de trabalho e a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, a minha gratidão.

***Pais e filhos,o maior e mais belo encontro da vida, cúmplices no aprender a desvendar os mistérios de cada um; amigos nas transformações, pois este é um dos grandes segredos da vida: quase tudo é provisório!
O que hoje nos sacia, amanhã pode não mais fazê-lo.
De definitivo, somente os filhos e, por consequência, os pais: definitivo e eterno amor. No meio das ondas do ato de se viver e dos percursos das nuvens em se buscar definitivos e eternos, simplesmente companheiros de viagem!***

Autor desconhecido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - DEFINIÇÃO DE RESILIÊNCIA (CONFORME PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE).....	81
QUADRO 2 - DEFINIÇÃO DE RESILIÊNCIA (CONFORME PUBLICAÇÃO ESPECIAL DA REVISTA ADOLESCÊNCIA LATINO-AMERICANA)..	81
QUADRO 3 - DEFINIÇÃO DE RESILIÊNCIA (OUTRAS PUBLICAÇÕES).....	82
QUADRO 4 - ENTREVISTAS COM OS ADOLESCENTES.....	108
QUADRO 5 - ENTREVISTAS COM OS FAMILIARES.....	141
QUADRO 6 - ENTREVISTAS COM OS EDUCADORES.....	166

LISTA DE SIGLAS

- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CMDCA** - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
- CONANDA** - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ONG** - Organização Não Governamental
- ONU** - Organização das nações Unidas
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- UFPR** - Universidade Federal do Paraná
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
APRESENTAÇÃO.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PENSANDO A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	19
3 A FAMÍLIA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	27
3.1 A REDEFINIÇÃO DOS PAPÉIS.....	31
3.2 FUNÇÕES E DESAFIOS.....	39
4 ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OLHAR NA TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	45
4.1 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	51
4.2 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	57
4.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	61
5 CONCEPÇÃO DE CUIDADO.....	65
5.1 O CUIDADO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	71
5.2 A RESILIÊNCIA EM CRIANÇAS ABRIGADAS.....	75
6 O TRABALHO DA ONG IMPLICADA NA PESQUISA.....	87
6.1 O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL.....	96
7 METODOLOGIA.....	101
7.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA.....	104
7.1.1 Campo de estudo.....	104
7.1.2 Seleção dos participantes.....	105
7.1.3 Procedimento de coleta de dados.....	106
7.1.4 Procedimento de análise de dados.....	107
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	108
8.1 ENTREVISTAS COM OS ADOLESCENTES.....	108
8.1.1 Caracterização dos participantes.....	108
8.1.2 Concepção de cuidado.....	109
8.1.3 O que é necessário no cuidado.....	113
8.1.4 Desejo de ser cuidado.....	114
8.1.5 A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar.....	118
8.1.6 Relação com o educador.....	124
8.1.7 Percepção do cuidado do educador.....	128
8.1.8 Formas de punição.....	131
8.1.9 Opção de cuidador e justificativa.....	134
8.1.10 Pontos positivos do cuidador.....	137
8.1.11 Pontos negativos do cuidador.....	138
8.2 ENTREVISTAS COM OS FAMILIARES.....	141
8.2.1 Caracterização dos participantes.....	141
8.2.2 Cuidado do pai e da mãe.....	142
8.2.3 O que é necessário no cuidado.....	144
8.2.4 Desejo de ser cuidado.....	147
8.2.5 A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar.....	150
8.2.6 A relação da mãe e do pai com o filho.....	153

8.2.7	Percepção do cuidado do educador.....	156
8.2.8	Formas de punição.....	158
8.2.9	Opção de cuidador e justificativa.....	161
8.2.10	Pontos positivos do educador.....	163
8.2.11	Pontos negativos do cuidador.....	165
8.3	ENTREVISTAS COM OS EDUCADORES.....	166
8.3.1	Caracterização dos participantes.....	166
8.3.2	Cuidado do pai e da mãe.....	166
8.3.3	O que é necessário no cuidado.....	166
8.3.4	Desejo de ser cuidado.....	170
8.3.5	A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar.....	172
8.3.6	Relação do educador com o adolescente.....	175
8.3.7	Percepção do cuidado do educador.....	176
8.3.8	Formas de punição.....	177
8.3.9	Opção de cuidado e justificativa.....	179
8.3.10	Pontos positivos do cuidador.....	180
8.3.11	Pontos negativos do cuidador.....	181
8.4	SÍNTESE DAS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DE CONCEPÇÕES DE CUIDADO DOS ADOLESCENTES, DE SEUS FAMILIARES E DE EDUCADORES.....	182
	CONCLUSÃO.....	186
	REFERÊNCIAS.....	192
	ANEXOS.....	203

RESUMO

O estudo visa conhecer como adolescentes abrigados, seus familiares e educadores percebem e compreendem o cuidado familiar. Justifica-se pela possibilidade de refletir e desenvolver práticas cotidianas mais próximas das necessidades dos adolescentes abrigados. Contribui, também, para uma possível intervenção junto às famílias dos abrigados, auxiliando-as na (re) inserção dos filhos e oferecendo indicativos que possam gerar mudanças no interior da mesma. A base do cuidado compreende ajudar o outro a desenvolver-se como ser humano. Nessa visão, cuidar da criança é compreender sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. E também ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las. Trata-se de um estudo qualitativo e de caráter exploratório. A pesquisa foi desenvolvida em uma ONG localizada na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, que abriga crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foram entrevistados 10 adolescentes com idades compreendidas entre 13 e 18 anos; 10 familiares responsáveis pelos adolescentes e 5 educadores da ONG por meio de uma entrevista semi-estruturada, a partir do método clínico de Piaget. Como resultado observou-se que os adolescentes expressam, sobretudo, o desejo de serem orientados sobre os perigos, sobre o que podem ou não fazer, o que devem ou não fazer, sem uso de violência. Na família, o enfoque na concepção de cuidado recai no afeto e na proteção. Na concepção dos educadores, o enfoque está na presença educativa, orientação e diálogo. Podemos concluir que as famílias precisam rever as suas funções, e educar para além do afeto, trabalhando mais adequadamente limites, sem violência, indicando uma direção ao adolescente. Os resultados apontam, ainda, que as famílias não tem clareza da necessidade de sua orientação, mesmo na adolescência. Os relatos dos adolescentes solicitam dos pais maior responsabilidade por eles. Com relação aos educadores, nem todos tem esta clareza, o que leva igualmente à necessidade na ONG de um trabalho de intervenção com os educadores que possibilite desenvolver maior sensibilidade para as necessidades do adolescente, indicando uma direção, para que, a partir desta orientação, o adolescente possa trilhar o seu próprio caminho.

Palavras-chave: Cuidado familiar. Adolescência. Abrigamento. Vulnerabilidade social

ABSTRACT

This research aims to know how shelter adolescents, their families and educators perceived and comprehend the family care. It is important for it brings the possibility to reflect on, and develop, new daily practices that are closer to the needs of the shelter adolescents. It also contributes for a possible intervention with the families of these adolescents, helping them in recovering their children and empowering them to generate the needing changes in itself. Helping the other to develop himself as a human being, is the base of the family care. In this vision, taking care of a child is to comprehend her singularity as an individual and as a person in a continuum growing and development. It is also to help her identify her human needs in each level of the development and satisfy them. This is a qualitative exploratory study. The research took place in a NGO in the metropolitan region of Curitiba, Paraná, which serves as a shelter for children and adolescents in a social vulnerable condition. There were interview 10 adolescents between 13 and 18 years old, 10 family members that may it be responsible for the adolescent, and 5 educators of a NGO through a half-structured interview, using the clinical method of Piaget. The results showed that adolescents express, above all, the desire to be orientated about danger situations, about what they can or can't do, or what they should or shouldn't do, without the use of violence. In the families, the main focus of the conception of care is on the affection and protection. In the conceptualization of the educators, the focus was on the instructive presence, orientation and dialogue. We may conclude that the families need to review their functions and educate beyond the affection, working limits more adequately, without the use of violence, pointing a direction for the adolescent. The results show yet that the families have no clarity about the needs of orientation, even in adolescence. The adolescents claim for more responsibility from their parents. In reference to the educators, not all of them show this clarity. Witch leads to the importance of a work intervention in the NGO that may allow the educators to be more sensitive to the needs of the shelter adolescent, pointing out directions in order to set up a positive orientation for this person to create his own way.

Key- words: Family care. Adolescents. Shelter. Social vulnerability

APRESENTAÇÃO

Compreender a dimensão que o meu espaço de trabalho representa e os meus anseios pessoais em relação às questões sociais, levou-me a buscar na pesquisa respostas para minha inquietação. O trabalho que desenvolvo na ONG foi fundamental para que eu pudesse pensar sobre a importância do mestrado, minhas perspectivas profissionais e pessoais.

Eu e Tânia, minha orientadora, vislumbramos então a possibilidade de articular meu trabalho com os meninos abrigados neste espaço. Diante desta possibilidade iniciei o trabalho de pesquisa “Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, de suas famílias e de educadores de uma ONG” que deu origem a essa dissertação,

Porque investigar a concepção de cuidado em adolescentes abrigados? Conhecer como os adolescentes, seus familiares e seus educadores percebem e compreendem o cuidado, possibilitando reflexões e desenvolvimento de práticas cotidianas mais próximas de suas necessidades. Contribuir também, para uma possível intervenção junto às famílias dos abrigados, auxiliando-as na (re) inserção dos filhos e oferecendo-lhes indicativos que possam gerar mudanças no interior da mesma. No caso específico deste estudo, conhecer quais concepções os adolescentes, seus familiares e seus educadores possuem sobre o cuidado, é de fundamental importância, uma vez que os dados obtidos podem contribuir para o desenvolvimento de práticas sobre como e o que é necessário no cuidado.

Ao observar o comportamento de alguns meninos na presença de seus familiares e a forma como se relacionavam, pude perceber indícios de enfraquecimento do vínculo afetivo e, em alguns casos, certa resistência em permanecerem juntos ou próximos dos familiares. Sabia, no entanto, pelo histórico de vida destas crianças que não era somente a questão do vínculo enfraquecido e a ausência da família a causa para tal comportamento. Havia algo mais, não só na relação com os familiares, mas em determinadas situações com os educadores, o que me levou a investigar, sendo que estes elementos se mostravam presentes nas relações vivenciadas na ONG e no ambiente escolar onde estão inseridos.

Situações parecidas já haviam acontecido comigo. Alguns meninos não permitiam aproximação, não participavam das atividades e na escola, não tinham

amigos, estavam sempre sozinhos. Entendia que algo não estava bem, só não sabia como fazer, nem mesmo por onde começar. Passei a reforçar todos os dias “bom dia”, “como foi seu dia hoje” e aos poucos, evoluímos de um simples olhar ou uma afirmação negativa ou positiva, para conversas sobre tudo, e os reflexos desta atenção e cuidado apareceram na escola e na convivência com o grupo. Percebi então, que ao dar atenção e cuidado ganhei a confiança, e o resto veio por consequência.

A ONG, que tem a função de abrigo, acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tendo como missão, promover a educação integral e a construção da autonomia e da cidadania. Diante da complexidade que esta missão representa para as crianças e adolescentes da ONG e para nós educadores, requer-se mais que um projeto, requer-se compromisso, cuidado e dedicação de toda a equipe. Partindo desta premissa, propus investigar o que esse cuidado representa tanto para o educador quanto para o abrigado e seu familiar. Como estes percebem o cuidado e em que o cuidado se diferencia nestes participantes.

O ponto de partida aconteceu no Natal de 2004. Os meninos confraternizavam neste dia com um almoço feito por pessoas especiais, amigos dos meninos e colaboradores da ONG, que durante o ano estiveram presentes, principalmente nos fins de semana e em datas especiais como a Páscoa, aniversários e Dia das Crianças. Eu conhecia toda a história e trajetória do trabalho realizado pelo coordenador e sua equipe, mas pessoalmente foi a primeira vez que estive neste espaço. Apaixonada pela educação e com a certeza de que desejava fazer como educadora, ganhei o presente maior, ser a pedagoga da ONG. Comecei neste dia a escrever minha história. Assustada com o desafio de mediar a inserção na educação formal de 80 jovens inseridos em cinco escolas (três estaduais e duas municipais), não sabia exatamente por onde começar. Acabara de me graduar pedagoga e, até então, minha experiência na educação havia sido como professora de inglês. O contexto era diferente dos que eu havia conhecido, mas as dificuldades vivenciadas pelos meninos eram instigantes, e este era o tamanho do meu desafio.

Com a certeza de que nada na vida acontece por acaso, iniciei meu trabalho com os meninos conhecendo suas histórias de vida, desejos, sonhos. Procurei buscar nas suas histórias os indicadores para a minha direção. Assim, a

cada dia, fui construindo vínculos afetivos, eles mais fortes para uma relação de amizade e confiança. Depois de atravessar os territórios das relações interpessoais e sociais, confrontei-me com as relações pedagógicas, próprias de minha função. As dificuldades somavam-se ao fato de passarem anos sem freqüentar uma classe escolar, falta de motivação no que se refere à escola e à educação como caminho para pensar no futuro, além da defasagem de idade-série. Para alguns, ler e escrever eram incógnitas. Juntos, contamos nossas histórias de vida, nos alegramos com o que fizemos, choramos, sentimos falta da família, dos amigos, aprendemos a sonhar e a acreditar que não importa o tamanho do obstáculo, pois tudo podemos.

A cada dia, um novo aprendizado, novas conquistas, novas dificuldades. Meninos chegavam, meninos saíam e, com os que permaneciam, ficava o compromisso de fazer do espaço da ONG e da escola o melhor possível para que pudessem (re) construir sua vida.

Três anos se passaram. Sabia que era um desafio, por isso me entusiasmei ainda mais a enfrentá-lo a cada dia. Não foi fácil mediar as dificuldades apresentadas pelos meninos, superar a distância da minha casa, deixar de ser a mãe presente. Na minha família ouvi críticas, elogios e aprendi a trabalhar as emoções, tornando-me a cada dia uma pessoa mais confiante.

Mesmo cada dia mais forte, surgia a inquietude. Desejava a tarefa de reencontrar a educação, de entender e agir frente a essa nova realidade. Venci obstáculos, superei dificuldades, mas, é claro, não sozinha. Na ONG, somos uma equipe de 20 educadores, juntos aprendemos a cada dia o valor de uma amizade, a responsabilidade do nosso trabalho, a força de uma equipe unida por um mesmo objetivo. Aprendemos a nos conhecer e a dividir as dificuldades, vencer os desafios, acreditar que é possível mudar e que os meninos não estão conosco por acaso. Aprendi que ser “educadora” em um contexto como o da ONG é uma missão nada impossível, é uma prova de amor e de perseverança. Compreendi que cuidar perpassa as necessidades básicas do dia-a-dia e a forma como cuidamos influencia no desenvolvimento psicológico das crianças e dos adolescentes.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo caracteriza-se como um estudo qualitativo e exploratório sobre as concepções de cuidado familiar, considerando o ponto de vista de adolescentes, de suas famílias e de educadores de uma ONG.

A criança inicia sua história dentro da história de sua família, de sua comunidade e de sua nação. Portanto, ela viverá na história dos homens, marcada como ser e como cidadão. Além disso, terá o vínculo familiar como marca da condição humana e fator essencial para o seu desenvolvimento. Dentre os diversos conceitos desenvolvidos por diferentes autores, Oliveira (2007) define:

A família é constituída por um grupo de pessoas, com laços de sangue ou de afinidade, que estabelecem obrigações recíprocas e se organizam em torno de relações de geração e de gênero, ou ainda, como é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1994) “gente com quem se conta”, vem passando por crises. (OLIVEIRA, 2007 p.107).

Da necessidade de entender a família no âmbito da sua complexidade, algumas pesquisas buscam entender dramas e tramas na sua configuração (WAGNER, 2002), outras, concentram-se em compreender e definir tipos de famílias e suas composições, assim como transformações ocorridas em sua estrutura, em função de múltiplos fatores próprios e outros decorrentes das relações entre grupos humanos (PETZOLD, 1996).

Alguns estudos apontam a família como contexto primário de desenvolvimento que, também por esta razão vem ao longo dos anos sendo observada com um novo olhar e investigada por muitos pesquisadores principalmente no campo das ciências humanas, a partir de diferentes referenciais teóricos e por intermédio de metodologias variadas (DE ANTONI; KOLLER, 2000; SIMIONATO-TOZO; BIASOLI-ALVES, 1998; FERREIRA; METTEL, 1999; MARTINS, 1998; MACHADO, 1997; SZYMANSKI, 1992, WAGNER, 2002, entre outros).

Da mesma forma, algumas pesquisas com famílias nas áreas do conhecimento como a Antropologia vem contribuindo com estudos sobre os graus de parentesco e consangüinidade, e a Sociologia vem contribuindo com a definição do termo família, além de abordar questões polêmicas em torno dela.

Na Psicologia, pesquisas vêm sendo desenvolvidas por meio de uma abordagem qualitativa dos processos familiares, numa perspectiva metodológica que visa proporcionar uma maior compreensão dos fenômenos familiares como exemplifica a Teoria dos Sistemas Ecológicos do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (MARTINS, 2003; CECCONELLO, 1999, 2003; DE ANTONI, 2000; YUNES, 2001, SZYMANSKI, 1992).

Entre estudos e teorias, historicamente a família é percebida como um núcleo natural e universal de cuidados e proteção da infância. Ser cuidado é ser amado e *cuidar*¹ é um ato consciente que pode ser ensinado, e consiste, por sua vez, num dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Logo, cuidar adequadamente dos outros e de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista social (COSTA, 2002 p. 16).

O cuidado, além de transformar a vida do indivíduo inclui, segundo Costa (2002) todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar. Isso abrange todas as atitudes e procedimentos que tenham por objetivo atender as necessidades da criança no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Entretanto, o cuidado familiar ao longo dos anos vem passando por crises. Junto com estas, importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar, acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em contraponto à estrutura familiar tradicional, com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, o que vêm ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio é um processo de transição.

Neste processo de transição pode ser percebida a divisão de tarefas, na qual pais, mães, compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia da família. Em muitos casos, as tarefas da casa, cuidado com os filhos, assim como a aquisição dos recursos, ficam por conta apenas da mulher e, quando possível, do filho mais velho.

¹ Cuidar é estar atento a todos os momentos da vida da criança (COSTA, 2002).

Outro fator relevante como a pobreza², muitas vezes a miséria³, deixa muitas famílias sem condições de suprir as necessidades básicas de seus filhos, tais como alimentação, saúde e educação. Diante desta situação (KOLLER, 1996) muitas famílias não conseguem fortalecer vínculos com seus pares e por vezes a criança busca outros vínculos para se desenvolver, sendo a rua um deles. Nela ficam expostos a inúmeros riscos (como drogas, prostituição, furtos e doenças).

Porém, isso não quer dizer que as famílias que não se encontram em situações de extrema pobreza ou miséria não vivenciam as mesmas dificuldades. Muitas crianças e adolescentes que se encontram em situações de rua possuem vínculo com algum familiar e este não se encontra em situação de extrema pobreza ou miséria (RIZZINI, 2006; WAGNER, 2002).

Os comportamentos observados em crianças e adolescentes relacionam-se à forma de interação entre pais e filhos, discutida em muitos estudos a partir de estilos educativos dos pais (COLL, 1995). Essas dimensões se diferenciam nos tipos de pais. Dentre elas, a relação de afeto influencia as demais no desenvolvimento da criança. Para Coll:

(...) A afetividade é uma dimensão do comportamento paterno que age sobre o potencial de influência que as dimensões anteriormente consideradas têm sobre a criança; ou seja, a criança encara de maneira diferente o exercício do controle paterno feito em um clima sem afeto e em um outro onde há a presença de normas e regras no contexto de uma relação afetivamente calorosa. (MACCOBY, 1980; MACCOBY E MARTIN, 1983; DAMON, 1983 in: COLL, 1995 p. 193).

A falta de cuidado ou o excesso deste é outro fator que possui relação com a opção de crianças e jovens pela vida na rua. Os filhos crescem e a cada fase da vida precisam mais da presença e compreensão dos pais. Nem todas as famílias conseguem dialogar entre seus pares de forma tranqüila. Há famílias com fronteiras rígidas em que a dificuldade de comunicação entre pais e filhos costuma ser mais freqüente, distanciando os jovens que passam a não confiar em seus pais por estes se mostrarem incapazes de perceber as mudanças de seus filhos adolescentes (WAGNER, 2002, p.3).

² Pobreza - Carência material; tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza, neste sentido, pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais (UNICEF, 2004).

³ Miséria, palavra de significado impreciso que se refere à camada menos favorecida da sociedade. (FERREIRA, 1975).

Os pais acima citados buscam constantemente provas da responsabilidade do filho, mas não conseguem dialogar abertamente e orientá-los quanto às dúvidas que surgem na fase do desenvolvimento da adolescência (WAGNER, 2002 p. 3). Diante destas dificuldades, somadas às tantas outras, como excesso de autoridade e ameaças por parte dos pais que muitos adolescentes costumam enfrentar, torna-se difícil a permanência junto de sua família. Sem espaço para os filhos manifestarem seus sentimentos e dúvidas, e diante da dificuldade de lidar com determinadas situações, a família não deixa escolhas: os filhos partem em busca de liberdade e de novas companhias.

Um dos espaços onde encontram liberdade e novas companhias é a rua. Sem a presença de outro cuidador, a rua tem sido para muitas crianças e adolescentes um contexto de fuga, pois para eles permanecer longe da violência familiar e das dificuldades por eles vivenciadas parece-lhes uma questão de sobrevivência (KOLLER, 1996).

Diante deste quadro em que não podem permanecer com sua família, diariamente crianças e adolescentes são afastados do convívio familiar e da rua e encaminhados pelo Conselho Tutelar e Vara da Infância e da Juventude aos sistemas de abrigos. Estes abrigos passam a ser um lar temporário, mas para muitos jovens não é apenas provisório. Sem poder retornar para junto da família, resta a adoção, o acolhimento por parentes ou padrinhos ou o recomeço da sua jovem vida em outro contexto longe da sua família de origem.

Além de servir de abrigo para a criança e o adolescente, a instituição pode favorecer o desenvolvimento de competência e de caráter, é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, ou melhor, o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, papéis e estabelece interações face a face ou simbólicas (YUNES, *et al*, 2004, p. 205).

Bronfenbrenner, ao se referir à criança institucionalizada revela que “o desenvolvimento humano ocorre no contexto de um crescente jogo de *ping-pong* psicológico entre duas pessoas que são loucas uma pela outra” Bronfenbrenner, (1990) (in: YUNES, 2004, p. 205) e reforça que deve haver a participação/interação de muitos adultos.

Para Costa (2002), independente do contexto, aprendemos muito uns com os outros e a criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Precisam de limites e de regras claras para

pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto. Ainda segundo o referido autor, o educador passa a ser referência para os jovens, as atitudes do educador servem de espelho para as suas. No caso dos abrigos, o educador social desempenha papel fundamental na vida desses sujeitos, uma vez que passa a ser referência e representa para muitos, a figura do pai.

A criança quando bem cuidada aprende a se “autocuidar”⁴, aprende a lidar com mais facilidade com as dificuldades cotidianas em qualquer contexto. Tem, como conseqüência na vida, a auto-estima, além de outros fatores positivos. Do contrário, trazem para sua vida cotidiana e principalmente para o interior da escola, os problemas não resolvidos na família e na comunidade. Dados semelhantes são encontrados nos estudos de Hartup:

Aquelas crianças que forem educadas em ambientes familiares nos quais existem normas claras e consistentes, altos níveis de comunicação entre os diferentes membros da família, e com os pais carinhosos e potencializadores de independência, são as que manifestam melhores habilidades sociais no grupo dos iguais. (HARTUP, 1978 in: COLL, 1995 p. 252).

Num primeiro olhar este pensamento nos parece verdadeiro, porém, isto não quer dizer que os sujeitos que não vivenciam esses cuidados no seio da família ou não possuem uma família, ou ainda, estão em situação de rua não apresentem habilidades iguais. Além disso, muitas vezes resolvem no espaço da escola problemas mal resolvidos na rua ou na comunidade. Muitas habilidades sociais destas crianças podem ser observadas na rua (D'ARÓZ, STOLTZ, 2003; OTHMAN, STOLTZ, 2003, 2004, 2005^a, 2005^b; OTHMAN, D'ARÓZ, STOLTZ, 2004).

Partindo de um breve diálogo com alguns teóricos que discutem esta temática e da relação da pesquisadora com o contexto, essa pesquisa desenvolveu-se considerando adolescentes abrigados em uma Organização não Governamental, buscando investigar: quais as concepções de adolescentes abrigados na ONG, de suas famílias e de educadores, sobre cuidado na família e na organização não-governamental voltada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social?

⁴ Autocuidado é a auto-estima transformada em atitude objetiva da pessoa consigo mesma. (COSTA, 2002, p. 18, livro 1).

Apresentamos como hipóteses que a compreensão de cuidado neste estudo, para os adolescentes apresenta ênfase na qualidade da relação com os pais. Já para as famílias, cuidar restringe-se à saúde, alimentação e educação entendidas como fatores essenciais para o pleno desenvolvimento da criança. Para o educador da ONG, cuidar resume-se a impor limites, regras e a suprir necessidades básicas diárias.

Neste estudo tem-se como objetivo geral: identificar concepções de cuidado familiar, considerando o ponto de vista de adolescentes, de suas famílias e de educadores de uma ONG. De forma mais específica, têm-se como objetivos:

- a) Caracterizar os adolescentes investigados;
- b) Identificar quais os indicadores predominantes nas concepções dos adolescentes, dos educadores e das famílias;
- c) Levantar tópicos convergentes e divergentes entre as concepções;

Dessa forma, o estudo compõe-se de seis capítulos e sub-tópicos, que se integram, numa tentativa de trazer à reflexão, as concepções de cuidado familiar presentes nos adolescente abrigados, em seus familiares e educadores de uma ONG.

O primeiro capítulo introduz o tema da pesquisa. A seguir, o segundo capítulo aborda inicialmente o que vem a ser a família contemporânea. Em seguida, trata brevemente das funções e desafios desta família. Não anuncia a sua dissolução, mas a sua readaptação e reestruturação de papéis. Mostra que embora muitas famílias compartilhem as mesmas dificuldades, a capacidade humana de superar situações difíceis e buscar novas formas de equilíbrio, possibilita o ajustamento e estruturação de novos arranjos familiares. No terceiro capítulo, tratamos da apresentação da família como contexto de desenvolvimento humano, passando por um breve diálogo com a teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner. Neste capítulo, abordamos; o papel dos pais e o desafio de como trabalhar esta função; a criança em situação de vulnerabilidade social; a definição de vulnerabilidade e o direito à convivência familiar e comunitária. Acolher crianças e adolescentes compõe o quarto capítulo. Neste, abordamos uma breve trajetória de como estes sujeitos conquistaram um espaço diferente e algumas mudanças nas políticas públicas de atendimento. Na seqüência, o quinto capítulo, traz à reflexão, as concepções de cuidado familiar e institucional, sob a ótica das

teorias do desenvolvimento humano e de resiliência. Enfim, o sexto capítulo compreende uma breve trajetória da história da ONG, do trabalho desenvolvido pelo coordenador e equipe desde a sua concepção até os dias atuais. A ONG além de abrigar os sujeitos da pesquisa, serviu de inspiração para a realização deste trabalho. Outro tópico deste capítulo se refere ao papel do educador social. Enfim, a pesquisa de campo, bem como seus resultados, são apresentados e discutidos em três tópicos: entrevista com os adolescentes; entrevista com os familiares e entrevista com os educadores. Na conclusão, retomam-se os principais achados do estudo.

2. PENSANDO A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A necessidade de encontrar um caminho que pudesse abordar a família contemporânea sem se aprofundar na história, é tratada neste capítulo a partir do quadro teórico estabelecido nas mudanças que as famílias vêm sofrendo na sua configuração ao longo dos anos. Com este propósito, o presente capítulo aborda inicialmente o que vem a ser a família contemporânea. Em seguida, trata brevemente das funções e desafios desta família. Não anuncia a sua dissolução, mas a sua readaptação e reestruturação de papéis. Mostra que embora muitas famílias compartilhem as mesmas dificuldades, a capacidade humana de superar situações difíceis e de buscar novas formas de equilíbrio, possibilita o ajustamento e estruturação de novos arranjos familiares.

Séculos se passaram e com eles, mudanças significativas na família escrevem a história atual. A família contemporânea tem criado formas particulares de organização, não mais se limitando à família nuclear (pai, mãe e filhos dos mesmos pais), mas a uma forma distinta e decorrente dos tempos modernos, onde os casais se unem e se desunem por diversas vezes e passam a conviver ou não, com filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem de suas novas uniões (WAGNER, 2002; SZIMANSKY, 1992). Apesar disso, a família manifesta grande capacidade de sobrevivência e adaptação, mesmo diante dos diferentes arranjos e personagens familiares. Os modelos de família, da forma como definimos nos dias atuais, nem sempre foram assim. São conseqüências de mudanças influenciadas ao longo dos tempos pela sociedade, por regras e valores, pelo sentimento de família e seu fortalecimento como instituição social.

Até tempos atrás, a família organizava-se em torno da figura do pai, fechada em sua intimidade e com determinado padrão de educação para os seus filhos. Ao longo dos anos, vem passando por mudanças significativas na sua estrutura e as ações e atitudes de cada membro passaram a afetar os outros e vice-versa (WAGNER, 2002). Diante destas nuances, a família passou a ser um campo privilegiado de observação e investigação da interação e desenvolvimento humano.

Neste campo privilegiado entendido por contexto de desenvolvimento primário, constroem-se os primeiros laços afetivos, os modos de expressar o afeto, as vivências de tempo e espaço, a compreensão das gerações que nos

antecederam, os parâmetros de decisão, entre outros. No interior deste contexto se recebem as dimensões humanas tais como cuidado, saúde, educação, alimentação. Estas dimensões vão se ampliando e transmitindo a continuidade da vida em família (CARVALHO, 1999, p.35).

Arranjos familiares podem ser observados, por exemplo, na transição do modelo nuclear/intacto (pai+mãe+filhos) para a família descasada (mãe+filhos ou pai+filhos) e, posteriormente, recasada (pai + esposa / madrasta + filhos; mãe + esposo / padrasto + filhos). Pesquisas indicam que esta passagem de um modelo a outro, exige dos membros da família uma adaptação às mudanças de relacionamento, papéis e estrutura familiar, assim como às demandas do mundo externo. Esse processo de transição se caracteriza, na maioria das vezes, como um momento de crise Féres-Carneiro (1992) (in: WAGNER, 2002).

Como estas transformações levaram ao surgimento de configurações da organização familiar diferentes do modelo anterior (SCAVONE, 2001), e começa, então, a emergir uma nova concepção de família, denominada de "família igualitária." (SCAVONE, 2001). Nessa nova estruturação, homens e mulheres estão atuando em condições mais ou menos semelhantes no mercado de trabalho formalmente remunerado, começando a dividir entre si o trabalho doméstico e a educação dos filhos, ainda que a maior parte destas tarefas se mantenha a cargo da mulher, que vem confrontando os desafios do mundo do trabalho procurando conciliar a vida profissional e familiar (SCAVONE, 2001).

Para Scavone, tais mudanças ocorridas nas últimas décadas contribuíram não somente em uma nova configuração familiar, mas para que a idéia de uma mulher-indivíduo começasse a se impor frente à idéia da mulher-natureza destinada a ser mãe e dona-de-casa. Isso não quer dizer que esta nova mulher ao trabalhar fora de casa deixará de ser a dona de casa. A mulher atual almeja o sucesso pessoal incluindo em seus ideais de vida a realização profissional sem deixar de participar na subsistência da família (WAGNER, 2002).

O modelo de família descrito por Szymansky é o que se deseja, mas se analisado sobre os aspectos econômicos e sociais vigentes, percebe-se claramente que está longe do atual encontrado em muitas famílias. Porém, outro fator pode ser observado, a família mesmo abalada em sua estrutura se mantém pelas relações de cuidado (SZYMANSKY, 1992).

Como um grupo de pessoas que convivem entre si numa relação duradoura, ocupando o mesmo espaço físico e social, com um tipo especial de relações interpessoais, com indivíduos que se respeitam, mantém vínculos afetivos, em que mães e pais educam seus filhos conjuntamente, ou com pessoas que mantêm um cuidado com os membros mais jovens ou mais idosos ou, ainda, cuidados mútuos entre si, independentemente de parentescos. (SZYMANSKI, 1992 p.7).

Sobre a denominação “família”, Szimansky (1992, p.55) acrescenta que, *a priori*, a idéia de um padrão único de organização familiar que possa servir de modelo está descartada. Para a autora, “a família é aqui entendida, de acordo com a moderna historiografia, como uma instituição social básica, histórica, que se transforma sincrônica e diacronicamente”, desvencilhando-se da idéia de família como algo natural.

Entre os estudos que vem apontando mudanças significativas na concepção de família, os que se referem à família tradicional nuclear vem revelando abalos significativos, mesmo assim, esta configuração permanece como modelo mais freqüente nas sociedades modernas. Neste caso, a família tradicional defendia o ideal da família patriarcal, onde o pai, além de chefe, deve ser o provedor da renda e a mãe, a responsável pela educação dos filhos e aconchego do lar. Este grupo de pessoas se relaciona independentemente do grau de parentesco como é possível verificar em muitas unidades familiares, nos estudos de Musitu e Cols (1988):

A família nuclear ou conjugal é formada pelo casal e pelos filhos não-adultos. Na atualidade e nas sociedades desenvolvidas, é uma das estruturas mais encontradas desde que as famílias extensas, que se referem a lares que convivem com mais de um núcleo conjugal, devido às mudanças na organização da vida e da fixação em núcleos urbanos perderam vínculos e preservaram. (MUSITU E COLS, 1988, p.155).

A este modelo se faz referência com o nome de família restringida, no qual o trabalho externo cabe ao pai, o trabalho doméstico e a criação dos filhos, à mãe. Nessa mesma perspectiva a idéia de família, em particular de família nuclear, como unidade social com seus próprios processos evolutivos, remete a considerar a família como um grupo amplo em um período histórico particular de tempo que sofreu severas mudanças.

Como História, desejava-se uma família com um homem provedor de recursos materiais e uma mulher que só cuidasse dos filhos e da casa. Com o

tempo, o desejo permanece, mas a sociedade dos costumes, das regras e valores, foi construindo aos poucos aspectos culturais nas famílias modificando-as, novos aspectos foram incorporados e passados para as novas gerações de famílias, especialmente no que diz respeito à educação das crianças, cuidado da casa e proventos de materiais (WAGNER, 2000).

Entretanto, sem o pretexto de deter-se na história, considera-se relevante abordar alguns significados de família, como uma tentativa de organizar a evolução das mudanças estruturais apreciadas nos parágrafos a seguir.

Independentemente da tipologia, ao longo dos anos têm surgido novas formas e padrões diferentes, como no caso da “família extensa” que se refere aos lares em que convivem mais de um núcleo conjugal diferenciado por não se estruturarem no contexto do parentesco. As gerações mais antigas passavam suas experiências e conhecimentos às futuras gerações contrastando-as com as atuais que valorizam sua independência e rejeitam em muitos casos, a ajuda dos avós e dos pais, buscando ajuda em outras instituições como por exemplo: os cursos de preparação ao parto e de cuidado com o bebê.

No caso das “famílias reconstituídas” ou “recompostas” há estatísticas que indicam um crescente aumento de crianças que vivem nesta configuração de lar com apenas um genitor (STRATTON, 2003 p. 46). No passado, a existência de famílias constituídas por um genitor decorria, geralmente, da morte do pai. Hoje, na maioria delas, o pai está vivo, mas não presente, sendo essa presença substituída algumas vezes pela do padrasto. Esta configuração de família é cada vez mais habitual em nossa sociedade.

As “famílias reconstituídas”, por sua vez, “requerem considerável ajustamento por parte de todos os seus membros e as dificuldades podem continuar por muitos anos após a inserção do padrasto ou madrasta na família.” (STRATTON, 2003, p. 46). Neste caso, as crianças têm que se adaptar à diminuição do tempo despendido com seu pai/mãe e às mudanças na rotina da casa, enfrentar o conflito que surge freqüentemente entre a “lealdade” ao pai ou à mãe biológicos e a formação de uma relação mais íntima com o padrasto ou madrasta e novos irmãos/irmãs.

Uma família recomposta simples (grupo doméstico) (LOBO,1994) se configura quando um casal, casado ou não, vive no mínimo com uma criança nascida de uma união precedente de pelo menos um dos cônjuges. Claro que

uma configuração deste tipo já não é por natureza simples, devido à sua estrutura complicada e à sua dinâmica imbricada.

No entanto, uma estrutura mais complexa é aquela em que tanto o homem como a mulher foram casados anteriormente, ambos foram pais e trouxeram consigo as crianças para a nova família. Contudo, na maior parte das famílias, a criança vive com a mãe que tem a sua custódia, visitando a nova família do pai biológico regularmente ou durante os fins-de-semana e nas férias, como é o caso das crianças dos maridos divorciados (SZIMANSKY, 1992).

A complexidade que envolve a figura da madrasta encontra-se refletida desde a literatura infantil até as pesquisas mais recentes sobre o papel da mulher e da mãe no cotidiano social. Independente do neologismo referido a esta figura, a "má-drasta" e não "boa-drasta", ou ainda, "mãe-drasta." não tem sido nada fácil na inserção da família. Frente à pretensão de inserção é preciso entender que ser padrasto ou madrasta não é o mesmo que ser pai ou mãe. Pode-se observar que os filhos nas famílias reconstituídas não têm os mesmos sentimentos por essas figuras substitutas (WAGNER, *et al.*, 2002), assim como o padrasto e a madrasta não possuem, pelos enteados, os mesmos sentimentos que possuem em relação aos seus próprios filhos.

Atualmente, a madrasta vem sendo uma figura do cotidiano social, cuja inserção na família parece deflagrar um período de ansiedade. Porém, um importante passo é partilhar com o pai a mesma hierarquia e entender sua inserção como um processo gradual. Em relação às mães, estudos mostram que o amor materno é um sentimento frágil e imperfeito e que a madrasta pode vir a ter pelo enteado um amor de mãe como se fosse filho biológico. Por outro lado, observa que, para que isso aconteça, a construção deste vínculo afetivo vai depender da confiabilidade e da qualidade da relação entre madrasta e enteado (a) (WINNICOTT, 1993).

Outra realidade encontrada é a dos lares *monoparentais*, onde um só progenitor convive com os seus filhos, na maioria é a mulher e esta assume a chefia do lar (COLL, 1999 p. 156). Entretanto, mesmo em pleno processo de mudança, movida por novos valores sociais, no ideário da sociedade brasileira, o modelo de família tradicional e desejado é o composto por "pai, mãe e filhos" (MELLO in: CARVALHO, 1995 p. 56).

Estudos como os de Gomes (1988) descrevem a família vivida da seguinte forma: “Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto.” Gomes (1988) (in: CARVALHO, 1995 p.26).

Por outro lado, outras definições podem ser encontradas na literatura sobre o termo família, que tem por base conceitos advindos da Antropologia, da Sociologia ou da Psicologia.

Segundo Berenstein (1988) (in: KOLLER; DE ANTONI, 1996), nas definições antropológicas o foco de interesse do estudo sobre famílias consiste na estrutura das relações, isto é, “o grau e a natureza do parentesco”. A estrutura elementar de parentesco inclui três tipos de vínculos: o consangüíneo (entre irmãos), de aliança (marido e esposa) e de filiação (pais e filhos).

As definições sociológicas centralizam-se em uma tipologia familiar que inclui: família nuclear ou de orientação (composta por pai, mãe, os irmãos e as irmãs), família de procriação (formada pela pessoa, seu marido ou esposa, filhos), entre outras configurações.

Já a Psicologia descreve o grupo familiar como um conjunto de relações. Nessa perspectiva, a família pode ser vista como totalidade, sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, por parentesco e/ou por se considerarem pertencentes àquele contexto. Tais relações, idealmente, caracterizam-se por união e influência recíproca direta, intensa e duradoura (LAING, 1983). Por outro lado, de acordo com Minuchin:

A família é um sistema aberto e em transformação constante pela troca de informações com sistemas extra-familiares. As ações de cada um de seus membros são orientadas pelas características intrínsecas ao próprio sistema familiar, mas podem mudar diante das necessidades e das preocupações externas. (MINUCHIN, 1982, p 19).

A tendência geral das pessoas é pensar em construir uma família *boa*, aquela, que se desejou e não se teve. Porém, nesse campo, verifica-se uma distância entre o real e o desejado. Sendo assim, entender a família requer entender alguns conceitos, leis, mitos, regras, ritos e crenças peculiares. Afinal, esses diferentes universos vão formando o jeito de viver e conviver.

Por tudo isso, entender a família na sociedade contemporânea, marcada pela pluralidade em relação aos tipos de família, não tem sido uma tarefa nada fácil. Principalmente, quando se tenta compreender esses tipos sem produzir preconceito ou exclusão.

Nesse contexto, Dessen e Braz (2005) aponta três configurações de família que vêm ganhando significados nas sociedades ocidentais modernas: a “poligamia”, as “famílias extensas” e as famílias denominadas “multigeracionais.

Com relação à primeira, apesar de ilegal, constitui uma estrutura familiar cuja existência não se pode negar, particularmente no Brasil, onde os homens formam nova família, mantendo, ao mesmo tempo, esposa e filhos de um casamento legal. Estes e outros arranjos similares, em que casais casados legalmente toleram relações estabelecidas fora do casamento por seu cônjuge, merecem a atenção dos professores, pois têm implicações para o desenvolvimento de seus alunos. (DESSEN e BRAZ, 2005 p. 15).

Para Stratton (2003), embora “a “família extensa” seja comum em muitas culturas, o compartilhamento do mesmo espaço, nas sociedades ocidentais, ocorre mais por razões práticas do que por concepção cultural” (STRATTON, 2003; in DESSEN, 2005 p.16).

Nas “famílias multigeracionais”, o convívio familiar ocorre entre parentes. Com isso, ocorre um aumento das fontes de renda, mas também compartilham os problemas e os cuidados, o que pode tornar-se um risco, na medida em que haja confusão de papéis, responsabilidades e identidades.

Partindo destes pressupostos, “uma família é um grupo social especial, caracterizado por relações íntimas e intergeracionais entre seus membros” (PETZOLD, 1996, p. 39). Isso remete à importância de que as relações interpessoais sejam sustentadas por afeição, apoio, partilha de tarefas domésticas, cuidados com os filhos e cooperação mútua em várias outras atividades.

A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família” Amaral (2001), o qual se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo familiar. Esse universo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade, pelas interações com o meio social em que vivem.

Mesmo diante de tantas mudanças, sejam nas configurações, sejam na situação econômica e social, a família ainda é entendida como sendo o elo primário para o desenvolvimento da criança, pois nela abrigam-se características que irão repercutir no indivíduo para o resto da vida ou no mínimo, durante o tempo que permanecer sob sua custódia.

Entretanto, a família não tem o poder absoluto e indefinido sobre a criança, pois nem todas as mudanças, sejam cognitivas, sociais, de personalidade, que caracterizarão a criança ao longo de seu desenvolvimento dever-se-ão exclusivamente às experiências vividas no interior da família. Isto se deve ao fato de que a família encontra-se sob a influência de vários fatores (situação sócio-econômica, vulnerabilidade, conjuntura política e econômica da sociedade em geral) e, como instituição, está sujeita a mudanças, (trabalho da mulher, separação dos pais), resultando na necessidade de redefinição de papéis e funções (CARVALHO, 1995).

Contudo, apesar de tais transformações, a família ainda mantém o papel específico que exercia no contexto social e continua a ser uma instituição reconhecida e altamente valorizada, uma vez que prossegue exercendo funções capitais durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros.

3. A FAMÍLIA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E A CRIANÇA ABRIGADA

Neste segundo capítulo, apresentamos as teorias do desenvolvimento a partir do diálogo com diferentes autores, sendo um deles Urie Bronfenbrenner.

A família, assim como outros espaços circundantes da criança, apresenta-se como um contexto em desenvolvimento e, tanto os ambientes quanto as relações entre os seus membros, influenciam suas vidas, identidades e seu desenvolvimento. Kreppner (2003) descreve a família como o nicho ecológico primário para a promoção da sobrevivência e para a socialização da criança, transmitindo significado social à vida de seus membros (KREPPNER, 2003 p. 15). Sendo assim, para este mesmo autor, o ciclo de vida do indivíduo insere-se no próprio ciclo de vida familiar.

Entretanto, para entender como o indivíduo se desenvolve dentro do ciclo familiar e o que interfere em seu desenvolvimento, dentre outros autores a abordagem ecológica de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996) parece o referencial mais indicado. Sendo assim, partiu-se de um diálogo com Bronfenbrenner na tentativa de compreender a abordagem ecológica desenvolvida por ele, levando-se em consideração também seus estudos com crianças institucionalizadas, sujeitos da minha pesquisa.

Embora a teoria de Bronfenbrenner privilegie estudos sobre desenvolvimento, de forma contextualizada e em ambientes naturais, diferentemente de experiências em laboratório, visa a apreender a realidade de forma abrangente tal como é vivida e percebida pelos seres humanos no próprio contexto em que habitam.

(...) o desenvolvimento humano é um produto da interação entre o organismo humano em crescimento e seu meio ambiente. (...) A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos. (BRONFENBRENNER, 1996 p. 18).

Para o autor, a psicologia não precisa escolher entre o rigor e a relevância. Ela pode ir além de explicar “comportamentos estranhos em lugares

estranhos” explicando como isso acontece na nossa vida cotidiana. “(...) a psicologia do desenvolvimento, tal como existe atualmente, é a Ciência da estranha conduta das crianças, com adultos estranhos durante o menor tempo possível.” Bronfenbrenner (1996) (in: COLL, 1999, p. 160).

O estudo do comportamento tem sido um tema extremamente atraente, mais um motivo para tornar sua teoria utilizada por vários pesquisadores no Brasil (HADDAD,1997; FLEURY, 1999 e YUNES, 2004), principalmente como um modelo que diferencia níveis de ambientes. Demonstra que o ambiente ecológico de desenvolvimento humano não se limita apenas a um ambiente único e imediato, devendo ser “concebido topologicamente como uma organização de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte.” (BRONFENBRENNER, 1996 p.18).

Um primeiro passo é entender o modelo ecológico no qual Bronfenbrenner se refere em seus estudos. Tal modelo, caracteriza-se por ser um marco teórico e metodológico que busca privilegiar não apenas o contexto, mas as múltiplas interações entre as pessoas e os ambientes. Uma das maiores contribuições da abordagem ecológica reside no fato de que ela torna o pesquisador capaz de "pensar ecologicamente", possibilitando que sua atenção seja dirigida não só para o indivíduo e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também para as interações do indivíduo com os ambientes mais distantes, dos quais muitas vezes, ele sequer participa diretamente.

Bronfenbrenner (1979, 1996) proporciona a compreensão de vários sistemas de influência, desde os mais distais até os mais próximos, que acabam por formar o entorno ecológico do indivíduo. Através de uma linguagem específica de sua abordagem, o autor pressupõe que toda experiência individual se dá no ambiente ecológico, o qual é concebido como uma série de estruturas. As estruturas desse conjunto que, no dizer do autor, parecem lembrar “um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, interferem mutuamente entre si e afetam conjuntamente o desenvolvimento da pessoa (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

Um aspecto marcante desta concepção, é que o importante para o desenvolvimento é o meio ambiente na maneira como é percebido pelo indivíduo, e não como ele existe na realidade objetiva. Portanto, conforme Bronfenbrenner (1996, p.9), "os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso do

crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação." Estes ambientes são analisados em termos de quatro tipos de sistemas que guardam uma relação inclusiva entre si designada pelo autor como: micro-, meso-, exo- e macrossistema.

Quando faz a crítica aos modelos de pesquisa no qual o ambiente é descrito como estrutura estática e limitado a um único local imediato onde se encontra o indivíduo em desenvolvimento, Bronfenbrenner (1996, p.18) refere-se ao "microssistema" que é definido como um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicos. Como exemplo desses ambientes, temos a casa, a creche ou a escola, contextos no qual a pessoa é envolvida em interações face-a-face.

No que se refere às interações com crianças ou adolescentes institucionalizados, o abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, ou melhor, o microssistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face ou simbólicas. Isso pode ocorrer durante períodos significativos de seu ciclo de vida.

Um importante conceito introduzido recentemente por Bronfenbrenner e Morris (1998) trata dos processos proximais primários como os principais motores de desenvolvimento psicológico. Processos proximais primários são "formas particulares de interações entre o organismo e o ambiente." (p. 994). Estas formas de interação operam como o substrato das atividades conjuntas, dos papéis e das relações estabelecidas rotineiramente (entre criança/criança e crianças/funcionários) e podem determinar a trajetória de vida das crianças, de maneira a inibir ou incentivar a expressão de competências na esfera cognitiva, social e afetiva. Por outro lado:

Os padrões de interação, conforme persistem e progridem por meio do tempo, constituem os veículos de mudança comportamental e de desenvolvimento pessoal, igual importância é atribuída às conexões entre as pessoas presentes no ambiente, à natureza desses vínculos e à sua influência direta e indireta sobre a pessoa em desenvolvimento. (HADDAD, 1997, p 36-37).

Ainda nessa visão, o "mesossistema" diz respeito às inter-relações entre dois ou mais ambientes dos quais uma pessoa participa ativamente, podendo ser

formado ou ampliado sempre que ela passe a fazer parte de novos ambientes. Em alguns casos, por exemplo, esse sistema inclui as relações que uma criança mantém em casa, na escola, no clube e com amigos da vizinhança. Em outros, apenas as relações exclusivamente familiares e com os membros da igreja da qual sua família faz parte.

Já num “exossistema”, ao contrário do que ocorre no mesossistema, a criança ou pessoa em desenvolvimento não é participante ativa. Ainda assim, nesses contextos, podem ocorrer eventos que a afetem ou sejam afetados por acontecimentos do ambiente imediato onde a criança se encontra. Os ambientes que consistem em exossistemas podem ser, por exemplo, o local de trabalho dos pais, a escola do irmão ou a rede de amigos dos pais.

Finalmente, temos o “macrossistema”. Trata-se do sistema mais amplo, que abrange os demais, sendo composto pelo padrão global de ideologias, valores, crenças e organização social comum a uma determinada cultura ou subcultura (BRONFENBRENNER, 1996). A presença ou ausência de valorização da família, de políticas sociais para o combate à violência e a promoção da educação e saúde, de políticas econômicas para melhorar a qualidade de vida da população, são exemplos de macrossistema que têm reflexo direto no desenvolvimento do sistema familiar que, por sua vez, faz parte do desenvolvimento humano.

Inicialmente, Bronfenbrenner definiu desenvolvimento como uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente. Segundo ele:

(...) é o processo através do qual a pessoa desenvolvvente adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou restituíram aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

Recentemente, Bronfenbrenner e Morris (1998, p. 95) revisaram e complementaram esse conceito, definindo como desenvolvimento “o processo que se refere à estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de suas vidas e através de gerações.”

Sob essa ótica, o desenvolvimento infantil ocorre conforme a criança se envolve ativamente com o ambiente físico e social, assim como ela o compreende e o interpreta. De acordo com Haddad:

O reconhecimento da possibilidade de relações entre os ambientes, associado à capacidade de compreender as linguagens falada e escrita, faz com que a criança seja capaz de compreender a ocorrência e natureza dos eventos em ambientes ainda desconhecidos, como a escola, ou que jamais conheça, como o local de trabalho dos pais, um país estrangeiro, ou o mundo da fantasia de outra pessoa. (HADDAD, 1997, p. 38).

Nessa perspectiva, além dos ambientes, as estruturas interpessoais também são importantes contextos de desenvolvimento humano.

No modelo ecológico original, Bronfenbrenner (1996) salienta o grande mérito das relações entre as pessoas, estabelecendo como condição mínima para a formação de díades, a presença de uma relação interpessoal recíproca. Segundo ele, a premissa básica e mais importante na formação de uma díade é que, se um dos membros passar por um processo de desenvolvimento estará contribuindo para a ocorrência do mesmo processo no outro. Desse modo, "uma díade é formada sempre que duas pessoas prestam atenção nas atividades uma da outra ou delas participam." (BRONFENBRENNER, 1996 p. 46).

Em qualquer uma dessas relações diádicas, o autor destaca a existência de um fator de reciprocidade – o que um membro faz, influencia o outro e vice-versa. Haddad (1997, p. 40) aponta que “o reconhecimento dessa relação de reciprocidade proporciona uma compreensão chave nas mudanças no desenvolvimento, não apenas das crianças, mas dos agentes primários de socialização: mães, pais, avós, educadores, professores, etc.” Além disso, todas essas formas de díades podem ocorrer simultânea ou separadamente, exercendo poderosa influência na aprendizagem e no desenvolvimento.

Assim, tais visões de família revelam-na como um sistema integrado, que busca manter a estabilidade e o senso de equilíbrio nos relacionamentos internos e externos, ao longo de sua história. Mas também contemplam a possibilidade de ameaças a essa estabilidade, por mudanças e períodos de desequilíbrio entendidos como crises imprevisíveis.

Além disso, no decorrer do ciclo vital de desenvolvimento, também podem ocorrer crises previstas como, por exemplo, a troca dos responsáveis pelas funções que os pais exercem em relação aos seus filhos.

As pessoas com quem as crianças pequenas interagem numa base regular em períodos longos de tempo são os pais, mas, especialmente no caso de crianças pequenas, outras pessoas mais velhas, como professores, parentes, irmãos e pares, desempenham importante função nos processos proximais. (BRONFENBRENNER, 1999, p. 6).

É por isso que a capacidade de uma díade funcionar como favorecedora de um contexto de desenvolvimento dependerá da existência e natureza de outras formações diádicas com terceiros. Pensando na importância destas relações nos momentos de interação promovidos pelas brincadeiras dentro da família, pode-se antecipar que tais atividades contribuem para que as práticas educativas da família resultem em elementos que podem favorecer o desenvolvimento da criança.

Dentre os elementos responsáveis pelo desenvolvimento podemos citar a nutrição, proteção e socialização, como elementos que favorecem o desenvolvimento durante a infância.

Porém, a entrada na adolescência modifica o relacionamento e o funcionamento da família. Afinal, os adolescentes necessitam mais de apoio e orientação do que das formas de cuidado que recebiam anteriormente.

Steinberg (1996), por exemplo, aponta que no decorrer da vida, o relacionamento entre os pais e os filhos torna-se cada vez mais igualitário, podendo acarretar períodos de desequilíbrio na definição dos novos papéis, cuidados e responsabilidades. Suas reflexões concordam com as de outros estudiosos (MINUCHIN, 1982; STEINBERG, 1996; CAMARGO e BIASOLI-ALVES, 1997).

Esses estudos revelam uma visão de família organizada, que enfrenta eventos estressores, mas encontra recursos em si mesmos ou no seu ambiente para retornar a um estado equilibrado. No entanto, nem sempre é esta a situação verificada na prática, indicando que tais definições baseiam-se em uma visão idealizada do sistema familiar.

Pesquisadores como Marta Dalla Torre, Valéria Codato e Antonio Silva (in: DESSEN, 2005, p. 17) ressaltam aspectos da dinâmica de desenvolvimento

da família: “por mais que a relação de total dependência do filho com a sua mãe seja uma necessidade vital nos primeiros dias de sua vida, é necessário também que a criança possa buscar a sua própria identidade e isto só é possível quando a mãe volta o seu interesse para além de seu bebê”. Isto acontece quando a mãe volta a exercer a sua função de mulher, inserindo um terceiro elemento na relação dual entre mãe e filho, o pai.

A presença do pai ou de uma figura paterna é muito importante para o bom desenvolvimento da criança. Tanto é que cabe à mãe administrar a ausência do pai biológico, de forma a não prejudicar sua imagem, tão importante para a formação do caráter da criança (BADINTER, 1993). Mesmo na tentativa da mãe preencher o lugar do pai, a presença do modelo masculino é determinante para que a criança possa crescer emocionalmente equilibrada, mesmo que as ligações de emoção e afeto entre pai e filho (a) não resultem de ligações biológicas, mas sejam formadas em relações cuidadas no dia-a-dia.

Porém, adverte o autor, é preciso tomar cuidado com a promoção do imaginário do “*bom pai*”, figura ideal a ser assumida por todos os homens em instância de paternidade. A criança que nasce, adverte, tem necessidade de seu pai e de sua mãe, com quem deverá conviver. Ao promover o *ideal de parentalidade* (bons pais, ou pais perfeitos), corremos o risco de esmagar os seres humanos sob o peso do imaginário que afoga toda vida e todo desejo. Para muitas crianças e adolescentes o pai “*imaginário*” não é como o pai “*real*”, felizmente (BADINTER 1993, p. 96).

Analisando, ainda, a dinâmica com que a criança se desenvolve, observamos que assim como ela precisa da figura do pai e dele se distancia, o mesmo ocorre com a figura da mãe. Com o desenvolvimento das capacidades de locomoção as crianças vão aos poucos distanciando-se da mãe (BEE,1996) voltando sempre a procurá-la quando algo novo acontece no ambiente, e retomando suas atividades de exploração quando novamente sentem-se tranqüilas.

Erickson (1976) ao descrever as tarefas que o indivíduo deve realizar em cada etapa da vida situa no primeiro ano de vida a confiança na mãe e na própria capacidade de fazer as coisas acontecerem e, aponta um apego inicial seguro como um elemento essencial para a resolução do conflito inicial entre confiança básica versus desconfiança.

Para que tais tarefas referidas pelo autor possam se realizar a criança precisa sentir-se segura em outros aspectos além da mãe. Aspectos como os relacionamentos, o diálogo, o investimento de tempo, o cuidado, os laços de afeto. Embora, em diferentes graus, é preciso rever as diretrizes, os limites, os combinados (o que pode ou não fazer) necessários para a construção da autonomia e do desenvolvimento.

Por outro lado, segundo o autor, o modelo cultural que envolve a família tem papel significativo. Permite à família elaborar sua própria regra, em geral, através de mitos, tradição e valores. Assim, a família é o espaço onde o indivíduo incorpora a cultura e também um espaço de decisões sobre o ter, o proceder e o aprender. (ERICKSON, 1976).

Quando colocada frente a uma situação nova ou desconhecida, a família precisa ser capaz de adaptar-se rapidamente, para gerar também novas condições ou modificar a realidade imediata. Entretanto, adaptar-se não depende apenas do desejo e nem é tão simples assim.

Pesquisas recentes como em Rizzini (2006) mostram que os estudos são mais freqüentes em famílias que têm dificuldades para desenvolver-se, devido a uma gama de problemas emocionais e físicos (drogas, maus tratos, abusos). Por conseguinte, sabemos mais sobre as famílias “problema” e presumimos que as famílias “normais” estão livres desses aspectos. O que não conhecemos e não procuramos conhecer, são justamente os aspectos positivos, os laços fortes e os atributos das famílias que enfrentam diariamente e com êxito esses aspectos.

No que tange ainda às relações estabelecidas dentro do âmbito familiar, pode-se argumentar que, segundo Romanelli (1995), a família está estruturada por relações de naturezas distintas. De um lado, relações de poder e autoridade estruturam a família, cabendo ao marido e esposa, a pais e filhos, posições hierárquicas definidas e direitos e deveres específicos, porém desiguais. Por outro lado, a família é estruturada por relações afetivas criadas entre seus componentes, com conteúdo diversificado conforme o vínculo entre eles e de acordo com o gênero e a idade de cada um dos seus integrantes. Porém, a organização das relações estruturais é variável em famílias de diferentes segmentos sociais (ROMANELLI, 1995 p. 27).

Assim, a relação entre pais e filhos é a que apresenta o vínculo mais forte dentro do contexto familiar, ligando-se "à reprodução da família em sentido mais

amplo, englobando a reprodução biológica e, sobretudo, a reprodução social." Romanelli (1995, p. 1).

É importante ressaltar como reflexão, que, a partir do tipo de interação estabelecido entre pais e filhos, bem como as expectativas e sentimentos dos pais em relação aos filhos, o papel que exercem é muito importante no tipo de personalidade futura dos filhos e no êxito escolar dos mesmos. No caso das crianças institucionalizadas, é preciso redimensionar a questão do cuidado que junto com a educação devem ser os objetivos primários da instituição.

3.1 A REDEFINIÇÃO DOS PAPÉIS

O presente capítulo apresenta as mudanças ocorridas no que se refere ao papel desenvolvido pelos membros que compõem uma família. As mudanças se evidenciam a partir de importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar que acabaram por imprimir um novo perfil à família.

Outros fatores que merecem atenção na reflexão sobre as mudanças vivenciadas pelas famílias, são os constantes avanços tecnológicos que ao substituir a mão de obra humana causam profundas desigualdades econômicas. Ambos os fatores levam um crescente número de pais ao desemprego ou ao subemprego, fazendo com que as mulheres deixem o aconchego do lar e o cuidado exclusivo da casa e dos filhos, para ingressar no mercado de trabalho, antes aberto só para os homens (CARVALHO, 1995). Nesse contexto, crianças e adolescentes chegam a deixar a escola para ajudar na renda familiar, sendo que, em alguns casos, essa renda passa a depender exclusivamente da atividade deles.

Com mudanças significativas ocorrendo na vida social da mulher, muitas vezes alguns pais, principalmente pais americanos, assumem a casa e os cuidados com os filhos enquanto a mãe trabalha fora em outros cargos. Tais mudanças, sejam nas tarefas educativas ou na divisão de papéis tem sido cada vez mais observadas. Até 1980 os pais, geralmente, desempenhavam suas tarefas educativas baseados na tradicional divisão de papéis segundo o gênero. (BIASOLI-ALVES, CALDANA e DIAS DA SILVA, 1997).

A partir da década de 80 os papéis parentais passaram por transformações mais consistentes, apesar de suas representações ainda estarem relativamente marcadas por modelos tradicionais de parentalidade e paternidade (WAGNER, 2005).

Segundo Coll (1999), para a mulher, mesmo dividindo os cuidados da casa e a profissão, as relações de afeto e educação para com os filhos constituem as funções mais significativas a serem desempenhadas. Em relação aos papéis definidos aos homens, Romanelli (1995) revela em seus estudos que aos pais cabe a responsabilidade de ser o provedor financeiro da família além de exercer o exercício da autoridade e do poder. Além disso, participam ativamente do mercado de trabalho, para prover sua condição de mantenedor da família.

Embora haja pouca literatura sobre o tema cuidado familiar, estudos apontam os cuidados da casa e com os filhos como sendo determinante da mulher/mãe.

O cuidado encontra-se na própria raiz da história das mulheres, para assegurar a manutenção e a continuidade da vida. Em todas as sociedades do mundo, mulheres desenvolveram cuidados principalmente relacionados ao corpo e à alimentação, além de ser o elemento que cuida dos outros durante os momentos críticos da vida tais como o nascimento, a doença e a morte. (MARCON, 2002, P.14).

A mulher/mãe, mesmo no exercício de outra profissão, consegue conciliar a maternidade. Além dos cuidados com a casa e com os filhos, muitas mulheres realizam outras conquistas. Em alguns casos, realizar outras conquistas ou mesmo ter uma profissão fora de casa só é possível com a ajuda de outros familiares principalmente dos avós, que acabam assumindo o papel dos pais na vida da família e, em outros casos, essa responsabilidade fica por conta dos filhos mais velhos. Segundo Stratton (2003), esse estilo de vida tem acarretado mudanças também nos papéis da criança dentro da família, pois dela se exige maior independência, tendo muitas vezes que cuidar de si mesmas, principalmente no que se refere às competências domésticas. Estudos sobre essas mudanças e quanto aos valores relativos à educação e ao processo de socialização dos filhos vem se acentuando nas últimas décadas (DESSEN, 2005; KREPPNER, 1992).

Os estudos revelam que, cada vez mais, crianças e adolescentes ao chegar da escola ou trabalho precisam se virar com as necessidades cotidianas. Tais mudanças ocorreram particularmente nos hábitos alimentares (diante da necessidade de providenciar sua própria alimentação, optam por lanches rápidos), atitudes decorrentes do estilo de vida moderna (a onda dos fast-food⁵) tanto em cidades urbanas de grande quanto de médio porte. Nesse processo de constante adaptação e readaptação as crianças sofrem, mas também aprendem sobre sua cultura e adquirem os seus valores. Conseqüentemente, desenvolvem uma identidade (DESSEN, 2005; KREPPNER, 1992).

Para os adolescentes, adolecer não é tão simples assim. A adolescência⁶ é a etapa mais complexa e a que exige maior atenção dos pais. Trata-se de uma fase em que os indivíduos passam por muitas transformações, entre estas, a construção de sua identidade. Nesta etapa, questionam diversas regras, valores e crenças anteriormente estabelecidos no relacionamento com seus genitores, visando tornarem-se mais independentes e construïrem seu espaço como indivíduos.

Estar na adolescência é viver uma fase em que múltiplas mudanças acontecem e se refletem no corpo físico, pois o crescimento somático e o desenvolvimento em termos de habilidades psico-motoras se intensificam e os hormônios atuam vigorosamente levando a mudanças radicais de forma e expressão. No que tange ao aspecto psicológico, muitas são as transformações, desde sobre como viver a vida, o jeito de ser, de se relacionar com os outros, na tomada de decisão que envolve as escolhas quanto ao futuro e a escolha profissional.

Porém, vale lembrar que os filhos não entram na adolescência de repente, assim como o contato entre pais e filhos não se rompe de repente. A construção desse vínculo (ou dessa ruptura) se faz ao longo de muito tempo, um pouco por dia, com tentativas e frustrações de ambos os lados (ARATANGY, 1998). Este sentimento de frustração pela ruptura com os pais é percebido nos adolescentes abrigados na ONG principalmente, nos momentos em que se aproximam as férias ou os feriados, tempo em que alguns podem passar com a família. Em alguns

⁵ Fast-food. "Comida rápida, hábito importado dos Estados Unidos como o Mac-Donald's".

⁶ Adolescência é o período da vida humana que sucede à infância (mais ou menos dos 12 aos 18 anos), situado entre a puberdade e a virilidade, juventude, mocidade (COSTA, 1998 p. 33).

casos, a separação dos pais já aconteceu há muitos anos, e no momento em que há a possibilidade de reaproximação, sentem-se inseguros, com medo, sentem uma sensação estranha e relatam não saber o que falar, nem mesmo, o que fazer.

Para Aratangy (1998) em uma situação como esta, não é somente o filho que se sente inseguro, os pais que passam anos distantes ou desinteressados pelos filhos, costumam ter mais dificuldades para convencer o adolescente de que estão sinceramente interessados em suas atividades e que a conversa tem sentido de proximidade e, não de invasão. Os jovens entendem esse encontro e as possíveis conversas mais como um interrogatório a uma situação amistosa. Segundo Aratangy (1998):

A teia da intimidade se tece aos poucos, ao longo de uma convivência de experiências partilhadas, troca de emoções e confidências. (...) em cada fase da vida é possível encontrar interesses comuns que mantenham abertos os canais de comunicação. Não faz diferença o tipo de atividade a que pais e filhos se dediquem juntos. O importante é que haja sempre situações de convivência prazerosa para todos, que permitam uma comunicação descontraída e verdadeira. (ARATANGY, 1998 p. 36).

Isto não significa que tanto os pais quanto os adolescentes estejam protegidos das agruras da adolescência. Significa, apenas, ser mais provável que os pais estejam suficientemente próximos, ao longo da vida, impedindo que os momentos de maior dificuldade tão comuns na adolescência, se transformem em problemas complicados. As experiências da fase do “adolescer” envolvem toda a família e representam um marco importante, exigindo flexibilidade na interação entre pais e filhos.

Outra etapa fundamental que cabe a família é a de proporcionar os recursos e o suporte necessários para que os filhos adquiram independência, construam seus espaços pessoais e profissionais, dando prosseguimento à trajetória do ciclo de vida familiar. Por outro lado, vale lembrar que, desde o nascimento, os pais são as pessoas com as quais a criança interage com maior regularidade e por mais tempo. Além disso, eles são a fonte primária de influência (DESSEM, 2005 p.16).

Educar os filhos é uma tarefa nada fácil. Trata-se de um processo que envolve o sistema de valores e crenças dos genitores, os quais, por sua vez, influenciam as ações e práticas dos mesmos, facilitando ou dificultando o alcance

de determinados objetivos (valores) que almejam para suas crianças. Logo, é importante os genitores estarem seguros quanto aos valores e as crenças no que se refere à educação de filhos, pois esta, constitui um dos passos essenciais para a compreensão do processo de socialização da criança. Por isso, um dos temas que tem merecido a atenção de psicólogos e educadores nos últimos anos refere-se às diferenças nos modos de educar de pais e mães provenientes de contextos sociais distintos (KOHN, 1979 p. 140).

De acordo com as proposições de Kohn (1979), quanto mais baixa a classe social, mais provável a valorização da conformidade da autoridade externa e, quanto mais alta, mais freqüente é a valorização da autonomia, do autocontrole e da responsabilidade. As práticas também diferem, pois, “em função de seus valores serem diferentes, os genitores das classes média e menos favorecidas avaliam diferentemente a importância relativa do suporte e da restrição na criação de filhos.” (KOHN, 1979, p. 140). Estas práticas são relevantes na medida em que as crianças se desenvolvem, pois junto com o seu desenvolvimento, os pais precisam usar de estratégias que possam resultar em uma interação maior para com seus filhos.

Independente da configuração que a família apresenta e das transformações sofridas, “(...) a família continua sendo percebida como a viga mestra de qualquer realinhamento no processo evolutivo do ser humano.” (OSÓRIO, 1996 p.12).

É importante ressaltar que as mudanças no papel dos membros familiares também serviram para refletir na qualidade do desenvolvimento da criança e da própria família. O fundamental é a qualidade da interação dos que ficam ou que constituem a nova família.

3. 2 FUNÇÕES E DESAFIOS

Este tópico refere-se aos anteriores abordando quais funções e desafios as famílias vivenciam no seu interior e como estas se configuram e interferem no desenvolvimento dos filhos.

Como todo sistema, a família tem algumas funções ou responsabilidades específicas, especialmente as que estão relacionadas com as crianças. Além

disso, tem a função psicossocial de proteger⁷ os seus membros e de favorecer a sua adaptação em diversos contextos e à cultura a qual pertencem.

Cataldo (1987) (In: COLL, 1999 p. 158-159) destaca “que a maioria dos autores reconhece no mínimo quatro funções relacionadas com a criança.”

a) As famílias devem oferecer cuidados e proteção às crianças, garantindo-lhes subsistência em condições dignas;

b) As famílias devem contribuir para a socialização dos filhos em relação aos valores socialmente constituídos;

c) As famílias devem dar suporte à evolução das crianças, controlá-las e ajudá-las no processo de escolarização e de instrução progressiva em outros âmbitos e instituições sociais;

d) As famílias devem ajudar as crianças, proporcionando-lhes um suporte para que venham a ser pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e com a própria identidade.

Para Kaloustian (2004) a família é compreendida como a principal responsável pela proteção da criança da infância à adolescência. “Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão” (KALOUSTIAN, 2004, p. 6).

Segundo Koller (1996), estudos psicológicos mostram que a família é essencial na vida de todos, mas ela pode determinar tanto aspectos de PROTEÇÃO (envolvimento, afeto, regras claras, responsividade, etc.), quanto aspectos de RISCO (punição física, negligência, regras inconsistentes ou ausência de regras etc). Pode se dizer que o estilo de pai ou mãe reflete no dos filhos e contribui para determinar o desenvolvimento e a socialização destes, os quais irão construir passo a passo um repertório comportamental para toda a vida.

⁷ - *Proteger* é uma noção que faz parte do contexto das relações primárias e do universo semântico das políticas sociais. Significa, sobretudo, oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação. No caso brasileiro, a doutrina da *proteção integral* se encontra no Estatuto Brasileiro da Criança e do Adolescente (ECA), que a resume definindo esse grupo social como (a) cidadão; (b) sujeito de direitos; (c) capaz de protagonismo; (d) merecedor de prioridade de atenção; e (e) de cuidados (RIZZINI, 2006 p.127).

Aprofundando essa visão, Carvalho (1995) destaca o papel decisivo da família na educação formal e informal. Demonstra que, em seu espaço, os valores éticos e morais são absorvidos, os laços de solidariedade são estreitados, são construídas as marcas entre as gerações e observados os valores culturais. Seu ponto de vista remete a Sarti (1996), para quem:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo. (SARTI, 1996 p. 176).

Assim como Sarti, outros pesquisadores também ressaltam o caráter essencial do convívio familiar e dos papéis dos pais para o desenvolvimento saudável dos filhos.

Nesse contexto, estudos relevantes como os de Moreno e Cubero apoiados nos estudos de Maccoby, (1980); Maccoby e Martin, (1993); Damon, (1983) (in: COLL,1995) tem como base as investigações de Baldwin *et al* e Baumrind onde apontam as diferenças de personalidade e de socialização das crianças a partir dos padrões de atuação dos pais. Estes pais diferem de outros quanto ao grau de maturidade e em suas práticas educacionais em quatro dimensões fundamentais.

1. Grau de controle – esses pais influenciam o comportamento do filho, a fim de inculcar certos padrões, e o faz por meio de diferentes estratégias, como a *afirmação de poder* com uso de castigo físico ou ameaça de privar a criança de objetos ou vantagens materiais; a *retirada de afeto*, expressa para a criança como conseqüência de desagrado, decepção ou desaprovação, quando se passa a ignorá-la, deixando de falar com ela ou de escutá-la; a *indução*, os pais obrigam a criança a refletir sobre o porquê da sua ação, direcionando-a para considerar certas conseqüências daí advindas.

2. Comunicação pais-filho – esses pais utilizam o raciocínio para obter a conformidade da criança, pedindo a sua opinião e explicando a razão que mantém a medida restritiva ou punitiva para a mesma. Os baixos níveis de comunicação entre pais e filhos caracterizam os pais que não consultam as

crianças na tomada de decisões que as afetam, nem explicam as regras de comportamento que lhes são impostas.

3. Exigências de amadurecimento – esses pais exigem de seus filhos um alto nível de amadurecimento, pressionando-os e estimulando-os a um desempenho máximo nos aspectos social, intelectual e emocional, além de insistir precocemente para que sejam autônomos e decidam por si mesmos.

4. Afeto na relação – são os pais que expressam, de forma explícita, o interesse e o afeto pela criança e por tudo o que envolve seu bem-estar físico e emocional. Ficam alegres e se orgulham diante dos êxitos e comportamentos positivos da criança.

A partir da consideração das dimensões, podem ser apontados os seguintes tipos de pais.

- a) Participativo: centrado na relação e socialização do filho;
- b) Negligente: pais ausentes;
- c) Autoritário: centrado nos pais;
- d) Permissivo: centrado nos filhos.

Segundo estes mesmos autores (in: COLL,1995, p.193), pesquisas internacionais e longitudinais revelam ainda que as influências começam muito cedo, continuando na adolescência, e que o estilo parental pode mudar no decorrer dos anos, como vemos nas descrições abaixo:

1. Pais participativos – também chamados de autoritativos ou participativo-democráticos, sendo tanto exigentes, quanto responsivos. São pais centrados tanto na relação, quanto na socialização e desenvolvimento do filho. Apresentam muitas regras e limites, educam dando muito apoio, atenção emocional, estrutura positiva e direção para os filhos. Como conseqüência, essas crianças definem-se como mais competentes em todos os níveis, ou seja, boa auto-estima, habilidades sociais, estilo de atribuição otimista, bom desempenho acadêmico e desenvolvimento de resiliência.

2. Pais negligentes – pouco responsivos e pouco exigentes, apresentam pouco afeto e envolvimento, assim como impõem poucas regras e limites. São considerados pais ausentes, ou seja, pouco presentes na vida dos filhos, intolerantes e com facilidade para se aborrecerem. Em conseqüência, esses filhos são os que apresentam as piores performances, em todos as áreas. Podem ter um desenvolvimento atrasado, além de problemas afetivos e comportamentais.

Segundo Koller, (1996) este estilo parental correlaciona-se ao uso de drogas e álcool, doenças sexualmente transmissíveis, início precoce da vida sexual, baixa auto-estima e auto-eficácia, com maior probabilidade de depressão, estresse, baixo desempenho acadêmico, baixas habilidades sociais e futuros comportamentos anti-sociais (mentir, roubar, agredir, machucar, xingar).

3. Pais autoritários – muito mais exigentes do que responsivos; apresentam muitas regras e limites, mas são pouco afetivos e envolvem-se pouco. São pais centrados em si próprios, portanto desejam somente a obediência dos filhos. Estas crianças tendem a apresentar performance moderada na escola, mas se a coerção for muito forte podem ter ansiedade e, com isso, abaixar o desempenho escolar; não apresentam problemas de comportamento, geralmente são crianças e adolescentes quietos e passivos. Apresentam piores desempenhos em habilidades sociais, humor instável, pouco amigável, baixa auto-estima e altos níveis de depressão, situações que podem levar para a vida futura.

4. Pais permissivos – também chamados de *indulgentes*, são muito mais responsivos do que exigentes. Apresentam muito afeto e envolvimento, mas poucas regras e limites. São pais centrados no filho. Dão muito apoio e atenção emocional, mas pouca estrutura positiva e direção aos filhos. Como consequência, eles têm maior propensão a envolver-se em problemas de comportamento e têm pior desempenho na escola, mas podem ter boa auto-estima, boas habilidades sociais e baixos níveis de depressão. Por outro lado, há um alto risco de envolvimento com drogas no futuro, pois não aprenderam que existem regras e limites no mundo, acham que podem e devem experimentar tudo e testar todos.

O comportamento dos pais se reflete no comportamento dos filhos. Como resultado deste comportamento, a agressividade tem merecido atenção de muitos estudiosos, como Goldenberg (1998). Em seus estudos, revela que a agressividade pode ser um elemento positivo na criança, se for acolhida pela mãe sem retaliações. Ressalta ainda que a agressividade pode ser consequência da falta de cuidados dos pais. As relações humanas se constroem a partir do amor e do ódio. Se a mãe souber dar limites à criança com ternura e serenidade, a criança toma posse de seus sentimentos destrutivos e aprende a controlá-los.

Os estudos de Goldenberg vão mais além ao afirmar que comportamentos como brigas constantes podem ser sinais de que algo não vai bem e, portanto os pais devem investigar a causa da agressividade com ajuda de profissionais. Outros dados relevantes a serem observados é a impotência para os desafios, estas crianças não conseguem fazer suas tarefas diárias e tornam-se agressivas. Têm medo e ansiedade. Os pais devem apoiá-las na realização de trabalhos sem agredi-las com excesso de cobranças.

Para Blum, (1994) (in: GOLDENBERG, 1998) esta situação agravou-se a partir dos anos 60, quando mais mães entraram no mercado de trabalho, ficando mais de doze horas longe dos filhos. A negligência também gera agressividade nas crianças, comenta Blum. Concorda que a violência da criança de classe média não é gratuita. É provocada pelo comportamento imprevisível e violento dos pais que, segundo ele, desumaniza a criança e a leva a perder os sentimentos pelos outros.

Se a criança tem atitudes quando fracassa numa tarefa ou é contrariada, o potencial para que se torne violenta já está desenvolvido. Os pais devem impor limites com carinho. Se a criança alcança uma vitória e, em vez de sentir-se feliz, torna-se arrogante e irrita os colegas, deve ser mais bem observada porque sente raiva no lugar do prazer, o que é um sintoma de falta de afeto.

A baixa auto-estima faz com que a criança que se sinta indigna de admiração e apreço e carregam enorme potencial agressivo. Os pais devem ajudá-la a melhorar a auto-estima convencendo-a de suas qualidades e de seus méritos. Se a criança está muito introspectiva pode ser um sinal de não saber pedir ajuda.

Tais comportamentos refletem nos papéis familiares. Mesmo que a maioria das crianças tenha a presença dos pais, não basta estes serem fisicamente presentes, é preciso que sejam afetuosos, cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo ou errado. A criança amada e cuidada passa pelos estágios de aprendizado tranquilo, tem mais facilidade para acatar regras e respeitar limites, tende a se desenvolver de forma plena e saudável.

4. ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OLHAR NA TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Este capítulo, “acolher crianças e adolescentes”, veio enriquecer este trabalho. Somado aos capítulos seguintes, propõe uma breve reflexão pautada na situação atual das nossas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social além da relevância do papel dos abrigos e dos cuidadores.

O acolhimento informal é uma prática muito antiga e sua história tem percorrido, desde então, um longo percurso. A criança que não podia ser atendida pelos pais biológicos era entregue por eles ou por mediadores a outras famílias. Ao longo dos anos, este tipo de acolhimento sofreu mudanças significativas na tentativa de prevenir a eventual separação entre pais e filhos (RIZZINI, 2004).

Até o século XVII o cuidado com as crianças não refletia nenhuma preocupação com elas (MARCÍLIO, 1998). Era comum encontrá-las entocadas no mato, perambulando pelas vilas e esmolando pelas ruas. Por espírito de caridade ou com a pretensão de utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra suplementar e gratuita, algumas famílias, segundo estudos de Marcílio (1998), as recolhiam e as criavam.

Com a intervenção da Igreja Católica, a partir do século XVIII surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada, implantada em terras brasileiras, as chamadas casas dos expostos, e após, casa de recolhimento dos expostos (MARCÍLIO, 1998, p. 55). Essas casas seguiam regras rígidas principalmente no que se referiam as práticas religiosas, por outro lado, faltavam planos e objetivos educacionais. Além disso, a pobreza e a miséria expandiam-se e, conseqüentemente, o abandono acentuou-se (MARCÍLIO, 1998). Diante desta realidade, surgiam cada vez mais obras filantrópicas dirigidas a crianças e com elas, regras rígidas com relação à sua configuração.

Durante os anos seguintes, muitas mudanças aconteceram e em função da demanda e emergência em resolver a situação das crianças, a idéia que norteava era a da criação de instituições especiais além das de pura caridade (MARCÍLIO, 1998, p. 218). A partir de então, a história começa a ganhar um novo rumo e se fortalece com a realização, em 1979, do Ano Internacional da Criança, em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), que pré-configura a Doutrina de Proteção Integral, “e é nesse contexto

que o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) se fortalece e amplia seu campo de ação no Brasil.” (MARCÍLIO, 1998).

Ainda avançando na história, chegamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a sua promulgação, as instituições antigamente conhecidas como obras, orfanatos, educandários ou colégios internos (BAPTISTA, 2006), além de passarem a ser denominadas abrigos viram-se diante de novas diretrizes de funcionamento que rompem com um passado em que crianças e adolescentes eram, legalmente e por tempo bastante prolongado, afastados da vida comunitária e familiar.

Com a fragilidade estrutural da família, atualmente o abrigo ou acolhimento institucional, vem sendo uma alternativa dentro da política de atendimento a crianças e adolescentes em situações de risco, sejam nos casos de instituições que prestam atendimento em regime de abrigo ou nos casos de família provisória. A prática de encaminhar crianças que não podem permanecer com sua família de origem, ganhou força a partir do século XIX. Essa prática, aliada à fácil retirada da criança de sua família para as instituições criou uma verdadeira cultura da institucionalização.

Essa cultura ganhou força a partir da década de 1990 merecendo maior atenção por marcar uma mudança importante de paradigmas em relação ao cuidado e proteção à população infantil e juvenil, sob o ponto de vista dos seus direitos (BAPTISTA, 2006). Estes paradigmas estão contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA⁸, lei 8.069 de 13/07/90, quando a criança e o adolescente passaram a ser “sujeitos de direito”. Isso quer dizer que o atendimento e a proteção não são favores concedidos, são direitos assegurados por lei. Por direito entende-se o conjunto de regras que regulamenta a relação entre as pessoas. A cada direito corresponde um dever que pode ser individual ou coletivo (BAPTISTA, 2006).

No que se refere à família, o Artigo 19 do ECA enfatiza a responsabilidade da família e o direito da criança de permanecer em seu contexto familiar e comunitário assim descrito:

Toda a criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de

⁸ ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 13/07/1990 LEI 8069.

pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (ECA, 1990, Artigo 19).

Já o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes e dar-lhes a proteção essencial.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, Artigo 4º).

Quando isto não ocorre ou as crianças e os adolescentes encontram-se vulneráveis ou em situação de risco fundado por ação ou omissão da família, sociedade ou Estado, aplicar-se-ão as medidas de proteção previstas no artigo 101, Parágrafo VII, do Estatuto.

Uma das medidas de proteção é o acolhimento da criança ou adolescente por instituições designadas por promotores ou juízes. Com a promulgação do estatuto, as instituições acolhedoras passaram a ter uma nova denominação – Abrigo⁹. Este, como prevê o Estatuto, abriga a criança que apresenta uma multiplicidade de dificuldades, começando pela impossibilidade dos pais de prover até mesmo o essencial para sua sobrevivência.

Segundo o IPEA, “O sistema de acolhimento/abrigamento freqüentemente trata as famílias com dificuldades de moradia, renda e acesso à saúde como incapazes ou negligentes para cuidar de seus próprios filhos (...)” (IPEA,2004, p.223). O conceito de *acolher*¹⁰ complementa essa noção, remontando à idéia de proteção e cuidado (IPEA/CONANDA, 2004).

Legalmente (BAPTISTA, 2006), a criança é abrigada como medida de proteção integral e excepcional que pode ser tomada pelas Varas da Infância e da Juventude ou pelos Conselhos Tutelares diante da constatação da violação dos direitos básicos após terem sido esgotadas as demais medidas que preservam a convivência familiar. O abrigamento sempre é feito com determinação judicial e

⁹ ABRIGO - se configura como um local de moradia de crianças e adolescentes afastados da convivência familiar (BAPTISTA, 2006 p. 39).

¹⁰ Acolher é dar acolhida, receber e dar atenção (BAPTISTA, 2006 p. 36).

em caráter de provisoriedade, embora o Estatuto não determina qual seria este período.

Abrigar estes sujeitos não significa apenas dar a eles um teto. A partir do momento da chegada da criança ou adolescente ao abrigo, este, por sua vez, não só o acolhe, mas passa a ter outras atribuições. A instituição deve priorizar como objetivo, o retorno da criança ou do adolescente abrigado a sua família de origem no mais breve prazo possível. Isso requer que, enquanto durar a aplicação da medida, sejam empreendidos esforços no sentido de manter os vínculos dos abrigados com suas famílias e de apoiá-las para receber seus filhos de volta e para exercer de forma adequada as suas funções (BAPTISTA, 2006, p.55-56).

No que se refere às crianças e aos adolescentes, enquanto tiverem que permanecer nos abrigos, a legislação indica que outros esforços devam ser feitos no sentido de propiciar o direito à convivência familiar e comunitária para esta população, seja por meio da colocação em família substituta, por meio da guarda ou pela vivência em abrigos mais semelhantes a uma residência e mais acolhedores que proporcionem atendimento individualizado e personalizado para crianças e adolescentes que lá vivem.

A estes sujeitos, o abrigo deve assegurar que sejam assistidos por profissionais das diversas áreas e que sejam aplicadas medidas com objetivo de proteger a criança ou adolescente. A medida de abrigo não pode ser utilizada quando ocorre a constatação de extrema pobreza, ou dificuldades de proporcionar condições de moradia e alimentação de uma família (ECA, 1990, Artigo 23). Mesmo assim, esta medida é comum, pois nem sempre as políticas existentes de proteção à família atendem a demanda de necessitados. Esta política poderia evitar a institucionalização.

Além de servir como moradia, o processo de abrigamento pode causar traumas irreversíveis ou os melhores momentos da vida desses sujeitos. São momentos em que seu universo familiar (seus laços de parentesco, amigos e vizinhança) fica suspenso e ameaçado e é substituído por uma instituição que o acolhe, passando a conviver com inúmeras crianças e profissionais, de diferentes contextos familiares (ERNESTO e ROSA, 2007).

Do medo à insegurança, da saudade à sensação de liberdade, da incerteza da separação à angústia da espera, não sabemos, mas a criança sabe que se está em um abrigo é porque teve pelo menos um dos seus direitos

desrespeitados. Embora, muitas vezes não compreenda exatamente porque foi parar ali, tenderá a atribuir esse acontecimento a uma vontade ou decisão arbitrária de alguém (ERNESTO e ROSA, 2007).

Sabemos que a trajetória do processo de abrigamento não se finda na chegada dessas crianças ao abrigo. Este é só o começo de um longo caminho vivenciado por elas, por seus familiares e por todos os profissionais de vários segmentos envolvidos.

Atualmente, a complexidade no que se refere aos abrigos e aos abrigados é extremamente relevante e tem recebido merecida atenção por diversos segmentos governamentais. Pesquisas recentes realizadas pelo IPEA¹¹ e organizadores, revelam que o abrigamento de crianças e adolescentes, antes considerado conseqüência apenas de seu histórico familiar, também está relacionado a problemas macroestruturais (BAPTISTA, 2006 p. 39). Dentre os estados brasileiros, o Paraná é o 4^a colocado em número de abrigos que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com 41 instituições, ou seja, (7%) em relação a outros três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) (BAPTISTA, 2006 p. 40).

A mesma pesquisa (BAPTISTA, 2006) revela que, na tentativa de reproduzir um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não significa substituir a família ou imitá-la, os abrigos implantaram em sua proposta um atendimento personalizado. A idéia é que o abrigo tenha as características de uma casa familiar, e para isso propõe que funcione em uma casa térrea, com dependências similares às de uma casa nos padrões normais, de fácil acesso a todos os recursos (saúde, educação, lazer).

Segundo Baptista, para que a proposta do CMDCA de implantar abrigos com características de uma casa de família normal fosse plenamente efetivada, foi preciso rever uma série de questões, partindo da criação de uma Rede de Serviços de Ação Continuada – SAC do Ministério da Assistência Social para a manutenção dos programas nos abrigos. O trabalho iniciou-se com o levantamento das demandas na questão, a capacidade de abrigamento da unidade, o tipo de imóvel, funcionários, local, entre outros.

¹¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA.

Além da proposta acima, os dados revelados na pesquisa, como os que se referem ao número de abrigados por unidade, determinam que nenhum abrigo deve abrigar mais que vinte e cinco sujeitos, limite estimado de crianças por abrigo que deve obedecer à resolução estabelecida pelo CMDCA. O fato é que nem todos os abrigos obedecem à Resolução e o número de crianças e adolescentes abrigados em cada unidade, na realidade, ultrapassa o limite.

Quanto ao tempo de permanência, embora o ECA não defina o tempo máximo que possam permanecer no abrigo, o Levantamento Nacional (BAPTISTA, 2006 p. 43) constatou que o período de abrigamento varia de sete meses a cinco anos (55,2%) e a parcela mais significativa desta população (32,9%) está lá por um período que varia de dois a cinco anos. Hoje no Paraná, cerca de 589.420 famílias vivem em situação de vulnerabilidade, sendo 27% da população (DÜRING, *et al* 2007 p.30).

Outra realidade bastante significativa refere-se ao número de abrigados. Uma pesquisa realizada no ano de 2003, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, investigou 589 das 600 instituições de abrigos existentes no país, que na ocasião da coleta de dados, abrigavam 19.373 crianças e adolescentes. O Estado do Paraná conta com 285 abrigos para crianças e adolescentes, espalhados por 154 municípios. As unidades atendem a 3.786 pessoas, sendo 55% meninos e 45% meninas. Em relação ao regime de permanência, 93% moram no abrigo e 3% ficam durante a semana na unidade, enquanto ficam com a família de origem nos fins de semana. (ERNESTO e ROSA, 2007 p.37).

Esta realidade revela que mesmo com significativas mudanças nas políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes, estes números tendem a crescer, se levarmos em conta o número de famílias em situação vulnerável. Os desafios não param por aqui. Frente a estes dados, outros como o perfil, gênero, motivo do abrigamento, realidade familiar são de extrema relevância e merecem atenção e espaço para uma longa discussão. Porém, como esta pesquisa não objetiva focalizar especificamente este tema, estes aspectos ficam para uma outra oportunidade.

4.1 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Neste capítulo apresentamos um tema ainda jovem para a literatura, porém de extrema importância, principalmente por referenciar os adolescentes envolvidos neste trabalho.

As diferentes realidades vividas por muitas das crianças e dos adolescentes ocorrem de um lado, por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas e de outro, por terem sido ao longo da história, expressão dessas desigualdades.

Diante dessa realidade pode acontecer o rompimento das relações familiares, aumentando as tensões e os problemas, deixando de ser o seu lar um lugar seguro para a criança crescer. Muitas vezes, sem saber como lidar com os problemas, os pais e depois os filhos o abandonam.

Como se não bastassem dificuldades familiares, muitos jovens cuja identidade é construída sobre a fragilidade e a impotência para contestar, são banidos da sociedade e excluídos em relação aos padrões socialmente estabelecidos. Essas crianças e adolescentes, frutos das desigualdades sociais, tem mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, freqüentar uma universidade, fazer cursos profissionalizantes.

Fragilizados e sem a família, estes jovens passam a viver padrões estabelecidos em outros contextos, um deles, a rua. Nela, muitos sobrevivem mesmo diante da internalização de estigmas socialmente forjados pelos valores sociais e também conseguem desenvolver estratégias de sobrevivência: (ROSEMBERG, 1994 p. 166).

O primeiro relato sobre um menino de rua, apareceu na Espanha em 1554, em uma novela intitulada *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades* Rovere e Pelegrini (1980) (in: KOLLER, 1996). Já o termo, “criança de rua” foi usado pela primeira vez em 1851, pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London Labour and the London Poor*. Essa criança era vista pela sociedade como abandonada, fugitiva, sem lar, pivete, delinqüente, menor abandonado, menor infrator, entre outras designações. Atualmente, muitos destes termos são pouco usados, outros, não mais. A literatura apresenta o termo “criança em situação de vulnerabilidade social”, que abordaremos no decorrer do capítulo.

A criança descrita acima, além das configurações a ela referidas, era tratada como um sujeito que representava riscos¹² para sociedade da época e, portanto, precisava ser banida. Mas, enquanto isso não acontecia, era preciso pensar em como fazê-lo e em qual lei a sociedade poderia apoiar-se para tomar tal decisão e encontrar a solução do problema.

No Brasil, um dos primeiros passos veio com a Constituição Federal de 1988, marcada por uma mudança revolucionária no modo de enxergar o Cidadão Criança e o Cidadão Adolescente, começando pela terminologia usada para referi-los. Assim, dentro do antigo Código do "Menor" (12 de outubro de 1927), substituiu-se a palavra "menor", utilizada até então como objeto de discriminação e conseqüente negação da cidadania desses sujeitos. A nova Constituição Brasileira reconheceu o "menor" como parte essencial da sociedade, empregando no seu texto as palavras "criança" e "adolescente", além de indicá-los como portadores de proteção especial do Estado e da Sociedade, devido à sua condição peculiar de desenvolvimento. Não eram mais os "menores", vistos como escória social a esconder, punir e trancafiar (HUTZ, 1996; KOLLER, 1996 e BANDEIRA, 1996; RIZZINI, 2004; ROSENBERG, 1994).

Porém, mesmo com significativas mudanças, como a substituição do Código do Menor de 1927 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, sob a designação de "menino de rua", o estereótipo de escória social, difundido até então, permaneceu latente no país.

Para Rizzini (2003), a expressão "menor de rua" surgiu da categoria jurídica de *menoridade* que, historicamente, identificava os menores como indivíduos sujeitos à aplicação especial das leis, por não estarem no gozo de seus direitos como cidadãos, ou seja, por estarem legalmente submetidos à tutela familiar ou de outros responsáveis.

No século XIX, esse emprego meramente jurídico da expressão deu lugar a outro, que marcava o surgimento de uma nova categoria social, conhecida como a dos menores *abandonados e delinqüentes*. Assim, o *menor* passou a ser identificado como o alvo de políticas paternalistas, voltadas ao controle e à

¹² Risco e perigo para Giddens (1994) são dois termos que não são sinônimos, embora, seu significado se aproxime. *Perigo* diz respeito a ameaças que rondam a busca dos resultados desejados. *Risco* constitui uma estimativa acerca do perigo. Alguns desses fatores se referem a características dos indivíduos; outros, ao seu meio microsocial e outros, ainda, a condições estruturais e socioculturais mais amplas (GIDDENS, 1994, p. 7).

contenção social, especialmente a partir da instauração da República (KOLLER e HUTZ, 1996).

Nesse contexto, as instituições estatais tiveram papel decisivo para a construção jurídica e social da categoria *menor*. Inicialmente, coube ao setor jurídico a sua identificação e análise, dividindo-a em subcategorias que abrangessem a complexidade do universo a ser assistido/controlado. Logo, as práticas de intervenção utilizadas no decorrer do século XX foram extremamente eficazes na disseminação do emprego do termo menor, encontrando amplo respaldo social.

Isso serviu para criar uma dicotomia entre dois grupos: o de "menores" e o de "crianças/adolescentes", os quais eram percebidos e tratados de forma muito diferente (RIZZINI, 2006). Mas essas contradições só foram evidenciadas nos anos 1980, que precederam a formulação do conceito de direitos para a infância e juventude, através da Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse período, a categoria "menino de rua", forjada na modernidade, circulava para classificar crianças socialmente desfavorecidas, emergentes das grandes metrópoles de países da América Latina (Brasil, México e Colômbia) (KOLLER e HUTZ, 1996).

Foram, então, realizados estudos em diversas áreas, focalizando diferentes âmbitos de conhecimentos, como os psicológicos (cognitivo, afetivo) e os epidemiológicos (sociais, históricos). Isso gerou mudanças, não apenas de nomenclaturas, mas também na explicação histórica do fato.

Rosemberg (1994) definiu uma dessas mudanças, substituindo a terminologia "menino de rua" por "crianças em situação de rua". Além disso, essa mesma autora iniciou uma discussão relevante sobre a expressão "meninos de rua", introduzida no Brasil por Rosa Maria Fischer Ferreira (1979) e que acrescentava outra óptica analítica, a partir da mudança terminológica, substituindo o "de rua" pelo "em situação de rua" que com o tempo passou a ser utilizada como mecanismo de exclusão e estigmatização de uma população marginalizada, percepção ainda presente na atualidade e na concepção de muitas pessoas.

Atualmente as crianças e adolescentes que vivem ou se encontram na rua são caracterizadas de "crianças e adolescentes em situação de rua", porém, como já mencionamos, essa nomenclatura nem sempre foi assim, sofreu

mudanças ao longo dos tempos. A segunda metade da década de 80 marcou uma nova etapa na produção do conhecimento sobre essas crianças. Neste período, várias pesquisas descreveram o perfil e as condições de vida das crianças e adolescentes encontradas nas ruas dos grandes centros urbanos.

Uma destas pesquisas com crianças e adolescentes não mais em situação de rua, mas abrigados em uma ONG, revela que a maioria dos entrevistados, antes de serem abrigados, vivia com seus familiares, porém, costumavam mudar frequentemente entre família, rua e projetos. A razão disso, se dava por expulsão, fuga de condições insuportáveis na família, procura por uma melhor qualidade de vida (SCHMIDT, 2007 p. 32).

Estes adolescentes, ao serem questionados sobre os motivos da sua situação de rua, descreveram-se como sendo na família, recipientes passivos de problemas e maus tratos. Ao se referir a rua, descrevem-se como atores ativos que desenvolvem várias atividades de sobrevivência como: captação de recursos materiais (alimentação, roupas e etc), formação e organização de um grupo, organizam lugar de moradia, organizam o dia, o dinheiro do grupo, passando conhecimento e ensinando capacidades (SCHMIDT, 2007 p. 33). Trabalhar, pedir esmola, roubar, obter drogas (estas obtidas principalmente para não sentir fome, medo, esquecer as dificuldades e brincar de “ser criança”). Além disso, relataram que construir vínculos com outras pessoas, tem uma função fundamental nas experiências na rua.

Ainda na mesma pesquisa, os adolescentes revelaram que experienciam uma sociedade que não apóia, que rejeita, abusa e ameaça. Por este motivo eles também ficam revoltados e rejeitam a sociedade. Este discurso é comum na vida dos meninos abrigados, uma vez que a sociedade rejeita seus pais, está rejeitando os filhos destes pais e, por conseqüência, a rua passa a ser para muitos, contexto de fuga e, mesmo que este permita outros tipos de maus tratos, se diferencia da família e da sociedade por eles entendida.

Contribuições desse tipo de estudos encontram-se em (RIZZINI, 1991; ALVES, 1991, p. 118) ao descobrir que, ao contrário do que se pensava até então, a grande maioria das crianças e adolescentes encontradas nas ruas não eram “abandonadas”. Passavam grande parte do seu tempo na rua e ao final de uma longa jornada de trabalho retornavam ao convívio familiar. Neste contexto

desempenhavam atividades diversas como: vendedores de pequenos objetos, guardadores de carro, engraxates, entre outros.

Por outro lado, uma parcela destas crianças e adolescentes recorriam a atividades como mendicância, furtos, uso de drogas e prostituição. Foi preciso então, ampliar o conhecimento do tema e distinguir “crianças na rua”, isto é, aqueles que exercem atividades na rua, mas vivem com suas famílias e “crianças de rua” sendo estes que romperam vínculos com seus familiares, ou pela falta dos mesmos passaram a viver na rua.

Na tentativa de reduzir essa ambigüidade, o Unicef, em 1989, elaborou documento distinguindo-os:

Caracterizou-se a “criança de rua” como sendo crianças e adolescentes até 18 anos que habitam zonas urbanas; têm vínculos familiares débeis, quando os tem; desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; tem na rua seu habitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; estão expostos a riscos consideráveis e específicos. A “criança na rua” são crianças e adolescentes até 18 anos que mantêm vínculo familiar; realizam atividades destinadas a garantir seu sustento tanto na economia formal como na informal, desenvolvidos fora da família, a rua; recebem ou não remuneração podendo ser em dinheiro, espécie ou serviço; o que recebem pode ser para si, seu grupo de referência ou para terceiros. (PNAD-UNICEF, 1989, p. 118).

Definição semelhante a esta aparecem nas pesquisas de Koller e Hutz (1996).

Crianças de rua são na sua maioria meninos que deixaram suas famílias ou foram abandonadas por elas. Seu viver na rua refere-se a: trabalho, educação, relacionamentos e lazer. *Criança na rua*, são as que, mesmo tendo as características de abandono, vivem com a família. Grande parte do seu dia é dedicado ao trabalho ou ao pedir esmola para seu sustento e o da sua família. A noite, no entanto, retornam às suas casas (KOLLER e HUTZ, 1996 in: MIRANDA; STOLTZ, 1999 p. 3).

Tais características e no que se refere à aprendizagem na rua puderam ser percebidas em 2004 e 2005, quando junto a um grupo de pesquisadoras (D'ARROZ, STOLTZ, 2003; D'ARROZ, OTHMANN, PIECZARKA & COSTA, 2004; OTHMAN, STOLTZ, 2003, 2004, 2005^a, 2005^b; OTHMAN, D'ARROZ, STOLTZ, 2004) coordenadas por Stoltz, foi desenvolvida uma pesquisa com crianças e adolescentes que trabalhavam no mercado informal da rua onde foi possível perceber além destas, características psicológicas sadias. Naquele período,

pesquisou-se a construção da noção de lucro em crianças e adolescentes trabalhadores de rua de Curitiba – PR, e como elas entendiam esta construção.

Outros dados relevantes observados neste estudo, se referem à influência da família na construção da noção de lucro. Os estudos comprovaram que há indícios de que a criança trabalhadora de rua é influenciada pela mãe ou responsável sobre qual produto vender, preço a ser vendido e local onde adquirir o produto, bem como, a criança está presente no momento da compra, mas participa indiretamente, ou seja, apenas está sob o olhar do responsável, mas não interfere nas regras e nos valores.

Além disso, o estudo demonstrou que os representantes do grupo pesquisado entendiam a rua como espaço onde se sentiam livres, faziam amigos, brincavam brincadeiras de criança e tinham a possibilidade de complementar a renda familiar ou de ser a única renda com o resultado do seu trabalho. Para alguns deles, mais do que liberdade, a rua significava proteção, abrindo as possibilidades de vivenciar experiências e ter uma família, pois se ficavam em casa, permaneciam sozinhos sem a presença dos pais ou responsáveis e eram privados das necessidades básicas fundamentais.

Sobre o aspecto de interação com outras crianças em situação de rua, Giamo e Grumberg (1992) (in: KOLLER, 1996 p. 13) evidenciaram que essas crianças, tidas como vulneráveis fracas e amedrontadas, não são preguiçosas, trabalham duro, são engraçadas, bem-humoradas e, algumas vezes, podem revelar raciocínios brilhantes para resolver problemas. Além disso, outros estudos afirmam que a vida na rua, ao invés de retardar, promove o desenvolvimento cognitivo, proporcionando muitas aprendizagens (KOLLER, 1996 p.14). Outro estudo referido por Koller (1994), ao utilizar a teoria de Eisenberg (1982):

Demonstrou que as crianças em situação de rua, que não freqüentam escolas, relacionam-se pró-socialmente no mesmo nível que crianças escolares da mesma idade, o que quer dizer que viver na rua não impede o desenvolvimento de valores e não gera deficiências morais específicas em crianças e adolescentes. (KOLLER, 1994 p.14).

Por outro lado, pesquisas revelam que as crianças que vivem na rua ou trabalham neste contexto não são emocionalmente mais frágeis do que aquelas que vivem com a família (KOLLER, 1996), pois ao deixar a casa e ocupar um espaço na rua, precisam reorganizar sua vida por conta própria.

No entanto, ressaltar esses aspectos não nos faz esquecer que, embora a rua signifique, para muitas crianças, a independência do controle da família e a liberdade para fazer o que quiserem, elas também se submetem há vários outros controles e limites. Na rua, uma criança não pode ter todas as suas necessidades atendidas, além de se encontrar exposta a todos os tipos de riscos (KOLLER, 1996, p. 16).

É relevante observar que mesmo com significativas mudanças na terminologia referenciada a criança e ao adolescente em situação de rua, estudos mostram que há lacunas no que se refere à realidade social e familiar, apontadas como sendo a causa da opção de vida na rua por estes sujeitos. Ou seja, optar pela vida na rua não é consequência somente da situação de pobreza e sim, de outros fatores como a vulnerabilidade social.

Sem a finalidade de nos aprofundarmos nas questões políticas que envolvem o atendimento à crianças, adolescentes e suas famílias, fica aqui evidente que, com o atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente e políticas públicas de atendimento às famílias, talvez tivéssemos uma realidade menos dolorosa para nossas crianças. Por outro lado, a vulnerabilidade, outro elemento distintivo da realidade social, ultimamente amplamente discutido, talvez não colocasse as famílias e as suas crianças em situação tão preocupante.

4.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

Como já mencionamos anteriormente, mesmo sendo um termo jovem na literatura, vulnerabilidade social vem ganhando espaço nas discussões em diversos segmentos da sociedade. O referido capítulo trata além do seu conceito na educação, as mudanças ocorridas, reflexos nas famílias, instituição que tem sofrido os efeitos em todos os segmentos (educação, saúde, trabalho) além dos reflexos na segurança e no seu desenvolvimento.

Por vulnerabilidade entende-se a predisposição individual para desenvolver variadas formas de psicopatologias ou comportamentos não eficazes, ou susceptibilidade para um resultado negativo no desenvolvimento (LUTHAR, 1991, ANTONI e KOLLER, 2002). Entender quais fatores promovem a vulnerabilidade levou alguns pesquisadores (KOLLER, 1996; RUTTER, 1987;

PETRINI, 2003; VIGNOLI, 2001, entre outros) a discutirem quais fatores desencadeiam a vulnerabilidade, a população atingida e suas conseqüências.

Dos estudos apresentados o fator comum de análise dos pesquisadores, no que se refere à família, foi a situação socioeconômica precária que tem deixado muitas famílias sem condições de suprir as necessidades básicas de seus filhos, tais como alimentação, saúde e educação. Como conseqüência destes fatores, a família fica vulnerável a inúmeras situações e como se não bastasse, sofre o processo da exclusão social que, por sua vez, dificulta o convívio saudável, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar.

A esse respeito, à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, são criadas situações de vulnerabilidade. Logo, pode-se concluir que a vida familiar, para ser efetiva e eficaz, depende de certas condições que garantam a sustentação da mesma e a manutenção de seus vínculos.

Partindo dessa ótica, a vulnerabilidade refere-se a todos os elementos que agravam a situação de risco ou impedem respostas satisfatórias ao estresse (delinqüência, prostituição). O que difere da resiliência é que esta, diz respeito nesta dialética risco-proteção, ao pólo oposto ao eixo risco-vulnerabilidade e pode ser compreendida como variações individuais em resposta a situações de risco (RUTTER, 1987). Seria a capacidade de emitir uma ação com um objetivo definido e com uma estratégia de como alcançá-lo.

Com o objetivo de aprofundar a discussão deste tema, o conceito de vulnerabilidade social tem sido utilizado por distintas agências, como a da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL. Nesta agência, seus autores partiram do conceito mais geral de debilidades ou fragilidades, tentando fugir ao sentido de passividade que segundo eles, o conceito sugere. Para definir a vulnerabilidade recorreram a diversas unidades de análise — indivíduos, domicílios e comunidades —, além de recomendar a identificação de cenários e contextos (VIGNOLI, 2001; ARRIAGADA, 2001; FILGUEIRA, 2001, entre outros).

Entretanto, vemos que essa definição conduz o olhar a planos múltiplos e, em particular, a estruturas sociais vulnerabilizantes ou a condicionamentos de vulnerabilidades. A esse respeito, citamos Filgueira (2001):

Durante la década de los noventa, el desarrollo del marco "activos-vulnerabilidad" o del a set-vulnerability-framework, para expressarlo en su terminología original, se volvió una de las ideas mas novedosas de la literatura que estudia el fenómeno de la pobreza en las sociedades contemporáneas y en particular, en los países de la periferia. En su concepción inicial, el nuevo marco estuvo orientado por el interés en demostrar las potencialidades de un abordaje acerca de los recursos que pueden movilizar los hogares o los individuos, sin circunscribirlo a la noción de capital en terminos exclusivamente economicos o monetarios... Recorre a diversas disciplinas, como la sociología, la antropología y la psicología social... con la preocupación de diseno e instrumentos de políticas sociales (por ejemplo, de combate a pobreza)... identifica activos relevantes para el desempeño de los individuos, como el "capital social"... (FILGUEIRA, 2001, p. 2)

Com relação à colocação da autora, antes de entrar no mérito desta questão é preciso pesquisar mais, e também no que se refere a ambientes ou "inseguranças e incertezas" justamente por se entender a vulnerabilidade social, como sendo um tema jovem no campo da psicologia social (VIGNOLI, 2001; CEPAL, 2000).

Outros autores de outras agências segundo Filgueira (2001) recorrem ao conceito de vulnerabilidades sociais na tentativa de desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades para acionar resistências e enfrentamentos diante de circunstâncias socialmente negativas. Isso aponta para uma espécie de resiliência positiva, a qual se revela quando o vivido resulta em aprendizado de formas de resistência e em formas criativas de lidar com os riscos e obstáculos.

Essa vulnerabilidade positiva mostra-se como conceito subsidiário nos debates de Bourdieu (2001) (in: FILGUEIRA, 2001) sobre capital cultural, social e simbólico, ou seja, aquele que se adquire por "relações de comunicação", tomando consciência de violências simbólicas e sinais de arbitrariedade. Esse momento surge quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de "um poder simbólico de subversão" Bourdieu (2001 p.15). Embora este assunto requeira uma discussão mais fundamentada, percebem-se comportamentos semelhantes nos jovens com poucas perspectivas de futuro.

A geração dos jovens atualmente é bastante afetada por desencanto, incertezas quanto ao futuro, distanciamento em relação às instituições, descrença

na legitimidade das mesmas e na política formal, além de resistência a autoritarismos e à "adulocracia" (RIZZINI, 2003). Nesse caso, a escola e a família já não têm o mesmo caráter de referência que tiveram para outras gerações. Além disso, verifica-se uma ampla diversidade na construção das referências em grupos de uma mesma geração.

Dessa forma, para Rizzini (2003, p. 64) discutir a juventude pede uma discussão prévia sobre a modernidade, sua realização em distintos planos e para distintos grupos sociais como os grupos vulneráveis. A autora sugere cuidados ao se falar nestes assuntos, pois autores que recorrem hoje ao conceito de vulnerabilidades sociais (VIGNOLI, 2001; FILGUEIRA, 2001; ARRIAGADA, 2001) indicam a dialética possível no uso do conceito, referindo-se tanto ao negativo – considerando obstáculos e riscos para as comunidades, famílias e indivíduos – quanto ao positivo – considerando possibilidades, ou a importância de identificar "recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos." (VIGNOLI, 2001, p. 58).

Nessa perspectiva, alguns autores como Moser (1999) (in: FILGUEIRA, 2001) entendem o conceito de vulnerabilidade como ferramenta eficaz para analisar a situação dos indivíduos socialmente excluídos na América Latina, pois este contribui para uma ampla compreensão de vicissitudes e idiosincrasias que vão além dos atributos de renda na realidade dos pobres.

Contudo, apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas ao conceito de vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período de maiores reflexões sobre as limitações dos estudos, sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas a eles associadas na América Latina. Assim, os trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram motivados pela preocupação do fenômeno da pobreza e em estender o conceito às diversas modalidades de desvantagem social (VIGNOLI, 2001 p. 30).

Conseqüentemente, os termos vulnerabilidade social e segregação juvenil vieram contribuir para esclarecer nuances complexas da relação entre a juventude e a violência (VIGNOLI, 2001). Relação percebida como produto de dinâmicas sociais pautadas por desigualdades; segregações; inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho; ausência de oportunidades de lazer,

formação ética e cultural em valores de solidariedade, cultura de paz e distanciamento em relação aos modelos que vinculam esforços a êxitos.

Essa abordagem revela que a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada à condição de vulnerabilidade social desses indivíduos. Afinal, eles sofrem, na atualidade, um risco de exclusão social sem precedentes, devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado.

Ainda sobre os jovens, em recente publicação da UNESCO (CASTRO *et al*, 2001), estudos revelam que em projetos sociais bem sucedidos, envolvendo jovens em situação de vulnerabilidade social, o protagonismo juvenil aparece de maneira importante contraponto-se à violência e à exclusão social. Segundo Costa (2002), o jovem protagonista, ao ocupar o lugar central passa a ser o autor principal, o protagonista da história ou da sua própria história. Em muitos casos, atividades que permitem essa oportunidade, propiciam aos adolescentes mudanças significativas na sua vida, e em outros, na sua família.

Embora tenha ficado claro que a vulnerabilidade está intimamente ligada a questões sociais envolvendo sujeitos e espaços fragilizados, este tema não se esgota neste trabalho, merecendo uma profunda reflexão por se tratar de um tema jovem, pouco discutido e, por este motivo, oferece indícios que há ainda muito o que se discutir. Essa discussão poderá contribuir para que o conceito de vulnerabilidade social não caia no senso comum que vulneráveis são as pessoas pobres.

Outro elemento importante tem merecido atenção, o jovem. Este, como se pode observar em diversos estudos, cada vez mais vem ampliando seus horizontes de trabalho e cultura, interferindo no ambiente familiar, modificando a sua maneira de pensar e agir.

4.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Entre os mais importantes direitos das crianças, está o de conhecer seus pais e o de ser cuidada por eles (RIZZINI, 2006). O presente capítulo integra, além da discussão desse direito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o papel da família na reflexão de diferentes autores que abordam esse tema.

Práticas de encaminhamento envolvendo a criança e o adolescente tem sido comuns. Quando a família, seja qual for a sua configuração, não puder cuidar da criança, esse vínculo pode ser construído na relação com outras pessoas, uma delas, a institucionalização (RIZZINI, 2004).

Entretanto, mesmo com a institucionalização de crianças ganhando espaço nas discussões do poder público, cabe à família a responsabilidade do direito da criança permanecer junto a ela e ao contexto comunitário, como explicita o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, ao coroar a doutrina da proteção integral, constituiu-se como a única legislação, no contexto latino-americano, adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (IPEA, 2004, p. 211).

Quanto ao ECA, “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” (ECA, 1990, Artigo 19 in: RIZZINI, 2006 p. 32).

Nessa perspectiva, entende-se por *convivência familiar e comunitária* a possibilidade da criança permanecer no meio a que pertence. De preferência, junto à sua família, ou seja, seus pais e/ou outros familiares. Se isso não for possível, ela deverá permanecer junto a uma outra família, que a possa acolher. Assim, para os casos em que haja a necessidade do afastamento provisório das crianças em relação ao seu meio, em qualquer que seja a forma de acolhimento possível, deve ser priorizada a reintegração ou (re) inserção familiar – mesmo que este acolhimento tenha que ser institucional.

Dentre vários fatores, a violência intrafamiliar é uma das principais causas que levam ao afastamento da família. Neste caso a criança sofre maus tratos pelos seus cuidadores podendo ter conseqüências graves e para o resto da vida. Trata-se de uma situação classificada como violação dos direitos da criança, mencionada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre os fatores que dificultam a permanência da criança em casa, está a inexistência ou ineficácia das políticas públicas, a falta de suporte à família para o cuidado aos filhos, as dificuldades ligadas à geração de renda e à inserção dos pais no mercado de trabalho, entre outras. A década de 1990 marca uma

mudança importante de paradigmas em relação ao cuidado e proteção à população infantil e juvenil, sob o ponto de vista dos seus direitos.

(...) com caráter de excepcionalidade e temporariedade desta prática, crianças (até 12 anos) não podem ser privadas de liberdade e, havendo necessidade de serem afastadas da família, o encaminhamento a um abrigo surge como uma das alternativas. Porém, a ênfase permanece sobre o direito à convivência familiar e comunitária, reforçando-se que o abrigamento deve constituir uma última medida, após a consideração de todas as possibilidades de permanência da criança entre os seus. (RIZZINI, 2006 p. 33).

Dessa forma, o direito à convivência familiar e comunitária passa a constituir uma prioridade. Ele vem também a ser reforçado no texto da Política Nacional de Assistência Social, de novembro de 2004. Em 2005, foi lançado um documento oficial intitulado “Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assim descrito”:

Trata-se da mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância e na juventude, mas extensiva aos demais atores do chamado Sistema de Garantia de Direitos e de Proteção Social, implicando a capacidade de ver as crianças e adolescentes de maneira indissociável do seu contexto sócio-familiar, percebendo e praticando a centralidade da família enquanto objeto de ação e de investimento.” (2005, p.8).

Na prática, porém, mesmo que o Estatuto da Criança e do Adolescente determine o seu direito à convivência familiar e comunitária, os filhos tem sido os mais vulneráveis, tendo ameaçados e violados os seus direitos fundamentais. Com uma vida miserável e sem perspectiva de algo que permita o vislumbre de melhoria na qualidade de vida, toda a família se vê numa luta desigual e desumana pela sobrevivência.

Para Kaloustian e Ferrari (2004), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Embora as palavras descritas no documento intencionam mudanças, é preciso mais que palavras, é preciso políticas de investimento para as famílias, que uma vez amparadas, faz com que seus filhos não precisem buscar a rua e outros espaços para viverem e

ou sobreviverem. Uma vez que se faz cumprir a lei, cada vez menos crianças e adolescentes são encaminhados para os abrigos.

5. CONCEPÇÕES DE CUIDADO

“O que se opõe ao descuido e ao descaso é o Cuidado. Cuidar é mais que um ato: é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e desenvolvimento afetivo com o outro”.

Leonardo Boff.

O cuidado talvez seja o tema de maior relevância na proposta deste trabalho. Dessa forma, este capítulo busca apresentar as concepções de cuidado em diferentes autores e a sua relação com o papel da família e a criança em desenvolvimento.

Estudos recentes relacionam o *cuidar* e o *educar*, ambos apontados na literatura nacional sob o imperativo de suprir as necessidades básicas das crianças. Nessa perspectiva, o ato de cuidar não deve ser confundido com o de dar assistência ou restringir-se a concepções higienistas.

A própria literatura nacional infantil referia-se ao cuidado, interpretando-o apenas como higiene, prevenção de acidentes e oferta de nutrientes. Diante disso, foi acusada de "atrapalhar" o desenvolvimento da ação pedagógica restringindo as atividades educativas apenas aos intervalos que "sobravam" para o educador. Tais discursos e acusações decorriam da falta de definições precisas do que sejam o cuidar e o educar em relação a crianças. Também demonstravam a ausência de uma integração efetiva entre as noções de saúde e educação, além de denunciar uma restrição indesejável tanto nas concepções de cuidado, quanto nas de educação da criança.

Nessa mesma literatura, o cuidado também aparecia como "atenção com o corpo da criança" (ROSEMBERG, 1994, p. 12), revelando, com a separação entre corpo e a mente, uma dificuldade comum para escrever sobre a totalidade do ser humano. Apesar disso, vale ressaltar que o cuidado, embora muitas vezes efetivado por procedimentos ligados ao corpo e ao ambiente físico, também expressa intenções, sentimentos e significados, de acordo com o contexto sociocultural.

Sendo assim, dependendo do sentido que se atribui ao ato de cuidar e à sua finalidade, podemos enfatizar alguns aspectos do desenvolvimento humano

em detrimento de outros. Por exemplo, enquanto a nossa sociedade vê a educação formal como função especializada do Estado, entende o cuidado como próprio da esfera familiar, sendo institucionalizado apenas quando a família está impossibilitada de cumprir o seu papel. Isso pode ocorrer devido ao trabalho de seus membros a uma demanda por ações especializadas, como no caso da criança estar doente e hospitalizada por condições socioeconômicas, ou jurídicas, quando o Estado assume a tutela da criança.

Por outro lado, segundo Campos (1994, p. 15), o cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: "alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar." Isso abrange todas as atitudes e procedimentos que tenham por objetivo atender as necessidades da criança no seu processo de crescimento e desenvolvimento. Sendo assim, uma compreensão adequada requer conhecimentos da área biológica e das áreas humanas, uma vez que o conceito relaciona-se com a saúde e com a educação.

No que se refere à educação, mais precisamente a educação infantil, a dimensão de cuidado no âmbito das pesquisas e discussões teóricas começa a ganhar atenção como algo relevante para a compreensão do trabalho realizado nessa etapa da educação, mas só começou a ganhar destaque no Brasil a partir da década de 90 (HADDAD, 1997). As formulações e reflexões a esse respeito são fortemente influenciadas por Bettye Cadwel que cunhou o termo "educare" como expressão daquilo que entende ser o "ideal" no atendimento a crianças pequenas, ou seja, uma perfeita integração entre educação e cuidado.

Se por um lado o cuidado é algo fortemente presente, por outro, ele é ora negado, porque tido como antiprofissional, ora visto como algo característico ou mesmo inerente à condição feminina, materna; assim, em ambos os casos, o cuidado é compreendido não como uma característica ou atributo profissional típico daqueles que trabalham com crianças, mas, antes, como característica doméstica, situada no âmbito da vida privada e, sobretudo, associada à condição feminina.

Ainda sobre a educação, o "cuidado" só parecia ser legítimo, como prática escolar, frente a crianças pobres, vindas de famílias que, por pressuposto, não seriam capazes de atendê-las por si sós, devido a suas carências materiais, morais e/ou culturais (CARVALHO, 1999, p. 234). A mesma autora alerta para a

necessária historicidade com que o conceito de cuidado precisa ser visto para não se incorrer nos riscos de avaliações e interpretações apressadas que, entre outras coisas, podem levar a uma “naturalização” das relações entre cuidado e trabalho feminino. Assim, a respeito do conceito de cuidado, Carvalho afirma:

(...) ainda que, não se trata de um valor universal dos seres humanos, nem de uma tendência inata ou instintiva das mulheres, nem mesmo de uma expressão de necessidades inerentes às crianças, pois que, se atender a certas necessidades básicas do ser humano durante seus primeiros meses de vida é uma questão de sobrevivência, determinada por características biológicas, tudo o mais nessa relação é histórica e culturalmente determinado: o tempo de duração dessa atenção, as pessoas mais indicadas para provê-la, o tipo de relação interpessoal que se estabelece entre os envolvidos, as formas e práticas de atendimento etc. (CARVALHO, 1999, p.58-59).

Ampliando as perspectivas Dessen (2005) (*apud* TOUHY, 1994, p.33) aponta como sendo a base do cuidado “compreender como ajudar o outro a desenvolver-se como ser humano”. Nessa nova visão, cuidar da criança é compreender sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. É também ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las. Mas isso pressupõe uma determinada concepção de desenvolvimento infantil e de como podemos interferir nesse processo.

Uma das formas de interferência é o cuidar desde a sua concepção. Neste processo algumas crianças são privilegiadas, pois existem figuras que concentram e irradiam *cuidados*: as nossas mães e as mães das nossas mães, as nossas avós. A mãe é fundamental em cada pessoa, pois o primeiro continente que a criança conhece é a sua própria mãe. Ser mãe é mais do que uma função; é um modo-de-ser que engloba todas as dimensões da mulher-mãe, o seu corpo, a sua psique e o seu espírito. Nos momentos de perigo, são invocadas como referência de confiança e de salvação, e é através das mães que cada um aprende a ser mãe de si mesmo.

As educadoras e os educadores que se devotam ao crescimento humano, mental e espiritual dos educandos, assim como, tantas outras pessoas que anonimamente se desvelam no *cuidado* de alguém, assemelham-se à mãe biológica e as avós representam o modo de ser mãe.

Uma criança amada terá mais chances de atingir um desenvolvimento cognitivo e emocional pleno e saudável. Essa teoria pode ser observada por Zagury (1996, p. 31) ao apontar em seus estudos, o cuidar como sendo um ato de amor, mas um amor acrescido de limites. A mesma autora defende o cuidado e a necessidade do amor na educação dos filhos, mas também observa que a excessiva liberalidade pode levar à criação de filhos tiranos. Segundo ela, "se acreditarem na importância do amor e na boa intenção do diálogo, os pais estarão dando o melhor de si para criar um clima de harmonia na família." (ZAGURY, 1996 p. 31).

Numa mesma perspectiva, Zagury (1996, p.104) expressa que "quando a criança recebe afeto por parte de seus familiares, a sociedade deixará de abrigar um possível transgressor que sofreria o estigma de exclusão social." Por outro lado, diz ela, "falta de cuidados pode desencadear a agressividade destrutiva na infância e esta apresenta alta correlação com a delinquência e o uso de drogas na adolescência." Para essa autora, a ação segura e firme dos pais é a forma mais eficiente de conduzir os filhos a um destino produtivo, saudável e feliz (ZAGURY, 1996 p. 104).

De acordo com Bowlby (1990), uma criança que tem pais afetivos e vive em um lar bem estruturado, no qual encontra conforto e proteção, consegue desenvolver um sentimento de segurança e confiança em si mesma e em relação àqueles que convivem com ela. Do contrário, se uma criança cresce em situação irregular (afastada da vida familiar), pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com os outros, havendo assim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento se agravando no período da adolescência.

Por outro lado, ressaltando a importância dos aspectos sociais da educação junto aos psicológicos, ela defende a abreviação do período de adolescência como forma de estímulo a que os jovens assumam responsabilmente as rédeas do seu destino e do seu futuro. Além disso, Bowlby (1990) mostra que este caminho também produz nos pais o fortalecimento da auto-estima, a superação do medo de errar e o fim da postura de super-proteção, fatores que, entre outros, levam à eternização da adolescência dos filhos.

Por exemplo, quando uma criança perde alguém muito próximo e especial, dificilmente sabe lidar com os sentimentos dessa perda

(GOLDENBERG, 1998). A reação da criança, segundo a autora, depende da qualidade dos cuidados maternos recebidos. Se for bom e o ambiente continuar favorável, ela viverá um abalo psíquico que gradualmente vai sendo modificado, podendo recuperar sua capacidade de se relacionar com pessoas substitutas.

Piccinini e Col. (2003) (in: WAGNER, 2002) se referem aos comportamentos de cuidar como estratégias utilizadas pelos pais no sentido de orientar o comportamento de seus filhos, a fim de que adquiram certos comportamentos como também que suprimam ou reduzam outros considerados inadequados.

Segundo os autores, uma das definições de estratégias que costumamos utilizar é a indutiva, objetivando disciplinar a criança, indicando-se aos filhos as conseqüências de seus comportamentos. Recurso este utilizado para explicações a respeito de regras, facilitando a internalização de padrões morais. As estratégias de força coercitiva são caracterizadas pela aplicação direta da força, ou seja, o controle do comportamento dos filhos ocorre a partir de aspectos como o uso de ameaças e punição física.

Estudos, segundo Carvalho (1995), revelam que o uso dessas estratégias pela família repercute diferentes efeitos nas crianças e são fortemente influenciados de acordo com as suas condições sócio-econômicas, interações e principalmente relacionadas com seu meio cultural. Alguns efeitos desempenham papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, promovendo diferentes dinâmicas em seu modo de vida.

Na ótica de Kaloustian (2002, p. 35), cada família possui uma dinâmica de vida própria, sendo também observados aspectos nas famílias que dizem respeito às marcas deixadas pelas gerações e os comportamentos que são valorizados culturalmente. Os modos de vida cotidianos ocorrem a partir do modo como as pessoas se relacionam no ambiente que as cercam. É perceptível a diversidade de comportamentos de cuidar desenvolvido pelos diferentes agrupamentos humanos, encontrados nos mais diversos contextos e também inseridos nos mesmos contextos.

Partindo deste pressuposto, cabe salientar que “cuidar”, bem como “educar”, não é necessariamente uma atividade positiva, havendo variadas formas de se cuidar/educar: Sendo assim, independente da forma e do contexto, com diálogo e afeto, ou com repressão e agressividade, podem trazer danos

irreversíveis para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (KALOUSTIAN, 2002).

É necessário também refletir sobre a dinâmica que ocorre na própria unidade educacional para se abarcar direitos tais como os de proteção, afeto e amizade, a expressão dos próprios sentimentos, o desenvolvimento da criatividade e da imaginação por parte da criança. Com base principalmente nesses aspectos é que aborda-se a dimensão de cuidado que, de um modo ou de outro, sempre está presente nas relações entre adultos e crianças independentemente do contexto e do cuidador.

O cuidado com a criança proporciona a ela, desde a sua concepção, recursos para que se desenvolva plenamente e em todos os contextos. Por sua vez, segundo Parolin (2002), a criança, ao receber cuidados, terá meios para traçar seu caminho.

O que precisamos entender é que nossos filhos ou alunos não existem para satisfazer nossos desejos e sonhos, mas para alcançarem seus próprios sonhos e desejos. Eles não existem para abrilhantar nossa trajetória, mas para traçar e brilhar em seus próprios caminhos. Não nasceram para nos fazer felizes, mas para serem felizes. (PAROLIN, 2002, p.45).

O vínculo e a interação familiar saudável servem de base para o desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças e dos adolescentes. Uma interação familiar gratificante é um fator protetor e independe dos estilos parentais, todos são capazes de prover um contexto amoroso, afetuoso e de cuidado. Cuidar não é somente tarefa feminina, seja no contexto familiar, educacional ou institucional, pode ser aprendido e desenvolvido independente de gênero (WEBER, 2004).

Vale lembrar, que a falta de cuidado ou simplesmente o cuidar em famílias consideradas em situação de risco pode estar intimamente ligado a fatores como a má distribuição de renda do país, o desemprego e conseqüente depauperação, que acabam dificultando o processo de cuidar e o próprio desenvolvimento da criança. Os contextos ambientais nos quais estas famílias encontram-se inseridas geram uma condição de risco permanente em suas relações intra-familiares e sociais e interferem na sua realidade social (WEBER, 2004).

Segundo Carvalho (1999), independente de qual configuração de família nos referimos, há quatro categorias de recursos familiares primordiais para o desenvolvimento infantil: renda, tempo, capital humano (escolaridade dos pais, emprego e profissão) e capital psicológico (atitudes e crenças parentais, saúde emocional dos pais e suporte social). Entretanto, mesmo diante da falta de alguns ou de todos os recursos citados acima, muitas famílias mantêm uma relação de cuidado com seus pares, e estes apresentam desenvolvimento psicológico saudável.

Enfim, cuidar envolve estar atento as necessidades básicas diárias da criança, amar com limites, priorizar o diálogo e não a violência. Cabe ao cuidador, a tarefa de promover um espaço, seja no contexto familiar, educacional ou institucional, desde que, este, proporcione a criança subsídios para se desenvolver. Os aspectos que irão possibilitar o desenvolvimento devem haver desde a concepção, pois apenas assim a criança terá chances de atingir um desenvolvimento cognitivo, emocional e social pleno e saudável. Com estes aspectos a criança irá assumir as rédeas do seu destino.

5.1 O CUIDADO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para que a criança se desenvolva de forma plena e saudável, é preciso que ela receba todos os mecanismos necessários para este desenvolvimento.

Nesta ótica, a família passa a ser o contexto primário deste desenvolvimento, o componente indispensável para a boa estruturação psicológica e social da criança (WINNICOTT, 1993). O modelo de desenvolvimento infantil, para Winnicott, versa sobre a teoria das relações com o objeto, ou seja, o outro desempenha um papel essencial e facilitador na constituição do eu. A criança experiencia uma incorporação dos objetos, mas estes são percebidos pela mesma como parciais, ela via-se apropriando do objeto, sem conseguir definir-se diferentemente do mesmo. Para o autor, a teoria é a mesma, independente do facilitador ser a família biológica ou institucional.

Porém, vale lembrar que a existência da família por si só, não assegura o desenvolvimento saudável da criança, uma vez que ela é também influenciada

por fatores intrínsecos, que determinarão em grande parte a maneira como se apropria dos recursos disponíveis. Estes recursos implicam primeiramente na forma de cuidar, e a partir desta forma ele passa a se desenvolver e compreender como tudo acontece a sua volta.

O cuidado humano seria a capacidade que temos, pela interação com outros seres humanos, de observar, perceber e interpretar as suas necessidades e a melhor forma de atendê-las. Assim, no processo de cuidar do outro, também nos desenvolvemos como seres capazes de ter empatia, além de perceber nossas próprias necessidades e desenvolver tecnologias para aprimorar tais cuidados.

Embora as necessidades básicas humanas, como preservação da integridade corporal, alimentação, segurança física e psíquica sejam universais, as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente.

Logo, o surgimento de um cuidado pode derivar da necessidade expressa pela criança, de acordo com as suas possibilidades de ação em cada estágio de desenvolvimento. Nesse caso, a identificação das necessidades essenciais, sentidas e expressas pela criança, depende da leitura que as famílias e os educadores infantis fazem das várias formas de comunicação que ela possui e desenvolve.

Sendo assim, tudo o que os educadores infantis e também os educadores dos abrigos fazem com a criança, apresentando uma interface com a educação, caracteriza o cuidar. Por exemplo: dar atenção, conversar, limpar, alimentar, acarinhar, proteger, conter, curar e educar. Tanto que, muitas vezes, parece-lhes difícil definir de formas separadas, o cuidar e o educar. Além disso, em muitos casos a própria concepção de educação da criança pequena restringe-se a acompanhar o processo de desenvolvimento e estabelecer regras de boa conduta. Portanto, compreender o cuidado como "tudo o que se faz com a criança" pode significar, ao contrário de uma ampliação do conceito, uma restrição naquilo que se compreende como necessidades infantis.

Embora suscite sentimentos semelhantes, o cuidado com crianças difere no ambiente institucional e no contexto familiar, demandando instrumentos de trabalho próprios. Entre eles, encontra-se a supervisão profissional, capaz de promover o auto-conhecimento, para que as atitudes do educador não se transformem em defesas pelas dificuldades em lidar com as próprias emoções.

Afinal, o cuidado do educador deve favorecer o processo de crescimento e desenvolvimento da criança. Processo este que também depende do vínculo construído entre eles.

Por este motivo, muitos educadores são atraídos justamente por essa característica de sua atividade, que representa um trabalho permeado pela emoção e pela relação afetiva. O trabalho na ONG exemplifica essa afirmação, pois a relação de afeto com os meninos da ONG é o que sustenta e fortalece para persistir diante de tantas dificuldades vivenciadas no dia a dia na ONG.

Esse contexto revela que a prática de cuidar também está sujeita à capacidade daquele que cuida em interagir com o outro e identificar suas necessidades. Essa capacidade é construída no interior da cultura, pela aprendizagem de determinados conceitos e habilidades, cuja base encontra-se nos diversos campos do conhecimento que estudam o processo de desenvolvimento e o cuidado humano.

Além disso, é preciso ressaltar que a escolha da forma de cuidado tem sempre uma intencionalidade, priorizando certas aptidões da espécie humana, em detrimento de outras. Trata-se de uma escolha que depende também da sociedade e da cultura, podendo variar com a inserção nas diferentes classes sociais.

Por outro lado, a forma como cada criança responde aos diferentes cuidados depende de suas necessidades individuais, singularidades e experiências anteriores, assim como da sua maturidade funcional. E essa resposta realimenta ou não, o cuidado prestado pelo adulto. Por exemplo, uma criança pode acalmar-se com a sucção da chupeta, outra pode rejeitar esse recurso, mas responder positivamente ao acalento, e assim por diante.

Na ONG, percebe-se que a forma como cuidamos dos meninos tem reflexos na convivência dos mesmos com os outros meninos, seus familiares e pessoas do ambiente escolar. No contexto dessa instituição, respeita-se ainda o desejo do menino, que pode apresentar resistência ao cuidado ou não, dependendo do vínculo afetivo construído com seus pares. Assim, o adulto pode insistir ou não, no cuidado que escolheu como adequado. Afinal, as necessidades e as formas de atendê-las, ou seja, os cuidados podem construir-se e modificar-se socialmente.

Por outro lado, percebe-se que ao responder às necessidades expressas pelas crianças, e ao escolher determinados procedimentos para fazê-lo, a família e o educador interagem com elas, atribuindo significados às suas expressões. Dessa forma, educam.

Nos mais diversos contextos, *cuidar* é um ato consciente que pode ser ensinado e que por sua vez consiste num dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Logo, cuidar adequadamente dos outros e de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como para o social.

Alguns estudiosos identificaram o cuidado como sendo “apego”, devido à importância da ligação emocional entre a criança e o “cuidador”, responsável por orientar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da mesma.

Por essa ótica, essa relação de apego entre o educador e o menino tem acontecido a partir das relações diárias. É natural em um ambiente como o abrigo, educadores construir vínculos afetivos e emocionais com os meninos, o que assume grande importância no cotidiano de todos os envolvidos. Quando os meninos chegam ao abrigo estão fragilizados, trazem consigo uma carga emocional muito grande, resultado das dificuldades vivenciadas na família e motivo pelos quais estão sendo abrigados.

Ao construir vínculos, os meninos transferem para os educadores o carinho que não podem dividir com os pais biológicos. Ao conviverem juntos, dividem as dificuldades e acréscimos da saudade da família, constrói-se vínculo afetivo passando a apegarem-se uns aos outros. E devido a esse apego, a possibilidade de separação o que é comum na ONG, causa sofrimento tanto para o adolescente quanto para o educador, pois assim como freqüentemente chegam adolescentes, outros saem.

Um fator importante no comportamento de apego é a intensidade da emoção que o acompanha. Essa emoção surge conforme acontece a relação entre a pessoa apegada e a figura de apego. A partir dessas considerações, Lebovici (1987) reforça que, se tudo está bem, há satisfação e um senso de segurança; porém, se esta relação está ameaçada, existem ansiedade e angústia, e caso ocorra uma ruptura, há dor e depressão.

A esse respeito, Bowlby (1990) revela que uma criança que tem apego por alguém está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma

figura específica, principalmente quando cansada, assustada ou doente (BOWLBY, 1990). Por isso, o autor considera o apego como uma ligação contínua e íntima, apresentada pela criança em relação à mãe ou ao cuidador.

No que se refere à ONG, o apego não é contínuo e íntimo como se refere o autor. A intensidade da relação com os meninos vai depender do esforço do cuidado do educador em fortalecer a relação de confiança entre eles, podendo acontecer o apego ou não. Para a criança, independentemente do contexto, a qualidade do cuidado é fundamental para o seu desenvolvimento e essa qualidade deve ser entendida como prioridade por qualquer cuidador.

5.2 A RESILIÊNCIA EM CRIANÇAS ABRIGADAS

Resiliência é um tema novo na área social. Nos últimos anos tem merecido atenção por diversos pesquisadores o que nos permitiu abordar neste capítulo, além de considerar um tema extremamente reflexivo para este trabalho.

Diferente da área social, nas áreas da Física e Engenharia, resiliência é uma palavra familiar e tem como conceito a capacidade de um corpo que, depois de ter sofrido uma pressão sobre si, retoma seu estado original (FERREIRA, 1975, p. 1223). Aplicada às ciências humanas e sociais, o termo resiliência foi a princípio, utilizado para denominar a capacidade presente em indivíduos que vivenciaram situações traumáticas, mas nem por isso se entregaram às drogas ou a outros fatores destrutivos. Além das situações traumáticas, a resiliência vem sendo pesquisada com ênfase nas situações que envolvem principalmente o adolescente.

Os estudos iniciais sobre a resiliência traziam o sujeito resiliente como um indivíduo “invulnerável”. As investigações procuravam mapear características intrínsecas e estilos de enfrentamento que caracterizavam uma personalidade do tipo fortaleza (hardness) que permitia às crianças progredirem em um desenvolvimento positivo, apesar de sérias adversidades enfrentadas (Walsh, 1996). No entanto, com a evolução das pesquisas direcionadas a crianças e adolescentes, o termo invulnerável foi deixando espaço e dividindo a atenção com um novo conceito, o de resiliência.

Este novo conceito tem recebido importante atenção da literatura dedicada às crianças de rua e na rua. Embora a terminologia de rua e na rua

tenha sofrido mudanças ao longo dos anos, ainda carrega valores negativos. Porém, estes valores estão perdendo atenção e revelando outros elementos presentes no cotidiano da rua. O estilo de vida de crianças de rua, em estudos como os de Koller e Hutz (1996, p.79-84), apontam além de outros fatores de mudança, a sua resiliência e capacidade de lidar com as dificuldades, sobrevivendo em condições diversas e adversas.

O termo “resiliência” em situação de risco é, para Koller, o mesmo termo adotado por Rutter (1987). É entendido “como a capacidade dos indivíduos em emitir uma ação com um objetivo definido e como uma estratégia para alcançá-lo, diante de ou durante uma situação de risco.” (HOPPE; KOLLER, 1997, p. 80).

Estudos de Koller (1996, p. 3) mostram que “o termo resiliência foi *importado* das Ciências Exatas, onde é conceituado como a capacidade de um corpo físico de absorver energia, quando elasticamente deformado e, em seguida, devolver essa energia quando descarregado.” Sendo assim, vale destacar que a deformação elástica é definida como a capacidade de um corpo físico de retornar a sua forma original Moura Branco (1985) (in: KOLLER, 1996).

Para Antonio Carlos Gomes da Costa, resiliência na adolescência “é um conjunto de qualidades, não excepcionais que, quando bem articuladas e suficientemente desenvolvidas, resultam na capacidade da pessoa crescer mediante a adversidade.” (COSTA, 2002 p. 132). Ou seja, mesmo diante das condições difíceis, a pessoa não só não se desintegra, mas cresce.

Para o mesmo autor, a resiliência pode ser aprendida, ou melhor pode ser promovida desde que se permitam ao sujeito certas condições e incentivos a atitudes básicas que podem elevar o nível de resiliência. Pesquisas como as de Werner (in: COSTA, 2002, p.190-191) apontam fatores que, quando aprendidos, podem promover resiliência.

- Senso de humor: quando somos capazes de rir diante da adversidade, parece que a mesma fica menor;
- Projeto de vida: sabemos para onde vamos e o que é preciso para chegarmos lá e não é qualquer tropeção ou mesmo tombo que nos faz desistir;
- A fé: seja em Deus ou em valores humanos vitais, é um dos pilares fortíssimos da resiliência; capacidade de curtir pequenas alegrias, ter

esperança e seguir em frente apesar do sofrimento é um dos segredos da resiliência;

- A disposição de aprender: é aquele que faz opção de aprender, ou seja, de crescer com a adversidade;
- Sonhos como degraus: os resilientes não são apenas sonhadores, sabem projetar sua vida e realizar seus projetos, sabem em que degrau encontram-se e quantos faltam para chegar ao topo da escala;
- Sentido de inclusão: os resilientes nunca estão sós, parecem saber, quase por instinto, que uma pessoa sozinha não tem chance;
- Senso de superação: eles sabem negar aquilo que pode prejudicar seu desenvolvimento pessoal e social.

Contudo, os estudos sobre resiliência não pararam por aí. Estudiosos como Wolin e Wolin (in: COSTA, 2002 p. 192-193) desenvolveram o conceito de MANDALA da RESILIÊNCIA, que apontam algumas características das pessoas que possuem a força para superar as adversidades. Mandala¹³, esta força interna segundo os autores, pode ser entendida através da combinação de alguns fatores:

- Introspecção: como a arte de perguntar a si próprio e responder a si mesmo de forma honesta;
- Independência: como a capacidade de estabelecer limites entre si mesmo e os ambientes adversos; refere-se à capacidade de manter distância emocional e física dos ambientes estressantes sem chegar a isolar-se;
- Capacidade de relacionamento: é a habilidade de estabelecer laços íntimos e confortáveis com outras pessoas para equilibrar a própria necessidade de simpatia e acolhimento;
- Iniciativa: o prazer de exigir de si próprio e colocar-se à prova em tarefas progressivamente mais exigentes; capacidade de exercer algum controle sobre os problemas enfrentados;
- Humor: referente, como vimos anteriormente, à capacidade de encontrar o risível na situação absurda e trágica;

¹³ Mandala designa paz e ordem interna, força interna que capacita o indivíduo doente a encontrar a sua resistência para superar o conflito, entre outras acepções.

- Criatividade: capacidade de criar tanto o belo quanto a ordem, estruturando alguma finalidade, mesmo a partir do caos e da desordem;
- Moralidade: corresponde à atividade da consciência informada, ao desejo de uma vida pessoal satisfatória, ampla e com riqueza interior; refere-se à consciência moral, à capacidade de comprometer-se com valores e de discriminar entre o que se quer como bom para si e aquilo que não se quer e que se apresenta como prejudicial para si próprio.

Ao observarmos as combinações dos fatores, é possível que estes possam promover resiliência desde que haja no contexto onde o sujeito está inserido, condições favoráveis de desenvolvimento, pois sem estes fatores de promoção, acredita-se ser muito difícil.

Apesar das características apontadas acima, em recente revisão de literatura, Grotberg (1997) (in: COSTA, 2002) aponta algumas características identificadas em crianças resilientes, que vão desde recursos externos: relações de confiança; acesso à saúde; educação; suporte emocional fora da família; ambiente estável; modelos de socialização a recursos internos: autonomia, auto-estima, confiança; habilidades interpessoais, sociais e intelectuais, etc.

Além da Psicologia, outras áreas também importaram e adaptaram o conceito de resiliência ao tentar explicar que uma pessoa em desenvolvimento, abalada por um fator estressor, não volta à forma original, porque a experiência do evento soma-se às suas experiências anteriores. Porém, esse diferencial será desvelado após a retirada do estressor. Se a pessoa for frágil, ficará mais vulnerável. Mas, uma vez sendo forte e contando com fatores de proteção, ela mostrará sua resiliência (FILGUEIRA, 2001).

Para Koller e Hutz (1996), pessoas expostas a situações de risco que não desenvolvem a capacidade de resiliência são vistas como mais vulneráveis a estes eventos, embora os mesmos sujeitos possam ser vulneráveis em algumas áreas do seu desenvolvimento e resilientes em outras.

Ainda sob esse enfoque, alguns autores (APTEKAR, 1989; DONALD; SWART-KRUGER, 1994; HUTZ; KOLLER, 1997) sustentam que crianças em situação de rua podem ser resilientes, uma vez que apresentam características psicológicas sadias, apesar do cotidiano adverso que enfrentam na hostilidade da

rua. Koller e Hutz (1996) a esse respeito, observaram em suas pesquisas que mesmo o ambiente sendo hostil, essas crianças desenvolvem estratégias para lidar com estas situações de risco.

Outro contexto é o da família que quando bem estruturado, competente em transmitir valores, capaz na competência materna, pode ser fator importante no desenvolvimento de crianças resilientes e ou vulneráveis. Pais altamente envolvidos na vida dos filhos favorecem a estas expectativas de vida principalmente no que se refere à escola sendo que neste contexto aprendem e ajustam-se com mais facilidade que as demais crianças.

Vale lembrar sobre outros estudos dos quais emerge um novo e fecundo conceito: a "resiliência familiar". É um construto relativamente novo. Alguns estudos sobre família enfatizam os aspectos deficitários e negativos da convivência familiar. O interesse pela resiliência em famílias vem contribuir para redirecionar esse ciclo de raciocínio trazendo para o mundo familiar uma ênfase "salutogênica" (FILGUEIRA 2001), ou seja, significa focar e pesquisar os aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar ao invés de destacar seus desajustes e falhas.

Este tipo de ênfase permite identificar fundamentos que podem levar as famílias a suportar desafios dissociadores, refazendo-se a seguir. Isso remete à imagem das mesmas, como grupos capazes de reafirmar suas possibilidades de reparação. Nesse sentido, Walsh afirma:

Al adoptar la perspectiva de la resiliencia, se deja de ver a las familias como entidades dañadas y se las empieza a ver como este enfoque se funda en la convicción de que tanto el crecimiento del individuo como el de la familia pueden alcanzarse a través de la colaboración ante la adversidad. La palabra resiliencia, que empleamos hoy para estudiar a las familias, está tomada de la física. Se refiere a la elasticidad de un material, su tendencia a oponerse a la rotura por choque. La analogía de este concepto transportado desde la física hacia nuestro campo, se refiere a los recursos, a la capacidad de soportar las crisis y adversidades y recobrase, tanto a nivel individual como familiar. (WALSH, 1996 p.147).

Com isso, o referido autor quer dizer que uma crise persistente pode derrubar algumas famílias, enquanto outras emergirão fortalecidas e com maiores recursos.

Cabe ainda salientar que não são apenas as crises sociais ou a pobreza, os fatores desencadeantes e condutores de vulnerabilidade. Segundo Koller

(1996), são também responsáveis “alguns níveis de stress produzido pelos fatores da vida cotidiana e em que variáveis ou processos aumentam a vulnerabilidade ou protegem os indivíduos do risco produzido por esses eventos” (KOLLER, 1996 p. 84).

Sabemos que certos processos em determinados eventos também causam problemas de conduta e desequilíbrio emocional e que, diante destes, não somente os familiares, mas principalmente as crianças enfrentam dificuldades para encontrar equilíbrio emocional e levar uma vida saudável, embora como já mencionamos antes, podem emergir de determinadas situações de vulnerabilidade mais fortalecidas.

A resiliência não deve ser concebida como atributo fixo do indivíduo, pois as pessoas que enfrentam satisfatoriamente as dificuldades, em um momento de suas vidas, podem não reagir bem a outros estressores, quando a situação se modifica. Se as circunstâncias mudam, a resiliência também se altera (RUTTER, 1995).

Do ponto de vista social, o estudo sobre resiliência é de suma importância, uma vez que representa a possibilidade de se trabalhar com os problemas experimentados pelas pessoas que encontram-se em condições desfavoráveis, como pobreza, desemprego, envolvimento com drogas, e principalmente, no caso de crianças que crescem no abandono, longe da convivência familiar (RUTTER, 1997).

Além dos autores citados, outros pesquisadores em diferentes pesquisas, como mostram os quadros 1, 2 e 3, trazem importantes definições sobre resiliência e na sua maioria, as publicações datam no final dos anos 90. Suas definições nem sempre obedecem a uma descrição conceitual detalhada, porém, com certo cuidado, enfocam o sentido adaptativo do indivíduo frente aos traumas e adversidades (BLUM, 1997; HERRENKOHL *et al.*, 1994; RUTTER, 1987; STEINHAUER, 2001 in: JUNQUEIRA & DELANDÉS, 2003, p.4). As publicações obedecem a uma ordem cronológica segundo cada meio de publicação, o que pode ser observado nos quadros a seguir:

Autor	Ano	Definição de resiliência
Kotliarenco <i>et al</i>	1997	a)- Habilidade para suportar a adversidade, adaptar-se, recuperar-se e aceder a uma vida significativa e produtiva. b)- Enfrentamento efetivo ante a eventos e circunstâncias de vida severamente estressantes e acumulativos. c)- Capacidade humana universal para fazer frente às adversidades da vida, superá-las e inclusive ser transformado por elas. A resiliência é parte do processo evolutivo e deve ser promovida desde a infância. d)- Conjunto de processos sociais e intra-psíquicos que possibilitam ter uma vida sã em um meio insano.
Munist <i>et al</i>	1998	a)- Capacidade do ser humano para fazer frente às adversidades da vida, de superá-las e de ser transformado positivamente por elas. b)- Capacidade das pessoas que desenvolvem competências, apesar de terem sido criadas em condições adversas ou em circunstâncias que aumentam as possibilidades de esses indivíduos apresentarem patologias mentais ou sociais. c)- Capacidade do indivíduo de utilizar fatores protetores para sobrepor-se à adversidade, crescendo e desenvolvendo-se adequadamente e chegando a amadurecer como um adulto competente, apesar dos prognósticos desfavoráveis.

FONTE:* As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde trazem ampla revisão bibliográfica, portanto, tais definições são provenientes de vários autores.

** Órgão oficial de difusão da ASBRA (Associação Brasileira de Adolescentes) e da SASIA (Sociedad Argentina de Salud Integral del Adolescente).

QUADRO 1 – PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE

Autor	Ano	Definição de resiliência
Garcia	2001	a)-Capacidade formada por dois componentes importantes: a resistência à destruição e a capacidade para reconstruir sobre circunstâncias ou fatores adversos. b)-Resultado de um equilíbrio entre fatores de risco, fatores protetores e a personalidade do ser humano. c)- Capacidade dos indivíduos de superar os fatores de risco aos quais são expostos, desenvolvendo comportamentos adaptativos e adequados.
Steinhauer	2001	a)- Adaptação extraordinariamente boa diante de estresse grave e contínuo, e habilidade da pessoa estressada de retornar ao nível adaptativo de pré- estresse.

QUADRO 2 - PUBLICAÇÃO ESPECIAL DA REVISTA ADOLESCÊNCIA LATINO-AMERICANA**

Autor	Ano	Definição de resiliência
Herrenkohl <i>et al</i>	1994	a)- Fruto da interação entre influências maturacionais, individuais e ambientais, que muda de acordo com o ambiente e as situações. b)- Capacidade de transcender circunstâncias difíceis de seu ambiente infantil para tornarem-se adultos de sucesso e funcionais.
Blum	1997	a)- Capacidade de se recuperar e de manter um comportamento adaptado após um dano.
Cyrułnik	1999	a)- Capacidade de se adaptar a diferentes meios e de superar problemas distintos, construindo-se como sujeito na adversidade. É sistêmica e dinâmica e se dá nas interações entre a pessoa em permanente desenvolvimento, seu ambiente e as pessoas que a cercam;
Bouvier	1999	a)- Não é uma vacina contra o sofrimento, nem um estado imutável, mas um caminho a percorrer. “A resiliência não consiste em apagar a página, mas em virá-la” (p.:154).

QUADRO 3 – OUTRAS PUBLICAÇÕES

A partir das pesquisas e de um breve diálogo com os autores referenciados, pôde-se observar que a capacidade de resiliência seria adquirida nas relações que estabelecem vínculos afetivos e de confiança, como também seria proveniente das características pessoais dos indivíduos que lidam melhor com as adversidades e extraem algum “aprendizado” diante do problema, conseguindo desenvolver comportamentos “adaptados” ao que é esperado pela sociedade.

Alguns discursos, apontam que a resiliência funciona como fator protetivo sem ser necessariamente, uma experiência agradável. Uma situação de sofrimento ou conflito pode fortalecer o jovem diante de outras situações semelhantes, gerando-lhe um menor nível de estresse (RUTTER, 1985, *apud* KOTLIARENCO, 1997). Entretanto, desenvolver a resiliência não indica que a pessoa “superou” todas as vivências traumáticas, isto é, não se é resiliente para toda e qualquer situação nem a todo o momento (CYRULNIK, 1999).

Observando alguns meninos nas atividades cotidianas e na convivência com os seus pares entendemos que a resiliência não é um processo estanque nem linear, visto que alguns meninos se apresentam como resilientes diante de determinada situação, mas posteriormente não o são frente a outra.

Nesse sentido, é preciso tomar cuidado ao afirmar que um indivíduo é resiliente, sem observar a capacidade do sujeito de em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela. Assim, o aspecto de “superação” de eventos potencialmente estressores, apontado em algumas definições de resiliência, deve também ser relativizado em função do indivíduo e do contexto.

Kotliarenco *et al.* (1997) define a resiliência apoiando-se na dualidade entre vulnerabilidade proteção. Para ele a vulnerabilidade pode ser entendida como uma dimensão contínua do comportamento, que se move a partir de uma adaptação que tem mais ou menos êxito diante do estresse. A proteção seria o conjunto de influências que modificam e melhoram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a um resultado não adaptativo.

O desenvolvimento dos estudos sobre fatores protetores tende atualmente a enfatizar o processo de formação da *resiliência*, num progressivo abandono das abordagens centradas nos fatores de risco. Busca-se dar ênfase aos elementos positivos que levam um indivíduo a superar as adversidades. Esse novo paradigma é certamente otimista, principalmente porque leva a acreditar que é possível, por meio de ações e programas, promover o bem-estar do adolescente, atuando no fortalecimento e no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais (MUNIST *et al.*, 1998)

Por outro lado, estudos apontam a resiliência como uma adaptação positiva que algumas pessoas vivendo em ambientes desfavoráveis, revelam. Uma capacidade notável para se desenvolver de forma saudável (INFANTE, 2001; RUTTER, 1997). Em síntese, uma segura relação de apego reduz os efeitos das adversidades e auxilia na resiliência. Esses efeitos são percebidos na ONG estudada.

O mesmo não é percebido por Rizzini (1995, p. 88). Para a autora, a criança institucionalizada, mesmo recebendo cuidados alimentares, higiênicos e médicos, caminha tardiamente, demora a falar e tem dificuldade para estabelecer ligações significativas. Aponta também, que abandonar uma criança ou enviá-la para um abrigo é privá-la de ter uma família, onde existem intimidade e cumplicidade. Além disso, ela afirma que “não é possível relacionar-se assim em abrigos, pois há uma proporção grande de crianças em relação a adultos, assim,

o eventual afeto recebido dos funcionários tem que ser dividido entre as crianças.” (RIZINNI, 2003 p. 88).

Considerando a reflexão da autora e o contexto da ONG, não se percebe a impressão de que há falta de intimidade e cumplicidade nos abrigos e de que estas são encontradas na família. Conhecendo muitas das famílias dos meninos abrigados na ONG, acredita-se não haver nelas intimidade e cumplicidade com a mesma intensidade do abrigo, pois do contrário, apesar de outros motivos, não estariam nesta instituição. Apesar de haver um número maior de meninos em relação aos educadores, essa intimidade e cumplicidade aliadas ao cuidado, constituem os motivos de sua permanência na instituição, apontando resiliência em muitos casos.

Consideramos, portanto, essencial o entendimento de que a privação de cuidados durante a infância interfere no desenvolvimento saudável da criança, podendo afetar suas relações com o outro e com o meio que a cerca.

Apesar da relevância e do compromisso do nosso trabalho na ONG, enquanto educadores sociais, sabemos que ainda falta muito a ser feito. Por outro lado, mesmo diante das inúmeras tentativas da legislação de amparo à infância (ECA, 1990) e órgãos competentes, para estes também há muito o que se fazer, pois a realidade apresenta lacunas não preenchidas em relação a essas crianças. A este respeito, Baptista (2006, p. 87) observa: "O princípio que deve nortear a ação dos que trabalham com crianças em situação de abrigo deverá ser sempre o de garantir à criança as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento, tanto no presente quanto no futuro."

Sobre o mesmo tema e contexto, Bronfenbrenner (1996, p.127) afirma que "(...) instituições infantis como contextos de desenvolvimento, também constituem princípios gerais experimentais para uma ecologia do desenvolvimento humano." Segundo ele, caso a instituição proporcione à criança um ambiente limpo, espaçoso, tranquilo, com atividades diversas e cuidados adequados, a criança pode até desenvolver-se nela de uma forma mais saudável do que junto da sua família.

Enquanto abrigado, o sujeito necessita de um cuidador, um outro sujeito, já cuidado, que vai estabelecer os limites necessários à preservação da fonte de amor. Esse sujeito cuidador, em nome do afeto que sente pelo jovem, poderá ajudá-lo nessa preservação, impedindo-o de agir em nome da raiva ou do medo.

Deverá respeitar o direito da criança a ter esses sentimentos e manifestá-los através de choro ou de palavras. No entanto, deverá impedir atos que apenas aliviem momentaneamente a dor que decorre de um sentimento de desprazer, colocando em risco a maior fonte dos sentimentos e prazer da criança: o amor.

Sendo assim, caberá ao cuidador a imposição dos limites necessários, o que deverá fazer com autoridade, mas sem ser autoritário. Por exemplo, ao dizer a uma criança: “não quero que você me bata” e segurar a sua mão, impedindo-a de realizar o ato, o cuidador estabelece um limite e este deve ser explicitado à criança pelo cuidador.

Estabelecer um limite para a criança equivale a delimitar os extremos, destacando a fronteira até onde ela pode ir, ou não, naquele momento. Diante disso, um jovem em condições sadias e normais deverá reagir ao limite com crises. Justamente nesse momento de restrição, o indivíduo terá a oportunidade de aprender que pode suportar frustrações. Sendo assim, a arte de cuidar implica em aproveitar corretamente os momentos de fragilidade e frustração que o indivíduo experimenta, oferecendo-lhe o cuidado para formar uma referência.

Esse objetivo não exige que se estabeleça um determinado espaço de tempo, mas que se aproveite adequadamente aquele em que determinado sujeito se ocupa em oferecer um cuidado. Isso requer a consideração do momento mais adequado, o que implica, na maioria das vezes, agir sem sentir prazer, frustrar desejos imediatos em nome de outro desejo, que é ver o crescimento sadio e equilibrado daquele sujeito que recebe o cuidado.

Para a autora Gilligan (1982, p 112), “na “ética do cuidado” está o exercício de muitas virtudes, certamente a do amor, mas também a da tolerância, compaixão, fidelidade, temperança, e sem dúvida, o da generosidade.” Ela considera a generosidade como um elemento importante da ética do cuidado: “a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido da eqüidade e enseja uma ética da generosidade e do cuidado. Cuidar do outro quase sempre nos convoca a dar mais do que lhe é de direito, portanto, a sermos generosos.” (GILLIGAN, 1982, p.178).

Na prática, ser generoso não é simples assim. Cuidar principalmente de crianças e adolescentes abrigados requer mais que suprir as necessidades básicas, requer presença educativa focada no indivíduo em todas as atividades.

Este tema não se esgota neste trabalho, merece uma discussão mais aprofundada baseada em outras pesquisas.

6. O TRABALHO DA ONG IMPLICADA NA PESQUISA

*Sonho que se sonha só, é só um sonho;
mas quando o sonho se sonha junto,
ele se torna realidade.*

Na infância tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades, que conformam o que somos e o que podemos ser num campo simbólico de boas lembranças e também de esquecimentos. Todos nós precisamos preservar nossa memória pessoal. Na linha da vida, lembrar o que fomos, como fomos e com quem nos relacionamos. Portanto, saber de onde viemos é fundamental, para nos dar a base que nos faz saber para onde ir e o que queremos ser no futuro.

Para as crianças e os jovens abrigados não é diferente. Eles precisam saber o que acontece, como aconteceu e o que poderá acontecer. Na tentativa de proteger e preservar a individualidade de cada um dos abrigados, de apoiar a construção de um novo projeto de vida, uma ONG tem sido além de um lar temporário, uma esperança para muitas crianças e adolescentes.

A referida ONG desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes há aproximadamente 15 anos. Sua concepção social é construída enquanto “sociedade em miniatura” na qual o menino tem uma posição central (e não marginal) enquanto cidadão com direitos e deveres. O menino tem a sua dignidade humana garantida. É visto como tendo identidade, nome, história e futuro. Mantém vínculos de solidariedade e não de desprezo e opressão, com outras pessoas, construindo o seu próprio projeto de vida.

Atualmente, a ONG abriga 80 meninos com idades compreendidas entre 7 e 18 anos, sendo sua permanência livre, ficando restrita apenas após completar 18 anos. Neste caso, são encaminhados para suas famílias de origem ou aos órgãos de proteção para serem encaminhados a outra forma de moradia.

Além da sua razão social, a ONG ganhou um nome fantasia que foi escolhido por um grupo de meninos devido a sua localização, uma comunidade rural da Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná.

A ONG foi criada oficialmente em 1991. Antes disso, o grupo de fundadores partilhou anos de trabalho voluntário em comunidades carentes e nas ruas. Faziam parte desse grupo, moradores das comunidades onde o trabalho teve início. Pessoas simples, que conheciam bem as dificuldades geradas pela exclusão e possuíam uma grande sensibilidade para perceber necessidades ainda maiores do que as suas. Amor, solidariedade, idealismo e dedicação foram os grandes fundamentos do trabalho que deu origem à ONG.

Quando iniciou as primeiras atividades, na década de 80, o grupo não possuía experiência ou formação específica. Sua intenção inicial era acolher e conviver com meninos e meninas que viviam nas ruas de Curitiba. Junto deles foi construída a proposta de um abrigo com características definidas a partir de suas necessidades. Estes foram os primeiros meninos atendidos, os responsáveis pela escolha de uma chácara, a partir dos argumentos de que isso proporcionaria o resgate das raízes familiares, já que a maioria dos meninos pertencia a famílias vindas de áreas rurais e sentia falta do contato com a terra.

A convivência com a natureza também foi priorizada, pois os meninos sempre afirmavam que se sentiam mais seguros entre árvores e animais, porque estes, ao contrário da sociedade, não os machucavam.

A distância das drogas e dos pontos de fácil acesso a elas também era fundamental para que os meninos pudessem suportar melhor as crises de abstinência, ampliando as chances de superar o vício.

Diante desse desafio, o grupo de voluntários se fortaleceu, dando início a uma importante rede de colaboração, entrando em contato com diversos setores da sociedade para realizar este sonho de crianças e adolescentes, que era antes de tudo, um direito fundamental.

Assim, através de doações, foi adquirido em uma zona rural o terreno para a edificação da ONG e a construção da primeira casa. Assim como todos os trabalhos seguintes, contou com a participação ativa dos meninos que formaram a primeira turma. A convivência fraterna e a celebração de cada conquista foram marcantes nessa etapa, onde ainda se enfrentavam enormes dificuldades.

Os desafios seguintes foram: a aceitação da comunidade; o apoio do poder público e a formação constante dos educadores para a tarefa de resgatar meninos com históricos de negligência, abandono, violência, exploração e dependência química.

Para o êxito do trabalho, percebeu-se também a importância da abordagem de rua obtendo a adesão dos meninos para a permanência livre e espontânea na chácara, assim como do apoio às famílias que necessitavam de orientação e formação em muitos aspectos e da reconstrução dos vínculos familiares dos meninos.

Finalmente, sentiu-se a necessidade de sistematizar o aprendizado e as experiências de todos numa proposta pedagógica sensível à realidade dos meninos e coerente com suas necessidades.

O estudo dos princípios da Constituição Federal Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente foi importante nessa etapa, mostrando que a criança e o adolescente devem ser a prioridade máxima de toda a sociedade.

Gradativamente, a ONG conquistou também o apoio de professores e instituições educacionais. A parceria com a Universidade Federal do Paraná e outras instituições de ensino superior trouxe novas contribuições para a proposta que vinha sendo construída.

As raízes estavam firmes na experiência e nos ideais de garantir a autonomia e a cidadania dos meninos, entendidos como o centro de todas as ações e decisões. Calcada na pedagogia da presença (COSTA, 1991, p. 16) “nenhuma lei, nenhum método ou técnica pode substituir o frescor e a imediaticidade da presença solidária, aberta e construtiva do educador junto ao educando” e nos referenciais teóricos de Freire (1997, p.12) “escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um.”, esse processo resultou numa proposta pedagógica avançada de acordo com os quatro pilares da Unesco: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a aprender; aprender a fazer (DELORS, 2005).

Além dos quatro pilares da Unesco, procurando compreender o projeto de vida dos meninos e a base para a sua construção, Luz sugeriu para a proposta pedagógica da ONG o acréscimo de um quinto pilar, aprender a sonhar. Sonhar, permite aos meninos reforçar as possibilidades de virem a realizar os desejos mais distantes. Cada pilar, sustenta parte da proposta de trabalho da ONG.

- **Aprender a Ser:**

O desenvolvimento integral (físico, intelectual, emocional, moral e espiritual) do menino é uma das grandes preocupações de todo o trabalho realizado pela ONG. Envolve duas linhas de ação:

a) garantia de condições para uma sobrevivência digna – moradia, alimentação adequada, cuidados com a saúde, atividades físicas e contato com a natureza, entre outros;

b) formação de uma personalidade saudável, com potencial para a realização e a felicidade do menino.

Isso ocorre através de muita afetividade e elementos como acompanhamento psicológico, construção da auto-estima e da autoconfiança; estímulo à autonomia e ao protagonismo do menino, tanto na ONG, quanto na sociedade, tornando-o agente de sua própria promoção.

Também envolve a educação preventiva no âmbito da sexualidade e em relação à violência e ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, bem como a reversão dos quadros de dependência já existentes, além da formação de valores para balizar as escolhas e ações individuais dos meninos e da participação dos mesmos em diversas atividades lúdicas artísticas e comunitárias.

Além disso, a metodologia contempla o apoio aos educadores e demais membros da equipe, com respeito às diferenças e individualidades, oferecendo condições para o pleno desenvolvimento de seus potenciais.

- **Aprender a Conviver:**

Quando chegam à ONG, os meninos já enfrentaram graves situações de negligência, abandono, exploração, violência e exclusão, tanto na família quanto na sociedade. Portanto, necessitam da aprendizagem de novas formas de convivência familiar e comunitária. Daí a preocupação da equipe em resgatar os vínculos com as famílias, oferecendo-lhes orientação e formação, além de trabalhar com os próprios meninos a construção de valores humanos, a descoberta dos limites, a afetividade, a superação dos vícios e a resiliência.

Há também o cuidado com o relacionamento e a solução de conflitos na ONG, por meio do diálogo e da mútua responsabilidade. Nesse ambiente, os meninos convivem com uma ampla diversidade humana, dividindo o espaço com:

a) muitos outros meninos, que vieram de diferentes locais e realidades, trazendo comportamentos e valores diversos – hoje são oitenta, com idades entre 07 e 18 anos,

b) uma grande equipe formada por educadores, funcionários, voluntários e colaboradores, com as mais variadas formações e personalidades – inclusive voluntários estrangeiros que, eventualmente, residem alguns dias ou meses neste

espaço, a fim de conhecer a realidade cultural e social de crianças e adolescentes que sofreram a exclusão no Brasil.

Nesse contexto, o menino também aprende regras, participando ativamente de sua elaboração e aplicação, num processo de educação em valores humanos com vistas à paz e à cidadania.

Além disso, a proposta de inclusão tem ênfase na convivência comunitária, levando os meninos e a equipe a participar de iniciativas das comunidades vizinhas, além de receber seus membros para compartilhar benefícios sociais (como a clínica médica e odontológica, entre outros), debater problemas na busca de soluções em conjunto, participar de atividades esportivas, lúdicas e formativas, em momentos de integração e confraternização.

Outra preocupação da entidade é o relacionamento da equipe entre si e com os meninos. Por isso, favorece o diálogo e a mediação de conflitos como instrumentos para fortalecer os laços de afeto, companheirismo e solidariedade entre os seus membros e colaboradores.

- **Aprender a Aprender:**

Educação é prioridade máxima da ONG, que entende a inclusão no ensino formal como requisito básico para a promoção de crianças e adolescentes, garantindo-lhes o exercício da cidadania. Entretanto, o difícil histórico dos meninos que abriga resulta em dificuldades para acompanhar o ritmo de estudos nas escolas, devido a aspectos como: escolarização tardia, má nutrição, uso de drogas, marcas de violência, experiências frustrantes, etc.

Uma vez inseridos no ensino formal, dificuldades, cognitivas e sociais interferem significativamente nos progressos escolares, o que pede ações diferenciadas, como atividades pedagógicas motivadoras, que atendam a suas necessidades específicas, através de afetividade, respostas às dificuldades individuais, acesso à instrumentos de emancipação social e situações criativas de aprendizagem.

Diante desse quadro, desejando a permanência e o êxito dos meninos nas escolas, a Fundação promove o acompanhamento escolar, que se divide em várias ações. Além de momentos para esclarecer dúvidas em relação aos conteúdos escolares (de diversas disciplinas, com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática), ele inclui atividades pedagógicas lúdicas, variadas, criativas e

reflexivas, recorrendo a músicas, literatura e narração de histórias, jogos, vivências e outros caminhos para atingir seus objetivos.

As atividades pedagógicas são realizadas nas instalações da ONG – como biblioteca, laboratório de informática, salas de estudos e vídeo, ao ar livre, etc. –, por educadores sociais e professores com formação específica – entre voluntários e contratados. Também conta com a atuação de uma pedagoga contratada, professores e bolsistas da Universidade Federal do Paraná, através de programas e projetos de extensão universitária.

Além disso, também fazem parte da concepção de educação integral o aconselhamento, as atividades lúdicas dirigidas e não dirigidas, que estimulam a criatividade, o senso crítico, a autonomia e o trabalho em equipe.

Em todas as etapas, os meninos participam de avaliações do processo, junto aos demais atores envolvidos. Além disso, privilegia-se a atualização e a formação continuada dos educadores, contando com a equipe multidisciplinar e a rede de apoio à proposta pedagógica em grupos de estudo, cursos e eventos internos direcionados à linguagem, às necessidades e potenciais da equipe.

Existe ainda o apoio no retorno de alguns ao ensino formal, bem como a participação em cursos, eventos e outras atividades externas de formação, em parceria com universidades, movimentos sociais e outros. Sem esquecer a sua participação ativa e direta em todas as atividades realizadas pela ONG.

- **Aprender a fazer**

A aprendizagem prática e vivencial é um dos objetivos da proposta pedagógica da ONG. Seus principais eixos são o protagonismo juvenil e a formação profissional (DÜRING *et al*, 2007). Acompanhados pelos educadores sociais e na medida de suas possibilidades, os meninos participam ativamente de todas as atividades: limpeza e organização dos próprios quartos, das casas-lar e espaços de uso comum; cuidados com as plantas e os animais; organização de eventos, gincanas, atividades lúdicas e esportivas; decisões de metas e caminhos da entidade, como, por exemplo, a elaboração do Planejamento Estratégico; avaliações de atividades, eventos e períodos de trabalho. Participam também da divulgação da missão “oferecer educação integral a crianças e adolescentes em situação de rua e risco social, possibilitando-lhes a autonomia e a cidadania” e do trabalho da entidade, através de apresentações musicais, teatrais, de dança e

outras ações (DÜRING *et al*, 2007). A educação profissional ocorre através de cursos como:

a) Inglês, Informática, Música, Escolinha de Futebol, através de parceria com o Clube Atlético Paranaense; Aprendizagem Profissional Básica para Auxiliar Administrativo e de Produção Industrial, através de parceria com o SENAI;

b) Parcerias com empresas – para contratar adolescentes que participaram dos cursos, de acordo com os parâmetros da Lei do Menor Aprendiz;

c) Formação em cooperativismo – através de atividades nos subgrupos de horta, floricultura, reciclagem, artesanato e serigrafia, da cooperativa pedagógica denominada pelos meninos Verde Vida (em fase de sensibilização e captação de recursos para viabilizar a sistematização e a ampliação das atividades).

Uma vez preparado para atuar no mercado de trabalho, o adolescente fica mais tranquilo quanto ao retorno para sua família de origem.

Como dissemos, para ficar na ONG foi preciso também aprender a sonhar. Pensando nisso, Luz acrescentou aos pilares da Unesco trabalhados na ONG o 5º pilar, aprender a sonhar.

- **Aprender a Sonhar:**

A ONG, entendendo a importância da construção do projeto de vida do menino, propõe a dimensão do aprender a sonhar, estimulando que as aprendizagens anteriores dos meninos os possibilitem a atingir a autonomia e a cidadania plena. Motivados também por este quinto pilar, os meninos aprendem a cada dia que tudo é possível, basta acreditar, expressam seu desejo de serem heróis, atores, pilotos, médicos, cientistas e o mais desejado e acalentado sonho expressado pela maioria, ser jogador de futebol.

Com uma metodologia que parte de objetivos claros e concretos, a equipe da ONG, juntamente com membros e colaboradores que ajudaram a criá-la, pode avaliar constantemente a sua trajetória e realizar os ajustes que se fazem necessários. Nesse contexto, não cabe a pretensão de acertar sempre, mas a responsabilidade de melhorar cada vez mais, através do diálogo e da participação de todos os envolvidos.

Atualmente, um dos parâmetros que indicam ser este um bom caminho é dado por um significativo número de meninos anteriormente abrigados e que se mostram bem sucedidos em novas etapas de vida, com destaque para a

presença de alguns como educadores na ONG, além de sua participação nesta e em outras entidades sociais que procuram melhorar a realidade das nossas crianças e adolescentes.

Para o coordenador da ONG, não era possível pensar nas crianças e adolescentes abrigados sem pensar nas suas famílias, pois parte das dificuldades vivenciadas pelos meninos estão relacionadas à família. “Reaproximar pais e filhos era o nosso objetivo” (DÜRING, *et al*, 2007 p. 29-31). O trabalho teve início a partir do diálogo com os educadores que deveriam observar as famílias de forma cuidadosa “Quando se observa uma família não se deve ir com o modelo pronto do que ela deve ou não fazer, ou tirarmos do bolso uma explicação precipitada para aquilo que observamos e nos afastarmos do que está realmente acontecendo. Nosso compromisso é com a família e não com as teorias” (DÜRING, *et al*, 2007 p. 30-31).

Determinados a realizar a tarefa, a equipe da ONG percorreu vilas e bairros na tentativa de encontrar as famílias. Nem todas as famílias foram encontradas, mesmo assim os encontros começaram a ganhar forma e a cada ano mais famílias participavam. Os encontros sucederam-se nos anos seguintes e os laços entre pais e filhos foram-se ampliando pelas visitas domiciliares, formação e presença dos pais na ONG. Com esse trabalho, além de melhorar a auto-estima dos meninos na escola e na convivência, percebeu-se grandes mudanças de comportamento e crescimento quanto à responsabilidade e ao compromisso da família com os filhos. Outro fator importante e resultado deste trabalho, foi o retorno de muitos meninos ao lar, fazendo com que as famílias passassem a entender melhor os filhos e acolhê-los.

Realizar este trabalho com as famílias, diz o coordenador, não é tarefa fácil.

(...) exige compreensão, dedicação, escuta, muito amor. Verificamos que a família necessita de um toque especial: estar com ela, ser presença de esperança e otimismo, amizade, confiança que nos lança para o novo e nos impulsiona para lutar por uma sociedade emancipada e democrática. Passo a passo, o caminho se faz. (DÜRING, *et al* 2007p. 31).

O trabalho da ONG se encaixa na idéia primordial de que a família que acolhe uma criança, de certa forma, também acolhe a família de origem,

apoiando-a nos momentos de crise (RIZZINI, 2006), porém, relata a autora, é preciso saber que família de apoio (acolhedora) não é substituta, apesar de desempenharem papel de maternagem.

Ainda segundo Rizzini (2006), para muitos, as crianças em situação de rua expressam o nível de miséria de suas famílias. Por outro lado, constrói-se a representação de que elas não têm família, “são da rua” ou de que foram abandonadas por pais desprovidos de afetividade. A falta de perspectivas gera nos pais uma dificuldade de amar e cuidar, o que deixa as crianças bastante vulneráveis. No entanto, isso não quer dizer que os menos favorecidos são desqualificados enquanto pais, ou incapazes de estabelecer vínculos com seus filhos (RIZZINI, 2006). As inúmeras dificuldades vivenciadas nas famílias, aliadas às obrigações de suprir as necessidades básicas, geram uma sobrecarga de preocupações fazendo-as mergulhar em uma vida agitada e enervante. A ausência do diálogo gera o afastamento do amor, da acolhida e do carinho, gera a frieza e o distanciamento dos pais para com os filhos.

Acredita-se que com um trabalho efetivo através de todos os segmentos da sociedade (governantes, bancos, igrejas, empresários, entre outros) e de políticas públicas que viabilizem principalmente a inserção de seus membros, (pais ou responsáveis) no mercado formal ou informal de trabalho, as crianças e os jovens, com a sua família melhor estruturada, trocariam cada vez menos o convívio familiar pelo convívio nas ruas, onde ficam expostos a todo tipo de risco e vulnerabilidade. Segundo Rizzini, “atrás de uma criança excluída da escola, da comunidade e em situação de risco, está uma família desassistida pela política social.” (RIZZINI, 2006).

Uma das grandes virtudes da ONG é o eterno recomeçar. Este recomeçar a cada dia, como se fosse o primeiro, significa para a equipe de educadores e coordenadores, para as crianças e para os adolescentes, que o trabalho desenvolvido por todos é permanente e dinâmico. Os resultados vêm mostrando a cada ano que mudar é possível, crescer é preciso, planejar é fundamental. Com a participação de todos, engajados nas virtudes que norteiam a missão da ONG, é possível proporcionar às crianças e aos adolescentes uma nova oportunidade na vida.

6.1 O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL

*“O importante não é o que fizeram de nós,
mas o que nós próprios faremos
com aquilo que fizeram de nós.”*

Sartre

Falamos da presença da família como sendo a base para o desenvolvimento da criança, porém, no caso dos meninos abrigados na ONG, contexto deste trabalho, destacamos também o papel do educador. Este capítulo se justifica por entender a relevância do papel do educador social no espaço da ONG. Quem abraça uma profissão desenvolve um trabalho o qual tem duas dimensões: uma pessoal, que diz respeito ao seu significado para a vida. E a outra, social, que se refere à utilidade daquele trabalho para a coletividade em função da qual é realizado (COSTA, 2002).

Ser educador social é começar entendendo a relação consigo mesmo e a sua trajetória no que se refere ao educar. Ser educador social requer envolvimento, amor, comprometimento com a educação. Para Romans (2003, p.33), “ser educador requer uma vontade individual de aprendizagem, multiplicidade de funções, uma formação orientada para o desenvolvimento integral da pessoa a fim de que se envolva em seu pleno desenvolvimento em nível fisiológico, psicológico e social”.

Educar é criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda, ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais (COSTA,1991 p. 53-57). Para o autor, ser educador no espaço social e trabalhar com crianças e jovens em situação de dificuldade pessoal e social, é pois, “lutar para que nossos educandos possam ver realizarem-se na idade adulta as melhores promessas da primeira infância, superando os descaminhos da adolescência, frutos, a um tempo, das circunstâncias sociais e da peripécia existencial de cada um” (COSTA,1991 p. 53-57).

Segundo Costa (1991), quando se escolhe ser educador, cumpre a quem educa fazê-lo numa perspectiva solidária não apenas pessoal, mas também social. Não podemos mudar nossa atitude básica diante do nosso trabalho se antes não formos capazes de mudar nossa atitude básica diante da vida. Nesta

mesma visão, Rivera entende que educar perpassa a idéia de transmitir conhecimento:

Um autêntico educador é um forjador de consciências, um difusor de valores, um modelo de atitudes e compromisso, um formador de cidadãos. Porque as idéias por si só não mudam o mundo e a vida: são as pessoas imbuídas de idéias e ideais portadores de futuro, que o fazem - com seus desejos e sonhos, trabalho e audácia, esperanças e convicções, paixão e lucidez. (RIVERA In: COSTA, 1991 p. 10).

Mais que educador formador de cidadãos e apaixonado, é entender que cada criança ou cada adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, mas principalmente, com potencialidades e talentos que precisam ser desenvolvidos (COSTA, 2002). A tarefa de educar torna-se mais relevante quando se trata de crianças e adolescentes, e mais relevante ainda, quando quem educamos são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pois ajudá-los a perceber a dimensão humana sem sucumbir a ela não é tarefa fácil.

Embora haja pouca literatura que discute o papel do educador social, principalmente em uma instituição para crianças abrigadas, nós educadores da ONG percebemos que para essa função o ponto de partida é estar preparado para saber olhar e compreender a criança no conjunto de suas relações sociais e simbólicas. Quando se fala em crianças “em situação de rua”, sabe-se das dificuldades que as rodeiam, por isso, precisamos compreender não unicamente as crianças, mas, antes de tudo, o conjunto das interações que as crianças mantêm com a rua e com os outros atores sociais. Esses sujeitos, muitas vezes, trazem em sua biografia experiências de opressão e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos. Sentem-se inseguras e não sabem pedir ajuda. A baixa auto-estima é agravada por atitudes de indiferença ou crítica e pela estigmatização do sofrimento na forma de provocações (BAPTISTA, 2006 p. 65).

Trabalhar com estes sujeitos requer segundo Romans (2003, p. 167-169), mais que se identificar com a área social, requer habilidade profissional técnica, de interação ou conhecimento, de competência social, de formação em atitudes e valores, de formação para o auto-cuidado do educador. A partir destas, entre outras competências, o educador deve comportar-se como membro de uma

equipe, em sua realidade mais próxima, e como membro da instituição na qual trabalha.

Na pesquisa de Lucchini (2000) a discussão aponta além da importância do papel do educador na interação com sujeitos em situação de vulnerabilidade social, a forma com que se discute o assunto. Para ele, a intervenção proposta para as crianças e adolescentes em situação de rua baseia-se, em geral:

(...) em um discurso institucional conformista, adaptado à imagem da criança, da rua predominante na opinião pública nacional e internacional, assim como na administração e no mundo da política. Alguns discursos concebem as crianças exclusivamente como vítimas, enquanto a realidade delas é extremamente multifacetada. (LUCCHINI, 2000 p. 2).

Para o autor, este tipo de discurso, muitas vezes, impregna as instituições de forma prejudicial. Partindo desta ótica, trabalhar com estes sujeitos requer mais que conhecimento e formação. Requer entender que o primeiro passo é compreender e reconhecer o adolescente como um ser que se busca, um ser que se procura, que se experimenta, e neste processo de busca, os educadores são os mediadores destes acontecimentos. É possível compreender se considerar o exemplo da criança como um “ator social”, sujeito de direitos e deveres, e não como problema, “objeto” de intervenção. Pois, como toda pessoa, ela age e reage ao contexto social, é ativa, protagonista da sua própria história.

A criança ou adolescente, ao chegar no abrigo, o vê como um lugar estranho e até hostil. Por outro lado, acredita que este pode ser o lugar onde vai encontrar a compreensão de seus conflitos e dificuldades. Neste momento, devemos olhar as crianças como pessoas com potencialidades, habilidades e competências. A presença educativa também é feita de silêncios, pois nem sempre é possível para a criança expressar em palavras seus sentimentos e vivências. Neste momento, a criança precisa saber que tem com quem contar se precisar de ajuda.

O educador deve trabalhar a partir de suas representações acerca da realidade vivenciada por ela ou sua subjetividade e todo o processo deve ter a participação dessa e juntos, criança e educador traçam estratégias que respondam a sua motivação. Ter esse olhar é imprescindível quando se quer

garantir a participação das crianças na construção de seus próprios projetos de vida.

Entretanto, é essencial compreender a criança no todo. Em certos contextos, a criança tem muitas oportunidades e consegue acessá-las, mas, em outros tem menos ou não tem nenhuma.

Facilitar o processo de integração das crianças na sociedade começa por respeitar suas próprias capacidades e opiniões sobre si mesmas e sobre o mundo, visando a promoção de seus direitos. Segundo Stöecklin (2000), sem essa condição primeira, todo discurso sobre participação é só retórica, pois muitas vezes é este o inverso que é feito: a criança é inserida em projetos sem que se ouça o seu ponto de vista, o atendimento de suas necessidades é resolvido por terceiros (STÖECKLIN in: LUCHINNI, 2000, p. 2).

Essa forma de intervenção causa um efeito negativo, pois não desenvolve a capacidade de decisão sobre o seu próprio destino, retardando a compreensão real dessa criança. E, mais ainda, não contribui para o desenvolvimento de sua autonomia: o “empoderamento” que diz respeito à liberação da força, do poder, que todos os seres humanos têm. As próprias crianças e adolescentes trazem consigo riquezas de dados que permitem aos educadores se tornarem mais compreensivos nas repostas às situações vividas por elas, a partir do conhecimento adquirido de suas histórias de vida e da elaboração conjunta de estratégias individuais com as mesmas.

Com relação às crianças em situação de rua, estas desenvolvem ligações diversas com o contexto da rua. Para o educador compreender isso e como aconteceu essa trajetória, é fundamental. Quando se tem clareza dessa particularidade, não se pode reduzir de forma negativa a sua identidade “criança de rua” ao lugar onde ela se encontra e sim entender como ela se situa na rua, como compreende e avalia sua permanência na rua e de que forma ela utiliza esse espaço. Desta forma, acredita-se que “não é a criança que está mais ou menos na rua, como espaço geográfico, ao contrário diz Stöecklin.” (in: LUCHINNI, 2000, p. 2) “é o mundo da rua, como ambiente social e conjunto de relações sociais, que faz mais ou menos parte da experiência da criança.”¹⁴

¹⁴ Daniel Stöecklin – Terre des hommes – maio de 2000 – Texto « O Sistema Criança Rua »

Para compreender a criança, o educador deve considerar as representações da criança e não as dele, observar como ela age, escutar suas falas e compreender suas relações, além de apreender a visão que ela tem de si mesma.

Aprendemos muito uns com os outros, e a criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto. O educador deve se conscientizar que cada atitude sua é um recado que manda para a criança a que atende. Entretanto, a sua autoridade pode ser exercida em bases democráticas, sem autoritarismo. O educador é referência para os jovens e segundo os meninos da ONG, representa mais que uma pessoa que cuida:

Os educadores são como pais para nós, mostram coisas que nem nossas famílias nos mostraram. Por isso nós temos que dar valor no que temos aqui na ONG, os educadores também nos ajudam nas nossas dificuldades familiares e escolares, sem os educadores nós não teríamos a educação que nós temos hoje, por isso que dizemos que eles são como pais. (MENINOS ABRIGADOS in DÜRING, *et al*; 2007, p. 26).

Ser educador social é muito mais complexo do que se possa imaginar. Não basta, como costuma-se acreditar que, gostar de criança e de fazer o bem, o trabalho em um abrigo é o ideal e responde estes anseios. Ser educador social requer conhecimento, compromisso, habilidades, tolerância, enfim, muitas outras considerações. Para muitos dos adolescentes, os educadores, representam os pais que eles não têm ou não tiveram, e ainda, dependendo da relação, os pais que gostariam de ter.

É preciso tomar cuidado com esse sentimento, com o referencial que os educadores representam para eles, pois se ao retornar para suas famílias este referencial não se conferir nos pais biológicos, o adolescente pode encontrar dificuldades de reatar vínculos, ou mesmo de construir outros. É por esta razão que o trabalho na ONG com as famílias torna-se fundamental ao buscar reaproximar os filhos dos pais valorizando o que cada um tem de especial para oferecer e mudar.

7. METODOLOGIA

A natureza da presente pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório com base em entrevistas semi-estruturadas. O ponto de partida para a realização da pesquisa se deu a partir de uma ampla revisão de literatura, seguida de um estudo piloto para verificar a pertinência, precisão e concisão das perguntas que seriam feitas aos três grupos de entrevistados, ou seja, os adolescentes, um familiar responsável e educadores de uma ONG. Para o piloto foram entrevistados quatro adolescentes, quatro familiares responsáveis e quatro educadores. Após análise e discussão deste material, observou-se a necessidade de algumas mudanças na formulação das questões e o acréscimo de outras.

Na condução das entrevistas do teste piloto, bem como das entrevistas aqui apresentadas, adotou-se o método clínico elaborado por Piaget, por ser o mais pertinente. Piaget, desejando estudar o pensamento de crianças elaborou o referido método “Método Clínico ou Método Exploratório Crítico” por entender que, para julgar as crenças das crianças é necessário um método especial. Ao mesmo tempo, faz um alerta de que este método é difícil e laborioso, pois requer um ponto de vista que supõe ao menos um ou dois bons anos de treinamento. Por ser um instrumento que leva em conta a atividade lógica própria da criança, possibilita não apenas um maior entendimento de como ocorre o desenvolvimento intelectual, mas também permite uma maior compreensão de como ocorre a formação das representações e de como evoluem dos seus níveis mais elementares às formas mais elaboradas do pensamento.

Para Delval (2002), este método não tem nada de misterioso, contudo, é a chave usada para fazer as descrições e observações de como se realiza o trabalho, como se obtém os dados e como se analisa os resultados, sendo a prática deste método a melhor forma de obter tais resultados.

(...) deve-se começar por escolher um problema e defini-lo com precisão, examinando os antecedentes do trabalho que nos propomos realizar, isto é, o procedimento que adotaremos. Em segundo lugar, temos de fazer essa coleta de dados mediante a entrevista clínica, evitando em incorrer em uma série de erros. Em terceiro lugar, devemos analisar estes dados para extrair o máximo de informações deles. Por último, restará elaborar um informe no qual se reflitam os resultados de nosso trabalho. (DELVAL, 2002, p. 80).

Utilizou-se este método (PIAGET, 1926/2005, DELVAL, 2002), tanto para a realização das entrevistas quanto para a análise e discussão dos resultados, por entender que, com ele, o pesquisador consegue coletar de forma abrangente dados importantes para suas análises, podendo assim encontrar informações reveladoras. Delval (2002) define o método clínico como “um procedimento para investigar como as crianças pensam, percebem, agem e sentem, que procura descobrir o que não é evidente no que os sujeitos fazem ou dizem, o que está por trás da aparência de sua conduta, seja em ações ou palavras.” (DELVAL, 2002, p. 67).

Para a realização das entrevistas obedeceram-se as normas do TCLE-Termo de Consentimento Livre Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR no dia 22/08/07 sob o Registro CEP/SD; 414.094.07.08 e CAAE: 2231.0.000.091-07. Para cada grupo entrevistado, foi providenciado um TCLE. No caso dos meninos, por estarem abrigados o documento foi representado na figura do coordenador da ONG, pessoa autorizada mediante documento pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude como sendo o tutor legal. Um TCLE para cada familiar entrevistado e um TCLE para cada educador entrevistado. Uma cópia destes documentos encontra-se com a pesquisadora. Todos os nomes dos pesquisados identificados nesta pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

Mediante documentação e esclarecimento do objetivo da pesquisa e da entrevista, obteve-se a autorização do coordenador da ONG. As entrevistas ocorreram conforme o planejado e de forma tranqüila. Em nenhum momento houve qualquer dificuldade ou situação de constrangimento causado aos entrevistados ou por eles.

Conhecendo cada adolescente e a casa na ONG a qual pertence iniciou-se o sorteio. Por várias vezes foi preciso ignorar o sorteado e sortear um novo, pois nem todo o adolescente tem contato ou sabe da existência de familiares. Até o momento do seu abrigamento na ONG muitas vezes fora cuidado por vizinhos, estava na rua ou veio encaminhado por outro abrigo. Como a entrevista também seria realizada com um familiar, a existência deste ou de um responsável era fundamental.

Após o sorteio dos adolescentes que seriam entrevistados, conversou-se individualmente com cada um, convidando-os a participar da pesquisa e

informando-os de que, por estarem abrigados e sob a tutela da ONG, o coordenador já havia autorizado a sua participação. Os adolescentes foram orientados de que a entrevista seria no contexto da ONG e, portanto, não seria necessário se ausentar, porém, isso não significava de forma alguma que seriam obrigados a concordar em participar da entrevista, nem mesmo por ser a pesquisadora, a pedagoga da instituição. Com o consentimento dos mesmos, deu-se início às entrevistas obedecendo a disponibilidade de cada um, respeitando seu espaço, hora de lazer e contra turno escolar. As entrevistas não aconteceram todas no mesmo dia, foram sendo realizadas conforme a disponibilidade da pesquisadora e do entrevistado. Antes de iniciar a entrevista, procurou-se deixá-los o mais a vontade possível, em um espaço privado de possíveis interrupções. Após, relatou-se o objetivo da entrevista, como seria feita, porque seria gravada e o que se pretendia fazer com os resultados.

Por vários momentos, mesmo tendo respeitado as regras e explicado sobre o que tratava a entrevista, a pesquisadora questionou-se sobre abordar o cuidado familiar receando que, de uma forma ou outra, traria aos adolescentes lembranças da vida em família, situação que para alguns não foi nada tranqüila e que talvez não desejassem relembrar.

Felizmente, nada do que se temia aconteceu. Naquele momento era a pesquisadora que estava presente e não a educadora com a qual eles convivem diariamente. Fazer a gravação da entrevista em princípio preocupava, pois para alguns, saber que estavam gravando sua fala, poderia causar inquietação e medo de se expressar, de falar errado ou falar algo que fosse questionado ou, ainda, que comprometesse alguém. Entretanto, gravar não inibiu ou impediu que respondessem a todas as questões, provavelmente por conhecerem a pesquisadora e confiarem nela.

Com relação à entrevista com o familiar, esta não foi tão tranqüila quanto. Ocorreram alguns contratemplos com relação à localização do endereço que havia no registro da ONG, este, para muitos já não é mais o mesmo. Com dois dos familiares entrevistados foi preciso marcar encontro e horário no centro de Curitiba-PR e, por ser no centro, um ponto de referência. Mesmo com o endereço não foi possível localizar algumas moradias. A maioria das famílias dos adolescentes mora em bairros distantes e de difícil acesso, em alguns casos foi preciso ajuda do Conselho Tutelar. Dois dos familiares foram entrevistados em

um encontro de famílias organizado pela ONG na Igreja Bom Jesus, no Bairro Cabral em Curitiba-PR, pois como raramente estas duas famílias visitam os filhos, era uma oportunidade que não podia ser desperdiçada. Algumas famílias são de carrinheiros e não têm moradia fixa ou nem mesmo uma. Outros, são moradores de rua, itinerantes, migram de um lugar para o outro todos os dias.

Da mesma forma como foi realizada a abordagem com os adolescentes, foi com o seu familiar. Alguns destes familiares já haviam participado em encontros promovidos pela ONG, fator relevante para uma relação de confiança e, talvez, motivo pelo qual aceitaram o convite sem se importar com o que seria questionado. Com os contratempos superados, realizaram-se as dez entrevistas propostas.

Com os cinco educadores entrevistados não foi usado o critério do sorteio. Entrevistaram-se os educadores responsáveis por cada casa nos dois plantões (diurno e noturno). As entrevistas ocorreram de forma muito tranquila. Todas as entrevistas foram realizadas no espaço da ONG no momento de descanso do educador e longe da presença dos adolescentes. O trabalho de campo foi realizado conforme o planejado, permitindo assim a continuidade da pesquisa no cronograma proposto.

7.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA

7.1.1 Campo de estudo

A pesquisa de campo com os adolescentes, um familiar e os educadores, foi realizada em uma ONG, localizada na região metropolitana de Curitiba-PR. A ONG, caracterizada como abrigo atende as crianças e adolescentes desde a sua existência datada de 1991, funcionando como uma Fundação Educacional sem discriminação de raça, nacionalidade ou religião, sem fins lucrativos e que tem como missão *“Promover educação integral para crianças e adolescentes em situação de risco, possibilitando-lhes a autonomia e a cidadania”*.

Ela foi criada oficialmente em 1991. Antes disso, o grupo de fundadores partilhou anos de trabalho voluntário em comunidades carentes e nas ruas. Faziam parte desse grupo, moradores das comunidades onde o

trabalho teve início. Pessoas simples, que conheciam bem as dificuldades geradas pela exclusão e possuíam uma grande sensibilidade para perceber necessidades ainda maiores do que as suas. Amor, solidariedade, idealismo e dedicação foram os grandes fundamentos do trabalho que deu origem à ONG. (DÜRING, *et al.*, 2007, p. 2-4).

No que se refere a pesquisa com os familiares, um familiar foi entrevistado na ONG, dois na Igreja Bom Jesus no Bairro Cabral, dois no centro de Curitiba, um na Regional do Conselho Tutelar localizado no Bairro Boa Vista e quatro em suas residências.

Atualmente, o abrigo atende 80 crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre 7 e 18 anos. O abrigo possui cinco casas lar, sendo que nelas os adolescentes são organizados por idade e, em muitos casos, leva-se em consideração, além da idade, a maturidade.

As crianças e os adolescentes chegam a esta Instituição por determinação judicial (Vara da Infância e da Juventude) e pelos Conselhos Tutelares de Curitiba e Região Metropolitana. São vítimas de abandono, negligência parental, violência doméstica, abuso sexual e vítimas de traficantes de drogas.

7.1. 2 Seleção dos participantes

A escolha dos adolescentes participantes obedeceu, como critério, o sorteio de três adolescentes da casa um, três da casa dois e quatro adolescentes da terceira casa, todos com idade acima de doze anos. De início, pensou-se nos adolescentes das três casas porque, ao chegarem a ONG, eles são encaminhados para a casa que corresponde a sua idade e ainda em alguns casos, além da idade é avaliada a maturidade. O critério do sorteio permitiu à pesquisadora e educadora não escolher os participantes de forma aleatória, ou ainda, favorecer a participação dos adolescentes em que a relação é mais forte. Foram pesquisados adolescentes de apenas três casas, sendo que uma é a casa para visitantes, outra abriga as crianças menores de doze anos e a outra, é a casa república para adolescentes que estão na universidade.

Além dos adolescentes, também fazem parte da amostra um familiar de cada adolescente participante que tenha acompanhado o seu desenvolvimento, podendo ser: pai, mãe, avó (avô), tio (a) independente de gênero e idade e ainda irmão (a) mais velho. Os participantes eram, em sua maioria, mães, sendo que

em uma família houve a participação da irmã mais velha e, em outras duas, a participação exclusiva do pai. Em outra, entrevistou-se a conselheira tutelar responsável pelo adolescente abrigado que, mesmo não sendo um familiar, a possibilidade foi discutida e confirmada pela orientadora desta pesquisa.

Também foram entrevistados cinco educadores da ONG responsáveis pelas casas participantes da amostra. Neste caso não houve sorteio para a escolha do educador entrevistado, já que os mesmos são responsáveis pelas casas em plantões diferentes. Os plantões são divididos em três turnos respeitando os seguintes horários. O primeiro plantão das 17:00 às 24:00 horas; o segundo plantão das 00:00 às 8:00 horas e o terceiro plantão das 8:00 às 17:00 horas. Foram entrevistados três educadores, com idades entre 27 e 47 anos e duas educadoras com idade entre 45 e 46 anos. Os cinco educadores são profissionais contratados pela ONG, desempenham o papel de educador há mais de cinco anos, residem na região metropolitana de Curitiba. A amostra total de participantes da pesquisa é de 25 entrevistados.

7.1. 3. Procedimento de coleta de dados

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas utilizando o instrumento baseado no Método Clínico¹⁵ em Delval (2002) e adaptado ao contexto brasileiro, o que já havia sido testado em outros trabalhos referidos neste estudo, cujo roteiro, contém dados de identificação e questões abertas referentes à família e ao cuidado, permitindo liberdade aos participantes em suas problematizações sobre o tema proposto. O critério usado no método clínico serviu para dar hierarquia às categorias dando uma indicação qualitativa dos elementos de referência, permitindo identificar os temas principais, de modo que fornecesse dados importantes para a análise.

Através das questões investigaram-se as concepções de cuidado nos três grupos pesquisados e o registro ocorreu por meio de gravação, com duração em torno de 15 a 20 minutos, sendo a abordagem efetivada através do contato direto com os entrevistados.

¹⁵ Ver anexo 1

Ver anexo 2

Ver anexo 3

7.1.4 Procedimento de análise dos dados

Após organizar as informações colhidas nas entrevistas, as mesmas foram transcritas na íntegra, procedendo-se então a análise qualitativa das respostas dadas pelos sujeitos da amostra, de acordo com o referencial teórico.

Foram analisados os dados de cada sujeito e do conjunto de sujeitos. Para realizar a análise e a discussão dos resultados, organizaram-se os dados das entrevistas em três grandes grupos, e de acordo com cada grupo, os quais foram assim distribuídos: grupo I: adolescentes; grupo II: familiar e grupo III: educadores. Dos conteúdos analisados emergiram doze categorias (o cuidado do pai e da mãe; o que é necessário no cuidado; desejo de ser cuidado; a relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar; relação com o educador; relação do menino com o educador; relação da mãe e do pai com o filho; percepção de cuidado que o educador tem; formas de punição; opção de cuidar e justificativa; pontos positivos do cuidador; pontos negativos do cuidador) definidas igualmente para os três grupos (adolescentes, famílias e educadores) as quais forneceram indicativos sobre a concepção de cuidado familiar, as convergências e divergências entre os grupos e os possíveis fatores que podem contribuir ou dificultar a compreensão do cuidado. Finalmente, concluiu-se com uma análise e discussão geral das respostas dos adolescentes, familiares e educadores e, também, das convergências e divergências entre eles.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Definidos os 3 grupos, realizamos, primeiramente, a análise individual de cada grupo pesquisado, das ocorrências de cada categoria (cuidado e cuidador) acompanhada de uma análise qualitativa destas categorias. Cada categoria traz um trecho e uma discussão que sintetiza a essência deste trabalho, tanto em relação à literatura que serviu de embasamento teórico como às concepções de cuidado os quais servirão para organizar os processos de intervenção no trabalho da ONG e no contexto familiar.

8.1 ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES

O Quadro 4 apresenta os dez adolescentes pesquisados, obedecendo uma ordem crescente de idade, porém, esta ordem não corresponde às séries em que estudam, por consequência da defasagem idade-série em que se encontram. O quadro mostra, também, o gênero, a ocupação dos pais ou cuidadores responsáveis e o local da efetivação da entrevista.

8.1.1 Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Sexo	Série	Local	Profissão dos pais/padrastos
Leo	13;2	M	6 ^a	ONG	Padrasto: faz bicos Mãe: catadora de papel
Tom	13;2	M	5 ^a	ONG	Pai: catador de papel Mãe: moradora de rua
Jon	13;11	M	6 ^a	ONG	Pai: faz bicos Mãe: do lar
Roy	13;11	M	3 ^a	ONG	Pai: catador de papel Madrasta: do lar
Tato	15;2	M	6 ^a	ONG	Pai: falecido Mãe: catadora de papel
Sam	15;1	M	8 ^a	ONG	Pai: desconhecido Mãe: falecida
Adri	15;9	M	5 ^a	ONG	Pai: faz bicos Mãe: do lar
Rico	16;5	M	1 ^o EM	ONG	Pai: falecido Mãe: falecida
Cari	17;11	M	1 ^o EM	ONG	Padrasto: faz bicos Mãe: do lar
Cris	18;3	M	1 ^o EM	ONG	Pai: não tem contato Mãe: lavadeira

FONTE: Protocolo das entrevistas.

QUADRO 4 – ADOLESCENTES PESQUISADOS.

A amostra constituiu-se de dez adolescentes, do sexo masculino, com idades compreendidas entre 13 e 18 anos. Os dez adolescentes estão abrigados na ONG, espaço onde ocorreram as entrevistas, encaminhados pelos Conselhos Tutelares das Regionais de Curitiba e Região Metropolitana e pela Vara da Infância e da Juventude. Cinco desses adolescentes estão abrigados há mais de quatro anos, os cinco restantes, aproximadamente três anos. Os dez adolescentes estão matriculados, freqüentando a escola regular, duas do município e três do estado, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba-PR. Três adolescentes freqüentam o primeiro ano do Ensino Médio (período noturno), dois freqüentam o Ensino Fundamental (8ª e 5ª série) do mesmo período, três adolescentes são alunos da 6ª série, um é aluno da 3ª série e o outro é aluno da 5ª série do Ensino Fundamental (período matutino e vespertino). Com relação à profissão do pai ou responsável, quatro relataram não ter uma profissão sendo que, a renda provém da atividade de “fazer bicos”. Neste caso, fazer bico significa fazer pequenos trabalhos em todas as áreas sem necessitar de qualificação. Dois dos pais ou responsáveis são catadores de papel, outros dois são falecidos e com os dois pais ou responsáveis restantes o adolescente não mantém contato. Como resultado alcançado com o estudo, apresentamos as sínteses dos achados dos dez sujeitos a partir de cada categoria.

8.1.2 Concepção de cuidado

Em geral, as falas dos adolescentes entrevistados se mostraram fortemente marcadas por elementos associados ao desejo de como deveria ser o cuidado por parte dos pais. A ênfase neste cuidado está nos pais mostrarem o caminho, alguém que aponte o que podem e o que não podem fazer, o que é perigoso e o que não é, o que devem e o que não devem fazer, além de se protegerem das drogas. Por meio de suas falas, os adolescentes estão pedindo que os pais os orientem com mais coerência. Estes dados foram encontrados em Adri¹⁶, Tato, Roy, Jon, Rico, Cris e Cari. Para Jon, cuidar é respeitar as necessidades básicas, não significa usar de violência. Para Sam, cuidar é uma obrigação dos pais. Os relatos podem ser observados nas respostas abaixo.

¹⁶ Todos os nome atribuídos aos jovens, coordenador, educadores e familiares neste estudo são fictícios.

ADRI 15;9 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“Ah, eu entendo bom, seguro... não..(risos) (refiz pergunta).
...(risos)..É..... (repito pergunta outra vez).*

Um pai quando cuida de um filho faz o que?
“ Faz a união”.

Além da união faz o que?

“Ele ama muito, ele cuida”. (pausa)

Ele cuida em que sentido?

“(...) não deixando ir pra rua, não faze mal pra ninguém, não fuma maconha, não bebe, sempre em casa com a gente”.

TATO 15;2 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“É não deixa ir pras drogas como eu fui e vi tudo de ruim, da atenção, carinho, amor, ta junto nas hora difícil, aah, pra mim é isso”.*

RICO 16;5 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“Há, isso.., essa situação é complicada por que existem vários tipos de cuidado, desde o acompanhamento da família no colégio, em relação a saúde, então esses são cuidados especiais”. assim..você precisa de uma coisa, se ta acontecendo uma coisa de saúde, ou se eu, um filho ta com falta de respeito, não ta com suas obrigações, há.. sei lá...., cuidado acho que é isso, cuidar da pessoa né, acho que é né,cuidar, aconselhar, explica e tenta entende o que ta acontecendo uma coisa, da satisfação, acho que é isso”.*

JON 13;11 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“Me escuta quando falo, ouve melhor, fala comigo e diz quando ta errado ou certo”. “tem que cuida dele pra ele vive, não maltrata ele direto”.
O que é maltratar?
“bate, xinga, essas coisas..”.*

CARI 17;11 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“Ah,, é,,é,, ver se ta tudo bem, ajuda em tudo, ah.. sei lá...”(repito).
O que é cuidar para você?
“É vê se to indo bem na escola, na educação, na saúde, em tudo né”.
O que mais?
“Não i pra rua, ser bom, comportado e obedece”.*

Observa-se no relato dos adolescentes, que a sua concepção de cuidado faz referência a uma exigência de maturidade, diálogo, afeto e limites. Estas concepções podem ser discutidas a partir de estudos de Maccoby, (1980); Maccoby e Martin, (1993); Damon, (1983). Estes estudos indicam as dimensões que diferem alguns pais dos outros quanto ao grau de maturidade em suas

práticas educacionais. Tais comportamentos refletem-se nos papéis familiares principalmente na quarta dimensão, a relação afetiva entre os pares. Quando há uma relação de afeto entre os pais e os filhos, esta relação se apresenta de forma explícita, mostrando interesse e o afeto pela criança e por tudo o que envolve seu bem-estar físico e emocional. Os pais afetuosos ficam alegres e se orgulham diante dos êxitos e comportamentos positivos da criança. Entretanto, não basta os pais serem fisicamente presentes e afetuosos, é preciso estarem cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo ou errado, orientar para que possam seguir um caminho.

Dados semelhantes aos descritos acima aparecem em estudos de Stoltz (2006, p. 126), ao constatar que “crianças que interagem bem consigo mesmas e com os outros apresentam a combinação dos seguintes aspectos em seus contextos interativos: exigência de maturidade, diálogo, noção clara de limites, consideração positiva de alguns atos e a presença de afeto por parte do responsável pela criança”. Entre as diferentes percepções de cuidar deste estudo, a revelada por Sam e Leo aponta que é necessário também dar carinho, amor e educação. A presença destes fatores, diz Sam, não nos permite fugir de casa. Em diferentes momentos aparecem esses aspectos nas falas dos adolescentes.

SAM 15;1 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho?
“Ahhh, sei lá, eu, tipo assim, é obrigação né”.

Por quê? *“Ahh, porque foram eles que me colocaram no mundo, eu acho isso”.*

E além da obrigação? *“Nada. Carinho e amor. É, se não fizer isso, e melhor tê a educação pra não fugi de casa”.*

LEO 13;2 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *Em..*
“Entendo que a mãe gosta muito do filho, e tem um carinho pelo filho”.

Na percepção de Tom, cuidar é dar confiança, é estar presente, dar atenção. Além dos cuidados acima, para Tom este cuidado deve ser desde pequeno, não se resumindo somente às horas boas, mas também às horas difíceis.

TOM 13;2 - O que você entende por um pai e uma mãe cuidar de um filho? *“Ah, é ta junto, da atenção, ta junto nas hora boa, nas difícil, só” Ah, é cuidar desde que ele é pequeno até ele cresce.*

E faz o que quando cuida?
Ajuda, aconselhar....(pensa de cabeça baixa)
 O que um pai precisa fazer além de aconselhar?
Dar mais confiança.....(fica calado) Ah.. várias coisas que precisa né.....

Segundo Stoltz (2006, p. 125-126), “a criança solicita o fazer conjunto (no brincar, comer, passear, aprender, rir, jogar...)”. “Juntamente com o atendimento às necessidades básicas, o fazer conjunto permite o estabelecimento da relação afetiva e a conquista da confiança da criança na pessoa do cuidador e nos seus pares”. Essa percepção também é confirmada por Campos (1994, p. 15) ao revelar que o cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: “alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar”. Segundo o autor, esses procedimentos têm por objetivo atender às necessidades da criança no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Um fator relevante percebido durante o trabalho com os meninos na ONG, na fala de alguns é o medo da família e do ambiente onde residem. Este, embora não tenha sido relatado pelos adolescentes deste estudo, se confirma nos meninos quando se aproxima o momento em que podem visitar a família. Nestes casos, muitas vezes o menino pergunta “*posso ficar aqui*”? Perguntamos, por que você quer ficar na ONG, uma vez que pode visitar a família? A resposta de muitos é “*aqui me sinto mais seguro, lá é perigoso*”. Este relato aconteceu durante o trabalho da autora na ONG e no convívio com os meninos. A partir deste relato, percebe-se que os meninos têm uma representação do que a família representa para eles.

Esta representação emerge ao longo do discurso dos adolescentes e nos faz recorrer a Rizzini, (2006).; Weber, (2004); e Aratany, (1998), expressam que os pais devem estar cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo ou errado. Estas observações também estão presentes em Zagury (1996, p. 31) quando ao apontar em seus estudos o cuidar como sendo um ato de amor, mas um amor acrescido de limites.

A concepção de cuidado dos pais representa para os filhos mais que afeto e diálogo, representa estar atento às necessidades básicas diárias, aconselhar, sobre o que é certo e errado, indicar um caminho e proteger dos perigos da rua e das drogas.

8.1.3 O que é necessário no cuidado

Em estreita relação com a concepção dos adolescentes sobre o cuidado está o papel que, desempenham os pais neste cuidado. Nesta categoria novamente pôde-se observar que para os adolescentes os pais não têm como papel cuidar somente quando estão em situação de perigo, e sim, de ensinar valores, regras e limites. Dos dez sujeitos pesquisados, cinco adolescentes, Tom, Adri, Tato, Cris e Rico se referem à necessidade do cuidado com uma exigência de limites, proteção dos perigos, novamente apontando principalmente as drogas. Além da necessidade de ser cuidado dos perigos, para Tom os pais também precisam se cuidar. Isto se deve têm situação em que se encontram, pois são usuários de drogas e não tem emprego. Já para dois adolescentes, aos pais cabe orientar nas diretrizes do que é certo e errado, o que pode e o que não pode fazer. Em dois adolescentes entrevistados Sam e Leo, estar presente, fazer junto é o que, segundo eles, os pais devem fazer para cuidar. Esses discursos aparecem nas falas dos pesquisados como representaremos a seguir:

TOM 13;2 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? “*Ah.. várias coisas que precisa né..cuida bem né.. cuida em tudo que a gente faz de certo, cuida das drogas, na rua, é cuida.. eu acho que é assim..precisa não usa droga, arruma um emprego, faze tratamento”.*

ADRI 15;9 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? “*Não deixando ir pra rua,não faz mal pra ninguém, não fuma maconha, não bebe,i sempre em casa com ele, em casa”.*

TATO 15;2 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? “*(...) cuidando do perigo da rua, dos amigo das drogas e outros que não são teus amigo)”.*

RICO 16;5 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? “*Ai depende, é isso...., é..., vai de pessoa para pessoa, mas acho que a princípio seria no caso assim, impor limites, as pessoas as vezes extrapolam limites, você respeitar os outros (...), (...) os pais fazem os filhos cumprirem com suas obrigações assim por ex: a escola, as obrigações da casa, as regras, não desrespeitar ninguém, acho que é isso”.*

Em Sam e Leo, a resposta dada revela que ser cuidado é ser orientado no que pode ou não fazer, pois estas diretrizes são relevantes na tomada de decisões futuras.

SAM 15;1 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? *“muita coisa..”* O que é muita coisa, o que é mais importante? *“Eu acho que é né..... por que através do jeito que os pais vão trata a criança, ela vai crescer sabendo o que eles ensinaram e se ensina coisa errada, só vai aprender coisa errada, é importante no convívio né, em tudo”.*

Segundo Cataldo (1987) (in: COLL, 1999 p. 158-159; CAMPOS, 1994), as famílias devem oferecer cuidados e proteção às crianças, garantindo-lhes subsistência em condições dignas, além de contribuir para a socialização dos filhos em relação aos valores socialmente constituídos. Cabe à família, ainda, ajudar as crianças, proporcionando-lhes um suporte para que venham a ser pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e com a própria identidade.

Estudos semelhantes (ACOSTA e VITALE 2005, p.104) apontam que “quando a criança recebe afeto por parte de seus familiares, a sociedade deixará de abrigar um possível transgressor que sofreria o estigma de exclusão social”. Por outro lado, diz ela, a “falta de cuidados pode desencadear a agressividade destrutiva na infância e esta apresenta alta correlação com a delinquência e o uso de drogas na adolescência”. Para essa autora, a ação segura e firme dos pais é a forma mais eficiente de conduzir os filhos a um destino produtivo, saudável e feliz (ACOSTA e VITALE 2005 p. 104).

O que se observa sobre o que é necessário no cuidado nas respostas dos adolescentes entrevistados é, novamente, um pedido de que os pais ou responsáveis os orientem na tomada de decisões, valores, regras e limites e que mostrem a eles qual caminho e como devem seguir este caminho.

8.1. 4 Desejo de ser cuidado

Nas respostas dos entrevistados foi possível observar uma ênfase no desejo do adolescente em ser orientado pelos pais e, também, de poder ficar junto com estes. Além de orientar, os resultados sugerem que, para os adolescentes, os pais não devem usar de violência, nem se omitir. Os resultados dos dez entrevistados revelam que o relacionamento entre pais e filhos participantes do estudo foi caracterizado, principalmente, pela ênfase na forma como foram cuidados e no desejo de como gostariam de ser cuidados. Dos dez adolescentes pesquisados, três adolescentes (Adri, Tom e Tato) novamente

apontam o desejo que os pais os protejam das drogas e dos perigos da rua. Em Rico e Sam, o relato é de que os cuidados até o abrigo não foram dos pais biológicos. Os adolescentes Jon e Cari observam a forma como a mãe cuida, revelando não gostar da forma como o pai e o padrasto cuidam. O adolescente Leo relata como era viver com os pais, pedir esmola na rua e, se que o fato retornar para casa sem nenhum ganho, fazia com que sofresse agressões dos pais. Para ele, essa forma de cuidar não é a mais adequada, deseja uma forma diferente. Já o adolescente Cris sinaliza o desejo de que a mãe supere o problema com relação ao uso de álcool. Roy, por sua vez, deseja ficar junto com o pai “como um chiclete”. As respostas abaixo foram extraídas dos protocolos das entrevistas:

ADRI 15;9 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem? “*ah.. eu gosto...*”.

Gosta? Como?

“*Ah, porque eles falam pra mim não i pra rua, só um pouco e já volto daí, eu gosto*”

Do jeito que eles te cuidam tá bom, não precisa mudar? “*Não..*”
Não tem nada, nada que você gostaria que eles fizessem e eles não fazem?

“*Não*”

O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho? Isso tudo o que. Como?

“*Não fuma, não i pra rua, é cuidar, só*”.

TATO 15;2 – Como você gostaria que teus pais te cuidassem? “*Minha vó cuida mais de mim, minha mãe ficava na rua e fica até hoje né, só que diferente, ela cata papel, antes não era assim, era nas droga e isso é ruim*”.

O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho?

“*Fica junto com os filhos, é isso que eu acho*”.

Dois adolescentes, Rico e Sam, referiram-se às características dos cuidados na instituição de abrigo.

SAM 15;1 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem?

“*Eu não moro com eles*” Morou um tempo, não morou com eles? nunca morou com avó, parente, alguém? “*Não, só no abrigo*”.

Então, lá no abrigo, a forma como te cuidaram foi legal? “*Foi*”

Foi em que sentido? “*Ahh, eles me davam carinho, atenção, me ensinavam o que eu não sabia, o que era certo e errado*”.

Jon e Cari gostam da forma como são cuidados pela mãe, revelando não gostar da forma como o pai ou o padrasto cuidam.

JON 13;2 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem?
"A forma que minha mãe me trata não é boa, a que meu pai me trata pelo pouco tempo que vivi com ele é. Por que ele me entende".

Um dos adolescentes entrevistados, Roy, gostaria de poder estar sempre junto com os pais, se referindo ao chiclete como exemplo.

ROY 13;11 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem? *"Ah, tipo assim, igual dois tipo assim, ficam juntos, é igual a chicletes, um fica junto com o outro, meu pai cato papel antigamente, hoje não, fico com ele, e agora não, eu to aqui.. AhAh...."*

Isso pra você é um pai cuidar abem de um filho?
"AhAh..."

Já o Cris deseja ser cuidado como os pais devem cuidar de um filho, e revela preocupação com a mãe pela situação em que ela se encontra, pois ela faz uso de álcool.

CRIS 18;3 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem? *"Que eles me cuidassem como um pai cuida de um filho, dando tudo né, porque eles não me deram nada de bom. Só queria que minha mãe não bebesse mais, só isso ta bom".*

Do jeito que eles te cuidam não tá bom? Por quê?
"É claro, senão vão tudo pra rua, pra fugi das briga e das dificuldades porque precisamos da família cuidar de nós".

Sobre as práticas de cuidado, merecem destaque também a incidência e ênfase no cuidado sobre o uso das drogas. Foi possível perceber nas falas dos dez entrevistados, que o seu desejo está voltado a ter um cuidador responsável que o assuma como criança ou adolescente, que o proteja de perigos e o oriente. Porém, esse desejo esbarra entre tantas dificuldades, nas condições de vida inadequadas, no alcoolismo, no desemprego, uma mistura explosiva que compromete o processo de socialização adequado e de qualidade das crianças e dos adolescentes.

O uso de bebida alcoólica emergiu dentro do grupo, em especial, em um adolescente, o qual tem caso de alcoolismo na família se referindo a mãe. Este

adolescente não está alheio a este problema, demonstrou saberes e o despertar do desejo da possibilidade de superação da mãe frente à problemática. A percepção deste adolescente nos permite observar que, mesmo estando abrigado e por consequência distante do contexto familiar de origem, ele não está alheio aos problemas que permeiam sua família, conseguindo estar atento às possibilidades de mudança e a partir dela, retornar e retomar sua vida com a família.

Outro fator observado no relato dos adolescentes participantes desta pesquisa foi o lugar de destaque que alguns familiares ocuparam. No caso da mãe, a visão que eles têm é mais idealizada do que real. Há uma barreira entre eles e a figura da mãe que, muitas vezes os impedem inclusive de falar sobre ela ou representá-la em atividades desenvolvidas na ONG e direcionadas à família. Esta afirmação foi embasada nas observações feitas pela pesquisadora enquanto educadora da instituição pesquisada, bem como, dos relatos cotidianos dos adolescentes sobre a sua relação com os familiares que, em muitos casos é só a mãe. Com relação à figura do pai, este raramente é mencionado por eles, talvez por estar ausente da vida da maioria dos adolescentes abrigados.

O sentimento de desapego ao pai, mãe, irmãos e demais familiares observado em algumas crianças e adolescentes abrigados na ONG, pode ter relação com o tempo em que se encontram afastados dos familiares. Outra causa pode estar relacionada pelo desinteresse da família em receber o filho de volta ao lar. Durante o período de afastamento, muitas coisas podem acontecer no interior das famílias, como a dissolução delas ou a formação de um novo arranjo, situação comumente vivenciada pelos adolescentes. É comum, também, no que se refere às famílias dos adolescentes abrigados na ONG, a ausência dos pais biológicos e a presença do padrasto/madrasta.

Para Weber (2004), isso pode dever-se ao fato de que a maioria das crianças que chega às instituições é pertencente a famílias monoparentais (nas quais somente a mãe e os irmãos estão presentes) ou, ainda, porque a figura do pai está representada pela do padrasto e que, com este, a relação não é a mesma daquela com o pai biológico.

Estes novos elementos surgem na vida da criança e do adolescente muitas vezes, de uma hora para a outra. O novo elemento a entrar para esse grupo será encarado pelas crianças como um intruso, um *outsider*, porque ele não

fazia parte daquele grupo. Mas, em contrapartida, as crianças também são para o padrasto consideradas intrusas, *outsiders*, no novo casamento, porque elas não pertencem ao novo casal. No fundo, ambos, padrastos e crianças são “invadidos” e “invasores”. Talvez seja necessário rever a forma de recomeço desta nova família e por conseqüência um impacto menos doloroso para os filhos de ambos os envolvidos (WAGNER, 2002).

Os estudos de Wagner revelaram que as crianças necessitam de tempo para amadurecer a idéia de um casamento da mãe e a entrada em casa de um padrasto. Nestes casos, segundo a autora, se o casamento da mãe for discutido previamente com as crianças e elas tiverem tempo para ter uma palavra a dizer sobre o acontecimento, tudo indica que o novo padrasto é aceito com mais facilidade. Mas, se pelo contrário, as crianças só conhecem o novo companheiro da mãe muito em cima do casamento ou da coabitação, então as probabilidades de o aceitarem são mais reduzidas.

CARI 17;11 - Como você gostaria que teus pais te cuidassem?
“Do jeito que minha mãe me cuida ta bom, ela cuida bem...O meu padrasto eu não”

Do jeito que eles estão fazendo é cuidar pra você?
“Da minha mãe sim”. “ meu padrasto e eu não me do com ele”.

Os filhos, segundo Wagner (2002 *et al*) não tem os mesmos sentimentos pela figura do padrasto e madrasta, assim como estes não possuem, pelos enteados, os mesmos sentimentos que possuem em relação aos filhos biológicos. Situações onde o padrasto ou a madrasta substituem os pais biológicos, são comuns nas famílias das crianças e adolescentes da ONG. Um dos motivos pelos quais muitos adolescentes estão abrigados é por não possuírem uma relação de sentimento por estes novos cuidadores.

O desejo de ser cuidado presente nas respostas dos adolescentes entrevistados está voltado ao cuidado dos pais em protegê-los dos perigos, de ter os pais presentes, sem usar de violência e nem se omitir.

8.1. 5 A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado na família

Para alguns adolescentes entrevistados, o coordenador Fer é a pessoa que os orienta, que atinge as suas necessidades, que dá a direção do que podem

ou não fazer, e como fazer. Os adolescentes não percebem esta autonomia nos educadores. A ONG, para os dez adolescentes entrevistados, é percebida como um espaço que oferece oportunidades, como espaço de mudanças. Para alguns há reflexos do tratamento dado na instituição tanto na vida profissional e futura quanto na convivência diária da instituição, da escola e da família. Cada adolescente entrevistado tem uma compreensão do cuidado recebido e como esta relação é percebida. Esta relação pode ser observada nos extratos dos protocolos apresentados na seqüência.

Para Leo, Jon e Roy a ONG passa a ser diferente da família porque nela podem brincar, fazer tudo certinho, vêem como um “espaço legal”.

JON 13;11 - A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG? *“ Ah.. é legal, brinco com eles tudo, certinho. “É importante”. É diferente da família? “Pra mim sim, seria bom, importante cuidar de mim, ai eu não ia pra rua ia fica mais em casa”.*

ROY 13;11 - A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG? *“Igalzinho ao meu pai” Igualzinho ao teu pai? E o que você mais gosta que as pessoas façam para te cuidar? “Fiquem me incentivando, cuidando de mim, eu vo briga eles me separam e falam pra mim não mais briga, assim ta bom, ah e joga bola também”.*

Para Rico e Tato a figura do coordenador da ONG é entendida como importante para seus desenvolvimentos. Com ele, procuram aprender tudo o que podem e percebem a relevância deste aprendizado para o seus futuros. Consideram o coordenador uma pessoa influente e com quem ainda podem aprender muito.

RICO 16;5 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *“Ai varia né, por que por ex: assim. O Fer que é nosso responsável no caso, ele lê bastante coisa, ele conversa com muitas pessoas, então ele tem uma certa experiência, então com relação a esta questão influencia muito, a opinião de várias pessoas, entendeu? Por que cada, quando você conversa com várias pessoas você adquire conhecimento, cada, cada conhecimento que você absorve você aprende mais novas coisas e você começa a aplica, então acho que é isso, a influência das pessoas, a opinião das pessoas, é influencia muito.....”*

TATO 15;2 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG? *“Ah, antes não me cuidavam, minha avó*

até fazia, eu não obedecia, mas o Fer é como o pai que eu não tenho, me da atenção, briga quando faço as coisas erradas, corta minha música e outras coisas, mas isso é cuidar para mim, acho que ele cuida bem de todos nós, pena que alguns não vê assim”.

A ONG, além de abrigo, é para esses meninos uma família diferente, além do fato da instituição possuir suas guardas provisórias enquanto esperam por adoção ou retorno à família de origem. Neste espaço, na medida do possível, recebem toda a atenção necessária para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além das oportunidades em projetos, de freqüentarem a escola e de receberem toda a atenção nas necessidades básicas diárias. A maioria dos adolescentes abrigados eram moradores de rua e não tinham a presença de um adulto que determinasse regras, limites e, nem mesmo, o atendimento às necessidades básicas. Para Tom e Adri, a ONG se diferencia por oferecer cursos, cuidar da escola, oferecer oportunidades que não encontram na família ou diferem das encontradas na mesma. Mesmo assim, o que a família oferece e a forma como o faz não deixa de ser significativa na vida deles.

TOM 13;2 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *“Ahh.. tipo.. aqui tem curso né, curso e outras coisas né, lá também tem, aqui é um pouco melhor por causa dos cursos que a ONG oferece, mas lá também é legal. Acompanha no colégio....esses negócios..leva pra saí.. essas coisas”.*

ADRI 15;9 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *“É..tem...aqui eu to estudando, fiz um monte de coisa, faço curso só. (...) na minha casa eu ia pra rua, não queria nada, aqui faço um monte de curso ai.....O importante é eu fica aqui né, aprende mais coisas, melho que fica na rua, na rua eu não tinha nada, aqui to aprendendo...aprendendo tudo, aprendo respeita e aprendo joga bola, um monte de coisa.”.*

Segundo Bronfenbrenner (1991), a simples ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças que estão sob seus cuidados pode se constituir uma ameaça ao desenvolvimento psicológico saudável. Embora se reconheça que a privação econômica é uma das principais fontes de risco sócio-cultural para a criança, a privação social pode se fazer

presente nos vários sistemas do espaço ecológico, caracterizado por relacionamentos capazes de minar dia após dia o desenvolvimento humano.

Um fator relevante apontado na fala de alguns adolescentes pesquisados, é a referência dada ao coordenador Fer. Para os adolescentes ele não é só a pessoa que os coordena, que dá as diretrizes dos trabalhos, é ele quem tem autonomia para orientar também os educadores. Os egressos (educadores que já foram meninos e hoje auxiliam no cuidado dos abrigados) reconhecem a importância do trabalho do coordenador e da equipe, se referindo a ele como responsável pelas conquistas alcançadas, pelo acolhimento na ONG por meio do coordenador e pelo que se tornaram.

Já para Sam e Cris, a ONG se diferencia por permitir liberdade para sair e visitar parentes, diferentes de outros abrigamentos. Mesmo se referindo à liberdade para sair, Sam e Cris não revelam que esta liberdade não era permitida enquanto conviveram com a família.

SAM 15;1 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *“É tem uma coisa que a ONG faz. A liberdade pra sai, porque daí pra nós i nos nossos parentes, acho que só isso”.*

CRIS 18;3 - – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *“Acho que deixar a gente mais livre pra saí, fazer as coisas que quero fazer, aqui não tem muito pra fazer”.*

Então você acha que a chácara te cuida melhor que cuidava sua família?
“Se a minha mãe não bebesse não, ela cuidava bem antes de bebe, conversamo muito sobre tudo, mas se ela bebe outro dia ela nem lembra o que converso comigo”.

É só essa a diferença? *“Não.., é...”*
Por que não? *“Acho que é importante ta com a família”.*

A instituição, enquanto novo contexto de desenvolvimento, oferece para estes adolescentes recursos que lhes permitiram a construção de novas respostas socialmente válidas para lidarem com as adversidades. Os recursos pessoais, construídos em ambos os contextos interativos, precisam ainda ser reforçados e enriquecidos por recursos sociais que lhes possibilitem um engajamento em interações com adultos e pares e que promovam trajetórias desenvolvimentais positivas, como aponta o estudo de Rizzini (2006) com jovens

moradores de rua. A autora assinala que estes jovens necessitam não só de lugares seguros, serviços de saúde e educação, mas também de ambientes oportunistas, ou seja, estruturas de oportunidades precisam ser construídas ininterruptamente.

Para os adolescentes Cari e Cris a diferença no cuidado na ONG e na família se refere também às dificuldades encontradas na relação com o pai e o padrasto.

CRIS 18;3 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *"Pra mim não foi bom, a vida com meu pai foi difícil, e a minha mãe começou a beber, os dois, eu e meu irmão fomos pra rua pra não ver, era muita barra".*

Em alguns estudos Cataldo (1987) (in: COLL, 1999 p. 158-159) há relatos de que algumas crianças apresentaram um sentimento negativo em relação a seus pais biológicos, mas os argumentos aqui colocados apontam não tanto os pais, mas o padrasto como sendo também responsável pelo fato de hoje viverem no abrigo. Entretanto, também ocorreu dos mesmos adolescentes desejarem ora voltar para a família biológica, ora permanecer no abrigo, entendendo que, permanecendo nele teriam maior oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, ter acesso a cursos profissionalizantes. No abrigo estariam protegidos dos perigos da rua e da família, especialmente da presença do padrasto/madrasta, entre outros riscos. Para eles, permanecer na ONG, é ter mais oportunidades do que na família de origem, de ser tornarem alguém na vida. Em face disso, foi possível perceber que os adolescentes participantes deste estudo demonstraram os desejos de serem cuidados pela ONG e pela família, por diferentes razões.

Cari revela o desejo de retornar para a sua família de origem, porém, a difícil relação com o padrasto gera insegurança, ficando entre o desejo de retornar e a dificuldade em lidar com os sentimentos que emergem dessa situação. Para muitos adolescentes, a saída de casa pode representar o fracasso total do apego que um indivíduo tinha com as pessoas de sua família e desta para com ele. A falta de proteção, o sentimento de rejeição, a ausência de cuidado de um adulto responsável que a ame, em quem possa confiar, com o qual ela se sinta segura e se identifique, pode ter profundas implicações no seu desenvolvimento emocional (KOLLER e HUTZ, 1996).

CARI 17;11 – A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG ? *"Meu padrasto bebe, não me do com ele, não quero vê ele em casa, se ele ta lá eu saio, não fico lá, vou pra rua.."*

"To aqui faz uns 7 anos, as vezes penso em sair, ir pra casa, mas lá eu penso em voltar e ficar aqui". "(...) queria ta em casa, só que quando to lá quero volta, nem eu me entendo".

A insegurança vivenciada pelo adolescente Cari pode não ter relação somente com a dificuldade na convivência com o padrasto. Esta incerteza, segundo Costa (2002), pode estar relacionada com as dinâmicas sociais pautadas por desigualdades, segregações, inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho; ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade, cultura de paz e distanciamento em relação aos modelos que vinculam esforços a êxitos. Frente a estas adversidades, situações de violência e abandono costumam vitimizar principalmente os jovens, por serem estes os mais fragilizados e estarem intimamente ligados à condição de vulnerabilidade social.

Embora o desejo da maioria das crianças e dos adolescentes abrigados seja o de estar com a família, independente da situação em que ela se encontra, alguns adolescentes não sentem o mesmo desejo. Eles não acreditam que a família os deseja de volta, conseqüência das experiências vivenciadas antes do abrigo. Situações como estas merecem uma atenção especial e para estes casos, a ONG desenvolve um trabalho de intervenção que se inicia desde a chegada da criança ou do adolescente, buscando levantar um diagnóstico de como esta família se apresenta, quais são as suas reais necessidades e como é possível intervir. Estas atividades podem ser confirmadas no mais recente trabalho publicado pela ONG em (DÜRING, *et al* 2007).

Como já mencionamos neste estudo, o trabalho da ONG, no que se refere ao atendimento as famílias dos meninos abrigados, vem obtendo resultados bastante significativos com a (re) inserção na família de um dos meninos participantes deste estudo, além de seu irmão e de outros 8 adolescentes no início do ano de 2008. A possibilidade, a cada ano, de retorno familiar desses e de outros adolescentes abrigados, se deve ao trabalho que a ONG vem realizando com o apoio de voluntários, parceiros amigos dos meninos e de profissionais de diversas áreas de trabalho, inclusive da área da saúde, junto às famílias. O trabalho realizado pela ONG e amigos da ONG vem ganhando cada

vez mais força e os resultados podem ser observados no relato dos adolescentes pesquisados, bem como dos seus familiares. A partir do momento que o adolescente foi abrigado, a sua vida começou a ganhar novos rumos, novos amigos. Na ONG, eles podem construir um projeto de vida, uma oportunidade que muitas famílias relataram não poder oferecer. Mudanças significativas também foram percebidas pelas famílias em seus filhos. Para as famílias, os filhos estão mais disciplinados, compreensivos, mais interessados por outras coisas e menos pela rua e pelas drogas.

Para os adolescentes, o que diferencia a ONG da família é ter a presença de uma pessoa que dê a direção do que é certo e errado, ter oportunidade de fazer cursos, ficar longe dos perigos da rua e da família, e ter um amigo presente com quem podem contar.

8.1.6 Relação com o educador

Presente também na fala dos meninos esteve a relação de amizade para com os educadores que acontece na convivência e, principalmente, durante as atividades lúdicas. É importante ressaltar que nas relações de afeto e de cuidado, os papéis desempenhados pelos educadores assumem um significado muito específico e de grande importância para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo das crianças e dos adolescentes. Na percepção de seis dos adolescentes entrevistados (Adri; Cris, Tom, Sam, Leo, e Cari) a relação com o educador é de amigo, há respeito, diálogo, cooperação, mesmo que isso não aconteça de forma tranqüila com todos os educadores da ONG. Este dado demonstra que, após a separação da família, um amigo do abrigo passa a ser uma figura significativa para seu desenvolvimento e, em alguns casos, a relação de apego construída neste período é muito forte, como ilustram os exemplos a seguir:

ADRI 15;9 – Como é a sua relação com o educador? *“Bem, eu respeito eles, não xingo, convivo muito bem com eles”.*

CRIS 18;3 – Como é a sua relação com o educador? *“É boa, me do bem com todos eles, não tem nenhum que eu reclame”.*

SAM (15;1) – “Como é a sua relação com o educador? *“Ahh.. eles me pedem ajuda e eu vou lá e ajudo, depois eles agradecem”.*

Investindo um pouco mais na ilustração desta discussão, foi possível observar também a relação dos educadores com os meninos e dos adolescentes com os educadores. O educador é o amigo, aquele que ensina o que é certo, corrige os erros, orienta na tomada de decisões, faz a mediação nas situações de conflito. O educador, representa para muitos a figura do pai, aquele pai que dá conselhos, tem papel significativo na vida do adolescente enquanto sujeito em desenvolvimento.

Mas é importante resgatar que eles não aprofundam nas suas respostas a discussão sobre a importância da presença e significado do educador na sua vida assim como o fizeram em relação à mãe ou ao pai. O educador passa a ser valorizado de forma diferente, e por isso mesmo, passa a ser cobrado de forma diferente na hora de saber o que se pode esperar dele quanto ao cuidado.

A fala dos adolescentes reforça a importância das relações e do meio onde acontecem estas relações. O meio, segundo Stoltz (2006 p. 127) deve levar à revisão sobre procedimentos empregados e resultados obtidos tanto no plano cognitivo como no moral. Daí a necessidade de o meio ser desafiador e contar com sujeitos capazes de responder a esse desafio. Enquanto que com alguns adolescentes pesquisados a relação com o educador é tranqüila, com outros três Roy, Tato e Jon, não o é. Estes dados podem ser observados nos momentos de impasse e conflito no que se refere ao sentimento pelo educador.

ROY 13;11 – Como é a sua relação com o educador? *“Ah..eu gosto mais..tem certas pessoas que eu não vou muito ii..cum..da vontade né, mais eu penso antes duas vezes que eu vo faze ai é milho”.*

O que você não gosta da relação com o educador?
“Ah.... não gosto que eles fiquem falando da minha mãe...”

Os educadores falam da sua mãe? E o que você gosta que eles falam?
“Não gosto que eles falam dos outros, nem que eles falem de mim, mas se fala da minha mãe eu rrr ”.

Quem fala mal, o que fala? ? *“ Ah.. não sei o nome. Ahh o tio da casa 4)”.*

TATO 15;2 – Como é a sua relação com o educador? *“A minha relação é boa não vejo diferença, só a Leca é muito rígida, cobra muito, fala que só durmo e não ajudo mas é mentira, eu ajudo sim e ela não vê, to sempre com os educadores, eu durmo por que sinto sono, venho cansado do colégio, mas ajudo também, se o Fer me pede faço”.*

JON 13;2 – Como é a sua relação com o educador? *“Eles zoam comigo , muito, me batem e me culpam por tudo”. “Acho que eles não gostam de mim”.*

A forma como foi seqüenciada a discussão entre estes adolescentes mostra segundo Costa (1991) as implicações na criança, conseqüentes da ausência de confiança e apoio em um adulto cuidador podem ser prejudiciais, tendo em vista a estreita relação entre vínculo e desenvolvimento emocional. Para Costa (1991), quando se escolhe ser educador, cumpre a quem educa fazê-lo de forma solidária e pessoal, não apenas social. Além disso, antes precisamos ser capazes de mudar nossa atitude básica diante da vida, pois esses sujeitos, muitas vezes trazem em sua biografia experiências de opressão e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos.

A ONG deve ser um espaço diferente, um espaço onde as crianças devem sentir-se seguras e podem contar com a ajuda dos educadores. Na falta desta, segundo Baptista (2006), a baixa auto-estima é agravada por atitudes de indiferença ou crítica, e pela estigmatização do sofrimento na forma de provocações (BAPTISTA, 2006 p. 65).

Nesta categoria é possível perceber em Rico, novamente, a referência ao coordenador. Para Rico, além de cuidar, o coordenador tem autonomia para tomar decisões. Por outro lado, contesta que esta mesma autonomia não se confirma nos outros educadores. Afirma que para cuidar deles e resolver possíveis situações é necessário que os educadores sejam assim como o coordenador, tenham autonomia.

RICO 16;5 – Como é a sua relação com o educador?

“Tem educadores assim, por ex: acontece uma situação de furto lá.. algumas vezes não sabem quais são os procedimentos adequados, não sabem o que podem fazer, o que não devem fazer e tal..., não tem aquele conhecimento”, “Eu não contesto a forma como o Fer me cuida, mas tô apenas contestando o fato de os educadores tivessem mais autonomia pra fazer as coisas”.

Observemos, com Stoltz, que o eu só se reconhece a partir do contato com o outro, ou seja, o outro é indispensável para questionar as nossas ações no sentido do processo de transformação (STOLTZ, 2006 p. 127).

A partir dessa ótica, Stoltz conclui que a criança não chega a reflexões críticas sem o outro, mas o outro que, necessariamente, a força a rever seus atos.

Sendo assim, observa Stoltz, o contato com o outro e diferentes outros como fundamentais no sentido de ampliar o universo de questionamentos acerca de inúmeras ações.

Parece importante resgatar que, na fala de Rico, a “autonomía” que se valoriza não chega a questionar as decisões que o coordenador Fer pode tomar, mas questiona a falta de autonomia dos outros, que poderia acelerar os processos de solução de conflitos e ajudaria na convivência de todos os meninos com todos os educadores. Porque os educadores não têm essa autonomia? Não parece que seja só porque o Fer como dirigente e organizador detenha toda a responsabilidade, mas essa falta de autonomia também passa pela falta do conhecimento do que fazer e de como fazer, e quais seriam as providências mais adequadas para esses casos.

Relato semelhante a fala dos adolescentes entrevistados aparece no recente trabalho da ONG publicado em DÜRING *et al* (2007 p. 26.) Os adolescentes relatam que os educadores são como pais para eles, mostram coisas que nem as famílias mostraram, que ajudam nas dificuldades escolares e que se não fosse pela ajuda deles, não teriam a educação que têm. É importante, nessa relação, que o educador considere as representações da criança e não as dele, observar como ela age, escutar suas falas e compreender suas relações, além de apreender a visão que ela tem de si mesma.

Entender a criança, principalmente a criança abrigada, segundo Luchinni (2002), requer mais que vontade e disponibilidade, requer conhecimento, compromisso com esta criança. Uma vez escolhida esta função, além de estar qualificado para ser educador, deve trabalhar a partir de suas representações acerca da realidade vivenciada por ela ou sua subjetividade e todo o processo deve ter a participação da criança e/ou do adolescente. Juntos, criança e educador, devem traçar estratégias que respondam a sua motivação. Ter esta percepção é imprescindível quando se quer garantir a participação das crianças na construção de seus próprios projetos de vida.

A criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto. As atitudes do educador servem de exemplos à criança. Este deve se conscientizar que cada atitude sua é um recado que manda para a criança a quem atende.

Quando fala-se de educadores, é importante registrar que o trabalho na ONG se constitui na maioria de educadores homens, sendo apenas duas educadoras mulheres. O fato de haver um número maior de educadores homens faz com que os adolescentes abrigados tenham uma relação de zelo com as educadoras mulheres. Percebem nelas, uma relação mais de mãe, assim como uma relação de pai com os homens. Para eles, determinados assuntos ou atividades são resolvidos com os homens, enquanto que outras, a preferência é para as mulheres.

Tanto a presença da figura masculina quanto a da figura feminina são importantes para o desenvolvimento da criança. Na ONG, o coordenador e os educadores representam estas figuras e passam a ser, para as crianças e para os adolescentes abrigados, referência para a direção a ser seguida na sua vida.

As respostas evidenciadas na relação do adolescente com o educador são de amizade, de possuírem com ele uma relação de confiança, de respeito, de diálogo, de cooperação, mesmo que isso não aconteça de forma tranqüila com todos os educadores da ONG.

8.1.7 Percepção do cuidado do educador

Com oito dos adolescentes entrevistados (Adri, Cris, Jon, Leo, Tom, Tato, Sam e Cari) a ênfase dada na resposta ao se referirem à forma como é cuidado pelo educador é considerada satisfatória, não precisando mudar. Em Rico, a relação é centrada na relação com o coordenador. Para Roy, há momentos de impasse entre ele e alguns educadores. Vejamos os relatos:

CRIS 18;3 - Você gosta da forma como o educador te cuida? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“É boa, me do bem com todos eles, não tem nenhum que eu reclame”.*
Não.

JON 13;11 – Você gosta da forma como o educador te cuida? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“Alguns sim, outros não tanto, mas ta bom”.*
Como você acha que deveria ser? *Não, não precisa, ta certinho ok?bele?*

SAM 15;1 - Você gosta da forma como o educador te cuida? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“Ahh, é boa, eu se do bem com o pessoal daqui”.*
“Ah, eles pedem ajuda e eu vou lá e ajudo, depois eles agradecem, ah ta bom né.”.
Ta bom.

O adolescente Rico, nesta categoria, novamente se refere ao coordenador. No entanto, considera a sua relação com os demais educadores normal, satisfatória, embora, em sua fala, revele que com alguns não é tão satisfatória assim; porém, optou por não se referir ao nome, por entender que falar não seria ético. Embora não tenham sido questionados sobre o coordenador da ONG, é possível observar que este é apontado principalmente por Rico como sendo o educador mais indicado para cuidar deles, sendo que a relação com ele é tranqüila, porque ele tem autonomia e é assim que deve ser.

RICO (16;5) – “Você gosta da forma como o educador te cuida? Você gostaria que essa forma fosse diferente?

“Eu acho que os educadores, e como o Fer é nosso responsável ta mais a par das nossas necessidades..”.

Você sempre fala do coordenador, e os educadores ?

Ah.. eu assim..tem alguns educadores assim que eu não gosto, outros que eu gosto, eu assim.. isso é normal né, na verdade, as pessoas que eu gosto eu trato eu me relaciono bem assim, há várias pessoas que eu não gosto as quais eu não vou citar o nome assim.. por que não seria ético da minha parte”

O coordenador Fer representa uma pessoa significativa não somente para o Rico, mas para muitos dos adolescentes abrigados. Eles o percebem como pai, um pai presente, que dá conselhos, afeto, que os orienta nas dificuldades, quando quebram as regras, quando não respeitam os limites, quando estão tristes, agressivos e, até mesmo, quando estão apaixonados, além, de proporcionar as necessidades básicas diárias.

A ONG é um contexto interativo de fundamental importância para a articulação e a compreensão do desenvolvimento de crianças e adolescentes e para o trabalho com famílias. Stoltz (2006 p.128) observa a necessidade de autoridade e de espaço para o desenvolvimento da autonomia. Segundo Stoltz, a relação apontada como necessária entre adulto-criança e criança-criança traduz o jogo dialético entre heteronomia e autonomia. Resumindo, para a autora, novas influências regulares e estáveis contribuem para transformações no sujeito e estas partem de responsabilidades construídas a partir da interação do sujeito com o meio levando a nova interação.

Para um deles, Roy, o educador além de incentivar, cuidar e dar conselhos no momento de conflito, participa das atividades lúdicas e este

momento é muito importante para ambos, é o momento em que podem interagir, rever diferenças, respeitar regras, limites além de solidificar a relação de afeto e segurança. A presença de adultos responsáveis, um de pelo menos, um cuidador que trabalhe limites e afeto é tão fundamental quanto a presença de iguais. Segundo Stoltz (2006 p.126), a criança necessita e requer ambos.

ROY 13;2 - Você gosta da forma como o educador te cuida? Você gostaria que essa forma fosse diferente?

*“Do educador joga bola...trabalha no campo, eu gosto de qualquer coisa”
“Fiquem me incentivando, cuidando de mim, eu vo briga eles me separam e falam pra mim não mais briga, assim ta bom, ah ae joga bola também”.*

Assim como as crianças e os adolescentes esperam da família todo o apoio necessário para o seu desenvolvimento, ao serem separados dela, esperam encontrar este mesmo apoio no novo contexto de abrigamento. Mesmo que este contexto ofereça todo o suporte para acolhê-lo, ao chegar neste novo espaço a criança e o adolescente o vê como um lugar estranho e até hostil (Costa - 2002). Por outro lado, segundo o autor, acreditam que este pode ser o lugar onde irão encontrar a compreensão de seus conflitos e dificuldades. É neste momento principalmente que, devemos olhar as crianças e os adolescentes como pessoas com potencialidades, habilidades e competências (COSTA , 2002).

Foi possível perceber no momento da entrevista com Roy, a alegria com que relatou poder além de aprender com o educador, jogar bola. Este adolescente é fanático pelo time do Curitiba (Coxa), chora quando o time é derrotado e, se precisar, arruma conflito para defender seu time. O fato do educador ser companheiro no que mais gosta de fazer, que é jogar bola, é extremamente significativo e tem sido também instrumento facilitador para que desenvolvam as outras atividades propostas.

É importante ressaltar o trabalho do educador social no que se refere ao cuidado com a criança e o adolescente. No caso em que a criança ou o adolescente estão abrigados, o contato com está mais próximo do educador, este, deve trabalhar a partir de suas representações acerca da realidade vivenciada por eles ou sua subjetividade e todo o processo a participação desta, e juntos, criança ou adolescente e educador traçarem estratégias que respondam a sua motivação. Ter esse olhar é imprescindível quando se quer garantir a participação das crianças e dos adolescentes na construção de seus próprios projetos de vida.

Entretanto, é essencial compreender a criança no todo. Em certos contextos, a criança tem muitas oportunidades e consegue acessá-las, mas em outros ela tem menos ou não tem nenhuma. O lúdico pode ser um dos caminhos.

A resiliência em alguns adolescentes pode estar relacionada ao fato de poderem contar com um conjunto de fatores de proteção, incluindo-se laços afetivos positivos com alguns familiares e com educadores da instituição. No trabalho na ONG e nas entrevistas é possível verificar que os adolescentes encontram suporte emocional fora do abrigo - por exemplo, com padrinhos, com os professores ou colegas das escolas que freqüentam, ou com voluntários que visitam freqüentemente o abrigo.

Nesse sentido, tal fenômeno ocorre devido à rede de apoio, conforme o modelo apresentado por Britto e Koller (1999 p.33). Este modelo afirma que “existe um movimento de pessoas que se incluem e se excluem das redes de apoio de outras no decorrer da vida”. Neste período da vida os indivíduos têm a necessidade de estabelecer e manter relações de vínculo que sejam seguras, para reafirmar seu sentimento de auto-estima, mas, ao mesmo tempo, necessitam se distanciar dos outros para desenvolver um novo sentido de autonomia.

Fatores de resiliência podem ser observados nos adolescentes abrigados na ONG que, apesar de terem passado por situações conflitantes e de risco, interagem com outros em um abrigo e, nele, desenvolvem atividades como dança, serigrafia, artesanato sem grandes dificuldades.

A percepção que o adolescente tem do cuidado por parte do educador é considerada por eles satisfatória, não havendo necessidade de mudança, exceto o tipo de relação citado por dois adolescentes, referente a dois educadores. Por outro lado, a relação com o coordenador Fer se evidencia na resposta de alguns como a pessoa que transmite segurança, que sabe o que faz.

8.1. 8 Formas de punição

Nesta categoria é possível observar, na fala dos adolescentes, que eles concordam com várias formas de punição, entendendo que, se alguém fez algo de errado, precisa responder por isso. Para os dez adolescentes pesquisados a forma de punição aparece desde uma conversa, privação das coisas que gostam e até ficarem calados para refletirem sobre o que fizeram. Para quatro dos adolescentes, Roy, Cari, Jon e Tom, é preciso pensar sobre o que se fez de

errado, mas cabe aos pais chamá-los, aconselhá-los para que não repitam o erro. Para três adolescentes, Sam, Cris e Rico, é necessário muito diálogo, a violência não resolve. Tato assim como Leo, ficar com o educador ou trabalhar na biblioteca pode ajudar a refletir sobre o que fizeram de errado. Observemos os relatos a seguir:

ROY 13;11 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Castigo, meu pai me dava castigo, tinha que fica quieto, sem fala, sem sai e tudo”.*

TOM 13;2 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Presta mais atenção, não pressiona muito porque senão o filho faz de novo e pior ainda, entende o filho, explica o que é certo e errado”.*

Embora Rico, Cris e Sam compreendam que quando alguém faz algo errado deve ser punido pelo que fez, para eles a forma de punição não deve ser muito severa porque, segundo Cris, quando isso acontece, o adolescente sente-se pressionado e, por conseqüência, repete a ação fazendo pior. Tanto para Rico quanto para Cris, uma forma de punir é tirando coisas que desejam ou que gostam. Rico não percebe o castigo como sendo violência, mas entende que, dependendo do castigo, pode deixar marcas, conforme o relato abaixo.

RICO 16;5 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Se ele aprendeu que não podia, foi lá e fez, ah..sei lá, eu assim, daria um castigo, isso não é violência, não dava as coisas que ele quer, é sei lá, castigo, não gosto, as vezes tem uns que não podem, marca na nossa vida”.*

CRIS 18;3 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Pensa bem, sem muita pressão, tira as coisas que ele gosta as vezes ajuda, as vezes não, senão ele fica fudo da vida e vai lá e faz pior”.*

Participar das atividades externas da ONG juntamente com o educador para alguns adolescentes é uma forma de punição. Porém, para outros, além de ajudar a manter o espaço limpo e organizado é o momento em que eles refletem sobre as suas atitudes, onde erraram e porque erraram. Quando, por algum motivo, esta forma de reflexão não é possível, outra forma é usada para este objetivo. Ficarem na biblioteca, relatarem o que fizeram de errado e após, darem sugestões de como melhorar.

TATO 15;2 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Aqui a primeira coisa é pagá trabalho, eu acho certo, é pensa no que fez né, fica na biblioteca, conversa, da conselho, acho que é isso”.*

LEO 13;2 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Da muito conselho, por de castigo pra pensa, por pra trabalha com o educador ai ele fica pensando”.*

O tipo de punição referido pelo adolescente nos relatos acima, quando diz ‘ter que trabalhar com o educador’ ou ‘pagar com trabalho’ como medida de punição para quem faz alguma coisa errada é adotado pela ONG para que os dois juntos, adolescente e educador, possam conversar sobre o que aconteceu sem que o educador precise usar de violência ou ameaças. Podemos observar também, a partir dos relatos de Tato e Leo, que esta forma é percebida como positiva. Segundo Aratangy (1998), ameaças só servem para desmoralizar a comunicação. Além das ameaças, encontram-se pais que batem. Para a autora, o castigo corporal tem a ver com a questão da agressividade e um tapa é diferente de uma surra, mas nenhum dos dois serve para educar. Um dos exemplos citados por ela é o de um velho ditado “um tapa vale mais que mil palavras, não acredito em tapa bem dado, e nunca soube de uma informação importante que necessitasse de mil palavras para ser transmitida e compreendida” (ARATANGY, 1998 p. 102).

Para Aratangy (1998, p. 103) uma criança que apanha aprende a ser agressiva (ao apanhar dos pais, percebe que bater no outro é uma forma válida de resolver um problema), cínica (pela repetição das palmadas, a criança desenvolve a capacidade de apanhar sem se sentir humilhada), mentirosa (o único ensinamento direto de um tapa é que certos comportamentos provocam dor física, portanto, a criança aprende a mentir para evitar o confronto), e covarde (fugir da dor torna-se um dos objetivos mais importantes da vida em detrimento de qualquer outro valor).

O adolescente entende que nem sempre tirar as coisas que ele gosta funciona. Segundo Aratangy (1998), castigo é parte integrante do processo educacional, e não um ato de vingança ou penitência. Porém, a punição tem de ser aplicada imediatamente depois do delito e ser de natureza a oferecer a possibilidade de reparação, de corrigir o que foi mal feito. Isso não quer dizer que

o castigo deve estar diretamente ligado à falta cometida. Para Koller (1996), assim como os pais podem determinar aspectos de PROTEÇÃO (envolvimento, afeto, regras claras, responsividade, etc.), podem determinar também aspectos de RISCO (punição física, negligência, regras inconsistentes ou ausência de regras etc). Estes aspectos contribuem para determinar o desenvolvimento e a socialização dos filhos, os quais irão construir passo a passo um repertório comportamental para toda a vida.

Para o adolescente Adri, se um filho faz algo errado deve receber como punição dos pais orientação para não sair de casa, ficar trancado sem poder ir para a rua.

ADRI 15;9 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Não deixa ele ir pra rua, tranca em casa.....”*

Conversar e dar conselhos são entendidos pelos adolescentes entrevistados como sendo a forma de punição mais adequada. O diálogo pode levar a reflexão, enquanto que a violência não resolve, podendo gerar mais violência. As respostas também apontam o trabalho junto com o educador como sendo um momento de reflexão e, ainda, a privação das coisas de que o adolescente gosta, pode ajudar.

8.1. 9 Opção de cuidador e justificativa

Foi possível observar, nesta categoria a relação dos adolescentes com a madrinha afetiva e com alguns familiares, como eles entendem esta relação e porque há uma relação de confiança com esta pessoa. Ao serem questionados sobre qual pessoa gostariam de ser cuidados, na falta dos pais ou responsáveis, verificou-se que as falas de cinco adolescentes (Adri, Tom, Rico, Sam e Roy) expressaram o desejo de serem cuidados por uma pessoa que, de uma forma ou de outra, é importante na sua vida. Em quatro dos entrevistados figura o desejo de ser cuidado primeiro pela madrinha ou padrinho afetivo e depois por um outro parente, como pode ser observado nos relatos dos adolescentes. Cris, Leo, Cari, Tato e Adri e Tom revelam o desejo de, na falta dos pais, serem cuidados pelos tios, justificando que gostam deles e porque o tio cuida, gosta deles e os acolhe

durante as visitas. Vejamos o que os adolescentes respondem a partir da pergunta

ADRI 15;9 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Por quê? *“Meu tio, por que eu gosto muito de ficar com ele né..eles cuidam.”*

Jon revela preferir ser cuidado pela avó que, apesar da idade, é a pessoa que o entende e, mesmo sendo braba de vez em quando, o é porque sabe o que faz. Relata que a avó é a velhinha mais legal.

JON 13;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Por quê? *“Minha avó, por que ela é legal, é velinha mas legal, me escuta, me entende. As vezes ela é braba, mas ela deve saber o que fazer”*.

Na opinião do adolescente Sam, apesar de ter um irmão mais velho, se precisasse ser cuidado por alguém escolheria sua irmã porque, para ele, ela o compreende, e com ela pode conversar sobre tudo de forma compreensível.

SAM 15;1 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Por quê? *“Acho que minha irmã. Por que nós dois briga mais nós dois se entende, eu me do mais bem com ela”*.

Para Cris, Leo, Cari e Tato, a madrinha representa a pessoa escolhida por diversos motivos.

CRIS 18;3 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Por quê? *“Minha madrinha, porque ela me da conselho, me ajuda, conversa com minha mãe, da as coisas que eu preciso, fico com ela na casa dela e da família”*.

CARI 17;11 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Por quê? *“Minha madrinha. As vezes ela pega no meu pé, mas eu gosto dela, ela me trata bem. Gosta de mim, pega no meu pé ichhh...”*

É possível observar nos relatos dos adolescentes o desejo de serem cuidados por alguém que tem capacidade para amar, para interagir com outros seres humanos, de observar, perceber e interpretar as suas necessidades e a melhor forma de atendê-las. Assim, no processo de cuidar do outro, ser capaz de ter empatia, além de perceber as necessidades básicas humanas, como

preservação da integridade corporal, alimentação, segurança física e psíquica, entre outras, as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las.

Nesse caso, a identificação das necessidades essenciais sentidas e expressas pela criança, se completa com a presença do padrinho ou da madrinha que, na concepção da ONG, é uma figura que aparece na vida dos adolescentes como a pessoa que pode fazer o papel dos pais na ausência deles, e para alguns adolescentes, os padrinhos são muito importantes, em alguns casos, tão ou mais que os pais.

A idéia de apadrinhamento na ONG surgiu da convivência entre as crianças e os adolescentes e colaboradores que com o passar do tempo acabaram gostando tanto deles que desejavam passar não apenas horas na sua companhia, mas dias e, em alguns casos, as férias (DÜRING, *et al* 2007 p. 26). Enquanto a criança ou o adolescente permanecer abrigado os padrinhos afetivos amenizam a ausência dos pais, mas é importante que eles não percam o vínculo com a família, sendo esta uma das funções da ONG.

Na falta dos pais, o apadrinhamento é uma das alternativas encontradas que oportuniza à criança vivenciar situações familiares com pessoas que não são da família. A idéia principal segundo Rizzini (2006, p.104), é de que o apadrinhamento afetivo estabelece uma aproximação das crianças cujas famílias não são conhecidas ou também das que perderam o poder familiar. Porém, para Rizzini, o programa de apadrinhamento deve ser monitorado, sempre visando o que for melhor para as crianças atendidas. Outro alerta da autora, ao referir-se ao apadrinhamento, é que este pode ser uma solução provisória para uma situação criada pelos efeitos da institucionalização prolongada, podendo contribuir para o afastamento entre os abrigados e suas famílias (RIZZINI, 2006, p. 105).

Foi possível perceber, na fala dos meninos pesquisados, a referência feita a todos os membros pertencentes à família, independente de residirem no mesmo espaço ou não, o que nos mostra que a família não é representada apenas pelo pai, pela mãe e os irmãos. Os adolescentes preferem como cuidador uma pessoa que trabalhe limites, e diálogo, que se responsabilize por suas necessidades básicas.

8.1. 10 Pontos positivos do cuidador

Ao serem questionados sobre o porquê do desejo de ficar com este ou com aquele cuidador, e o porquê da escolha, nove adolescentes (Leo, Jon, Cari, Tato, Sam, Cris, Roy, Adri e Tom) participantes da pesquisa revelaram escolher esta pessoa por ser significativa na sua vida. Apenas o adolescente Rico afirmou haver de positivo os interesses futuros que esta pessoa pode oferecer, além de oportunidades que a ONG e a família não poderiam. Rico não menciona outra justificativa senão a situação financeira da pessoa escolhida. Por outro lado, ao saber deste motivo, Rico relata que o coordenador da ONG não concorda que esta pessoa seja seu padrinho e não permite a visita do mesmo na ONG por entender que a situação financeira desta pessoa é questionável. Estes fatores podem ser observados nas respostas dos adolescentes que seguem:

RICO 16;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos positivos. *Ah.. é complicado por que a pessoa que me interessa o Fer não deixa eu me relacionar.*

Por quê?

“Pó.... ele não me explicou muito bem isso daí, acredito assim, que uma pessoa assim, ela tinha apadrinhado um menino da ONG e aconteceu uma situação de furto na casa dessa pessoa e essa pessoa não apareceu mais, então o Fer não me deixa me relacionar com essa pessoa”. Ah.. essa pessoa me interessa muito, o que me interessa são os interesses profissionais no caso, essa pessoa conhece os objetivos”.

Na opinião de Rico, a justificativa não está clara. Sem mencionar a situação financeira da pessoa escolhida, Sam revela que com esta pessoa pode “bater papo” e falar sobre tudo e que estes momentos são recíprocos.

SAM 15;1 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos positivos. Por quê? *“..tudo o que eu quero falo com ela, ficamos batendo papo, ela fala dela, eu falo de mim, é isso..”*

Para Leo e Jon a pessoa escolhida gosta deles de verdade. Além da madrinha, a irmã é a outra pessoa que Leo escolheria.

LEO 13;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos positivos. Por quê? *Você “porque eu sei que você gosta de mim de verdade e vai cuidar de verdade..só escolheria você ou minha irmã).*

Cris escolheu a madrinha porque com ela pode contar em todos os momentos, até mesmo na relação com a mãe.

CRIS 18;3 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos positivos. Por quê? *“Minha madrinha porque, como eu já falei, gosto muito dela e posso conversar tudo com ela.*

Para Tom, a pessoa escolhida precisa dar atenção e estar junto dele em todos os momentos, independente se estes são bons ou ruins.

TOM 13;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos positivos. Por quê? *“Meu tio. Ah, é ta junto, da atenção, ta junto nas hora boas, nas difícil, só.”.*

Ao construírem vínculos, os meninos transferem para os cuidadores o carinho que não podem dividir com os pais biológicos. Ao conviverem juntos, dividirem as dificuldades, a saudade da família, vai-se aos poucos construindo vínculos afetivos passando a se apegarem uns aos outros. Esse apego e a intensidade da emoção que os acompanha, segundo as considerações de Lebovici (1987), reforçam que, se tudo está bem, há satisfação e segurança; porém, se esta relação está ameaçada, existem ansiedade e angústia, e caso ocorra uma ruptura, há dor e depressão. Foi pensando na ruptura familiar constante na vida dos adolescentes abrigados que, a ONG busca a presença de outro cuidador que possa amenizar a dor desta separação e, possa acompanhar o processo de desenvolvimento destes sujeitos.

Na ONG, apadrinhar estes adolescentes foi uma idéia que deu certo. Têm se observado ao longo dos anos, resultados positivos na vida dos meninos decorrentes do sistema de apadrinhamento. Muitos meninos não têm contato com suas famílias e os padrinhos assumem este papel participando da vida deles e, em muitos casos, modificando não somente a vida deles, mas a da família toda. As pessoas que os adolescentes escolheriam para cuidar apresentam as seguintes características: fazer coisas juntos, levar para passear, possibilitar o acesso a cursos profissionalizantes e conversar.

8.1.11 Pontos negativos do cuidador

Diante desta pergunta, quatro relataram não saber qual pessoa escolheriam. No momento da entrevista e desta pergunta, afirmaram não saber

ou não ter ninguém para indicar. Para dois, Leo e Cari, fazem referência negativa ao padrasto, afirmando não escolher este porque não gostam dele e percebem o mesmo sentimento por parte do mesmo. Para Jon e Tato a referência negativa é dada para a mãe. Já para Roy é um educador e para Sam, a referência negativa é para o seu irmão. Com referência ao padrasto e a madrasta, não há relato na fala dos adolescentes em que uma madrasta ou padrasto tenham sido ou sejam melhores que os pais ou que a relação seja boa e tranqüila, como mostram as falas a seguir:

LEO 13;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê? *“Meu padrasto, ele não gosta de mim”.*

CARI 17;11 - Se você fosse escolher alguém fora da chácara para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê? *“Meu padrasto.. ah.. não gosto dele, ele só atrapalha minha mãe, é isso”*

A forma como cada criança responde aos diferentes cuidados depende também das suas necessidades individuais, singularidades e experiências anteriores, assim como da sua maturidade funcional.

A experiência e a realidade têm demonstrado que, na maioria das vezes, ser padrasto ou madrasta não é o mesmo que ser pai ou mãe. Pode-se observar que os filhos nas famílias reconstituídas não têm os mesmos sentimentos por essas figuras substitutas (WAGNER, 2005), assim como o padrasto e a madrasta não possuem, pelos enteados, os mesmos sentimentos que possuem em relação aos seus próprios filhos. Entretanto, essa idéia não parece estar de acordo com as expectativas sociais sobre a experiência de ser madrasta ou padrasto. O que acontece, então, é que esta contradição se expressa através de numerosos mitos relacionados às famílias reconstituídas. Entre eles, o amor instantâneo entre madrastas e enteados, bem como as idéias de que o modelo de funcionamento das famílias reconstituídas seja idêntico ao das famílias originais e de que a madrasta necessariamente será malvada ou reparadora da ausência materna. Estes são alguns mitos que ilustram a complexidade destas relações.

A referência negativa dada à mãe aparece na fala de dois adolescentes, Jon e Tato, embora Tato compreenda que os motivos no que se refere à mãe. Segundo Tato, a falta de desejo dela justifica-se pelo fato dela estar passando por

momentos difíceis e não ter condições de cuidar da família e não pelo fato de rejeitá-lo como filho.

JON 13;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê? *“Acho que minha mãe, ela não me entende, não gosta de mim só pressão, é assim sempre, acho ruim”.*

TATO 15;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê? *“(...)minha mãe, ela de verdade não me cuidou, poderia me cuidar mas ela já cuida da minha irmã e não tem condições, não ta bem de saúde e eu não sou muito paciente para isso...ela não tem condições de cuidar de nós, não que ela não goste ou eu dela é que os outros podem mais que ela agora neste momento”.*

Para Roy, a pessoa que ele não escolheria para cuidá-lo, caso fosse necessário, seria um dos educadores da ONG, referido por ele como sendo o “tio da casa 4”. A casa 4 é uma das casas lar da ONG onde residem as crianças e os adolescentes com idade até doze anos.

ROY 13;11 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê?
*“Ah, não sei o nome.
 Não lembra de nada sobre ele?
 “O tio da casa 4”.*

Sam, mesmo podendo contar com a ajuda do irmão mais velho, relata que não o escolheria por não terem uma boa relação.

SAM 15;1 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem não escolheria? Pontos negativos. Por quê?
“Meu irmão.

Porque?

“Ele é chato, gosta de comanda, é mitido”. “Ah, ele gosta di, tipo assim, se é ele que ta cuidando ele gosta de bota ordem, se fala uma coisa ele já fala que ta errado como tudo. Ele é chato”.

Escolher uma pessoa para cuidar significa, para os adolescentes, uma pessoa com quem eles podem contar em todos os momentos, uma pessoa que os cuide de uma forma diferente daquela como foram cuidados anteriormente. Uma vez que não receberam cuidados, não escolheriam outra pessoa que não os cuidassem da maneira desejada. A pessoa que os adolescentes não escolheriam tem as seguintes características: Não gostam deles, não se importam com eles,

são autoritários, não entendem suas dificuldades e desejos, que não os levam para passear ou viajar.

8.2 ENTREVISTA COM OS FAMILIARES

O Quadro 5 apresenta os dez familiares pesquisados, obedecendo a uma ordem crescente de idade, gênero, grau de escolarização, local da entrevista, grau de parentesco e profissão. Um exemplo de protocolo de entrevista encontra-se no Anexo 5. Como resultado alcançado com o estudo, apresentam-se as sínteses dos resultados dos dez sujeitos a partir de cada categoria.

8.2.1 Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Sexo	Série	Local entrevista	Grau de parentesco	Profissão
Jô	19;2	F	2º EM	Residência Avó	Irmã	Estudante
Masé	33;9	F	Analfabeta	Igreja Bom Jesus	Mãe	Catadora de papel/do lar
Cal	36;4	M	3ª	ONG	Pai	Catador de papel/pedreiro
Valdo	41;5	M	3ª	Praça Rui Barbosa/Centro	Pai	Pedreiro/faz bicos
Cida	43;5	F	3º Grau	Conselho Tutelar Boa Vista	Conselheira Tutelar	Assistente Social
Mari	43;6	F	4ª	Igreja Bom Jesus	Mãe	Do lar
Bety	45;6	F	2ª	Residência/Campo Magro	Mãe	Do lar
Lecu	47;5	F	3ª	Residência/Cic	Mãe	Lavadeira/diarista
Malu	50;2	F	4ª	Igreja Bom Jesus	Mãe	Catadora de papel
Calo	53;1	M	3º Grau	Praça Rui Barbosa/Centro	Padrinho afetivo	Advogado Aposentado

FONTE: Protocolo das entrevistas.

QUADRO 5 – FAMILIARES E RESPONSÁVEIS PESQUISADOS

Foram sujeitos da pesquisa 10 familiares ou responsáveis: cinco mães com idade entre 33 e 50 anos, residentes em bairros de Curitiba e Região Metropolitana. Uma irmã com 19 anos, estudante e residente na Região Metropolitana de Curitiba, dois pais com idades compreendidas entre 36 e 41 anos, residentes em bairros de Curitiba, uma assistente social com 43 anos,

residente em bairro de Curitiba e um padrinho, com 53 anos, também residente em bairro de Curitiba. A idade média dos dez entrevistados é de 40,4 anos. Dos familiares entrevistados, nove são casados ou recasados, oito com filhos abrigados além de outros membros. Apenas um familiar não é casado, não tem filhos, mas tem dois irmãos abrigados. Todos os entrevistados são trabalhadores do mercado formal e informal. As residências ou os locais onde foram realizadas as entrevistas em sua maioria, eram bem iluminadas e com boa ventilação.

8. 2. 2 Cuidado do pai e da mãe

As entrevistas nos permitiram observar, a partir das respostas dos entrevistados que estes dão uma ênfase maior no que se refere ao afeto e à proteção. Por outro lado, poucos falam da necessidade de limites e regras. Dos dez familiares entrevistados, seis (Calo, Jô, Lecu, Bety, Cida e Cal) compreendem que cuidar envolve a execução de atividades cotidianas com a criança como dar afeto e proteção, e suprir a necessidades básicas. Para três familiares pesquisados, Masé, Malu e Valdo, cuidar é dar afeto e proteção, além de cuidar dos perigos da rua e das drogas. Para Cal e Jô e Lecu, cuidar é dar atenção, afeto, compreensão, ensinar valores relevantes para a vida, como o respeitar as pessoas. Nas falas das entrevistadas, a educação aparece como forma de cuidado e como caminho para ter uma referência quando adulto. A mesma resposta foi dada por Calo, Cida e Bety. Para Mari, cuidar é dar o que está ao alcance, e isto pode envolver todos os cuidados. Vejamos os relatos abaixo:

CAL 36;4 -Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?
“. pra mim é da bastante amor, carinho, compreensão, educação, é assim.. Ah.. ensinar coisas boas pra eles né.. coisas da vida né.. estuda, ser alguém na vida né...”.

Partindo da premissa que, uma criança amada terá mais chances de se desenvolver, Zagury (1991) observa que o cuidado e o amor na educação dos filhos não podem ser excessivos, pois a liberdade excessiva pode levar à criação de filhos tiranos. O que deve ser reforçado na educação dos filhos, segundo Zagury, é a interação e a qualidade do diálogo. Com isso, os pais estarão dando o melhor de si para a harmonia da família.

MASÉ 33;9 - Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?
“Bom, eu entendo que uma mãe cuida de um filho, “...é da amor, da carinho, o que ele necessita também tive em alcance na condição de, de ajuda o filho a mãe ajuda, né, não deixa ele entra num vicio, condição de drogas”.

MALU 50;2 - Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?
“...não deixar ficar na rua, não fique nas drogas, mal companhia, sai assim dessa vida” eu digo bem cuidado assim.....ta livre, livre de todas as coisas, das drogas, livre das ruas, perigo né....”.

VALDO 41;5 - Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?
“É cuidar, não deixa usar droga na rua , não falta o que comer, vê o filho em casa, pra mim é isso”.

Sobre este comportamento de cuidar, Wagner (2005) argumenta como uma das atribuições das mães, zelar pelo bem estar de seus filhos. No entanto, Szymanski (2002) afirma que os comportamentos de cuidar são mais complexos, sendo constituídos pela apropriação de diferentes comportamentos de acordo com características peculiares de cada família. Para a autora, ocorre uma diversificação em relação aos cuidados, uma vez que estes necessitam ser considerados a partir de aspectos como o contexto de vida das pessoas.

Aspectos semelhantes referentes às diferentes formas de cuidar dos filhos citados por Szymanski (2002) e Wagner (2005), podem ser observados também em Marcon (1998). Para o autor, a família demonstra a ocorrência de diferentes comportamentos de cuidar considerando também a cultura de cada uma. A interferência da cultura construída e enriquecida através das gerações anteriores, praticada nas gerações atuais, interfere na forma de educar e cuidar dos pais. Para o adolescente, a cultura imposta pelos pais muitas vezes se choca com a cultura vivenciada no espaço da escola, da rua, com os amigos e na comunidade. Na dificuldade em lidar com estas diferenças, o adolescente passa a fazer parte do espaço em que ele se identifica, e não no espaço em que os pais entendem como o indicado.

Além dos conhecimentos passados pelos pais, atualmente, as crianças e os adolescentes têm a sua frente uma diversidade de atrativos como os shoppings, as lan houses, espaços noturnos, entre tantos outros. Com tantas possibilidades de diversão fica cada vez mais difícil para alguns pais controlarem seus filhos. Este aspecto pode ser observado no relato da Mari. Para ela, cuidar é fazer o que pode,

o que está ao seu alcance, pois a vida não tem sido fácil e muitas coisas ruins estão presentes no dia-a-dia. Esta mãe fala das dificuldades, mas não fala os motivos que levam aos problemas de relacionamento entre os dois, mãe e filho abrigado.

MARI 43;6 - Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?
“Ah.. eu cuido dos meus filhos do jeito que posso, que sei, sabe moça, não é fácil, deus me livre, não é fácil, as vezes não sei, ta tudo muito ruim”.

O tipo de contexto interativo entre pais e filhos, bem como as expectativas e sentimentos dos pais em relação aos filhos, dependendo da interação estabelecida entre todos, poderá interferir na construção da identidade do filho e no seu êxito escolar. Nem todas as famílias apresentam condições de criar seus filhos e, nem por isso, os filhos estão fora de casa. Por outro lado, em tais condições, esta criança terá mais dificuldades para lidar com os seus sentimentos e, além de outros fatores, de assumir responsabilmente as rédeas do seu destino e do seu futuro. As formas como os pais cuidam dos filhos vão se refletir no seu comportamento, na resolução de conflitos e na tomada de decisões.

8. 2. 3 O que é necessário no cuidado

É possível perceber, nas respostas dos entrevistados Cal, Bety, Valdo, Mari e Cida, que a falta de um trabalho atrapalha os cuidados que os pais podem oferecer aos filhos. Da mesma forma, quando há um salário melhor, muitas coisas podem melhorar na família. Para Masé, Malu, Lecu e Calo, é compreender e ser amiga. Para eles, além disso, é preciso dar atenção, e conselhos. Para Lecu, o respeito é passado a partir do cuidado dos pais e deve se estender a todos os envolvidos. Ainda, sobre os meios que possibilitam cuidar de uma família, Jô revela que, para isso, falta uma família. Mesmo que a maioria das crianças tenha a presença dos pais, não basta estes serem fisicamente presentes, é preciso que sejam afetuosos, cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, trabalhar limites, indicar o que é certo ou errado. Há indicativos na literatura de que criança amada e cuidada passa pelos estágios de aprendizagem mais tranqüila, tem mais facilidade para acatar regras e respeitar limites, tende a se desenvolver de forma plena e saudável.

CAL 36;4 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?
“Em primeiro lugar trabalha né, ter um serviço bom, um emprego bom pra pode da tudo o que eles precisam....” . .

O que falta para a família cuidar do seu filho?

“Ah, é... no momento falta tudo, falta tudo mesmo, mais o mais importante é um trabalho e eu me trata, me interna..faze um tratamento, muda de vida né, eu tenho... tenho um monte de problema, tenho nas costas e então eu tenho que começa a faze tudo, tenho que começa fazer um tratamento, arruma um serviço, daí.. daí.. vai dar tudo certo, a casa vai me ajuda também, se deus quiser vou consegui, talvez esta semana vou começa faze um tratamento, talvez vou me interna também, espero que de tudo certo”

BETY 45;5 - O que falta para a família cuidar do seu filho?

*“Cuidar mais?o que ta faltando né, é um ganho mais né, mexe na casa, no lugar da sala ali era um quarto mas agora va fica com minha irmã lá aquele dia, casa cozinha, pode vê o tipo que é..
 É isso que ta fartando.”*

VALDO 41;5 - O que falta para a família cuidar do seu filho?

“Falta um emprego bom, eu só faço bico é difícil,ta tudo muito difícil, os filho tão crescendo, quero que eles tem estudo, seja um filho bom, ter uma casa melhor e maior que esta é pequena”.

Para Cal, cuidar é ser amigo do filho e se tiver um trabalho, parece muito mais fácil ser pai. Para ele, o trabalho permite dar aos filhos o que precisam. Já, para Bety, a possibilidade de um emprego melhor, de um salário maior possibilitaria melhorar a moradia e torná-la mais confortável, com espaço mais adequado para acomodar a família. Por outro lado, a situação que revela essa questão socioeconômica precária é um dos fatores de risco e um dos motivos que tem deixado muitas famílias sem condições de suprir as necessidades básicas diárias de alimentação, saúde e educação. O cuidado em Masé, Lecu e Calo revela a preocupação em dialogar mais com os filhos.

MASÉ 33;9 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?

“é... compreende né, se o filho tive...tivé errado, a familia da conseio, explica o que não é bom pa ele, se a mãe tive errado ou o pai tivé errado, o filho da conseio pos pai né, que aquilo num é bão...éu.... e... amor, carinho né...e..”

LECU 47;5 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?

“Ah..primeiro ser amiga dele né, pra não me esconderem nada ne, se vai acontecendo alguma coisa, alo ruim, primeiro eu é que tenho que fica sabendo pra depois os outros sabe a verdade...”

CALO 53;9 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?
O que falta para a família cuidar do seu filho?

Falta para muitos, respeito, condições financeiras, fazer papel de pai, cuidar mais, ai depende né, vai de cada um, ele não é meu filho biológico, mas cuido dele mesmo de longe já faz 8 anos, me preocupo com a educação, a saúde, pago aparelho, deposito uma poupança pequena, mas penso no bem estar dele, ele não reconhece, mas ...eu to fazendo minha parte, o que posso e assim ´o que faço.....

A produção de conhecimento sobre comportamentos de cuidar é importante para o entendimento de como se configuram as relações familiares, em especial a relação entre mães e filhos, relação esta que sofre influências de muitos fatores relacionados ao tipo de contexto nos quais as pessoas vivem. Autores salientam diferentes rotinas de vida e padrões de comportamentos adotados por seus membros, constituindo uma cultura familiar própria (BIASOLI ALVES, 2000; VAISTMAN, 1994; MIOTO, 1997; SILVA E CARVALHO, 2001). É esperado que ocorra uma diversificação em relação ao cuidar, em diferenciados contextos.

Sobre o cuidado dos filhos e a preocupação com que a mãe se refere a este, Badinter (1985) indica que esse é um pressuposto vigente por todo o percurso histórico que preconiza as “habilidades inatas” da mãe para exercer tal tarefa. Brasileiro e Col. (2002) apontam que a sociedade defende como inteira e única responsabilidade da mãe os cuidados, bem como, a qualidade desses em relação aos filhos. Marcon (1998) salienta que é atribuída à mãe a participação efetiva, o saber e a responsabilidade nos cuidados. Atribuições das mães relacionadas ao atendimento às necessidades básicas dos filhos, como por exemplo, cuidados com a saúde, alimentação dos filhos, em que é possível destacar que para essas mães há congruência entre o que entende por cuidar e tomar para si, como atribuição, essa tarefa.

Todas as transformações ameaçam os elos anteriores. À medida que o jovem vive sua vida mais fora de casa, sua participação no lar diminui e é sentida como uma perda pela família (WAGNER, 2002). Da mesma forma, o adolescente, ao deixar o lar, deve lidar com a perda da família como primeira fonte de afeição.

Por consequência também destes fatores, a família fica vulnerável a inúmeras situações, e os filhos sem saber como lidar com isso, buscam em outros espaços como a rua ou são encaminhadas para os abrigos.

A situação sócio-econômica de grande parte da população, principalmente dos bairros mais distantes, é um dos fatores desencadeadores da evasão dos adolescentes do convívio da família (CARVALHO, 1995). A falta de um emprego remunerado ou de nenhum emprego, faz com que a criança e o adolescente procurem por uma vida que dê a eles mais significado ou resulte em algum ganho. Alguns adolescentes são os provedores de renda da família, começam trabalhar ainda muito jovens, com uma carga horária muitas vezes maior que a de um adulto e, em alguns casos, o adolescente não pode freqüentar a escola.

Ainda a esse respeito, Carvalho (1995), ao se referir à família, observa que para a vida em família ser efetiva e eficaz, necessita de condições que garantam a sustentação da mesma e a manutenção de seus vínculos. Porém, isso é possível na medida em que possa suprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de pais. Os pais, diante da fragilidade com que se encontram, não têm meios de sustentar os filhos. Para muitos destes adolescentes, o abrigo ou outras instituições passam a ser um novo espaço, uma família temporária que pode suprir as necessidades que ele precisa para se desenvolver.

Entre o que é necessário e o que podem dar aos filhos, os familiares deste estudo evidenciam a necessidade de um trabalho, de um salário ou maiores ganhos, e de condições para poder suprir as necessidades básicas diárias dos filhos com afeto, diálogo, regras e limites. Para o familiar, as respostas apontam a necessidade de um emprego, melhores salários, ser amigo, dar conselhos e estar atento.

8. 2. 4 Desejo de ser cuidado

Os dados desta pergunta indicam, segundo os pais Malu, Bety e Valdo, que a ênfase é dada à educação. Para Masé e Mari, os filhos deveriam ser cuidados por eles com proteção e afeto. As falas de alguns revelam que os pais compreendem qual é sua função, sabem o que devem e como devem proceder diante do cuidado com os filhos, mas por algum motivo que aqui não deixam claro, seus filhos estão abrigados. Em relação ao que as mães indicam ser sua atribuição em relação aos cuidados com seus filhos, estas indicam que os cuidados se referem diretamente ao atendimento de suas necessidades básicas,

se referindo muito pouco sobre a necessidade de limites e regras. As percepções dos pais podem ser observadas nas respostas que se seguem. Estes sujeitos resgatam a importância que têm os cuidados das necessidades básicas dos seus filhos, mas também destacam seu emprego, sua remuneração e as condições econômicas problemáticas que imperam e dificultam esse trabalho.

MALU 50;2 - Como você acha que deveria ser esse cuidado? *"Longe, estudando, lá na chácara né, acho que tá bem cuidado, estudando, tendo um bom comportamento, respeito também né, respeito com a mãe e com a vó.. (pausa).. ,,é importante né..." se desenvolva, se torne um menino bom. Né que, continua assim né, estudando, continua fazendo curso.."*

BETY 45;6 - Como você acha que deveria ser esse cuidado? *"Cuida?" (repite)
Além do carinho, o que mais?
"Cuida, cuida...leva pro médico, manda pra escola, esse é o melhor cuidado pra mim.." (pergunta novamente)*

Além de levar para o médico, escola, me fala tudo o que você está pensando.
Acha que a educação vem em primeiro lugar? E depois?
"... Ahh. Catequese por que eu acho é um negócio que a gente tem que dar pra eles né, a indução, é esse em primeiro lugar né, vem a educação primeiro né, pra daí....".Primeiro lugar né. O estudo.. e depois do estudo, ahh...a catequese que eu acho já falo, (disse não saber mais)

Na resposta de Bety, observam-se indícios de que, para ela, a educação é entendida como prioridade para que todos os outros fatores aconteçam. Quando questionada sobre o porquê do caminho ser a educação, responde que além desta, está a catequese. A catequese, principalmente para as famílias da religião católica, é um estudo voltado para a preparação dos jovens na religião.

Estudos revelam que pais com personalidades equilibradas (BADINTER, 1993) reagem menos aos desafios dos adolescentes; isto não quer dizer que não fiquem confusos ou receosos, porém ao demonstrarem menos ostensivamente suas reações, não se sentem tão ameaçados e atacados pelas críticas dos filhos. Convivendo assim, os filhos tenderão a formular mais perguntas, escutar explicações, compartilhar métodos que ajudem pais e adolescentes a negociar suas diferenças e seus acertos, deixando de lado a idéia de viver essas experiências fora de casa.

MARI 43;6 – Como você acha que deveria ser esse cuidado? *"Eu cuido do jeito que deus me deixar, rezo para não acontecer nada com eles, nas ruas tem tudo*

de ruim, e eles não me obedecem, vão pra rua se juntar com coisas do mal”.
(pausa).

Para Cal, cuidar de um filho é propiciar que este faça um curso e, por conseqüência, tenha uma profissão; isso, na sua visão é tudo o que o filho precisa. Muitos pais, assim como Cal, esperam que a ONG proporcione aos filhos estas oportunidades, vendo neste espaço, talvez, a única possibilidade por eles.

CAL 36;4 - Como você acha que deveria ser esse cuidado? *“...um curso, tudo o que eles pedissem né”.. “Ah. dar roupa, tênis, um curso, tudo o que eles pedissem né, o que ta do alcance deles né, o que ta do alcance pra pode..é isso...é muito importante, pra mim é tudo, pra pode ser alguém tem que fazer assim né”..*

Sabe-se que os adolescentes caminham mais freqüentemente em direção à autonomia nas famílias em que são encorajados a participar das discussões e das decisões, mas, em última análise, os pais guardam o poder de decidirem o que é apropriado. Neste tipo de família, os adolescentes tendem a se espelhar nas atitudes dos pais que servem como modelo e a procurar amigos aprovados por eles. Assim, surge um aparente paradoxo, mas que funciona: as mesmas condições que promovem a independência, constroem um elo de proximidade e afeição entre pais e filhos. Para Jô, cuidar independente da forma, não se restringe ao período da infância, cuidar para ela, é para toda a vida.

JO 19;2 - Como você acha que deveria ser esse cuidado?
“Deveria ser todos os dias, é para a vida”.

O desejo de Jô é também direito garantido pelo ECA. “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (ECA, 1990, Artigo 19 in: RIZZINI, 2006 p. 32).

Entre outros autores, Bee (1996) descreve o papel da cultura como fator que influencia esses comportamentos. Ambos os autores afirmam que o ser humano caracteriza-se, principalmente, pela sua inserção no mundo que o rodeia, ou seja, em um ambiente específico, nesse caso o contexto familiar. A família, portanto, por meio de sua forma particular de organização e dinâmica de vida própria, influenciará nesse processo, desempenhando papel decisivo na

educação de seus filhos, a partir do contexto em que estão inseridas. O ser humano portanto constitui-se “a partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana” (BEE, 1996, p. 55).

Observando o meio onde reside a maioria dos adolescentes abrigados participantes deste estudo, é possível compreender o porquê da dificuldade de obterem acesso às oportunidades. Para eles, as oportunidades só seriam possíveis por meio da escola ou para aqueles adolescentes que conseguem acesso em cursos ou projetos oferecidos pela comunidade ou para a comunidade. O desejo de cuidar apontado pelos familiares se apresenta pelo afeto, educação, a satisfação das necessidades básicas, dando pouca ênfase no que se refere a regras e limites.

8. 2. 5 A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar

Para muitas famílias, a ONG é a oportunidade que o filho terá para fazer algum curso, participar de atividades e realizar alguns sonhos. A diferença está nas oportunidades entendidas pelos pais como fundamentais que a família não pode proporcionar, assim como, a presença do coordenador da ONG pelo o que ele representa na vida dos adolescentes. Estas observações podem ser percebidas no relato dos pesquisados (Valdo, Cida, Lecu, Masé, Cal, Bety e Mari) que independentemente das causas pelas quais seus filhos se encontram abrigados, o fato de estarem abrigados na ONG é entendido por eles como a melhor coisa que poderia acontecer na vida dos mesmos. Para os familiares entrevistados, a ONG representa para o filho a família que eles não puderam e não podem oferecer. Relatam ter percebido mudanças significativas em seus filhos. Hoje seus filhos são percebidos como adolescentes diferentes, são mais disciplinados, se interessam por outras coisas e não pela rua, pois quando estavam em casa “não queriam nada com nada”. Na ONG podem estudar, fazer cursos, é a referência que faltava na vida dos meninos.

MASÉ 33;9 - A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava? *“Óia, eu acho uma maneira muito boa viu, o*

que a ONG faiz não só pelos meus filho, pa todos os piá que tão la, eu acho uma coisa que caiu do céu, que Deus, mando..”. que eu em casa né, dava amor e carinho pos meus filho né, mas só que... de certa maneira ele num encontrava assim o que ele queria né e...”.

LECU 47;5 - A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava?

“Não sei...(pensa) acho excelente né, por tanto é que eu vo lá fico um pouco de tempo, pra tira umas idéias assim que, pra ve que não é fácil pra, me ponho um pouco no lugar dele né.... A educação que eles tem né, a disciplina..que eles levam lá né, se eles fazem uma coisa errada, tudo é....”.

CAL 36;4 - A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava?

“O jeito ta bom, ta bem melhor que meu pai cuidava de mim, era muito difícil, a gente não tinha o que eles tem aqui na ONG, eu nunca tive nada, meu pai deu pra mim pouco, isso que eles trabalhavam muito e não tinha...”.

Para a equipe da ONG, abrigar estes sujeitos não se resume em dar a eles um teto apenas. A partir do momento da chegada da criança ou adolescente ao abrigo, este, por sua vez, não só o acolhe, mas passa a ter outras atribuições. A instituição, além da educação prioriza como objetivo o retorno da criança ou do adolescente abrigado a sua família de origem no mais breve prazo possível. Para que isso aconteça são empreendidos esforços no sentido de manter os vínculos dos abrigados com suas famílias, apoiá-las para receber seus filhos de volta e para exercer de forma adequada as suas funções (BAPTISTA, 2006, p.55-56).

Quando chegam à ONG, os adolescentes já enfrentaram graves situações de negligência, abandono, exploração, violência e exclusão, tanto na família, quanto na sociedade. Portanto, necessitam da aprendizagem de novas formas de convivência familiar e comunitária. Daí a preocupação da equipe em resgatar os vínculos com as famílias, oferecendo-lhes orientação e formação, além de trabalhar com os próprios meninos a construção de valores humanos, a necessidade dos limites, a afetividade, a superação dos vícios e a resiliência.

CIDA 43;5 - A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava?

“...sei que com vocês ele está muito bem cuidado porque ele está bem, está feliz, não fugiu e não ameaça fugir, me liga feliz e não questiona sobre o paradeiro do pai e agora com a presença do irmão ele parece bem melhor”. A ONG para mim é referencia, gosto muito do trabalho feito lá, e ele também gosta, está bem e isso é que importa..”.

VALDO 41;5 - A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava?

“Lá com Fer eles tão bem, acho que cuidam bem deles, vão pra escola, não tão na rua usando droga, brigando, robando, se metendo com companhias que levam pro caminho ruim, quero que eles fazem curso, atenham um emprego, uma futuro melhor, não seja difícil como eu, sabe, não tenho estudo, não é bom”.

No contexto da Instituição em estudo, podemos considerar que o coordenador estaria assumindo a paternidade social das crianças e dos adolescentes, a partir da qual poderia ser possível uma reconstrução subjetiva em torno da figura paterna (pai simbólico), vivida e introjetada como positiva, protetora e valorizada como modelo de autoridade.

O coordenador da Instituição pesquisada assume claramente seu propósito de desempenhar o papel de pai para os abrigados. Ao assumir plenamente este papel, o coordenador, aceitando a função de pai, contribui no desempenho desejado de seus assistidos. Destaca-se que as necessidades de expressar o respeito pela figura de pai e a de viver plenamente o papel de filho, estariam determinando a escolha do coordenador para viver este papel tão importante e, ao mesmo tempo, tão inacessível na história familiar dos participantes. Pode-se inferir que esta busca de um modelo substituto do pai da família de origem opera no sujeito uma reestruturação de sua matriz de identidade, tendo em vista que, em sua matriz originária, o papel de pai não figurava como um modelo possível e/ou desejável de identificação.

O ideal seria então que, os pais biológicos reorganizassem suas vidas, deixassem de viver independentemente de seus filhos, do ponto de vista emocional e econômico. A convivência com eles deveria ser prazerosa, uma complementação natural da vida do casal, no papel de criarem seus filhos, educá-los e torná-los independentes para a vida, resultando em harmonia entre as duas gerações (WAGNER, 2002).

Partindo dessa premissa, tanto para o coordenador quanto para a equipe da ONG, era preciso pensar em ações voltadas a re-inserção dos filhos com os pais de origem. Porém, não era possível pensar nas crianças e adolescentes abrigados sem pensar nas suas famílias, pois parte das dificuldades vivenciadas pelos meninos estão relacionadas à família. Pensando assim, reaproximar pais e filhos passou a ser um dos objetivos que se assumiu como fundamental no

desenvolvimento da criança e do adolescente abrigado. O resultado do trabalho com as famílias realizado na ONG pode ser evidenciado nas falas dos familiares pesquisados ao se referirem à ONG como espaço e ao coordenador e equipe como responsáveis pelas mudanças no comportamento dos filhos.

Para as famílias dos adolescentes a ONG se diferencia por educar os filhos, pelo fer cuidar do filho como poucos pais cuidam, por possibilitar oportunidades de fazer cursos e, ainda, estar na ONG foi decisivo para que mudassem seus comportamentos. Já para os adolescentes, o que diferencia a ONG da família é ter a presença de uma pessoa que dê a direção do que é certo e errado, a oportunidade de fazer cursos, ficar longe dos perigos da rua e da família e ter um amigo presente com quem podem contar.

8. 2. 6 Relação da mãe e do pai com o filho

Os dados deste estudo indicam, a partir das respostas de nove entrevistados, que os pais ou responsáveis mantêm com os filhos uma relação de diálogo e carinho. Estes dados podem ser observados no relato de Masé, Lecu, Cal, Valdo, Calo, Bety, Cida, Malu e Jô. No entanto, ao analisar os relatos dos pais, chamaram a atenção, os relatos apontados na mesma pergunta feita aos adolescentes, os quais revelam que esta relação não é exatamente o tipo de relação entendida por eles com seus pais. Esta relação entendida como difícil pode ser percebida na fala da Mari. Ela se refere ao filho como sendo um adolescente difícil de educar. Relata que o filho foi criado pela avó porque não gosta dela. Observemos os exemplos:

MARI 43;6 - Como é a sua relação com o seu filho? *“Nem sempre foi boa, ele não me obedece, sente falta do pai, foi criado pela avó, gosta dela, não gosta de mim por que não me respeita.....”*

Para os três familiares seguintes, a tela mostra a relação com o filho (os) abrigado relatado como uma relação de respeito e cumplicidade.

MASÉ 33;9 - Como é a sua relação com o seu filho?
“...minha relação com meus filho... sempre que eu vou la na ONG eles me recebem com amor, com carinho, temem recebo eles né, na casa deles né, em casa quando eles vai la, eu recebo eles com muito amor e carinho né, e... do muita atenção pa eles , converso com eles, qui que eles tão...”

LECU 47;5 - Como é a sua relação com o seu filho? *“Ahh, com o Cunha, é ótimo né, só não conversemo mais assim como tamo aqui..., quando não ta ele me conta os prano dele, ele me conta...”me conta o curso dele come que ta,as vezes ate tenta me ensina alguma coisa la que ele aprendeu la né, quer passa para mim né...”*

CAL 36;4 - Como é a sua relação com o seu filho? *“eu sempre cuidei bem deles viu, no mínimo eu sempre tentei dar uma educação boa pra eles, nunca bati neles” mas sempre me obedeceram tudo, sempre foram obedientes, a gente sentava, conversava, ficava um pouco assim... e assim mesmo eles faziam coisas erradas.”*

Vê-se na fala de Cal a afirmação de que nunca bateu nos filhos, que os cuida bem e que tentou dar tudo o que podia a eles e, mesmo assim os filhos não o obedeciam. Para ele, é possível acreditar que fez tudo o que podia, dependendo das condições em que se encontra. O que ele fez pode parecer muito para ele, mas que para a ONG não tem o mesmo significado, até mesmo porque, se o filho tivesse recebido tudo o que o pai alegou, não estaria abrigado. No entanto, em outra fala, este pai revela que bateu com 20 cintadas, *“ uma vez só eu bati foi no Edy (filho) por que ele fez coisa errada, dei 20 cintadas nele, mas como meu pai fazia, baixa as calças, dava 20 cintadas e se merecia ganhava mais 20 (risos), mas a única vez só que eu bati nele” (CAL)*. Neste caso o uso de punição corporal foi empregado em situações nas quais, a criança ou mesmo o jovem, apesar de advertido, insistiu na desobediência ou no desrespeito aos pais.

Comportamentos assim, segundo Koller, (1996).; Coll (1995).; Weber, (2004) referem-se aos pais pouco responsivos e pouco exigentes, apresentam pouco afeto e envolvimento, assim como poucas regras e limites. São considerados pais ausentes, ou seja, pouco presentes na vida dos filhos, intolerantes e com facilidade para se aborrecerem. Em consequência, esses filhos podem ter um desenvolvimento atrasado, além de problemas afetivos e comportamentais. Ainda, segundo Koller (1996), este estilo parental correlaciona-se ao uso de drogas e álcool, baixa auto-estima, baixo desempenho acadêmico, comportamentos anti-sociais (mentir, roubar, agredir, machucar, xingar) entre outros.

Para Kohn (1979), quanto mais baixa a classe social, mais provável a valorização da conformidade e da autoridade externa, e quanto mais alta, mais freqüente é a valorização da autonomia, do autocontrole e da responsabilidade. Segundo o autor, as práticas parentais também diferem, pois, em função da

classe média e de seus valores serem diferentes, avaliam diferentemente a importância relativa do suporte e da restrição na criação de filhos.

Por sua vez Kaloustian (2004), aponta que a família, além de responsável pela proteção da criança da infância à adolescência, deve proporcionar a ela um ambiente familiar numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão (KALOUSTIAN, 2004). A presença destes e de outros fatores irão garantir um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade.

A falta de diálogo, atenção e orientação podem levar a criança e o adolescente a buscar a presença de outras pessoas e outros espaços onde possam ter uma relação tranqüila e uma convivência harmoniosa.

Cida, em sua fala, se refere ao adolescente abrigado que não é seu filho, mas que se importa como se ele fosse seu.

CIDA 43;5 Como é a sua relação com o seu filho? Gostaria que essa forma fosse diferente?

“Minha relação com ele é tranqüila, precisei de um tempo para que ficasse assim, não foi fácil, mas ele é muito especial, se esforçou muito, sofreu muito e agora torço para ele ser feliz onde quer que esteja já que não pode estar com a família”

Se observarmos as diferentes dificuldades, caminhos e desafios que estas famílias enfrentam longe dos filhos, torna-se cada vez mais difícil a compreensão do que ainda falta fazer por estas famílias e seus filhos. Acredita-se que, em condições dignas de vida e formas consistentes de suporte para a criação dos filhos, as famílias poderiam evitar separações desnecessárias e fortalecer os elos entre as crianças e os adolescentes e o meio a que pertencem. A criança precisa de uma família e um espaço que ofereça condições para o seu desenvolvimento. Nas respostas da maioria dos familiares pesquisados não se evidencia que o espaço não seja adequado ou que há problemas que os impeçam de cuidar de seus filhos. O que aparece na maioria dos relatos é uma relação tranqüila com os filhos. No entanto, há uma contradição nesta resposta positiva, pois seus filhos foram retirados do convívio familiar e abrigados na ONG da pesquisa ou em outras instituições, como é o caso das irmãs de muitas das crianças e adolescentes da instituição referida. Como a ONG da pesquisa só abriga meninos, as meninas da mesma família são encaminhadas para espaços que só abrigam meninas. As

contradições podem ser observadas nos relatos de dois adolescentes como mostram os extratos das falas abaixo:

CRIS 18;3 Como você gostaria que teus pais te cuidassem?
“ Melhor. Pra mim não foi, assim, não foi boa. A vida com meu pai foi difícil e aí minha mãe começou a beber, os dois bebem, eu e meu irmão fomos pra rua pra não ver, era muita barra”.

LEO 13;2 Como você gostaria que teus pais te cuidassem?
“Ah.. mais diferente um pouquinho né, porque quando era pequeno eles mandavam eu pra pedi, esses negócio, daí eu não gostava, daí tinha veis que eu não ia daí eles me batiam”.

O que entra em cena aqui é que, muitas vezes por falta de alternativas e, pelas condições precárias vivenciadas na família, a permanência neste contexto pode comprometer o processo de socialização das crianças e dos adolescentes ou o que ainda pode ter restado dele. Frente a estas dificuldades, o adolescente passa a adquirir a capacidade de construir e avaliar o presente, reescrever sua história e ir condicionando o futuro. Ele passa a buscar incessantemente, independente do espaço, uma forma para fugir da violência e das dificuldades vivenciadas no contexto familiar ou onde estiver inserido.

8. 2. 7 Percepção do cuidado do educador

Os educadores da ONG são percebidos pelos pais Malu, Masé, Bety e Cal como pessoas fundamentais e também responsáveis pelas mudanças significativas observadas em seus filhos. Relatam que, a partir deste convívio, os filhos se tornaram crianças e adolescentes mais respeitosos, melhoraram na escola e na relação com a família. Por outro lado, estas mudanças não se devem apenas à presença e à orientação do educador, mas também ao cuidado e ao compromisso do coordenador da ONG, visto por muitos pais como uma pessoa abençoada. Este relato pode ser observado nas falas de alguns familiares entrevistados.

MALU 50;2 - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser?
“...eu num gostaria que fosse diferente né, assim...modo de dize né que la eles tão melhorando cada veiz mais né, eles tão buscando aquilo que a família não pode, que em casa”

MASÉ 33;9 - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *Muito, lá eles tem tudo, nossa o Fer é mais que um pai, mas um pai bom, é tudo preles.*
“Não, a ta muito bom, ele tem que ajuda a melhorar, obedece, ir pra escola né.. e...”.

BETY 45;6 - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“Ahhhhh.. bem em tudo mesmo, não tenho o que dizer...educadores, todos eles são bons..”.*

Para Cal, os filhos melhoraram muito em todos os sentidos. A mudança, segundo Cal, é consequência do trabalho da equipe da ONG. Para ele, neste espaço é feito tudo o que precisa ser feito. Já para Cida, a ONG é entendida como referência pelo trabalho que a equipe desenvolve com os abrigados, mas o importante, além disso, é a situação física e emocional do adolescente que acolhem como filhos. Na percepção de Calo, Lecu, Valdo, Jô e Mari tudo o que a ONG tem feito pelos filhos e pelos outros é o melhor, não havendo nada a acrescentar ou reclamar.

CAL 36;4 - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“Ahh... tudo o que eles tem que fala, responde, eles fazem tudo por eles, fazem tudo o que é pra ser feito mesmo, entende? Pegando no pé deles, corrigindo o que tem que corrigi, não importa que seja um ou outro”.*

CIDA 43;5 - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“A ONG para mim é referência, gosto muito do trabalho feito lá, e ele também gosta, está bem e isso é que importa.”.*

CALO 53;9 - - Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG? Você gostaria que essa forma fosse diferente? *“Não atendo nada para me opor, eles fazem muito por estes adolescentes, mais do que eles pensam”.*

Na ótica dos familiares pesquisados, os educadores da ONG fazem “tudo o que se precisa fazer pelos seus filhos”, porém, não apontam o que os educadores têm para oferecer de diferente que eles não tenham. Conhecendo o trabalho da ONG, é possível relatar, que um diferencial no trabalho da equipe de educadores é a presença educativa. Ao mesmo tempo em que os educadores oferecem aos adolescentes meios para moderar-se e viabilizar-se, eles buscam prioritariamente as vias que lhes permitirão encontrar-se. Isto não quer dizer que

tudo acontece do jeito que desejam e planejam, com a participação de todos os abrigados. A tarefa não é nada fácil, e as mudanças não acontecem da noite para o dia. Assim como, adolecer, para os adolescentes, também não é fácil. Se não é fácil para os pais orientarem seus filhos, certamente não o será para o educador. Partindo desta ótica, trabalhar com estes sujeitos requer mais que conhecimento e formação (COSTA, 2002; LUCCHINI, 2000).

Como já falamos, o trabalho desenvolvido pelos educadores é diário e persistente, uma vez que o menino ao chegar, traz consigo uma carga emocional muito grande por consequência de fatores estressores vivenciados na família. Na ONG, diariamente acontecem conflitos por motivos diversos no grupo de meninos, momento em que o educador é o mediador e os meninos dependem dele para resolverem os conflitos. Não é difícil compreendermos tais situações se consideramos o exemplo da criança como um “ator social”, a criança como pessoa, sujeito, e não como problema, “objeto” de intervenção. Pois como toda pessoa, elas agem e reagem ao contexto social, são ativas, protagonistas da sua própria história.

No relato das famílias pesquisadas, são apontados os pontos positivos percebidos principalmente no coordenador Fer e na ONG. Entretanto, a família não aponta os pontos negativos. A presença diária do educador, a forma como o adolescente é cuidado, como é orientado nas atividades, em como administra seus horários, respeitando os limites e as regras da instituição, aparecem nas respostas como sendo o diferencial entre a ONG e a família. O que há de errado na família ou no cuidado dos pais não foi evidenciado pelos familiares pesquisados.

8. 2. 8 Formas de punição

A ênfase dada com relação à forma de punição deve vir acompanhada da orientação e da reflexão, nem somente usar de violência, nem somente de reflexão. Para os pais deste estudo, punir para alguns é entendido como necessário, porém o que é preciso entender é a forma de punição. Já para Cal, Malu, Bety e Jô o diálogo é a forma entendida como a correta, como mostram as falas abaixo. Em Valdo e Masé, punir com um tapa não resolve, mas mesmo

assim se precisar dar umas palmadas nos filhos, o fazem por entenderem que a palmada ajuda, mas o filho (a) merece não só uma palmada, mas um conselho na forma de conversa sobre o que fez de errado.

CAL 36;4 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Fala com ele, dize que ta errado, que não pode fazer, conversa, explica”.*

JO 19;2 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Não gosto de ser castigada, acho que fazer errado não se pode mas o castigo não resolve, ai a agente vai lá e faz de novo e pior só para vingar, depende né.”.*

Os discursos de sete familiares pesquisados indicam e defendem a prática da punição corporal com propósitos disciplinares quando regulada por limites e diálogos. A essa prática punitiva, os familiares recusam dar o rótulo de violentas. Para a literatura, nem os filhos, nem os pais são perfeitos. Um trabalho extra ou um tabefe num filho com o qual se tem um sólido vínculo de afeto e confiança não é pecado mortal. Afinal, como expressa a fala dos pais, “somos humanos”, às vezes a vida exige demais, nem sempre se consegue ter o comportamento mais adequado. Não somos perfeitos, somos apenas frágeis mortais que fazem o que podem e não o que querem. Mas, é importante reconhecer que um tapa emana sempre de uma fraqueza, de um descontrole ou de uma incapacidade de dialogar. Disfarçar uma fraqueza inventando teorias pedagógicas é covardia (ARATANGY, 1998 p. 106). Para Valdo o diálogo é a medida mais adequada, por outro lado, outra forma de punição pode trazer resultados além de entender que uma vez punido de forma mais severa, pode auxiliar a criança ou o adolescente a não ir para a rua e obter benefícios com isso.

MASÉ 33;9 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? *“Eu do castigo, converso, explico pra não fazer mais, que é pro bem dele e que não vai sair de casa, só bate não ajuda mas se precisa eu bato mesmo, as vezes eles merece”.*

VALDO 41;5 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito?
“Dar castigo tipo, tirando as coisas dele, se precisa bate eu bato, mas bate não resolve, eu acho que não porque não resolveu muito”.

Conhecendo alguns pais deste estudo e a relação com seus filhos abrigados, não ficam claras as atitudes reveladas nas entrevistas. As histórias de vida de alguns adolescentes pesquisados descritas em relatórios que os acompanham no momento do abrigamento, revelam na maioria dos casos, que há situações de violência e negligência por parte dos pais, motivo pelo qual são retirados do convívio familiar. Para Stoltz (2006, p. 126), “quando um adulto limita o acesso da criança a outras crianças, prejudica não só o desenvolvimento da sua socialização, mas promove a estimulação de fantasias da criança em relação a outras crianças que gostaria de ter como colegas”. Sobre esta atitude, Stoltz (2006 p.126) conclui que muitos pais não tem consciência da sua prática ou do quanto sua prática com crianças está dissociada daquilo que dizem fazer.

No caso de punição, segundo Piccinini e Col (2003) outras duas formas são usadas. A indutiva, para disciplinar a criança, indicando aos filhos as conseqüências de seus comportamentos. A coercitiva, onde o controle pelo comportamento dos filhos ocorre a partir de aspectos como uso de ameaças e punição física. Na ONG, os educadores, frente à necessidade de uma punição, procuram usar como medida, o diálogo, aproveitando o momento para esclarecer e conscientizar sobre as conseqüências de fazer algo errado. Este diálogo, como já falamos, pode ser acompanhando o educador em um trabalho externo ou na biblioteca da ONG.

Estudos, segundo Carvalho (1995), revelam que o uso dessas estratégias tem influência do fator sócio-econômico e cultural da família, e repercute diferentes efeitos nas crianças. Alguns efeitos desempenham papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, promovendo diferentes dinâmicas em seu modo de vida. Na ótica de Kaloustian (2002, p. 35), cada família possui uma dinâmica de vida própria, sendo também observados aspectos nas famílias que dizem respeito às marcas deixadas pelas gerações e os comportamentos que são valorizados culturalmente.

Nas falas das famílias entrevistadas, não aparecem em nenhum momento, a referência de que se o filho “apronta” é com o pai que deverá “acertar as contas”. A conhecida frase popular “você vai ver quando o seu pai chegar” não foi referenciada, confirmando que a maioria das famílias dos adolescentes entrevistados, antes de terem seus filhos abrigados, tinham na mãe a principal responsável pelos cuidados. Esta tarefa não era deixada para o pai, atitude

outrora comum nas famílias tradicionais. Em muitas das famílias entrevistadas o cuidador é a mãe e/ou outros familiares. O pai ou o padrasto não faz parte do grupo. Para os familiares pesquisados, a punição é necessária, desde que a forma de punição não seja pela violência. Para os adolescentes, a forma apontada é o diálogo. Realizar um trabalho junto com o educador e, enquanto trabalha faz uma reflexão, também foi uma solução apontada pelos adolescentes. Para eles punir com o uso da violência não resolve, apenas gera mais violência.

8. 2. 9 Opção de cuidador e justificativa

A madrinha é a pessoa que aparece como a escolhida por dois familiares pesquisados para acolher o filho na impossibilidade do acolhimento e cuidado dos pais biológicos. Além da madrinha afetiva, uma pessoa que cuidasse da melhor forma possível. Nesta categoria, o cuidador escolhido e justificado por Masé e Lecu foi a madrinha afetiva. Assim como alguns adolescentes participantes deste estudo optaram pela madrinha, também alguns pais, Cal e Valdo, optaram pelo cuidado de outros familiares por entender que a extensão da família seria o melhor cuidador na ausência ou impossibilidade dos pais. Em Mari e Calo não houve uma indicação. Já o cuidado do Fer na ONG foi indicado por Bety e Malu. As respostas podem ser observadas abaixo.

MASÉ 33;9 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“...os padrinho, que eles gosta né, fala bastante, das madrinha, os padrinho que visita eles, ta acompanhando o dia à dia deles la né, ta acompanhando o que eles tão fazendo tudo certinho...”*

LECU 47;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“...A madrinha dele né”*

Cal, para um dos filhos indica o seu irmão, por entender que o filho tem uma relação de confiança com este tio. Para o outro filho, a mãe paterna (a vó), esta seria a pessoa escolhida por entender que a extensão da família seria a melhor opção. Valdo também indica a mãe (vó paterna).

CAL 36;4 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“Talvez o Tom (filho menor) quer ir pra casa do meu irmão, o tio dele, mas o Edy, talvez vou deixa com minha mãe, eles, acho, vão cuida abem deles, por que é a família que tenho pra ajuda”.*

VALDO 41;5 Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“Minha mãe, me deu tudo, na dificuldade cuidou da família, cuida deles”..*

A avó, segundo Mari, seria a pessoa escolhida porque é dela que o filho gosta. Já para Cida, a pessoa escolhida, independentemente ser familiar ou não, teria que ter caráter inquestionável e amá-la, pois existindo amor, o cuidar é mais fácil.

MARI 43;6 Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“Sempre cuidei de todos, eles vão pra rua me desobedecer, mas o pai deles não gosta, eles são teimoso...seria a avó que ele gosta mais”.*

CIDA 43;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“...Não pensei nisso ainda, mas escolheria alguém que fosse amoroso, tolerante, ético, caráter inquestionável e amasse crianças porque entendo que quando se ama fica tudo mais fácil.” Escolheria minha mãe, avó porque devo a elas o que sei e como sou”.*

Para Bety e Malu, além da madrinha, por ver nela o cuidado e atenção, optaria por deixar o filho na ONG. Este mesmo sentimento é apontado por Calo, Jo e Lecu, pois vêem a ONG como espaço de confiança e de oportunidades que, em outro lugar ou com outras pessoas, o filhos não teriam. O abrigo é muitas vezes, o ambiente imediato de maior impacto na vida dos abrigados. Segundo Bronfenbrenner (1996), o abrigo é o microsistema no qual realizam maior número de atividades, assumem diferentes papéis e estabelecem interações pessoais face a face ou simbólicas. Isso pode ocorrer durante períodos significativos de seu ciclo de vida, fundamentais para toda a vida.

BETY 45;6 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“..Meu deus, se me tocasse de dexa, de ponha eu ponharia lá na ONG que lá ta bem cuidado né”*

E além da ONG?

Ahh sei lá né, me pego na madrinha deles né,caiu um dia que deus me livre da gente toca de falta né, seria a pessoa adequada né, quando a gente batiza a madrinha que é responsável

.....(pensa muito) *”com parente também não da né”*

MALU 50;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? *“.ahh eu não posso fala né, tem que se da ONG?”*
(repito nov.)

A pessoa que você deixaria cuidar de seu filho?

“Ahh, eu deixaria pro Fer né”

A idéia de apadrinhar/amadrinhar os meninos da ONG foi pensada com o objetivo de proporcionar a eles uma segunda família com quem pudessem contar. Na ausência da família biológica, ou na falta de uma, os padrinhos ocupam este lugar podendo ajudar os meninos em todos os segmentos do seu desenvolvimento. Essa idéia contou com a ajuda de amigos dos meninos que a cada ano vem modificando a vida dos mesmos. Alguns ganharam uma nova família, e a ONG, um novo desafio. Este processo é acompanhado pela equipe e todos os anos são realizados encontros com os padrinhos e os possíveis novos voluntários. As famílias também podem contar com a ajuda destas pessoas, tanto que a relação com os filhos sofreu significativas mudanças desde então.

Nas respostas dos pesquisados, a madrinha foi a pessoa que se evidenciou como a escolhida para cuidar dos filhos. Percebe-se que alguns familiares não vêm nos parentes a extensão do cuidado e não os indicariam para cuidar de seus filhos. A indicação maior aponta a madrinha, ou em último caso, a avó paterna ou o tio. Para os adolescentes pesquisados a pessoa escolhida precisa se responsabilizar por eles e apresentar as seguintes características: fazerem coisas juntos, os levarem para passear, possibilitarem o acesso a cursos profissionalizantes e conversarem.

8. 2.10 Pontos positivos do cuidador

Para os entrevistados Masé, Malu, Bety e Lecu, embora a pergunta os tenha deixado calados por instantes, revelaram que, na impossibilidade de cuidar dos filhos, o padrinho afetivo é a pessoa mais indicada, e os pais apontam vários motivos para justificar essa escolha. Estas respostas podem ser observadas a partir das falas dos pais entrevistados.

MALU 50;2 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos positivos.

“os padrinho, tem agradece ele por que ele é um bom, da um bom conselho né, ele não é um mau conselho, ta ajudando bem tudo né,ele compreende né, ele ajudo muito oTato né.”. Ahh tem o Fer né, tem que agradece ele por que ele é um bom, da um bom conselho né, ele não é um mau conselho, ta ajudando bem

tudo né, ele compreende né, ele ajuda muito o Tato né”..(não respondeu quem não deixaria)

LECU 47;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos positivo.(da madrinha).

“..por que ela ajuda bastante, ela conversa bastante com ele, ele escuta bastante ela né até tem muita coisa que eu ligo pra ela, por que eu pergunto pro Cunha, ele é fechado, ele não gosta de me contar muito as coisas, se eu pego uma coisa que ta meio no ar, eu ligo pra ela daí ela já me passa e com ela ele se abre, comigo já não, ele é fechado, pra tira alguma conversa dele, razão eu não tiro né, quando ele chega aqui como que ele vai conversa com uma pessoa que ta alcoolizada, mesmo que ele fala comigo, no outro dia não vo lembra né, então...., muitas coisas que ele ta passando com dificuldade eu tento conversa com ela né”.

Para Mari, no momento da pergunta não lhe ocorreu qual pessoa indicaria, reafirmando que, mesmo não tendo uma relação tranqüila com o filho, ela é a mãe e, cabe a ela cuidar do filho. Diante da pergunta, não soube indicar um outro cuidador, embora, em outros momentos, se refira à mãe, justificando o carinho que o filho tem pela avó e não da mesma forma por ela. Já Calo, da mesma forma, não indicou ninguém, talvez porque o menino referido não é seu filho biológico, é seu afilhado. Dos familiares pesquisados, outros dois (Jô e Valdo) não souberam no momento indicar um possível cuidador. Cal indicaria para um filho a sua mãe (avó paterna) e para o outro, o irmão (tio). A condição real das histórias de vida de Calo e de Mari não revela que o pai ou outra pessoa sejam figuras desqualificadas para cuidar dos filhos como ilustra a fala abaixo:

MARI 43;6 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos positivos. *“são meu filho e eu sempre cuido deles, são os outros também, acho que é muito, assim muito....(fica olhando e não responde). Não sei, não sei o que dizer”.*

Mesmo precisando deixar com alguém, não escolheria ninguém?
“Não sei, não sei o que dizer” (pausa, fica pensando e não responde).

A presença dos padrinhos na vida dos adolescentes tem uma relevância muito grande, talvez a possibilidade de um dia ao saírem da ONG, poderem ter com quem contar e se apoiar além da família. Para a família, o cuidador que poderia, segundo elas, cuidar dos filhos na sua falta, seria a madrinha afetiva que os filhos conheceram na ONG, por perceber que a madrinha gosta do filho e foi a

partir desta relação que o filho mudou seu comportamento. Para algumas mães, os filhos obedecem à madrinha, e isso é entendido como positivo.

8. 2.11 Pontos negativos do cuidador

Nas entrevistas, os familiares se referiram às pessoas escolhidas como aquelas que precisam cuidar do filho melhor que a forma que eles cuidaram. Para os familiares, Valdo, Cal, Bety, Mari, Jô e Malu não escolheriam um cuidador que permitissem a exposição dos filhos a determinados perigos. “Os parentes” foi a opção de cuidador não desejado referenciada pelos pais, segundo os entrevistados Masé, Lecu, Bety e Calo. Observa-se que a maioria dos familiares entrevistados não pensa em deixar os filhos com os parentes e revelam os vários motivos. As respostas podem ser observadas a seguir.

MASÉ 33;9 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos negativos. *“Parente não da pra conta né com parente, por que parente mora tudo distante e os parente tamem tem dificuldade e em os problema deles né....”*

LECU 47;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos negativos. *“..A.cho que a família tem muito, tem problema, você tá no buraco e eles querem te botar mais lá embaixo, então lá em cima eles querem arruma uma brecha pra entrar”*

CALO 53;9 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos negativos. *“... Ele tem parentes e mesmo sendo da família verdadeira, eu não indicaria por que nunca procuraram por eles, nem se importaram se estão vivos ou não, nem sempre parente é o melhor substituto na falta dos pais, e com ele é assim, não sabe onde estão e nem quer, não precisa, os estranhos fazem o melhor...ele vai crescer e procurar se desejar,a eu não vou”*

VALDO 41;5 - Se você fosse escolher alguém fora da ONG cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos positivos. *“As pessoas que deixam os filhos usa drogas, fica na rua sem faze nada, rouba, vira gente que não presta”..*

As características negativas apontadas pelos familiares da pessoa não escolhida, para exercer o cuidado de seus filhos: uma pessoa que não cuida, permite que o filho use drogas e, ainda, não escolheriam alguns parentes, porque estes não ajudam, só atrapalham.

8.3 ENTREVISTA COM OS EDUCADORES

O quadro 6 apresenta os cinco educadores pesquisados, obedecendo a ordem crescente de idade. Devido ao gênero, grau de escolarização, local da entrevista, e profissão, não foi possível obedecer a mesma regra. Estes dados encontram-se nos protocolos das entrevistas.

8.3.1 Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Sexo	Série	Local	Profissão
Clio	27;4	M	3º Grau Incompleto	ONG	Educador e Professor de Língua portuguesa
Cado	44;1	M	3º Grau completo	ONG	Educador e professor de Informática
My	45;2	F	Magistério	ONG	Educadora Social
Soe	46;2	F	Magistério	ONG	Educadora Social
Caio	47;11	M	Magistério	ONG	Educador social

FONTE: Protocolo das entrevistas.

QUADRO 6 – EDUCADORES PESQUISADOS

A amostra constituiu-se de cinco educadores, três do sexo masculino, com idades compreendidas entre 27 e 47 anos e duas do sexo feminino, com idades compreendidas entre 45 e 46 anos. Os educadores pesquisados são profissionais contratados pela ONG, cumprem uma rotina de trabalho de oito horas diárias, com plantões alternados nos finais de semana, sendo responsáveis pelo cuidado e desenvolvimento destes adolescentes enquanto abrigados na ONG. Dos cinco educadores pesquisados, um educador tem formação superior completa na área de informática e, além de educador social, administra os cursos de informática. Clio, está cursando letras na área de humanas, é educador social do plantão noturno e professor de língua portuguesa contratado pela ONG. Caio, é educador social formado em magistério, assim como as duas educadoras sociais Soe e My.

8.3.2 Cuidado do pai e da mãe

Os educadores na sua maioria são pais e evidenciaram saber a importância de seus papéis no cuidado com os adolescentes abrigados. Na resposta dos educadores se evidencia o respeito às necessidades da criança, o afeto e proteção. Independentemente do papel que desempenham na ONG,

quatro educadores entrevistados, Caio, Cado, My e Soe relataram cuidar dos adolescentes com o mesmo compromisso e preocupação com que cuidam de seus filhos. Para Clio, o cuidado também envolve estes aspectos, a diferença, porém, está em não ser pai ainda.

SOE 46;2 - O que você entende por cuidado? o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho? *“...Bom, a mãe e um pai cuidar de um filho quer dizer não deixa a criança ficar em situação de risco, é cuidar na higiene pessoal da criança, é,é,é.., cuidar da criança não se machucar, é é é.. dar carinho, dar carinho principalmente nos cuidados.....”*

CAIO 47;4 - O que você entende por cuidado? o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho? *“O que eu entendo? Ahh, eu entendo que cuidar é geral né, desde a responsabilidade de ponha uma criança no mundo, tanto da mulher quanto do homem, os dois,primeiramente tem que ter muita responsabilidade, ai quando essa criança vem ao mundo, então o papel do pai e da mãe é fundamental na criação dessa criança né, não só a mãe ou o pai, mas os dois, cria né, desde ensina a criança anda né, daí quando ela começa estuda né, da apoio, tudo o que ela precisa,na fase também adolescente né,ta por perto né, sempre dando uma força, eu sei por que eu tenho os meu lá e a gente sempre tem que ta presente”.*

MY 45;2 - O que você entende por cuidado? o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho? *“é cuidar bem, dar afeto, amor, tudo o que eles precisam para se desenvolverem, se a saúde ta legal, se precisa de alguma coisa....”.*

Quem abraça uma profissão desenvolve um trabalho. Segundo Costa (2002) esse trabalho tem duas dimensões: uma pessoal, que diz respeito ao seu significado para a vida. E a outra social, que se refere à utilidade daquele trabalho para a coletividade em função do qual é realizado.

Ser educador social é começar entendendo estas duas dimensões de trabalho. Para Romans (2003, p.33) “ser educador requer uma vontade individual de aprendizagem, multiplicidade de funções, uma formação orientada para o desenvolvimento integral da pessoa a fim de que se envolva em seu pleno desenvolvimento em nível fisiológico, psicológico e social”.

Além de formação qualificada para a função, ser educador social é entender que cada criança ou cada adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, mas principalmente, com potencialidades, e cabe ao cuidador do espaço oferecer subsídios para o despertar dos talentos que podem estar ocultos. Educar por si só não é tarefa fácil

e, quando quem educamos são crianças abrigadas, esta tarefa de educar torna-se mais relevante ainda. Para Clio, a tarefa é relevante mesmo não sendo pai.

CLIO 27;4 - O que você entende por cuidado? o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho? *'Bem, cuidado é dar atenção, carinho, i tratar de igual para igual os meninos, do qual a gente ta convivendo i podendo fazer com que eles tenham confiança com a gente né, e que façam ai que o dia passe.....'*

'De forma que o menino seja nosso amigo, que a gente procure impor autoridade, mas de forma que eles não sintam medo da gente, sintam através da amizade'.

Aprendemos muito uns com os outros, e a criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto. O educador deve se conscientizar que cada atitude sua é um recado que manda para a criança que atende. Entretanto, a sua autoridade pode ser exercida em bases democráticas, sem autoritarismo. O educador é referência para os jovens e segundo os meninos da ONG, representa mais que uma pessoa que cuida: Para os educadores o cuidado é apontado como concepção voltada ao respeito às necessidades da criança por meio de afeto e proteção.

8.3. 3 O que é necessário no cuidado

Cuidar na visão dos educadores pesquisados requer mais que suprir as necessidades básicas diárias de uma criança. Os cinco educadores da ONG entrevistados (Caio, Cado, Soe, My e Clio) compreendem o cuidar dos meninos abrigados para além dos cuidados diários de alimentação, saúde e educação. Para eles, cuidar é também orientar, rever regras e limites, e o exemplo dos valores deve partir dos educadores. Para os educadores o cuidado não precisa ser excessivo, porém, nem negligente. Esta percepção pode ser observada nas respostas abaixo.

CAIO 47;4 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? *"É difícil ser uma criança sozinha ser cuidado ser se uma criança normal assim, consegue sobrevive assim sem sofre danos, acho que o cuidado é essencial assim principalmente na vida de uma criança, ela precisa né, você mesmo sabe*

né, muito mais do que eu, que cuida de criança não é fácil mas precisa, toda criança precisa ter um cuidado especial, principalmente agora nesse mundo que nós estamos vivendo”.

CADO 44;1 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? *“Estar por perto em todos os momentos, cuidar da alimentação, saúde, educação, perigos, alegrias, tristezas, tudo o que se refere a eles e acima de tudo ser bom exemplo pros filhos” .*

SOE 46;2 - O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? *O que é preciso fazer? “Os pais principalmente pai e mãe tem que ficar muito atento né com a criança, na verdade não se desliga em momentos alguns dessa criança porque senão ela não vai ter um cuidado, se a mãe, muitas mães se.. negligenciam a criança porque não deixam, abandonam a criança, muitas vezes deixam em casa, vai toma chimarrão na casa do vizinho, sai, deixa ela sozinha, então..o que tem que fazer realmente é estar sempre atento. Com muita atenção a tudo.”*

A proximidade resgatada principalmente na fala da educadora Soe, revela a presença da mãe como algo indispensável no cuidado que os pais devem ter para com suas crianças, não somente estabelecendo um vínculo afetivo, mas também protegendo-os dos perigos externos. Na ONG, a preocupação com o cuidado não é diferente. Além do cuidado com as diversas atividades, com o aspecto emocional, a atenção com os adolescentes precisa ser redobrada, já que o espaço é aberto e é dada a eles a liberdade de querer ficar ou não.

Quando o abrigo recebe os adolescentes, estes já chegam carregados de dificuldades e percebem o espaço como sendo hostil. Esta percepção e sentimento de hostilidade levam certo tempo para mudar. Cabe ao cuidador reverter e apoiar a criança ou o adolescente neste momento e durante todo o período de abrigamento. Por esta ótica, ressalta-se a relevância do papel que o educador representa para os sujeitos abrigados. Ressalta-se ainda, que todas as pessoas que atuam nos abrigos devem ter a dimensão de seu papel de educador, sendo fundamental trabalhar com a construção da dignidade dos profissionais da área.

Faz-se necessária uma política de incentivos e de valorização profissional devido à peculiaridade do trabalho desenvolvido pelo mesmo (COSTA, 2002; LUCHINNI, 2000; ROMANS, 2003). Um trabalho como este requer outros cuidados, o cuidado com o educador. Em um espaço como o da ONG, o trabalho diário com os adolescentes exige do cuidador uma atenção contínua que envolve atividades, limpeza, cursos e, muitas vezes e em vários momentos do dia,

mediação de conflitos. Esta convivência diária resulta em um desgaste físico e emocional e, assim como cuida dos adolescentes o cuidador também precisa ser cuidado, precisa receber apoio psico-educacional e capacitação da função, de forma planejada e permanente, com o mesmo grau de importância que é dado ao atendimento a essas crianças e adolescente institucionalizados.

O adolescente espera do educador algo mais do que o cuidado eficiente e diário. A tarefa do educador de mediar as atividades e as necessidades do adolescente faz parte do campo de ação. O educador também espera o mesmo do adolescente. O diferencial está na qualidade do cuidado do educador e na intensidade da relação entre eles. A relação pode nascer de um pequeno gesto e, assim a segurança vai crescendo e o adolescente vai ultrapassando os obstáculos, vai definindo qual o melhor caminho a seguir e o comportamento a adotar. A partir das respostas dos pesquisados, é necessário no cuidado da criança, cuidados básicos diários como: alimentação, saúde e educação. Além desses aspectos, cuidar é também orientar, trabalhar regras e limites. No adolescente, se observa novamente um pedido de que os pais ou responsáveis os orientem na tomada de decisões, valores, regras e limites e que mostrem a eles qual caminho e como devem seguir neste.

8.3. 4 Desejo de ser cuidado

Fazer-se presente na vida da criança e do adolescente é fundamental para que ele se desenvolva de forma plena e sadia. O cuidado para os cinco educadores pesquisados Cado, Caio, Clio, Soe e My, implica em estar presente, ser amigo, ser sensível às necessidades básicas diárias dos adolescentes.

CADO 44;1 - Como você acha que deveria ser esse cuidado?

“Deveria ser mais intenso né, mais presente deles”..

CAIO 47;11 - Como você acha que deveria ser esse cuidado?

“.. respeita assim os direito da criança, todos os seus direitos, ensina ela a vive né, ser feliz né, ajuda ela se desenvolve, dar tudo o que ela precisa além do estudo, alimentação, lazer, é.. uma vida digna, primeiramente uma vida digna, que ela possa se desenvolve na sua vida e ser uma criança, ser um adolescente e depois ser um adulto feliz, sem sofrer seqüelas nenhuma, tem que ter exemplo né, exemplo de vida”.

CLIO 27;4 - Como você acha que deveria ser esse cuidado? *“Bem, eu acho que, é, vêem da melhor maneira possível, porque, sendo que a, trabalhando dessa forma, sendo amigo eles criam uma confiança e eles pegam como uma amizade boa. Na minha opinião é isso.*

SOE 46;2 - Como você acha que é, um pai e uma mãe cuidar bem de um filho? *“Bem, é preciso atenção, carinho, muito respeito com ela, e que esse cuidado ele seja além da preocupação pedagógica, digamos assim, seja também uma educação para a vida, antes que ele vai ter que encara-lo na escola também”.*

MY 45;2 - Como você acha que deveria ser esse cuidado? *“Deve ser o melhor possível, dar atenção não só nas horas de conflito, quando eles não estão bem, é todo dia, o tempo todo. É estar sempre olhando, cuidando, dando a atenção necessária, vendo se está bem, cuidar da educação, da saúde, de tudo né....”.*

A adolescência por si só já é uma fase de transição problemática para muitos adolescentes. Quando ele chega nesta fase precisa aprender a lidar com as mudanças ao seu redor, seja na família, na escola, com os amigos e com a comunidade. É uma busca incessante pela identidade, auto-conceito, auto-estima e, além disso, precisa aprender a lidar com os sentimentos e o que fazer com eles. São muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo, e os pais cobram deles atitudes que muitas vezes não tem maturidade apesar da idade, para resolver. Como a vida e é muito dinâmica, para o adolescente esta fase é crucial e, cabe aos pais e aos cuidadores, auxiliá-los a encontrar não só o caminho, mas as respostas.

Segundo Aratangy (1998, p.26), “a adolescência é o incômodo lugar de onde nunca acabamos de sair completamente e para onde voltamos todas as vezes que nos sentimos inseguros ou vulneráveis”. Muitas vezes, em situações difíceis, não estamos de posse de toda a nossa maturidade e equilíbrio e nosso comportamento fica infantilizado, como na adolescência.

Se a etapa da adolescência já não é fácil para os adolescentes que moram com a família e para nós adultos ela permanece em alguns momentos de insegurança, certamente será mais difícil para os que não moram com ela ou não tem uma família. No caso dos adolescentes deste estudo, a ONG e os educadores procuram através do cuidado diário, de atividades, do diálogo, da presença educativa, do afeto, se aproximar dos adolescentes tornando o ambiente mais familiar possível, cuidando e orientando com a mesma ênfase dada aos seus filhos e “herdada dos seus pais”. A forma de cuidado desejada pelos educadores

pesquisados se evidencia na presença educativa, na amizade e na sensibilidade com as necessidades básicas.

8.3.5 A relação entre o cuidado na ONG e o cuidado familiar

A ONG se diferencia da família, segundo os educadores em praticamente tudo. Para os educadores, a ONG é uma extensão da família, porém diferente. Na ONG, os adolescentes encontraram oportunidades que não encontrariam na família, além da presença de um cuidador praticamente 24 horas por dia todos os dias. Para os cinco educadores entrevistados, a influência do ambiente institucional é vista de forma positiva. Quando questionados sobre o cuidado atribuído aos adolescentes, os cinco educadores Cado, Clio, Soe, My e Caio revelaram fazer tudo o que está ao alcance para acolher os meninos e auxiliá-los em todas as necessidades diárias e, segundo Cado, fazê-lo com o uso de punição se for necessário. Observa-se que os educadores procuram passar aos adolescentes os valores e ensinamentos que aprenderam com seus pais.

CADO 44;1 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“Como eu já disse..., dar atenção em tudo o que a criança precisa pra se desenvolver bem, tudo mesmo, sem exceção”.*

CAIO 47;4 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“O que eu quero pra eles lá os meus filhos, eu quero pros daqui né, as vezes a gente erra em algumas coisas, mas é tudo pelo bem, a gente que ajuda...(...)”.*

CAIO 47;4 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“Eu sempre falo preles quando me pergunta uma coisa ou quando a agente entra algum conflito que nos discutimos, eu sempre falo preles, olha, a mesma coisa que falo pra vocês aqui, eu falo pros meus filhos em casa, “...(...)eu não cheguei a conhecer minha mãe, minha vó que me criou, meu pai sempre tava por perto, claro, não tinha aquele cuidado que hoje tenho com meus filhos né, também não me ensinava coisas ruim, eu procurei por mim, fui criado na roça e na roça a gente não tinha muito tempo né, as coisa era tudo muito longe, a gente aprendeu né, que tinha que luta, batalha pra consegui as coisas hoje o que eu faço com meus filhos meu pai não me ensino”.*

A positividade revelada refere-se ao fato de que embora sejam educadores e não os pais, o cuidado e preocupação com os meninos são os mesmos despendidos aos seus filhos biológicos. Para os educadores, tendo em

vista que a maioria das crianças e dos adolescentes que são encaminhadas para as instituições apresentam diversos problemas, e na família não recebem o suporte necessário para amenizá-los, na ONG é preciso fazer diferente, é preciso mudar esta realidade dando a estas crianças e adolescentes, o que não receberam dos pais. A ONG é uma família acolhedora, família guardiã que está preparada para receber a criança e cuidar desta até que ela possa retornar para sua família de origem (DÜRING *et al*, 2007). A ONG é mais que um abrigo, é uma casa, é um espaço onde estes sujeitos podem reorganizar a sua vida e se profissionalizar. Nesse sentido, o cuidado do educador para com estes sujeitos é fundamental, deve ir além da tarefa de educar, deve orientar para que possam seguir um caminho, deve ser para eles um referencial principalmente enquanto permanecerem abrigados, em alguns casos podendo ser para o resto da vida. Observemos os relatos abaixo.

CADO 44;1 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“Sim, cuido como se fossem meus filhos se precisar brigar eu brigo mesmo, dou conselho, brinco, pergunto sobre a vida deles, tudo o que desejo para os meus”.*

SOE 46;2 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“A educação é quase a mesma coisa, a mesma coisa que eu eduquei os meus filhos, eu tento, pelo menos eu tento educa eles aqui, com as orientações, nos cuidados né..então o mesmo carinho, o mesmo amor que eu tenho com meus filhos eu tenho para com eles”.*

CLIO 27;4 - A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança? *“Ainda não sou pai, mas...é bem, eu acredito que to fazendo o meu trabalho da melhor maneira que consigo, sempre procurando ai, procurar novas informações, aprender mais, tipo como estudar..”*

Conforme pode ser observado nos relatos, os dados indicam que alguns pais, verbalizaram aos filhos como foi a sua própria vida, ou como eles gostariam que fosse a de seus filhos, transmitindo experiências emocionais e pessoais. Clio relata não ser pai, mesmo assim cuida a partir dos ensinamentos que herdou de seus pais. Os adolescentes percebem o desejo dos pais e entendem o recado, por isso, quase sempre rejeitam os conselhos se colocando como se fossem adultos prontos para enfrentar tudo. Por outro lado, muitas vezes os pais passam

para os filhos como gostariam que fosse, mas não é o que fazem na prática, deixando os adolescentes perceberem. Quando os adolescentes resolvem desafia-los, expondo essas incongruências, podem resultar sérios conflitos, motivo para a evasão do seu lar. A tendência é educar os filhos da mesma forma pela qual fomos educados. Se a forma de cuidado recebida pelos pais foi de atenção e carinho, com atenção e carinho cuidamos dos nossos filhos. No caso dos adolescentes abrigados, por serem mais carentes de atenção e carinho, procura-se dar a eles uma atenção maior na tentativa de suprir os cuidados que não receberam ou que pouco receberam dos pais.

Como o ambiente de convivência de origem dos adolescentes abrange eventos adversos, longe do convívio familiar, espaços como o institucional constituem um novo contexto desenvolvimental, organizando suas rotinas, oferecendo-lhes novos modelos de socialização, possibilitando enfim aos adolescentes experimentarem trajetórias de vida alternativas às que foram construídas sob condições pouco favoráveis, em espaços limites (famílias, comunidades e a rua), fragilizados por uma dinâmica risco-proteção (KOLLER, 1996).

No processo de desenvolvimento, atenção, carinho, orientação sobre os aspectos da vida e também a respeito do brincar, são de extrema relevância, uma vez que orientam o sujeito a aprender a conviver com as demais crianças, demonstrar sentimentos e de se desenvolver socialmente. Esta concepção é apontada nas respostas dos pesquisados como sendo necessária para o convívio diário com os adolescentes. Cuidar da mesma forma como cuidam dos filhos, repassando os valores adquiridos pelos pais.

8.3. 6 Relação do educador com o adolescente

Para o educador a relação é de um pai para com seu filho. Orientar sobre os limites, o que é certo e errado, o que pode ou não fazer. Foi possível observar no discurso dos cinco educadores pesquisados: Cado, Clio, Caio, Soe e My, que a relação com os meninos da pesquisa é tranqüila, é uma relação de pai e filho, uma conquista diária com base no afeto, respeito e confiança, como apresentamos nos discursos abaixo.

CAIO 47;4 - Como é a sua relação com o menino? “*Os meninos da ONG?*”
“Olha eu vejo que talvez não seja assim 100 por cento com todos, mas eu acho que com 70 e pouco, 80 né...”. “*(...) a mesma coisa que falo pra vocês aqui, eu falo pros meus filhos em casa...o que eu quero pra eles lá, os meus filhos, eu quero pros daqui né, as vezes a gente erra em algumas coisas, mas é tudo pelo bem, a gente que ajuda..*”. *Sempre tem as vezes aquele de pega no pé né, eu sou muito de cobra muito né, eu cobro muito deles, tem menino que não gosta né, eles gosta mais de um educador que ri né, pula certas coisas, faz de conta que não vê muito as coisas que eles faz né, pra não ser punido e eu já, questão de higiene, jogou alguma coisinha, jogo isso ali eu sempre to falando, mas eu acredito, eu falo 80%, se for coloca mesmo né.”*

CADO 44;1 - Como é a sua relação com o menino? “*(...) eu cuido deles como se estivesse cuidando dos meus filhos, então as mesmas cobranças que eu tenho com os meus filhos, as vezes eu tenho com eles e são pessoas diferentes*” .

SOE 46;2 - Como é a sua relação com o menino? “*Ah é normal, normal, é uma relação assim, digamos assim, não é a mesma mãe por que pra eles nem tem como né.. te dizer que a gente é mãe deles, na verdade já vem desde então que eu sou uma educadora né. (...) eles me respeitam como educadora e eu respeito eles também como uma criança, um adolescente né..mas não é a mesma coisa de uma mãe não. A mãe pra eles, eles sentem muito a necessidade dessa mãe por isso não adianta a gente quere dizer que a gente é a mãe, que faria tudo por que não faria”*

No que se refere à referência afetiva da figura feminina, esta se revela enquanto prolongamento da figura materna real e, ainda preservada na vida dos sujeitos. Para as educadoras da instituição, há o cuidado em não competir com as mães dos adolescentes. Destaca-se aqui a importância de se respeitar o sentimento de lealdade à família de origem, muito presente nestas crianças, em especial no que se refere à mãe (WAGNER, 2002; SZIMANSKY, 1992; RIZZINI, 2006; BADINTER, 1993; BOWBY,1990). Considera-se que a atitude das educadoras de valorização e respeito à lealdade dos adolescentes face aos seus vínculos familiares de origem, permitiu a aceitação de sua pessoa como uma referência afetiva materna complementar para eles. Neste sentido, este estudo corrobora trabalhos anteriores apontados pela literatura que revelam os prejuízos para as crianças e adolescentes advindos da desqualificação e da competição com suas famílias de origem (RIZZINI 2006). A ONG acredita que a internação em instituição, se for inspirada no modelo do resgate de uma convivência familiar alternativa, não competitiva, pode ser estruturante.

O olhar do educador é decisivo na compreensão de todos os fatores que envolvem o adolescente. Nessa etapa o educador deve escutar a fala da criança

e do adolescente, organiza-las e registrá-las, tendo o cuidado de observar as atitudes dela e o contexto do qual faz parte. O adolescente por si só está sempre buscando a sua identidade. Ao receber apoio, afeto e cuidados, o adolescente aos poucos vai aprendendo a superar as dificuldades e encontra novas formas de resolver seus problemas. Para que isso aconteça, a relação de reciprocidade entre os dois é fundamental. Na ONG, a ênfase nas respostas é de uma relação tranqüila, uma relação de pai e filho, uma conquista diária com base no afeto, respeito e confiança.

8.3.7 Percepção do cuidado do educador

O cuidado com a criança e o adolescente proporciona a ela desde a sua concepção, recursos para que se desenvolva plenamente e em todos os contextos. O vínculo e a interação familiar saudável servem de base para o desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças e dos adolescentes. A percepção de cuidado apontada pelos cinco educadores pesquisados Cado, Caio, My, Soe e Clio, enfatiza o respeito, a proteção, a exigência de limites, regras de forma não violenta, mas também, não negligente. Observemos as respostas abaixo.

CAIO 47;4 - Você gostaria que a forma como cuida fosse diferente? *“Eu como já disse, tenho dois lados como educador; um lado bonzinho e um lado ruinzinho. O lado bonzinho é aquele tipo paizão né, se eu pude faze alguma coisa assim, até alguma coisa por ex: que o menino não ta conseguindo ou que o Fer não está, mas na hora que o menino extrapola..sou ruinzinho, tento aplica todas as regras né, chego e falo, converso com os outros educador..(...)”*

SOE 36;2 - Você gostaria que a forma como cuida fosse diferente? *“O verdadeiro significado é o carinho, é o amor, a paciência”*.

CADO 44;1- Você gostaria que a forma como cuida fosse diferente? *“É..a gente precisa mais afetividade, mais companheirismo, mais presença com eles. Falta muita coisa, muita coisa”*

Conforme pode ser observado nos relatos dos educadores pesquisados, uma interação familiar gratificante é um fator protetor e independe dos estilos parentais destes cuidadores. Sendo ou não familiares biológicos, todos são capazes de prover um contexto amoroso, afetuoso e de cuidado. Cuidar não é

somente dever de quem gera uma criança, nem tão pouco é tarefa apenas feminina seja no contexto familiar, educacional ou institucional, pode ser aprendido e desenvolvido independente de gênero e contexto (WEBER, 2004).

A criança, principalmente a que se encontra em situação vulnerável, precisa de atenção, de alguém que aponte o caminho, conduzindo seus passos. O fato de estar em um ambiente externo a sua casa já é fator relevante para a criança. Por mais que na sua casa de origem faltava-lhes tudo, é a sua casa, é o espaço onde a criança e o adolescente se identifica. Além do espaço externo a sua casa, a falta de qualidade de interação com o cuidador pode definir o grau de dificuldade para que esta criança ou adolescente desenvolva ou não aprendizado. O trabalho do educador social institucional não depende do gênero, idade ou etnia de quem cuida, depende do espaço e da forma como trabalha os limites e os valores com a criança (COSTA, 2002.; ROMANS, 2003). Conflitos acontecem a cada momento, cabe ao educador mediar na resolução de acontecimentos. No caso da ONG, a qualidade do cuidado e a postura do cuidador na construção e desenvolvimento das atividades são fatores determinantes para a condução do trabalho e o desenvolvimento da criança ou do adolescente. Para o educador, o cuidado é percebido entre ele e o adolescente a partir de atitudes respeitadas, a proteção, a exigência de limites, regras, sem ser negligente nem fazer uso de atitudes violentas com o adolescente.

8.3. 8 Formas de punição

É comum a criança ou o adolescente apresentar comportamentos inadequados frente aos adultos, pois certos comportamentos são muito mais eficientes para atrair a sua atenção. Muitas vezes o que incomoda principalmente o adolescente, não é falar sobre o que ele fez de errado, mas a forma como é conduzida esta conversa. Dependendo da forma já é uma punição. Para os cinco educadores pesquisados Caio, Clio, Soe, My e Cado, na ONG as regras a serem cumpridas foram construídas pelas crianças e adolescentes abrigados e, na falta do seu cumprimento, formas de punição devem ser aplicadas. Quando o adolescente não cumpre as regras, dependendo da gravidade do ocorrido, cabe ao educador aplicar e acompanhar, porém, antes promover um diálogo explicando o porquê está

sendo punido. As respostas podem ser observadas no que dizem os pesquisados abaixo:

CAIO 47;11 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? E com o menino? *“Primeiro eu explico tudo porque ta sendo castigado e depois dependendo da coisa errada que fez e aplico as regras e pra cada uma tem um grau, uma atividade, as vezes lá na roça, as vezes na cozinha, não faz passeio, não ganha os monguelis e assim vai...”*

CADO 44;1 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? E com o menino? *“Eu falo uma vez porque pra eles tanque ficar bem claro, se mesmo assim não faz da forma correta, procuro ver sempre as regras, conversa sobre elas, para que servem..”*

CLIO 27;4 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? E com o menino? *“Castigo, seja lá o que for, acho necessário para ele entender o seu limite, lá fora a vida vai cobrar dele e se nós não ensinarmos quem vai?”*

MY 45;2 - Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? E com o menino? *“Procuro fazer com os meninos o mesmo que faço com meus filhos, sempre pensando no melhor, corrigir hoje para não se repetir amanhã e depois.....”*

O cuidado envolve uma diversidade de comportamentos. Cada indivíduo tem sua forma, seus meios, que podem ser herdados das gerações anteriores ou mesmo, por consequência de vivências diárias aprendidas com o tempo. Atitudes diferentes de punição são perceptíveis em diferentes agrupamentos humanos, encontrados nos mais diversos contextos e também inseridos nos mesmos contextos (ARATANGY, 1998). Cada família possui uma dinâmica de vida própria sendo também observados aspectos nas famílias que dizem respeito às crenças e valores responsáveis por marcas deixadas às gerações. Assim como as marcas acompanham as gerações, novos modos de vida cotidianos se constroem a partir do comportamento no ambiente que as cercam (KALOUSTIAN, 2002). Partindo deste pressuposto, cabe salientar que, “cuidar”, bem como “educar”, não é necessariamente uma atividade positiva, havendo variadas formas de se cuidar/educar. A forma de cuidar não depende do contexto, mas se inadequadas, podem trazer danos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

A punição como medida educativa é entendida pelos educadores deste estudo como necessária, podendo ser expressa em uma conversa ou a realização

de um trabalho, desde que seja aplicada sem violência e que haja uma prévia orientação sobre o que é certo e errado. Conversar sobre as atitudes e dar conselhos sobre o que fazer e como fazer certas “coisas” é entendido pelos adolescentes entrevistados como sendo a forma de punição mais adequada. Para estes adolescentes o diálogo pode levar à reflexão, enquanto que a violência não resolve, podendo gerar mais violência. As respostas também apontam o trabalho junto com o educador como sendo um momento de reflexão e, ainda, a privação das coisas que o adolescente gosta de fazer, pode ajudar:

8.3. 9 Opção de cuidador e justificativa

Quando proporcionam-se momentos em que as crianças e os adolescentes podem expressar seus sentimentos, pode-se também desencadear ou proporcionar situações de hostilidade ou de conformidade de certas atitudes. O que se difere basicamente nas famílias é a interação entre os participantes e a forma como interagem. Para os educadores pesquisados: Caio, Cado, My, Soe e Clio, além da família, o cuidador deve acima de tudo estar preparado para receber a criança e proporcionar a ela recursos para que se desenvolva de forma plena e sadia, como mostram os extratos abaixo:

CAIO 47;11 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos positivos. *“Qual pessoa? Olha é difícil a gente diz qual pessoa, a partir da hora que eu pudesse escolhe, eu ia escolhe a pessoa melhor né, mais bem preparado né,...”*

CADO 44;1 Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos. *“Meu pai, mãe, avó, eu deixaria com eles”.. .”Mas, escolheria alguém que cuidasse bem, desse amor, carinho, atenção, ensinasse valores, limites assim como eu ensino eles e meus filhos”*

Cuidar de uma criança não é tarefa fácil. A forma de cuidar e o cuidador escolhido revelado pelos pesquisados é idealizada por pais que amam os filhos e desejam o melhor para as suas vidas. Na impossibilidade de cuidar do filho, os educadores desejam um cuidador que atenda a criança em todas as suas necessidades, que dê afeto e proteção. Nem sempre os educadores encontram estas possibilidades de cuidado na extensão da família, preferindo deixar seus filhos sob o cuidado de estranhos ou amigos, ou ainda, padrinhos afetivos como no caso da ONG, ao deixar seus filhos com parentes. A justificativa para a escolha de um

cuidador está voltada para alguém preparado para receber a criança, que possa proporcionar a ela recursos para que se desenvolva de forma plena e sadia. Uma criança segundo Bowlby (1990), que vive em um lar estruturado e nele encontra afeto, proteção e atenção às necessidades básicas, desenvolve sentimentos de segurança e confiança, independentemente de ser a família biológica ou não.

A pessoa que os educadores não escolheriam tem as seguintes características; não gostam deles, não se importam com eles, são autoritários, não os entendem.

8.3.10 Pontos positivos do cuidador.

Na visão dos cinco educadores pesquisados Caio, Cado, Clio, Soe e My, a ênfase é dada a um cuidador que oriente, que ensine valores e limites como os que receberam dos seus pais.

CAIO 47;11 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos positivos. *“Se eu pudesse escolhe uma pessoa, ia escolher uma pessoa tipo igual eu, tipo mais pai assim, uma pessoa que poe limite, que..” uma pessoa que seja, que me lembra família, cuidado, mas...”*.

CADO 44;1 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos positivos. *“Alguém como eu ou melhor, de caráter, que ame, eduque para a autonomia, para a vida e não para as coisas ruins que a juventude vê hoje e acha que deve fazer.”*

CLIO 27;4 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos positivos. *“Como já disse ainda não sou pai, mas aqui ajo como tal e se fosse escolher, escolheria uma pessoa muito legal, que cuidasse como meus pais me cuidaram.”*

A tarefa de cuidar e educar compete ao conjunto de cidadãos que, devem comprometer-se com o cuidado e educação da criança de agora, o adolescente de amanhã e o adulto do futuro, exercer a liberdade, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a participação, na dimensão na qual são merecedores e à qual legitimamente aspiram (ROMANS, 2003). Para que isso aconteça, sabe-se que a existência da família por si só não assegura o desenvolvimento saudável da criança. Entretanto, sabe-se que, interpretar as suas necessidades é a melhor forma de começar. Como e a quem cabe a interpretação é de extrema relevância, pois tudo o que se faz com a criança pode deixar marcas temporárias ou para o

resto da vida. Além disso, é preciso ressaltar que além dos fatores acima, a escolha da forma de cuidado tem sempre uma intencionalidade, priorizando certas aptidões da espécie humana, em detrimento de outras. Trata-se de uma escolha que depende também da sociedade e da cultura, podendo variar com a inserção nas diferentes classes sociais. Quando se escolhe alguém, deseja-se que esta pessoa faça mais do que fazemos, que seja diferente do que somos. Pensa-se no melhor porque talvez deixamos de fazer o melhor.

Se cuidar é um ato inconsciente e pode ser aprendido, é importante que o cuidador tenha conhecimento sobre sua importância. Segundo Lebovici (1987), a intensidade e a qualidade da relação entre a criança e o cuidador gera satisfação e trás segurança. Por outro lado, se a relação e forma de cuidado sofrerem rupturas e forem ameaçadas, a criança passará por fases de angústia e depressão podendo comprometer seu desenvolvimento. Quem cuida precisa saber cuidar e como cuidar.

Esta pessoa, para os educadores pesquisados teria as seguintes características: possuir virtudes, ser amorosa, ser atenciosa, saber impor limites e ser de caráter incontestável.

8.3.11 Pontos negativos do cuidador

Para três educadores pesquisados Cado, Clio e My, o que leva uma pessoa a não escolher outra para cuidar de uma criança mesmo que esta seja seu filho, é o caráter. Caio não escolheria uma pessoa que usasse de violência. Já Soe não escolheria a madrasta, por ter anteriormente passado por experiências negativas com ela.

CLIO 27;4 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos. *“Alguém que não soubesse o que é ser pai, que não fosse de confiança minha e que tem caráter questionável”.*

MY 45;2 - - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos. *Uma pessoa que não fosse boa pra eles, que não cuidasse, que não fosse como nós. Eu nem penso nisso.*

SOE 46;2 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos. *“Madrasta, padrasto, por que madrasta vem do nome né..má..madrasta, mau por várias*

situações de crianças que convivem com madrasta não sei porque, mas tem algumas, uma só que não é má que eu conheço até hoje que é boadrasta, mas o restante tudo batia, não cuidavam da criança como se fosse filho”.

CAIO 47;11 - Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos. “...*não uma pessoa que espanca, que da maus exemplos...*”.

A justificativa dos educadores pesquisados presente nos relatos, mostra que há uma preocupação no cuidado como pais e como educadores. Como pais, desejam que seus filhos sejam cuidados e educados por pessoas que fariam o que fizeram pelos seus. Como educadores, este desejo não é diferente ou distante. Afirmam que assim como desejam para possíveis cuidadores pessoas com caráter inquestionável e semelhante aos seus, não escolheriam pessoas que se apresentassem com características contrárias. Sendo assim, as características negativas do cuidador apontadas pelos educadores são: a falta de caráter, o uso de violência e a madrasta. No caso da madrasta, esta foi apontada por uma educadora que presenciou situações de violência por parte da madrasta. Para os adolescentes, as características são: não gostar deles, maltratar, não dar atenção, não aconselhar, não fazer coisas juntos.

8.4 SÍNTESE DAS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DE CONCEPÇÕES DE CUIDADO DOS ADOLESCENTES, DE SEUS FAMILIARES E DE EDUCADORES

Enfim, com base nos dados evidenciados a partir da análise e discussão dos resultados, este estudo apresenta divergências e convergências na concepção de cuidado dos adolescentes, de seus familiares e de educadores.

Quanto ao desejo de ser cuidado e as necessidades no cuidado, os adolescentes gostariam que os pais estivessem mais presentes, orientando, mas sem usar de violência, nem se omitir. Os atendimentos às necessidades básicas e a orientação sobre os perigos e as drogas são apresentados com maior ênfase. O cuidado na concepção familiar se apresenta pelo afeto, educação, atendimento às necessidades básicas, dando pouca ênfase no que se refere às regras e limites. Já para os educadores são necessários cuidados básicos diários como: alimentação, saúde e educação. Além desses aspectos, cuidar é também orientar, trabalhar regras e limites. A forma de cuidado expressa pelos educadores

pesquisados se evidencia na presença educativa, no companheirismo e na sensibilidade para com as necessidades básicas dos adolescentes.

Estar abrigado na ONG resultou em mudanças na vida dos adolescentes, pois nela eles têm a presença de uma pessoa que dá a direção do que é certo e errado, têm oportunidades de fazerem cursos, ficam longe dos perigos da rua, de têm um amigo presente com quem podem contar. Para os familiares, a ONG oferece oportunidades aos filhos que eles, enquanto pais não podem oferecer. Se evidencia também, a presença do coordenador Fer que representa “um pai para os filhos”, sendo considerado pelos pais como sendo o responsável pelas mudanças presentes no comportamento dos filhos. Para os educadores, o cuidado na ONG é o mesmo cuidado dado aos seus próprios filhos, procuram repassar os valores adquiridos pelos seus pais.

Para os adolescentes, o educador é um amigo, com ele a relação é de respeito, de diálogo, cooperação. Mesmo que isso não aconteça de forma tranqüila com todos os educadores, não há, segundo eles, necessidade de mudar. Além dos educadores, o coordenador é percebido por alguns adolescentes como sendo um “paizão” que transmite segurança, que sabe o que faz e como fazer. Para os familiares as respostas mostram uma relação sem grandes dificuldades com os filhos. Apenas um familiar relata que a relação entre ele e o filho não é tão tranqüila. Com os educadores, a percepção da relação com o adolescente é basicamente uma relação de pai e filho, uma conquista diária com base no afeto, respeito e confiança. Os educadores procuram orientar os adolescentes da mesma forma com que orientam seus filhos, procuram oferecer a eles um ambiente familiar próximo ao vivido com os seus familiares.

A partir dessa discussão é possível observar que as concepções de cuidado familiar dos adolescentes estão mais próximas das concepções dos educadores da ONG que das de sua família de origem. Estes dados podem ser observados no relato dos adolescentes quando apontam as oportunidades vivenciadas na ONG, a relação de respeito e amizade com os educadores e de segurança e confiança para com o coordenador. Esta relação não é apontada da mesma forma na vivência com a sua família.

Segundo os adolescentes, quando acontece alguma coisa de errado com eles, o educador procura conversar, orienta-los e, dependendo da gravidade do ocorrido, o são punidos com um trabalho e, enquanto trabalham, aproveitam o

tempo para refletir sobre o que fizeram, sempre acompanhados por um educador. Para os familiares pesquisados, a punição é necessária, desde que a forma de punição não seja pela violência. Já para os educadores, a ONG tem regras claras quando o adolescente faz alguma coisa errada, podendo ser uma conversa ou um trabalho, desde que seja aplicada sem violência e que haja uma orientação sobre o que é certo e errado.

Para os adolescentes, morar na ONG representa também a oportunidade de conhecer pessoas diferentes, serem apadrinhados por elas e a partir desta relação ter novas e diferentes oportunidades, vivências e recursos que muitas das suas famílias não podem proporcionar. Os critérios usados para a escolha da madrinha/padrinho passam pela análise de características positivas como: uma pessoa que trabalhe limites, dialogue, que se responsabilize pelas necessidades básicas do adolescente, bem como pela análise de características negativas como impeditivas: não gostar deles, não lhes dar atenção, não se importar com seus sentimentos, alguém que possa maltratá-los. Alguns adolescentes não optaram pelos cuidados da madrinha afetiva. Optaram ser cuidados por um familiar como o tio e a avó. A maioria dos familiares pesquisados aprovou a madrinha afetiva para cuidar do filho frente a sua impossibilidade de cuidar, pois, para estes familiares, a madrinha afetiva, além de gostar do filho foi também a pessoa responsável pela mudança de comportamento deste adolescente. Para algumas mães, os filhos obedecem à madrinha e isso é entendido como positivo. As pessoas que estes familiares não escolheriam para cuidar de seus filhos seriam: uma pessoa que não cuidasse dos filhos, agredisse-os, permitisse que o filho usasse drogas, e ainda, não escolheriam alguns parentes. No caso dos educadores, não escolheriam uma pessoa que não tivesse caráter, que usasse de violência, que não cuidasse de forma adequada e a madrasta.

Ainda neste estudo foi possível observar, a partir dos relatos dos adolescentes, familiares e educadores, certas convergências no que se refere a concepção de cuidado. Para os adolescentes, o cuidado na ONG pode ser representativo de como o cuidado na família deveria ser quanto ao companheirismo, proteção e atendimento às necessidades básicas. Nos relatos dos familiares, este cuidado inclui presença do afeto, proteção e atendimento às necessidades básicas. Os educadores também citam o afeto, o companheirismo e a proteção.

Conclui-se portanto que, a maior concordância nos três grupos investigados está no entendimento do cuidado como manifestação de afeto e proteção. A diferença mais significativa nos três grupos refere-se ao trabalho continuado com regras e limites. Nesta dimensão em especial, a ONG está mais próxima das necessidades dos adolescentes do que suas famílias.

Os dados sobre a concepção de cuidado deste estudo são relevantes para que medidas de prevenção possam ser efetivadas não somente pela equipe da ONG pesquisada, mas também, junto às famílias dos adolescentes abrigados. Seria também fundamental aprofundar as concepções de cuidado em outras ONGs e, ainda, no espaço escolar, na tentativa de produzir conhecimento que poderiam nortear novos projetos, não apenas por sua relevância teórica, mas sobretudo pela relevância social em dar uma contribuição para ações no sentido de uma sociedade mais humana.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo principal identificar quais indicadores predominam nas concepções dos adolescentes abrigados na ONG, de suas famílias e de educadores, sobre cuidado na família e na organização não-governamental voltada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Na concepção de cuidado dos familiares e dos educadores, as respostas dos adolescentes evidenciaram que o cuidado não se resume ao companheirismo e ao diálogo, embora, revelassem uma preocupação significativa no que se refere ao afeto relacionado aos educadores e ao coordenador. A ênfase está em serem orientados sobre o que é certo e errado, o que podem ou não fazer. Há uma exigência de que alguém lhes indique o caminho, que os proteja dos perigos da rua e das drogas. Os adolescentes estão pedindo para que os pais sejam sensíveis às suas necessidades básicas diárias, que os orientem quanto às regras e limites.

Sobre a mesma questão, os familiares demonstraram que a concepção de cuidado refere-se a dar afeto, proteção, suprir as necessidades básicas, sem o uso de violência. Para eles, para que isso seja possível, observam que há a necessidade também de um emprego, um salário mais digno. Na visão dos educadores da ONG, a concepção de cuidado é estar presente, dar afeto, proteção, cuidar pelo diálogo, passar valores, regras e limites.

Uma das hipóteses apresentadas neste estudo era a de que os adolescentes apresentariam ênfase na qualidade da relação com os pais. Entretanto, o enfoque na qualidade da relação na concepção de cuidado está mais presente nas falas de adolescentes quanto aos seus educadores.

Nesta relação de cuidado, para os educadores, assume-se uma posição de compartilhamento de conhecimento e de ações, entendendo-se que esta atitude favorável à autonomia do sujeito e o cuidado deve estar na base de sustentação da família e no trabalho da ONG. Isto nos leva a pensar em um trabalho de intervenção junto às famílias que possibilite resgatar as funções dos pais, enfatizando principalmente a necessidade de trabalhar e como trabalhar regras e limites.

Ao discutir sobre a família e o adolescente pode-se fazer um retrato preciso dos reflexos que a crise econômica impõe sobre as famílias menos favorecidas, repercutindo diretamente e de forma severa nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, que se vêem ameaçados ou violados nos seus direitos fundamentais. Considerando-se as mudanças ocorridas na organização social, na estrutura e funcionamento das famílias nos últimos tempos, bem como o papel crucial que a instituição familiar continua exercendo no processo de desenvolvimento dos indivíduos, os estudos revisados convergem no sentido de acumular evidências de que essas transformações estão na base de diversos problemas contemporâneos.

A emergência de novas composições familiares, associadas à forma específica como os pais foram educados e à influência de novos padrões de relacionamento interpessoal que vigoram na atualidade, tendem a desencadear dificuldades na educação dos filhos, sendo que a preocupação com o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com o modo de educá-los e orientá-los, e as maneiras de conduzi-los com segurança rumo a uma adolescência saudável, nunca estiveram tão presentes nas discussões, científicas ou não, como nos dias atuais.

Assim, pode-se dizer que, apesar das transformações significativas vivenciadas pela família nas últimas décadas do século XX e início do XXI, o homem continua depositando nessa instituição a base de sua segurança e bem-estar, o que por si só é um indicador da valorização da família como contexto de desenvolvimento humano.

No que se refere ao cuidado, cuidar da criança é compreender sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. É também ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las. Mas isso pressupõe uma determinada concepção de desenvolvimento infantil e de como podemos interferir nesse processo. Uma vez reconhecendo a sua importância e sua influência sobre o desenvolvimento psicológico sadio, observa-se a falta de literatura sobre o tema relacionado às crianças/adolescentes que vivem principalmente em situação de abrigo no contexto brasileiro.

Este estudo revela, a partir do relato das famílias pesquisadas, que estas gostariam de poder oferecer melhores condições aos seus filhos, mas se vêem

alijadas desta possibilidade, o que nos leva a perguntar quem são os responsáveis pelo fato de as trajetórias de vida dessas crianças necessariamente contarem com o abrigo? No Brasil falamos muito no Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Porém, o que falta para se fazer valer o que diz o estatuto são políticas públicas de atendimento também às famílias, faltam projetos geradores de renda, entre outros, faltam projetos que viabilizem a formação profissional destes sujeitos.

O resultado deste estudo aponta que, na maioria das famílias pesquisadas, os pais não têm escolarização e se ocupam de pequenos trabalhos no mercado informal ou, em muitos casos, nenhum trabalho, vivendo em situação de extrema pobreza. Esta situação, segundo os familiares pesquisados, se reflete no cuidado dos filhos.

As nossas crianças e adolescentes entendem o que está acontecendo à sua volta e mostram que sabem como necessitam ser cuidadas. Apesar da realidade em que vivem suas famílias, as crianças e os adolescentes têm esperança de mudar de vida e muitos familiares reconhecem o valor da educação no sentido de dar oportunidades que não tiveram. Para estes, o apoio da família é vital para ampliar a chance de realizar os projetos de vida.

As crianças e os adolescentes atribuem às famílias as expectativas e a realização dos sonhos e, quando isso não se concretiza, apresentam dificuldades de socialização na escola e em outros ambientes onde poderiam ser estimuladas a crescer. Isso ajuda a explicar porque para muitas delas a rua exerce tanta atração e até mesmo mais segurança, em alguns casos. Nas ruas, elas se agregam a outros com quem se identificam. Sentem-se mais livres. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sócio-familiar cada vez mais distante.

Em síntese, como as estruturas sociais e culturais também estão sujeitas às mudanças históricas, a vida das pessoas reflete as influências de seu tempo histórico que, por sua vez, são manifestadas de diferentes formas e em diferentes lugares. Portanto, a ecologia social de cada ambiente dará uma forma particular aos acontecimentos históricos que marcam uma determinada geração. Tendo em vista que as diferenças individuais e as trajetórias de vida estão em constante

interação com as mudanças presentes nos ambientes sociais, as respostas produzidas são variadas, gerando conseqüências especiais. É evidente que a solução ideal para a questão dos meninos em situação de rua culminaria em seu retorno à convivência com seu núcleo familiar reorientado. Nas práticas institucionais esta perspectiva se confronta com as contradições não apenas dos modelos técnicos de atendimento, mas também, com a questão estrutural mais ampla que impede tanto os filhos como suas famílias de viverem a plena cidadania.

Muito se tem feito no Brasil, no sentido de superar ultrapassadas concepções e práticas no que diz respeito à defesa de direitos da criança e do adolescente. Não obstante os avanços, persistem os quadros de desigualdades econômicas e sociais. No que se refere aos espaços de atendimento a crianças e adolescentes que precisam ser afastados de seus lares, percebem-se mudanças significativas. Já não são comuns os grandes internatos, principalmente nas capitais brasileiras. As velhas formas de institucionalização onde a criança não interagiu com o mundo fora dos muros, e a sociedade, conseqüentemente, não conhecia a realidade dentro dos muros, foram substituídas por modelos de atendimento em grupos menores só para meninos ou somente para meninas. Muito se avançou desde então, porém há muito a se fazer para diminuir a distância entre a retórica da garantia dos direitos e a efetivação destes direitos na prática.

Há a necessidade de se criar formas de suporte básico à família para apoiá-la no cuidado dos filhos, evitando agir somente quando as crises e vulnerabilidades despontam. As pesquisas e a experiência nos mostram que, com freqüência, as respostas públicas de intervenção e apoio são acionadas quando os problemas já se agravaram de tal forma que se torna mais difícil revertê-los. Um bom exemplo disso é o caso das crianças e adolescentes em situação de rua. O estudo de suas trajetórias de vida revela que muitos que chegam aos 17 anos já passaram por dezenas de instituições de toda a sorte sem que estas tenham conseguido ajudá-los. E quando estes adolescentes completarem 18 anos, o que será feito da sua vida? Quem irá ajudá-los? Quais políticas públicas garantem atendimento a estes sujeitos?

Diante do atual quadro, se faz necessário uma ação articulada em rede favorecida por fatores, tais como, o crescimento e o amadurecimento das

organizações da sociedade civil, a valorização das iniciativas comunitárias e das redes de sociabilidade das famílias. Cabe ao Estado zelar pelo atendimento às necessidades da criança, principalmente quando a família está fragilizada. Isso não mais significa suprir a família com “bolsa escola e alimentação” e sim garantir os direitos da família, proporcionando a ela condições de se fortalecer e desempenhar seu papel de protetora de seus filhos.

Busca-se superar a fragmentação das leis em defesa dos direitos e unificar esforços para a elaboração e monitoramento de políticas públicas, neste caso voltado para a população infantil e juvenil em situação de rua. Sabe-se que existem muitas dificuldades e desafios para a concretização de um trabalho compartilhado entre diferentes instâncias e profissionais, porém há fortes evidências de que o investimento nesta área mostra-se compensador.

Mesmo reconhecendo que o trabalho institucional é limitado face ao contexto social mais amplo de exclusão, a proposta de atendimento da ONG estudada é oferecer mais que um abrigo, é oferecer uma família acolhedora, cuidado e proteção. Além de acolher, buscar através da parceria com empresários, amigos das crianças e dos adolescentes abrigados, profissionais das universidades e áreas afins, voluntários, coordenador e equipe de educadores, oferecer cursos profissionalizantes, educação de qualidade, viabilizar projetos que atendam às necessidades e aos desejos dos adolescentes, além do compromisso com a missão de oferecer educação integral aos abrigados, possibilitando-lhes o desenvolvimento da autonomia e da cidadania.

Por fim, sem a pretensão de conclusão, mas de contemplamento, a participação neste estudo foi importante pois implicou em escutar as reais necessidades dos adolescentes ao investigar a concepção de cuidado familiar e institucional. Pode-se observar principalmente no relato dos adolescentes, o que significa cuidar para eles, o que eles pensam sobre o cuidado e a forma como desejam ser cuidados. Oportunizou também, a experiência do exercício da cidadania, crucial para o entendimento das questões ligadas às práticas do cuidado. A partir dos resultados observa-se que o principal trabalho é com as famílias destes adolescentes e, ainda, com a equipe de educadores da ONG, a forma como cuidam e estendê-lo aos familiares dos adolescentes.

Que este trabalho sirva de inspiração para muitos outros pesquisadores e, que as ações propostas neste se multipliquem formando uma rede de prevenção e atuação.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

ARATANGY, L. R. **Desafios da convivência**. São Paulo: Editora Gente, 1998.

ARRIAGADA, I. **Famílias vulnerables o vulnerabilidad de las familias?** In: CEPAL. Seminario vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile: 2001.

BADINTER, E. **Um amor construído**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAPTISTA, M. V. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. Coletânea Abrigar 1. Instituto Camargo Corrêa: São Paulo, 2006.

BEE, H. **A Criança em Desenvolvimento**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1996.

BERENSTEIN, I. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.

BIASOLI ALVES, Z. M. M.; CALDANA, L. H. R. e DIAS DA SILVA, F. G. M. **Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico científico**. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano, 7(1), 49-62, 1997.

BOWLBY, J. **Apego e perda**. (2ª ed., A. Cabral, Trad). (Originalmente publicado em 1969). São Paulo: Martins Fontes. 1990.

_____. **Formação e rompimento de laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRITTO, R. C. e KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. Em A. M. Carvalho (Org.), O mundo social da criança: natureza e cultura em ação (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U., e MORRIS, P. A. **The ecology of developmental processes.** In W. Damon e R. M. Lerner (Orgs.). Handbook of child psychology (Vol. I, pp. 993-1028). Nova York: Wiley. Gomes, J. V. (1994). **Socialização primária: tarefa familiar?** Cadernos de Pesquisa, 9, 54-61, 1998.

CAMARGO, D. **As emoções e a escola.** Curitiba: Trav. dos Editores, 2004.

CARVALHO, M. C. B. (org). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, A. M. **Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios.** Em E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho e S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo/ Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

CARVALHO, M. P. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais.** Xamã: São Paulo, 1999.

CECCONELLO, A. M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco.** Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CYRULNIK, B., 1999. **La résilience: Un espoir inattendu.** In: *Souffrir et se Construire* (M.-P. Poilpot, org.), pp. 13-24, Ramonville: Editions Érès.

COLL, S. C. (org). **As práticas educativas familiares.** Psicologia da Educação: Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COSTA, A. C. G. da. **Por uma pedagogia da presença.** Brasília, 1991.

_____ **Tempo de Crescer - adolescência, Cidadania e participação.** Fundação Odebrecht. Salvador, 1998 (mimeo).

COSTA, A. C. e LIMA, I. M. S. **Programa cuidar: as várias dimensões do autocuidado.** Modus Faciendi. Belo Horizonte, 2002.

D'AROS, M. S.; STOLTZ, T. **Características da estrutura familiar da criança trabalhadora no anel central de Curitiba.** In: **Encontro Nacional dos Professores do PROEPRE**, 19, Águas de Lindóia – SP. XIX Encontro Nacional de Professores d Proepre 20 anos. Campinas – SP: Graf. FE, 2003, p. 328.

D'AROS, M. S.; LAGO, P. M.; PIECZARKA, T.; OTHMAN, Z. A. S.; STOLTZ, T. **Características da estrutura familiar da criança trabalhadora no anel central de Curitiba.** In: **Evento de Iniciação Científica**, 12º EVINCI. Curitiba: UFPR, 2004. v. 1, p.320.

D'AROS, M. S.; STOLTZ, T. **A influência da família na construção da noção de lucro em crianças trabalhadora de rua de Curitiba.** In: **Evento de iniciação científica**, 12º EVINCI. (PIBIC-CNPQ), Curitiba: UFPR, 2004. v. 1. 321.

D'AROS, M. S.; OTHMAN, Z. A. S.; STOLTZ, T. **A influência da família na compreensão da noção de lucro em crianças trabalhadoras no anel central de Curitiba.** In: **I Congresso Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano**, Maringá, 2004.

_____, **Estudos entre família e a criança trabalhadora de rua na cidade de Curitiba.** In: **Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão.** – UFPR, 18, Curitiba. XVIII Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – Curitiba: Universidade federal do Paraná. 2005. v. 1. p. 1.

DELORS, J. **A educação para o século XXI: questões e perspectivas.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

DELVAL, J. **Introdução à prática do Método Clínico: descobrindo o pensamento das crianças.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

DE ANTONI, C. **Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas.** Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) Faculdade de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

DE ANTONI C.; KOLLER, S. H. **A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar.** Estudos de Psicologia, Natal, v.5, n.2, p.347-381, jul./dez, 2000.

DESSEN, M. A. & BRAZ, M. P. **A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano.** Em M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), *A ciência*

do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras (pp. 113-131). Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESSEN, M. A. e BRAZ, M. P. (2000). **Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16, 221-231.

DÜRING, A. P. *et al.* **Aprendendo com a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros.** Cartilha. Curitiba, 2007.

ERIKSON, E. **Infância e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (Originalmente publicado em 1959.

ERNESTO, L. O.; ROSA, M. L. **Abrigo: proteção ou violação.** Monografia do curso de Pós-Graduação *latu senso* em Educação Especial IPEDIS/CESCAGE, Curitiba, 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, E. A. P.; METTEL, T. P. de L. **Interação entre irmãos e situação de cuidados formais.** Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.12, n.1, p.133-146, 1999.

FILGUEIRA, C. H. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes.** In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

FLEURY, M. G. **Sinfonia rural: concepções de uma comunidade sobre criança, educação e desenvolvimento infantil.** 186 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, FFCLRP-USP, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente.** RJ: Rosa dos Tempos, 1982.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Unicef lança estudo sobre instituições que abrigam crianças brasileiras**, 2004. Disponível em: www.unicef.org/brazil/noticia.htm

GOLDENBERG, D. P. **Manual for the general health**. Psicologia e Reflexão Crítica, v.9p.23,1978.

HADDAD, L. **A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação**. 1997. 327 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

HUTZ, C. S.; KOLLER S. H. **Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua**. *Est Psico (Natal)* 2 (1):175-97, 1996.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H. e BANDEIRA, D. R. **Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco**. Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 79-86: Porto Alegre, 1996.

INFANTE, F. (2001). **La resiliencia como processo: uma revisão de la literatura reciente**. Em A. Melillo, & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas* (pp. 31-54). Buenos Aires: Paidós.

JUNQUEIRA, M. F. P. S e DELANDÉS, S. F. **Resiliência e maus-tratos à crianças**. Psicologia Reflexiva. Caderno Saúde Pública, 19(1): 227-235, jan-fev. Rio de Janeiro, 2003.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004.

KOHN, M. L. **The effects of social class on parental values and practices**. Em D. Reiss e H. A. Hoffman (Orgs.), *The American family: Dying or developing* (pp. 45-68). New York: Plenum Press, 1979.

KOLLER, S. H. **Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida**. Coletânea da ANPEPP. Vol. 1 N. 12, 1996.

KOLLER, S. H. e HUTZ, C. **Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição**. Coletânea da ANPEPP, 1(12), 11-34: Porto Alegre, 1996.

KOLLER, S. H. (org). **Ecologia do desenvolvimento humano, pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOTLIARENCO, M. A.; CACERES, I. e FONTECILLA, M., 1997. **Estado de arte en resiliencia**. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud.

KREPPNER, K. **Social relations and affective development in the first two years in family contexts**. Em J. Valsiner & K. J. Connolly (Orgs.), *Handbook of developmental* Londres: Sage, 2003.

LEBOVICI, S. **O bebê, a mãe e o psicanalista**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1987.

LUCCHINI, R. **A criança da rua: realidade complexa e discursos redutores**. *Infância e Juventude*, 1/00, 9-44, 2000.

LOBO, C. **Processos de recomposição familiar: estratégias e trajetórias nas famílias recompostas**, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE, 1994.

MACCOBY, E. E., e MARTIN, J. A. **Socialization in the context of the family: parent-child interaction**. Em E. M. Heterington (Org.). *Mussen Manual of Child Psychology* (pp.1-10). New York: Wiley, 1983.

MACHADO, C. da S. **A família e o impacto da imigração** (Curitiba, 1854-1991). **Revista Brasileira de História**, v.17, n.34, p.75-100, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **A história social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCON, S. S. **Criando os filhos e construindo maneiras de cuidar**. In: ELSEN, I. *et al.* *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringá: Eduem, 2002.

MARTINS, E. **“Vamos brincar de casinha”: a construção do significado de família na interação de crianças institucionalizadas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

MARTINS, E. **Brincar educa?: A brincadeira como prática educativa na família..** Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MINUCHIM, S. **Famílias: funcionamento e tratamento.** Porto Alegre: Artes Médicas.1982.

MIRANDA, S. M. G. A.; STOLTZ, T. **A vida na rua e a rua na vida: histórico e proposta pedagógica da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias.** Curitiba: Ed. Posigraf, 1999.

MUNIST, M. **Manual de Identificación y Promoción de la Resiliencia.** Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud. 1998.

MONTAGU, A. **La naturaleza de la agresividad humana.** Madrid: Alianza, 1978.

NEDER, G. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil.** Em S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (pp. 26-46). Cortez: São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, R. C. S. **Quero voltar para casa: trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo.** AASPTJ/SP. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, M. K. **O problema da afetividade em Vygotsky.** In: DE LATAILLE (Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas e discussão). São Paulo: Summus, 1992.

OSÓRIO, L.C. **Família hoje.** Artes Médicas: Porto Alegre, 1996.

PAROLIN, I. **Professores formadores:** a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2002.

PETZOLD, M. (1996) **The psychological definition of “the family”.** EM M. CUSINATO (Org.), *Research on family: Resources and needs across the world* (pp. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie.

REPPOLD, C. T.; PACHECO, J.; BARDAGI, M., e HUTZ, C. S. (2002). **Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de**

competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. Em C. H. Hutz (Org.), Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção (pp.9-51). São Paulo: Casa do Psicólogo. Ricks, M. (1985). The social transmission.

RIZZINI, I. *et al.* **Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** F. Terre des hommes, CIESPI, Rio de Janeiro: Loyola, Editora PUC-Rio, 2003.

RIZZINI, I (ORG). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito a convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo: Cortez: Brasília, DF UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

RIZZINI, I.; RIZZINI I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Ed. PUC-RIO, Edições Loyola, 2004.

ROMANS, M. (ORG). **Profissão: educador social.** Porto Alegre: Artmed, 2003

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família.** In: CARVALHO, M.C.B. *et al.* A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 1995.

ROSEMBERG, F. (1994). **Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade.** Caxambu: Fundação Carlos Chagas, 1994.

RUTTER, M. (1997). **Psychosocial resilience and protective mechanisms.** American Journal of Orthopsychiatric, 57:316-331.

SARTI, C. A. **Família e individualidade: Um problema moderno.** In: CARVALHO, M.C.B. *et al.* (orgs.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 1996.

SCAVONE, L. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.** Interface: comunicação, saúde e educação, 5 (08) 47-59, 2001.

SCHMID, A. K. **Organização e qualidade de abrigos de crianças e adolescentes de rua no Brasil: um estudo psicológico organizacional baseado no exemplo da “Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros”.** Tese de doutorado, manuscrito a ser publicado. Zurich, Suíça: Universidade de Zurich, 2007.

SILVA, E. R. A. **O direito à convivência familiar e comunitária.** Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA-CONANDA, 2004.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **O cotidiano e as relações familiares em duas gerações.** Paidéia, p.137-150, fev./ago, 1998.

SMOLLAR, J. (1999). **Homeless youth in the United States: description and developmental issues.** New Directions for Child and Adolescent Development, Psicologia e Reflexão Crítica 85, 47-58.

STEINBERG, L., DARLING, N., e FLETCHER, A.C. **Authoritative parenting and adolescent adjustment:** An ecological journey. Em P. Moen, G. H. Elder, Jr., e K. Luscher (Eds.), Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development (pp. 423-466), 1996.

STOLTZ, T. **Interação social na família e desenvolvimento de crianças de cinco e seis anos.** In: SCHMIDT, M. A.; STOLTZ, T. **Educação, cidadania e inclusão social.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

STRATTON, P. **Contemporary families as contexts for development.** Em J. Valsiner e K. Connolly (Orgs.), Handbook of developmental psychology (pp. 333-357). Londres: Sage, 2003.

SZYMANSKI, H. R. G. **Um estudo sobre significado de família.** Tese de (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

TROST, J. **O processo de formação da família.** Em J. Gomes-Pedro e M. F. Patricio (Orgs.), Bebé XXI: criança e família na viragem do século (pp. 55-67).: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1995.

TYLER, F. B. **Criança de rua e dificuldade humana.** Psicologia e Reflexão Crítica, p.83-100, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Abrindo espaços: educação e cultura de paz.** Brasília : UNESCO, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. (Serie Población y Desarrollo, n.17). Santiago de Chile CEPAL, 2001.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. (5ª ed). Record: Rio de Janeiro, 1996.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

WAGNER, A. **A família em cena: trama, dramas e transformação**. Ed. Vozes: Petrópolis-RJ, 2002.

WAGNER, A. **Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família Contemporânea**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2005, Vol. 21 n. 2, pp. 181-186.

WALSH, F. **El concepto de resiliencia familiar: crisis y desafío**. **Family process**, Vol35,Nº3,septiembre1996.; Withaker, C: El crisol de la familia. Ed. Amorrortu, 1992

WEBER, L N.D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A.P. e BRANDENBURG, O.J. (2004). **Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 17(4), 323-332).

WINNICOTT, D. W. **A Família e o desenvolvimento individual**. Martins Fontes: São Paulo, 1993.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<http://www.redeamigadacrianca.org.br>. Acessado em: 22/01/07; 13/03/07;7/07/07.

www.scielo.br. Acessado em: (22/09/06; 27/09/26; 02/11/06; 16/12/06; 10/01/07; 14/01/07; 13/02/07; 08/05/07;..... 11/08/07;.....

www.eric.br. Acessado em: (22/09/06; 27/09/26; 02/11/06; 16/12/06; 10/01/07;
14/01/07; 13/02/07; 08/05/07;..... 11/08/07;.....
www.pvs.psi.org.br Acessado em: 08/10/07; 23/10/07.

www.capes.gov.br Acessado em: 25/10/06.

www.ciec@iec.uminho.pt. Centro de Estudos da Criança. UMINHO, Portugal.
Acessado em 12/07/07; 16/09/07.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES.....	204
ANEXO 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS FAMILIARES.....	205
ANEXO 3 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS EDUCADORES.....	206
ANEXO 4 - PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O ADOLESCENTE RICO (16;5).....	207
ANEXO 5 - PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O FAMILIAR MASÉ (33;9).....	210
ANEXO 6 - PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O EDUCADOR CAIO (47;11).....	213

ANEXO 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O ADOLESCENTE

<p>Entrevistadora: Protocolo: Data: ----/------/-----</p>	<p>Nome: Idade: Data de Nasc.: Série: Local da entrevista:</p>
<p>1)-Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?</p> <p>2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?</p> <p>3)-Como você gostaria que teus pais te cuidassem?</p> <p>4)-O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho?</p> <p>5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito?</p> <p>6)-A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG?</p> <p>7)-Como é a sua relação com o educador?</p> <p>8)-Você gosta da forma como o educador te cuida?</p> <p>9)-Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser?</p> <p>10)-Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos.</p> <p>11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p>	

ANEXO 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O FAMILIAR

<p>Entrevistadora: Protocolo: Data: ----/----/-----</p>	<p>Nome: Idade: Data de Nasc.: Escolaridade: Profissão: Local da entrevista:</p>
<p>1)-Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?</p> <p>2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?</p> <p>3)-Como você gostaria que teus pais te cuidassem?</p> <p>4)-O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho?</p> <p>5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito?</p> <p>6)-A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como cuidam na ONG?</p> <p>7)-Como é a sua relação com o educador? E com o filho?</p> <p>8)-Você gosta da forma como o educador cuida?</p> <p>9)-Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser?</p> <p>10)-Se você fosse escolher alguém fora da ONG para cuidar do seu filho, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos.</p> <p>11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p>	

ANEXO 3 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR

<p>Entrevistadora: Protocolo: Data: -----/-----/-----</p>	<p>Nome: Idade: Data de Nasc.: Escolaridade: Profissão: Local da entrevista:</p>
<p>1)-Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho? 2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho? 3)-Como você gostaria que teus pais te cuidassem? 4)-O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho? 5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? 6)-A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como cuida dos meninos na ONG? 7)-Como é a sua relação com o adolescente? 8)-Você gosta da forma como cuida do menino? 9)-Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser? 10)-Se você fosse escolher alguém para cuidar do seu (s) filhos, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos. 11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p>	

ANEXO 4 - PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O ADOLESCENTE RICO (16;5)

<p>Entrevistadora: Marlene Schüssler D'Aroz Protocolo:01 Data: ---05--/--07----/----2007--- Fita nº: 01</p>	<p>Nome: RICO Idade: [16;5] DN. 25/02/1991 Série: 1º EM Local da entrevista: ONG</p>
<p>1)-Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?</p> <p>2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?</p> <p>3)-Como você gostaria que teus pais te cuidassem?</p> <p>E além de conversara e cuidar bastante, tem algo a mais que você gostaria de acrescentar?</p> <p>4)-O que você acha que é um pai e uma mãe cuidar bem de um filho?</p>	<p><i>Há, isso.., essa situação é complicada por que existem vários tipos de cuidado, desde o acompanhamento da família, no colégio, em relação a saúde, então esses são cuidados, são cuidados especiais, ah.. assim oh..a palavra cuidado sugere uma situação que por ex: assim..você precisa de uma coisa, se ta acontecendo uma coisa de saúde, ou se eu, um filho ta com falta de respeito, não ta com suas obrigações, há.. sei lá...., cuidado acho que é isso, cuidar da pessoa né, acho que é né,cuidar, aconselhar, explica e tenta entende o que ta acontecendo uma coisa, da satisfação, acho que é isso.</i></p> <p><i>Ai depende, é isso....., é..., vai de pessoa para pessoa, mas acho que a princípio seria no caso assim, impor limites, as pessoas as vezes extrapolam limites, você respeitar os outros, que você não acometa....., que tenha um começo legal para as pessoas, acho que isso é fundamental, você estuda assim.., os pais fazerem os filhos cumprirem com suas obrigações, assim por ex: a escola, as obrigações da casa, as regras, não desrespeitar ninguém, acho que é isso.....</i></p> <p><i>Ah..., eu não saberia dizer por que eu nunca..(pausa), nunca convivi com meus pais, mas eu penso assim, que é conversar né, poder se aconselhar bastante, acho que é isso assim.</i></p> <p><i>Ah.., como eu já disse, meus pais infelizmente não estão mais aqui né, mas a princípio seria isso, não há nada que eles não tenham feito ainda.</i></p> <p><i>Ah... e isso que falei, é fazendo tudo o que eu te disse antes, é isso, acho que é.</i></p>

<p>5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito?</p>	<p><i>Se ele aprendeu que não podia, foi lá e fez, ah..sei lá, eu assim, daria um castigo, isso não é violência, não dava as coisas que ele quer, é sei lá, castigo, não gosto, as vezes tem uns que não podem, marca na nossa vida.</i></p>
<p>6)-A forma como outras pessoas cuidam de seus filhos tem a ver com a forma como te cuidam na ONG?</p>	<p><i>Ai varia né, por que por ex: assim. O Fer que é nosso responsável no caso, ele lê bastante coisa, ele conversa com muitas pessoas, então ele tem uma certa experiência, então com relação a esta questão influencia muito, a opinião de várias pessoas, entendeu? Por que cada, quando você conversa com várias pessoas você adquire conhecimento, cada, cada conhecimento que você absorve você aprende mais novas coisas e você começa a aplica, então acho que é isso, a influência das pessoas, a opinião das pessoas, é influencia muito.....</i></p>
<p>Você fala do coordenador Fer e os educadores? 7)-Como é a sua relação com o educador?</p>	<p><i>Ah.. os educadores também né..por que por ex: eu acho que os educadores, e como o Fer é nosso responsável ta mais a par das nossas necessidades, os educadores deveriam ter mais autonomia com relação a coisas, por ex: É.. tem educadores assim,por ex: acontece uma situação de furto lá.. algumas vezes não sabem quais são os procedimentos adequados, não sabem o que podem fazer, o que não devem fazer e tal..., não tem aquele conhecimento, acho que deveria ter mais autonomia. Eu não contesto a forma como o Fer me cuida, mas estou apenas contestando o fato de os educadores tivessem mais autonomia pra fazer as coisas(.....).....”.</i></p>
<p>8)-Você gosta da forma como o educador te cuida?</p>	<p><i>Ah.. eu assim..tem alguns educadores assim que eu não gosto, outros que eu gosto, eu assim.. isso é normal né, na verdade, as pessoas que eu gosto eu trato eu me relaciono bem assim, há várias pessoas que eu não gosto as quais eu não vou citar o nome assim.. porque não seria ético da minha parte, mas seria isso no caso, as pessoas que eu gosto me relaciono bem, procuro né, não desrespeitar e tal, acho que é isso....</i></p>
<p>9)-Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser?</p>	<p><i>Ah.. por ex: acho um saco, tem coisas que</i></p>

<p>10)-Se você fosse escolher alguém fora da ONG para te cuidar, quem escolheria?</p> <p>Por quê?</p> <p>Esses seriam os pontos negativos e quais os positivos? Pontos negativos e pontos positivos.</p> <p>11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p>	<p><i>não convém se intrometer, então eu já...então eu não fico quieto de jeito nenhum, as pessoas vem fala coisas de mim que eu não concordo, eu to contestando..</i></p> <p><i>Ah.. é complicado por que a pessoa que me interessa o Fer não deixa eu me relacionar.</i></p> <p><i>Pó.... ele não ame explicou muito bem isso daí, acredito assim, que uma pessoa assim, ela tinha apadrinhado um menino da chácara e aconteceu uma situação de furto na casa dessa pessoa e essa pessoa não apareceu mais, então o Fer não me deixa me relacionar com essa pessoa.</i></p> <p><i>Ah.. essa pessoa me interessa muito, o que me interessa são os interesses profissionais no caso, essa pessoa conhece os objetivos.</i></p> <p><i>Meus parentes, qualquer um deles...por que quando meus pais morreram, eles nem se importaram, não cuidaram, só atrapalharam e eu e meus irmãos ficamos perdidos por ai, sofrendo, então....positivo .. ah.. não tem né, nem conheço eles direitos...</i></p>
--	---

ANEXO 4 - PROTOCOLO DA EREVISTA COM O FAMILIAR MASÉ (33;9)

<p>Entrevistadora: Marlene Schüssler D'Aroz Protocolo: 02 Data: ---27--/---05---/-2007----- Fita nº: REC002</p>	<p>Nome: MASÉ Idade: [33;9] DN: 05/08/74 Escolaridade: analfabeta Profissão: Do lar/catadora de papel Local: Entrevistada no encontro com famílias Igreja Cabral</p>
<p>1)-Para você, o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?</p> <p>2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?</p> <p>Fala errado em que sentido?</p> <p>3)-Como você acha que deveria ser esse cuidado? Cuidar bem é importante para que ele se desenvolva de forma saudável?</p>	<p><i>Bom, eu entendo que uma mãe cuida de um filho, é da amor, da carinho, o que ele necessita também tive em alcance na condição de, de ajuda o filho a mãe ajuda, né, não deixa ele entra num vicio, condição de drogas, é..., tudo aquilo que num é bom né, num deixa o filho entra naquilo que num é bom pra ele né, sempre procura o melhor pus filho, que o filho...é.. aprenda aquilo que é bom da vida né... nunca esse mau que é ruim muito cedo né.</i></p> <p><i>Bom, precisa pa,o que eu preciso faze pra cuida de um filho, é... compreende né, se o filho tive...tivé errado, a familia da conseio, explica o que não é bom pa ele, se a mãe tive errado ou o pai tivé errado, o filho da conseio pos pai né, que aquilo num é bão...éu.... e... amor, carinho né...e..</i></p> <p><i>Assim... se caso os pai tivessem errado numa situação que estive passando, alguma dificuldade, e... se os pai tivé errado os filho...os filho que compreende que os pai ta errado, ve aquela situação, os filho da conseio, mesmo assim é os pai, se os pai vê que os filho ta errado né, os filho da conseio pos pai, mas assim no sentido de... se os pai não qué o mau pos filho, os filho também não que o mau pos pai né</i></p> <p><i>Bom, esse cuidado tem que se com muito carinho, muito amor, né, e... procura entende o filho como também procura entende a família né, entende a mãe, e... que tu...,que tu., que tudo que é bom né, pra mãe, pus filho, tudo que eu desejo né, pro meu filho, tudo de bom pra ele;</i></p>

<p>4)-O que falta para a família cuidar do seu filho?</p> <p>Que tipo de atenção?</p> <p>5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito?</p> <p>6)-A forma como cuidam de seu filho na ONG tem a ver com a forma como você cuidava?</p> <p>O que tem de diferente da ONG cuidar e da sua forma?</p> <p>7)-Como é a sua relação com o seu filho?</p>	<p><i>Ò, o que falta é... mais amor, mais carinho e mais atenção né que tem que da pos filho né.</i></p> <p><i>Assim... explica e... sei la assim...atenção assim... entende ele né e eles entende a gente né e... assim ir pra frente.</i></p> <p><i>Eu do castigo, converso, explico pra não fazes mais, que é pro bem dele e que não vai sai de casa, só bate não ajuda mas se precisa eu bato mesmo, as vezes eles merece.</i></p> <p><i>Óia, eu acho uma maneira muito boa viu, o que a ONG faiz não só pelos meus filho, pa todos os piá que tão la, eu acho uma coisa que caiu do céu, que Deus, mando...mando aquilo la pa...pas ... pas pessoa que mais precisa né.</i></p> <p><i>Bom,que eu em casa né, dava amor e carinho pos meus filho né, mas só que... de certa maneira ele num encontrava assim o que ele queria né e... hoje se for vê cum... se for ve de uma assim cum..de umas pessoa assim que num devia se envolve né.. pegaru a rua e acostumarum fica na rua e...aprenderum, aprenderum, aprenderum muita coisa que num devia de aprende na rua né, o que num tinha em casa forum cata na rua e la na rua eles num encontraram aquilo né, que queria, e la na chácara graças a Deus, através...através de Deus e...do educador e do Fer, a comunidade, meus...meus filho era antes, esta sendo...o que eles era antes, o que o que esta sendo agora, mudo muita coisa viu e mudo pa melhor e eu tenho fé em Deus que vai muda mais ainda.</i></p> <p><i>Bom, minha relação com meus filho... sempre que eu vou la na chácara eles me recebem com amor, com carinho, temem recebo eles né, na casa deles né, em casa quando eles vai la, eu recebo eles com muito amor e carinho né, e.... do muita atenção pa eles , converso com eles, qui que eles tão, qui eles tão fazendo na chácara, qui que ta acontecendo, se tão estudando, se tão trabalhando, se ta oq que ta acontecendo, no meio tempo eles</i></p>
---	---

<p>Gostaria que essa forma fosse diferente?</p> <p>8)-Você gosta da forma como seu filho é cuidado na ONG?</p> <p>9)-Você gostaria que essa forma fosse diferente? Como você acha que deveria ser?</p> <p>10)-Se você fosse escolher alguém fora da ONG cuidar de seu filho, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos.</p> <p>É alguém mais?</p> <p>11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p> <p>Cuidar de um filho, é importante para um desenvolvimento saudável?</p> <p>Importante em que sentido?</p>	<p><i>procuram explica pra mim que.... tão melhorando cada vez mais.</i></p> <p><i>Bom, eu num gostaria que fosse diferente né, assim...modo de dize né que la eles tão melhorando cada vez mais né, eles tão buscando aquilo que a família não pode, que em casa, o povo....o povo da família num pode da pra eles né, eles tão buscando tudo la e tão encontrando graças a Deus.</i></p> <p><i>Muito, lá eles tem tudo, nossa o Fer é mais que um pai, mas um pai bom, é tudo preles.</i></p> <p><i>Não. Essa forma ta boa.</i></p> <p><i>Fora da ONG? Sem se eu? Sem se... da família dele?</i></p> <p><i>Bom, tirando eu que so mãe né, se ... se eu não tive condições de cuida, eles poderia assim... os padrinho que eles gosta né,fala bastante, das madrinha, os padrinho que visita eles, ta acompanhando o dia à dia deles la né, ta acompanhando o que eles tão fazendo tudo certinho, o que eu num posso... num posso faze pra eles, o padrinho ta fazendo né e eu... se eu num tivé condições de cuida do meus filho... eu me joga na mão de Deus e se os padrinho pude né, ajuda né... agradeço.</i></p> <p><i>Ai, num da pra mim fala né porque... parente não da pa conta né com parente, porque parente mora tudo distante e os parente tamém tem dificuldade e em os problema deles né, então eu num posso conta com os parente...prefiro conta assim, cum as pessoa assim, estranha que ta visistando eles la na chácara do que com parente né.</i></p> <p><i>É importante, isso ai é...</i></p> <p><i>Assim...importante assim, na saúde deles né, no crescimento deles, nos estudo, tudo</i></p>
--	--

	que... tudo que é bom pra eles.
--	---------------------------------

**ANEXO 6 - PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O EDUCADOR
CAIO (47;11)**

<p>Entrevistadora: Marlene Schüssler D'Aroz Protocolo: 06 Data: ---09--/----07--/---2007---- Fita nº: REC006</p>	<p>Nome: CAIO Idade: [47;11] Data de nasc.:12/08/58 Escolaridade:Magistério Profissão: Educador social Local:ONG</p>
<p>1)-O que você entende por cuidado? o que é um pai ou uma mãe cuidar de um filho?</p> <p>2)-O que um pai e uma mãe precisam fazer para cuidar de um filho?</p> <p>3)-Como você acha que deveria ser esse cuidado?</p>	<p><i>O que eu entendo? Ahh, eu entendo que cuidar é geral né, desde a responsabilidade de ponha uma criança no mundo, tanto da mulher quanto do homem, os dois,primeiramente tem que ter muita responsabilidade, ai quando essa criança vem ao mundo, então o papel do pai e da mãe é fundamental na criação dessa criança né, não só a mãe ou o pai, mas os dois, cria né, desde ensina a criança anda né, daí quando ela começa estuda né, dá apoio, tudo o que ela precisa,na fase também adolescente né,ta por perto né, sempre dando uma força, eu sei por que eu tenho os meu lá e a gente sempre tem que ta presente</i></p> <p><i>É difícil ser uma criança sozinha ser cuidado ser se uma criança normal assim, consegue sobrevive assim sem sofre danos, acho que o cuidado é essencial assim principalmente na vida de uma criança, ela precisa né, você mesmo sabe né, muito mais do que eu, que cuida de criança não é fácil mas precisa, toda criança precisa ter um cuidado especial, principalmente agora nesse mundo que nós estamos vivendo.</i></p> <p><i>Cuidado? Ahh cuidado, cuidado assim significa o que.. respeita assim os direito da criança, todos os seus direitos, ensina ela</i></p>

	<p><i>a vive né, ser feliz né, ajuda ela se desenvolve, dar tudo o que ela precisa além do estudo, alimentação, lazer, é.. uma vida digna, primeiramente uma vida digna, que ela possa se desenvolver na sua vida e ser uma criança, ser um adolescente e depois ser um adulto feliz, sem sofrer seqüelas nenhuma, tem que ter exemplo né, exemplo de vida.</i></p>
<p>4)-Como você acha que é, um pai e uma mãe cuidar bem de um filho?</p>	<p><i>Primeiro eu explico tudo porque ta sendo castigado e depois dependendo da coisa errada que fez e aplico as regras e pra cada uma tem um grau, uma atividade, as vezes lá na roça, as vezes na cozinha, não faz passeio, não ganha os monguelis e assim vai....</i></p>
<p>Então, cuidado significa o que pra você?</p>	<p><i>Positivo, eu sempre falo preles quando me pergunta uma coisa ou quando a agente entra algum conflito que nos discutimos, eu sempre falo preles, olha, a mesma coisa que falo pra vocês aqui, eu falo pros meus filhos em cãs, meu filho, meu filho agora vai faze 20 anos e o que eu tenho pra fala pra ele eu falo abertamente, falo, ele é de maior, mas tem que me houvi, tanto pra minha menina, pra pequena, é a mesma coisa. O que eu quero pra eles lá os meus filhos, eu quero pros daqui né, as vezes a gente erra em algumas coisas, mas é tudo pelo bem, a gente que ajuda...(..)eu não cheguei a conhecer minha mãe, minha vó que me criou, meu pai sempre tava por perto, claro, não tinha aquele cuidado que hoje tenho com meus filhos né, também não me ensinava coisas ruim, eu procurei por mim, fui criado na roça e na roça a gente não tinha muito tempo né, as coisa era tudo muito longe, a gente aprendeu né, que tinha que luta, batalha pra conseguir as coisas hoje o que eu faço com meus filhos meu pai não me ensino. Uma coisa que eu acho importante, que me ajudo muito é a participação em comunidade, com as pessoas... e isso eu tento passa pros meninos todos.</i></p>
<p>5)- Quando um filho faz uma coisa errada, o que você acha que deve ser feito? E com o menino?</p>	<p><i>Os meninos da ONG? Olha eu vejo que talvez não seja assim 100 por cento com todos, mas eu acho que com 70 e pouco, 80 né....aconselha, da um trabalho pra refleti, explicar o que é certo e errado,</i></p>

<p>6)-A forma como cuida do menino na ONG tem a ver com a forma como você cuida do seu filho ou outra criança?</p> <p>O que você faz no lado bonzinho?</p> <p>O que você faz no lado ruinzinho?</p> <p>7)-Como é a sua relação com o menino?</p> <p>8)-Você encontra dificuldades para cuidá-lo?</p> <p>9)-Você gostaria que a forma como cuida fosse diferente? Como você acha que deveria ser?</p>	<p><i>deixa a par de tudo, ser amigo mas ser exigente e firme com ele.</i></p> <p><i>Sempre tem as vezes aquele de pega no pé né, eu sou muito de cobra muito né, eu cobro muito deles, tem menino que não gosta né, eles gosta mais de um educador que ri né, pula certas coisas, faz de conta que não vê muito as coisas que eles faz né, pra não ser punido e eu já, questão de higiene, jogou alguma coisinha, jogo isso ali eu sempre to falando, mas eu acredito, eu falo 80%, se for coloca mesmo né. Quando eu entrei na ONG eu era muito mais duro que hoje, entrava em muitos conflitos com os meninos por causa desse negocio de ta querendo as coisas tudo certinho ...(...) eu como já disse tenho dois lados como educador, um lado bonzinho e um lado ruinzinho.</i></p> <p><i>O lado bonzinho so aquele tipo paizão né, se eu pude faze alguma coisa assim, até alguma coisa por ex:que o menino não ta conseguindo ou que o Fermas na hora que o menino estrapola...sou ruinzinho, tento aplica todas as regras né, chego, falo, converso com os outros educador.....(...).</i></p> <p><i>A minha relação eu acho que ta, eu tenho que melhora como educador, eu acho que eu tenho que melhora bastante, tem que melhora, apesar que a questão do limite né, dos nossos meninos aqui né, é uma coisa muito diferente de por limite né e pra você por limites as vezes né, tem que ser ruinzinho certo?</i></p> <p><i>Não só você, como todos os educadores tem que fala a mesma língua e é o que não acontece muito aqui na chácara, então a questão de limite aqui na ONG nossa deixa muito a deseja por causa disso, até vindo da chefia que é o próprio Fer.....(...)</i></p> <p><i>Fora da minha casa...olha se tivesse nessa mesma situação, que... que eu vejo que os pais desses meninos hoje que estão aqui na chácara, nem todos, eu nem sei o que eles estão pensando né, eles pensa é claro que o educador ta li, uns pensa que é bom outros pensa que é ruim, mas eu pensaria, na minha forma de pensa hoje, que os filho</i></p>
--	--

<p>10)-Se você fosse escolher alguém para cuidar de seus filhos, quem escolheria? Pontos negativos e pontos positivos.</p> <p>11)-Quem não escolheria? Pontos negativos, pontos positivos.</p>	<p><i>tem todo o direito....se eu fosse um pai que não pudesse cuida de um filho, mesma postura que tem aqui, mesmo tratamento, é claro, eu sempre tava visitando onde ele tava pra eu vê como ele tava sendo cuidado.....(...)</i></p> <p><i>Qual pessoa? Olha é difícil a gente dize qual pessoa, a parti da hora que eu pudesse escolhe, eu ia escolhe a pessoa melhor né, mais bem preparado né, mas quando chega ao extremo que o menino vai ter que ir pra algum lugar por ex: o juiz determina lá o promotor, que o menino vai pra algum lugar e esse lugar talvez nem eu vô pode ter acesso né, tem muitos pais que nem pode ter acesso de ver um filho né, tão perdendo a guarda né, isso.., eu acho que eu teria que aceitar qualquer pessoa, agora. Se eu pudesse escolhe uma pessoa, ia escolher uma pessoa tipo igual eu, tipo mais pai assim, uma pessoa que poe limite, que.. não uma pessoa que espanca, que da mau exemplo, uma pessoa que seja, que me lembra família, cuidado mais.....</i></p> <p><i>Que não tivesse tudo o que eu falei antes pra você, que espanca, não cuida, não da amor, essas coisa tudo.</i></p>
--	---